



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25

**GOVERNO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**



**TRANSCRIÇÃO DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

**CONAMA**

**Edifício Sede do IBAMA - SCEN Trecho 2**

**Brasília/DF, 17 e 18 de junho de 2008**

*(Transcrição ipisis verbis)*

26

27 **17/06/2008**

28

29 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Conselheiros e  
30 Conselheiras, quero dar bom-dia a todos. Dizer que são todos bem-vindos a esta 90ª  
31 Reunião Ordinária do CONAMA. Quero já de antemão convidar para compor a Mesa e  
32 presidir os trabalhos a nossa Secretária-Executiva Izabella Teixeira e também convidar  
33 para integrar a Mesa nosso Presidente do IBAMA Roberto Messias Franco.

34

35

36 **A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
37 Bom-dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar a todos. O meu nome é Izabella Teixeira.  
38 Estou agora exercendo a função de secretária executiva do Ministério do Meio  
39 Ambiente e em nome do Ministro Carlos Minc cumprimento a todos os Conselheiros  
40 deste Conselho. Há pouco eu conversava com os representantes do segmento não  
41 governamental e fazia referência ao fato de que a minha vida profissional começou no  
42 CONAMA. Obviamente era uma vez o Dr. Paulo, assim, no século passado, em 1984 o  
43 meu primeiro trabalho na Secretária Especial do Meio Ambiente com o Dr. Paulo  
44 Manguiera Neto foi ser funcionária da exatamente da diretoria executiva do CONAMA.  
45 Então, vocês sou eu amanhã literalmente. E eu estava conversando com os  
46 representantes das ONGs a importância na minha formação profissional e toda a  
47 vivência na questão ambiental no Brasil a importância deste colegiado. Comentava que  
48 é um dos poucos Conselhos do Governo da República do Brasil que é deliberativo e a  
49 importância de ter um Conselho deliberativo como ferramenta, como instrumento da  
50 Política Nacional do meio ambiente. O Ministro vai estar conosco às duas horas da  
51 tarde, ele não pode estar agora neste momento, ele está em numa reunião com o  
52 Presidente da República, é uma reunião de Ministros sobre a Amazônia e ele vai estar  
53 aqui às duas horas fazendo uma fala inicial com os senhores e um momento de  
54 diálogo. Infelizmente não vai poder ser tão extenso o quanto ele gostaria porque o  
55 Presidente convocou uma nova reunião às 15h da tarde. Então ele vai estar das 14h às  
56 15h literalmente, essa convocação chegou ontem, mas tem um lado positivo, significa  
57 que as questões ambientais não são periféricas no processo de tomar decisão do  
58 Presidente. Então, nós estamos participando, aliás, eu acho que estou íntima na Casa  
59 Civil, tanto que a gente anda ali, já cumprimenta os seguranças, “bom-dia, como vão e  
60 etc.”. Mas enfim, a ideia é... O Nilo me pediu que eu fizesse comentários iniciais a  
61 respeito de que como é que nós estamos vendo o trabalho com o CONAMA. Eu passei  
62 as últimas duas semanas sendo grifada e discutindo os aspectos da dinâmica do  
63 CONAMA e entendo que nós temos que rever alguns procedimentos do ponto de vista,  
64 especialmente na interlocução com os setores que compõem este Conselho. Eu  
65 conversava a pouco com as ONGs, com os representantes das ONGs dizendo que  
66 essa Secretaria Executiva vai manter, conversei ontem com a presença do ADEMA,  
67 não conversei ainda com a ANAMMA, está marcando uma reunião amanhã e com o  
68 setor, nós vamos ter interlocuções antes das reuniões do Conselho. É uma orientação  
69 política do Ministro, uma orientação minha que nós vamos conversar previamente com  
70 os setores além do Governo Federal que tem suas reuniões preparatórias, enfim, para  
71 que nós possamos entender as instâncias políticas, as dinâmicas, as inquietações, as  
72 preocupações e podemos com isso conduzir as reuniões com vistas à concepção dos  
73 objetivos do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Um outro aspecto que eu gostaria  
74 de recomendar se eu tenho esse direito é que eu sofro de pontualidade. Então, eu

77cheguei hoje 9h da manhã em ponto e fui avisada que o quorum só se daria às 10h da  
78manhã, aí eu perguntei tolamente, Porque então a reunião não é marcada para as 10h?  
79Qual é o sentido de nós ficarmos uma hora aqui? Obviamente tem as preliminares nas  
80conversas dos cafezinhos, mas isso é uma coisa que eu gostaria que nós pudéssemos,  
81inclusive, otimizar o nosso tempo aqui, várias pessoas se deslocam, todos nós  
82fechamos agendas, ficamos dois dias dedicados a este Conselho e eu acho que para  
83uma boa prática de gestão, na medida todos nós temos impedimentos,dificuldades,  
84mas eu realmente sofro do pontualidade quando não atrasa como ontem que atrasou  
85duas hora, mas enfim, eu estava falando com o Nilo que nós vamos tentar ver a melhor  
86maneira de ter uma tolerância de atraso, mas fazer um esforço para que nós possamos  
87conseguir as reuniões iniciais do CONAMA sem tanto atraso, sem tanta demora porque  
88isso é uma coisa que atrasa os nossos trabalhos e também as pessoas que chegam  
89pontualmente ficam sentadas esperando sem ter o que fazer. Eu conduzirei, na medida  
90em que a agenda permitir que não sejam viagens internacionais ou alguma coisa assim,  
91as reuniões do CONAMA, eu estarei presente às reuniões do CONAMA. Pelo menos  
92um dia, isso é uma combinação do Ministro que a secretaria executiva vai acompanhar  
93as discussões do CONAMA como eu receberei as pessoas antes da reunião do  
94CONAMA, então isso é uma sinalização da importância que nós estamos dando a este  
95Conselho e ao processo de revitalização das discussões ambientais, discussões do  
96desenvolvimento no âmbito deste Conselho. Não há razão para discutir em outros  
97fóruns do ponto de vista das grandes questões nacionais de desenvolvimento e meio  
98ambiente se não no Conselho Nacional do Meio Ambiente, pelo menos essa é a minha  
99leitura. Discussões setoriais, bilaterais, isso sempre acontece, é dinâmico de todos nós  
100diálogos com todos os Ministérios, diálogos com os Estados, mas as discussões que  
101são mandados desse Conselho, acontecerão nesse Conselho. E essa também é uma  
102orientação do Ministro. Ele vai fazer um fala mais tarde, vocês terão a oportunidade de  
103dialogar, é um estilo muito diferente da Ministra Marina Silva, a Ministra é muito amiga  
104dele e vice-versa, mas eu prometo que eu sou funcionária de carreira do IBAMA. Então,  
105eu sou uma gestora pública devidamente treinada e boa parte do aprendizado da minha  
106vida profissional eu devo a esta casa e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente, além  
107das minhas experiências no Estado o Rio de Janeiro e no exterior. Mas enfim, eu acho  
108que nós temos aqui a oportunidade de ter um espaço de diálogo e de reconstrução de  
109eventuais espaços que estão comprometidos ou obstruídos em função de processos  
110que levam ao desgaste e que não tem necessidade. O Conselho é um fórum de debate,  
111é um fórum de excelência, é um fórum de grandes idéias, de proposições inovadoras e  
112eu entendo que nós temos que conjuntamente, não só o Ministério do Meio Ambiente,  
113mas todos os membros do Conselho, todos os segmentos que estão nesse Conselho  
114Nacional do Meio Ambiente, construirmos esse caminho de diálogo e a sociedade  
115apreender a importância do CONAMA. Essa é a orientação geral de minha gestão de  
116quase dois anos, até dois anos, até dois anos e meio, enfim, o tempo que durar mais,  
117enfim, e eu digo isso porque foi assim que eu aprendi com um membro permanente do  
118CONAMA que está sentado aqui na nossa frente, tombado pelo patrimônio ambiental  
119com eu falo, Dr. Paulo Moreira Neto, mas lá atrás com Regina Gualdi e muitos outros  
120que ajudaram a construir esse Conselho, a irmã dela foi minha primeira colega no  
121Conselho Nacional do Meio Ambiente e acho que é um processo de fortalecer o  
122SISNAMA, de fortalecer a Gestão Ambiental no país e o CONAMA é um instrumento  
123estratégico para consecução desses objetivos. Então, dito isso eu não sei... Nós temos  
124que dar posse e o Nilo vai fazer os ritos e eu vou acompanhar todos os passos e  
125discutir com os senhores, obviamente. Eu me coloco a disposição a qualquer conversa,

126qualquer.... Eu só vou sair na hora do almoço para ter uma reunião de trabalho e volto  
127em seguida para continuar no CONAMA, mas eu também estou à disposição lá no  
128Ministério com os senhores. Só peço a compreensão que a agenda está muito difícil  
129nesse primeiro mês, estas três primeiras semanas nós saímos dez e meia da noite e eu  
130estou estada antes de terminar essa fala a... Eu tenho que levantar o livro senão eles  
131ficam com raiva de mim. Está sendo lançado, os senhores tiveram acesso ali fora,  
132certamente imagino que todos tenham pegado esse livro que é o segundo de um  
133esforço da série financiamento e fomento ambiental no Brasil. É um esforço d o Fundo  
134Nacional do Meio Ambiente, da ABEMA, da ANAMMA do FUNBIO de identificar as  
135fontes de recursos financeiros para gestão ambiental pública no Brasil. Então, é o  
136segundo da série, eu solicitei que fosse tornado disponível, que fosse lançado hoje aqui  
137nesta reunião do CONAMA. Nós também já começamos uma discussão da  
138reestruturação do FNMA e das linhas de fomento do Ministério do Meio Ambiente de  
139dos novos fundos, o Ministério está cheio de pretensos fundos que nós temos que ter  
140uma estratégia de gestão sobre isso e essa discussão também será encaminhada aqui  
141dentro do CONAMA na medida em que estiver suficientemente madura para isso.  
142Então, por favor, eu quero parabenizar as pessoas que estiverem envolvidas nesse  
143trabalho. Eu já dei uma olhada, é muito interessante, é importante, por exemplo, para  
144ANAMMA que está buscando identificar caminhos para a captação de recursos com  
145vistas à estruturação dos sistemas municipais de meio ambiente que é uma questão  
146que está na agenda e também para a ABEMA que está envolvida com toda a  
147modernização dos órgãos estaduais de meio ambiente e para nós todos, a sociedade  
148civil, enfim, todos... Mas aqui tem a gestão ambiental pública com as estratégias de  
149captação. Eu queria em nome do Elias pelo FNMA parabenizar todos os parceiros que  
150estiveram envolvidos nessa iniciativa e se alguém tiver interesse de ter mais volumes  
151para levar para os seus Estados e etc., por favor, se dirija ao FNMA, ao Elias que ele  
152vai tornar isso disponível. Roberto, você quer falar alguma coisa? O novo presidente do  
153IBAMA, ninguém é perfeito, mas enfim...

154

155

156**O SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO (Presidente do IBAMA)** – Obrigado, Izabella.  
157Meus amigos, companheiros e companheiras que estão aqui nesse CONAMA do qual  
158já participei tantas vezes, uma parte da minha vida como secretário executivo do  
159próprio CONAMA, como secretário da SIMA, logo depois do Doutor Paulo Nogueira,  
160hoje em nome do IBAMA estendo aqui na nossa sede essa reunião as boas-vindas em  
161nome do IBAMA a todos vocês e espero que tenhamos uns dias profícuos de muito  
162trabalho e muita produção. O IBAMA, um dos órgãos executores da política ambiental  
163nacional onde eu tive a honra de ser distinguido com esse privilégio de presidente pelo  
164Ministro Carlos Minc vai continuar sempre de porta abertas ser e tentando cada vez  
165mais ser uma referência de vários pontos que nos toca no Sistema Nacional da Meio  
166Ambiente. Então, é nesse trabalho conjunto que nós estamos apostando tudo,  
167colocando todas as nossas energias. Muito obrigado e bom trabalho para nós durante  
168esses dois dias.

169

170

171**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Muito bem. Então,  
172dando segmento à nossa pauta, no item 2, transcrição *ipsis verbis* da 51ª reunião  
173extraordinária, nós não vamos poder fazer a aprovação desta transcrição porque ainda  
174estamos... A empresa que faz a degravação ainda não nos entregou ao CONAMA, a

175secretária do CONAMA a degravação da Reunião Extraordinária lá de Fortaleza. Então,  
176nós vamos para a próxima reunião do CONAMA. Em setembro nós vamos aprovar a  
177ata desta reunião de hoje e também a da 51ª Reunião Extraordinária. Então, eu passo  
178agora presidente, a fazer a leitura dos novos Conselheiros que estão tomando posse  
179hoje nesta Plenária.

180

181

182**A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – A respeito da nossa pauta nós temos aqui uma  
183ata simplificada... Eu gostaria só de chamar atenção que tem um resultado que  
184precisava de alteração. É o número 6.3 da parte de resultado da reunião passada, o  
185item 6.3 que trata do requerimento de informação ao IBAMA, Ministério Público federal  
186de Rondônia e Organização Amigos da Terra, diz ali: “o interessado reelaborará o texto  
187e submeterá novamente ao Plenário, pois o mesmo continha trechos com acusações  
188pessoais”. Eu creio que não houve e nunca existiu acusação pessoal no requerimento  
189apresentado na versão anterior porque hoje os senhores estão discutindo a versão  
190nova. De fato o requerimento foi reelaborado, aqui está correto, o interessado  
191reelaborará o texto, isso foi feito, submeterá novamente ao Plenário, foi feito, mas não  
192porque continha trechos de acusações pessoais. Isso aqui é um comentário de ordem  
193pessoal contra o requerimento. Eu gostaria que fosse alterado isso, retirado.

194

195

196**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Pode ser alterado,  
197mas é porque nas intervenções em Fortaleza, Zuleica, foram feitos esse tipo  
198observação foi feito lá. A razão alegada no texto, mas pode ser alterada aqui.

199

200

201**A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Tem que ser alterada para dizer que o  
202interessado não concorda que houve acusações pessoais, porque assim se todos  
203podem se manifestar nós gostaríamos de nos manifestar aqui na ata resumida.

204

205

206**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Eu  
207posso dar uma sugestão? Eu acho que é uma questão de procedimento. Isso aqui é  
208uma síntese. “O interessado em reelaborar o texto e submeterá novamente ao  
209Plenário”. Não tem que ter, “pois tem acusações pessoais”, isso é opinativo, não tem  
210qualquer sentido, embora tenha havido discussões do Plenário e que tenham suscitado  
211esse tipo de encaminhamento, imagino eu a partir da sua fala e das observações da  
212conselheira, eu sugeriria aos membros do Conselho se tivessem que acatar, inclusive a  
213Zuleica (posso chamá-la de Zuleica? Posso chamar diretamente?) Que nós tiremos isso  
214mesmo. A decisão é: “O interessado reelaborará o texto e submeterá novamente ao  
215Plenário. Sem caráter operativo. O que vocês acham? Está bem assim Zuleica para  
216você, está satisfeita? Então, obrigado senhores, seguimos.

217

218

219**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Então, nós vamos  
220submeter à votação o Plenário esse resultado da reunião já que a Zuleica levantou uma  
221questão e nós alteramos. Eu pergunto se algum outro Conselheiro tem observações a  
222esse resultado de reunião de Fortaleza, sem prejuízo de nós. Na próxima reunião  
223aprovar a transcrição completa da reunião de Fortaleza.

224

225

226 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma  
227 observação, talvez fosse melhor em vez de nós anotamos essas observações da  
228 Zuleica, modificar... Como nós não temos a transmissão votar o resumo quando tiver a  
229 transmissão junto, porque inclusive ele corrobora os resultados porque sem a  
230 transmissão até não dá para você conectar o resultado com isso. É a minha sugestão  
231 como Conselheiro.

232

233

234 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Eu  
235 acho que a Zuleica está pontuando... Chico só um encaminhamento. Nós estamos  
236 olhando como está escrito, apresentado a síntese da reunião. Ela está sugerindo, como  
237 falei anteriormente, que nós tivéssemos um procedimento do resultado da decisão que  
238 e reapresentar ao Plenário depois de uma revisão. Na ata que vai vir na próxima  
239 semana em função de algum problema técnico, na próxima reunião, perdão, aí ali nós  
240 fazemos toda uma revisão dos debates colocando as várias posições que foram  
241 apresentadas e ela traduz no final o resultado que é esse. Uma revisão com vistas à  
242 reapresentação ao Plenário na reunião subsequente. Fica bom assim? Sem problema?  
243 Então vamos seguir.

244

245

246 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – O próximo ponto é o  
247 item 3, apresentação de novos Conselheiros que tomam posse hoje.

248

249

250 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Eu  
251 como sou nova aqui e eu só conhecemos os antigos, Roberto Messias, o Paulo  
252 Nogueira, o Roberto Monteiro, Ubiraci, enfim. Eu vou nominar os novos e se eles  
253 estiverem presentes, por favor, se identifiquem, até para que as pessoas possam  
254 conhecê-los ou reconhecê-los. Pelo Governo Federal do Amapá, Marcelo Ivan Pantoja  
255 Creon. Ele é o titular, o seu suplente é o Hélio Barbosa do Oliveira. Não veio. Depois  
256 nós teremos o Gervásio Silva pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos  
257 Deputados e como suplente Edson Duarte. Não estão presentes. Pelos governos  
258 municipais na região Sul nós temos Tiago Camargo Lopes. Como titular pelos  
259 Governos municipais ANAMMA nacional nós temos Vaner Luiz de Oliveira. Pelos  
260 Governos municipais na região Centro-Oeste como suplente Rodrigo Silveira Costa.  
261 Entidade ambientalista de órgão nacional, Vidágua titular Ivy Karina Winitz. Maria  
262 Helena Beltrane, também pela Vidágua como suplente. Não está presente. Roberto  
263 Messias Franco pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, IBAMA, está presente.  
264 Marilene Ramos, Secretária do Meio Ambiente e Estado do Rio de Janeiro, como  
265 sempre atrasada. A Elisabeth Lima, como suplente, Subsecretária de Políticas  
266 Ambientais do Governo do Estado do Rio de Janeiro, também não está presente. O  
267 Axel Graef permanece como representante, o Axel está aí. E o major Sandro Phillip  
268 Pelo comando do Exército como suplente. Seja bem-vindo major. Então, com a leitura e  
269 a identificação dos presentes e a nomeação de todos informo que estão apresentados  
270 os novos Conselheiros do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Sejam bem-vindos e  
271 bom trabalho, serenidade e obrigada.

272

273

**274O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Alguns informes  
275importantes da Secretaria Executiva do CONAMA. Eu quero transmitir aos  
276Conselheiros. O primeiro Informe é que nesta Plenária nós já passamos a adotar o  
277crachá como instrumento votação. Então, nós adotávamos, presidente, um cartão de  
278votação que ficava solto e que muitas vezes se perdia durante a Plenária e também nós  
279não tínhamos uma identificação de cada Conselheiro e até para que a cada um se  
280conheça melhor ou pelo menos o nome e a instituição de imediato, nós instituímos o  
281crachá e fizemos um transição e a partir dessa Plenária nós queremos adotar o crachá  
282também como cartão do votação e aí a sugestão que a gente faz, o único problema que  
283nós verificamos é que quando um titular se tem um problema físico que eu vou  
284explicar... O cordão é de plástico bem tranqüilo, não há nenhum problema de o  
285Conselheiro levantar o crachá, nós até temos uma idéia para isso, o Conselheiro mostra  
286o crachá com uma mão e com a outra... Então, nós podemos voltar a votar com braço  
287erguido desde que mostre o crachá com a outra mão baixinho para não precisar erguer  
288o crachá e correr o risco de engasgar um pouco. Mas a idéia do crachá é a seguinte, o  
289problema que nós verificamos é que quando o titular, por exemplo, se ausenta e deixa o  
290crachá de votação para o suplente, então é só o suplente se dirigir a recepção para  
291colocar a etiqueta com o nome dele no crachá porque o suplente vai passar a votar dali  
292para frente. Então, é só essa observação e eu espero que todos façam bom uso do  
293crachá de votação. A segunda informação que nós temos a prestar é a seguinte: nós  
294vamos submeter aqui a vocês ao Plenário uma alteração, uma pequena alteração para  
295republicação do anexo 1 da Resolução 396 de 2008, aprovada agora no início do ano,  
296que trata da classificação em diretrizes ambientais para o enquadramento das águas  
297subterrâneas, teve um problema só na transcrição do anexo 1 dessa Resolução que  
298nós vamos precisar fazer uma alteração. Deixa-me ver se vou conseguir enxergar aqui  
299no computador. É essa alteração que está marcada em vermelho. Eu vou pedir a  
300Cleidemar que assessora a Câmara Técnica de controle e qualidade que explique ali na  
301tribuna o que significa essa alteração. Primeiro a alteração do índice de boro que foi  
302erro realmente da...

303

304

**305A SR<sup>a</sup>. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (DCONAMA)** – Bom-dia a todos. Nós  
306tivemos uma necessidade de republicar, estamos tendo necessidade de republicar pelo  
307seguinte: nós tínhamos algumas referências em função da decisão tomada pela  
308Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos quando a Câmara Técnica decidiu que nós não  
309iríamos ter na Resolução referências bibliográficas nós tivemos que mudar a  
310numeração que nós tínhamos na frente de alguns parâmetros e nessa mudança, nós  
311ainda permanecemos com alguns números e quando tivemos que fazer a limpeza nós  
312pegamos uma versão diferente e sobraram esses números que estão errados. Esse  
313número dois na frente do boro é uma, não é aí que ele teria que ficar, mas sim na área  
314a irrigação. Só para vocês terem uma idéia do nível de mudança, é apenas referência,  
315eu vou pedir que vá ao fim do anexo um para nós vermos o que significa o dois. O dois  
316é a máxima concentração de substância na água a irrigação em vinte anos e assim são  
317as... Nós acertamos apenas a referência nada mais do que isso. Todos eles. Volta por  
318favor, só para nós passarmos. Então nós temos o boro. Descendo, por favor. O níquel  
319referência também nós tiramos, não existe. Urânio. Só referências que vocês podem  
320depois conferir. Urânio. Só o índice de referência. Por favor, de benzeno a H antraceno  
321era o nome que já tinha sido aprovada na própria Câmara Técnica é só correção de um

322 nome que faltou. Continuando, referências, somatória de sete congêneres. Isso já tinha  
323 sido aprovado na transmissão da versão ficou sem ela. Vocês podem conferir com a  
324 própria Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos na transmissão, inclusive. A reunião  
325 está lembrando aqui foi a 39ª reunião. Teve a participação da coordenadora do Grupo A  
326 Doutora Dorothy da CETESB e houve consenso, não houve problema nenhum.  
327 Metacloro. Não está errado, é que o computador a palavra e põe. Então, era isso a  
328 explicação que eu teria para dar. Obrigada.

329

330

331 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Eu pergunto se  
332 algum Conselheiro ficou com alguma dúvida? Essas alterações estavam disponíveis já  
333 há 15 dias no site para aqueles que acompanham mais de perto a matéria e pudesse  
334 verificar, mas se algum conselheiro ainda tiver dúvida. Estava disponível no prazo  
335 regimental Zuleica, 15 dias. 5 dias?

336

337

338 **A SRª. DOMINIQUE LOUETTE (DCONAMA)** – Na verdade, não estava disponível. A  
339 única coisa que o utilizado texto que foi utilizado para a publicação foi um texto em que  
340 as alterações jurídicas não foram feitas adequadamente, a limpeza. Então, as  
341 referências não foram corrigidas. O que nós estamos trazendo para vocês é que foram  
342 correções de referências, então só para ter o aval da Plenária para a republicação  
343 desse anexo, mas não foi alterado absolutamente nada no mérito da resolução.

344

345

346 **A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – O Regimento Interno é claro que toda matéria  
347 tem que ser disponibilizada com 15 dias de antecedência para Reunião Ordinária,  
348 embora o tema seja simples, tranquilo e complexo, a nossa luta é para manter o  
349 Regimento Interno sempre bem preservado e cumprindo... Agora, se nós formos abrir  
350 um precedente que tipo de matéria não precisa estar disponível no site com 15 dias de  
351 antecedência, isso é uma questão extremamente importante para o futuro do CONAMA.

352

353

354 **A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
355 Posso fazer um comentário Zuleica em cima da sua fala? Eu acho que pelo que eu  
356 estou entendendo, nós temos aqui não uma, não foi uma alteração da Resolução, foi um  
357 correção de forma. Então, não vejo... Eu acho que a sua colocação é absolutamente  
358 perfeita, nós não podemos em nenhum momento ter uma atitude que comprometa o  
359 Regimento Interno do CONAMA, mas isso aqui pelo que eu estou entendendo não é  
360 uma alteração do que foi votado, não foi uma modificação, é uma correção para  
361 publicação e que se entendeu que seria apresentado ao Plenário. Tudo bem para você  
362 nesse encaminhamento? Então, ok senhores. Tem alguma restrição sobre o que foi  
363 apresentado com vistas à publicação para que não tivesse erros e depois tivesse  
364 republicado com problemas jurídicos em torno o CONAMA? Então está ok. Podemos ir  
365 para o segundo Informe. Zuleica, obrigada então. Segundo informe.

366 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – O último informe da  
367 secretaria referente a uma recomendação que foi encaminhada pelo Ministério Público  
368 Federal, o Dr. Mário Gisi inclusive está presente e respaldou também essa  
369 recomendação como subprocurador geral de república. É uma recomendação do  
370 Ministério Público que pede que seja regulamentada a distribuição nacional do óleo



371diesel S 50 a partir de primeiro de janeiro de 2009 conforme determina a Resolução 315  
372do CONAMA que é a que recomenda os motores a partir de janeiro de 2009 circulando  
373com motores a diesel com 50 PPM de enxofre no máximo e o Ministério Público  
374observou que o CONAMA tem uma resolução que é a 373 de 2006 que trata dos  
375critérios de seleção de áreas para recebimento do óleo diesel com menor teor de  
376enxofre BMPE. Então, essa Resolução que foi aprovada em 2006 fazia uma distribuição  
377do diesel com teores diferenciados de enxofre de acordo com a legislação vigente, a  
378normatização vigente em 2006. Como em 2009 a partir de janeiro nós temos um índice  
379estabelecido nacional que é o enxofre o diesel S 50. Então, essa Resolução 373  
380precisa entrar por um processo de revisão. É isso que o Ministério Público Federal está  
381recomendando e nós estamos como secretária do CONAMA e como Secretária  
382Executiva encaminhando, portanto, a partir desse Plenário aqui, a revisão da Resolução  
383373 nos termos da recomendação apresentada pelo Ministério Público. Nós não  
384precisamos submeter à votação desse Plenário apenas estamos recomendando,  
385reforçando a recomendação do Ministério Público que tem assento, portanto é  
386regimentalmente um Conselheiro e pode dar entrada no Conselho um pedido de  
387revisão. Então, é por isso que usando o direito regimental o Ministério Público Federal  
388está apresentando, é isso Dr. Mário Gisi, o senhor quer se pronunciar a respeito para  
389esclarecer? Pode ser presidente?

390

391

392**O SR. MÁRIO JOSÉ GISI (Ministério Público Federal)** – Bom-dia. Só rapidamente  
393reforçar. Esse documento que foi encaminhado à direção do CONAMA e que se  
394originou da discussão que ocorre especialmente em São Paulo em Ação Civil Pública  
395proposta pelo Estado de São Paulo na qual o Ministério Público Federal também  
396participa e onde se constou que a alternativa para solucionar esse impasse que ficou  
397para a implementação a partir de janeiro de 2009 desse combustível com menor teor de  
398enxofre acabou criando um impasse com relação à questão a distribuição porque a  
399agência reguladora de combustíveis não se considera competente para esse tipo de  
400regulamentação e como já tem um precedente aqui do CONAMA com relação a essa  
401matéria eles também entendem que seria atribuição nossa do CONAMA fazer essa  
402revisão e dar o tratamento que possibilite a distribuição em todo o território nacional  
403desse combustível com menor teor de enxofre. São essas as considerações, fico a  
404disposição para qualquer...

405

406

407**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
408Então, superamos a fase da informes da Secretária-Executiva do CONAMA. E vamos  
409agora para o quinto item da pauta tribuna livre, eu tenho dois inscritos, Chico Iglezias e  
410a Zuleica.

411

412

413**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Bom-dia a todos  
414novamente. Estamos aqui com a presença da nova Secretária-Executiva do Ministério  
415do Meio Ambiente, gostaríamos que Ministro Minc estivesse aqui na abertura do  
416CONAMA, a senhora já explicou os motivos que ele não está, mas vamos aproveitar  
417depois nós podemos na possibilidade de haver uma reunião entre o setor ambiental  
418com o setor ambientalista com o Ministro nós colocarmos essa posição que é uma  
419coisa que eu sempre tenho batido, mas gostaria que ele escutasse que é um grande

420desafio que nós temos aqui como Conselheiros e como ambientalistas que na questão  
421de decisões política o setor ambiental é marginal nas decisões. Normalmente as nossas  
422decisões não são tomadas por nós. Vejam as grandes questões que envolvem  
423aquecimento global, inclusive a questão de política de mudança climática no Brasil, que  
424o Brasil demorou internamente a incorporar e discutir uma política nacional de mudança  
425climática, eu estou dando um exemplo. As questões de licenciamento que nós temos  
426tido principalmente a sociedade civil, uma grande discussão e um grande desafio de  
427tentar qualificar melhor esse licenciamento pelos grandes problemas que eles têm  
428apresentado. A Ministra anterior tentou colocar um novo termo... Aquela que é uma  
429palavra imensa, transversalidade entre os setores, e infelizmente quem ficou  
430transversal e a atravessado foi o setor ambiental, como sempre sobra para os mais  
431fracos dentro do poder político. Nós sabemos que Ministro tem desafios para posicionar  
432o setor ambiental dentro do próprio Governo, nós sempre como ambientalistas seria  
433interessante que houvesse mais divergência dentro do próprio Governo até para  
434trabalhar melhor e qualificar discussões até dentro deste Plenário e fora dele. E nós  
435queremos traduzir essas preocupações aqui. Eu desejei no momento que nós  
436conversamos aqui informalmente vários assuntos alvíssaras e mantenho as minhas  
437alvíssaras, tanto para o Ministério quanto para o IBAMA. Nós sabemos, por exemplo,  
438que o IBAMA apesar de ser um instrumento importante, ele não é como a EPA  
439americana, a Agência Estadunidense, Agência Estadunidense de Meio Ambiente que  
440tem todos os instrumentos financeiros, técnicos para poder fazer o seu trabalho. O  
441IBAMA, todos nós sabemos, tem um problema sério de recurso para poder realizar o  
442trabalho dele, e em muitas situações extremamente sucateado e sem elementos  
443técnicos para poder dar suporte ao trabalho que poderia realizar. Então, isso são  
444desafios que eu acho que esse Ministério tem desafio que nós temos de tirar o foco  
445marginal da área ambiental para ser transferida para um foco pelo menos igualitário  
446com as decisões econômicas, porque a questão da natureza influencia a economia,  
447todos nós sabemos disso. Quem está acompanhando, por exemplo, as questões da  
448China, sabe que a China tem um problema sério de recursos ambientais, problema  
449sério de matéria-prima por causa da destruição sistemática desses recursos porque lá é  
450uma ditadura e tem problemas sérios em referência aos recursos hídricos que eles vão  
451ter gastos extremamente enormes para recuperar. Então, o nosso país é uma  
452democracia. Nós temos uma oportunidade de discutir tudo isso de forma aberta, por  
453exemplo, como nesse Plenário. A outra questão que está trazendo... Nós consideramos  
454um absurdo, eu acho que maioria de vocês já sabe é que há uma probabilidade da  
455execução de três usinas atômicas no Brasil, se eu não me engano elas estão, inclusive,  
456previstas no PAC, se eu não me engano. Nós tivemos aqui nesse plenário eu tive a  
457confirmação de uma pessoa do comitê, eu não lembro o nome dela, da bacia do rio São  
458Francisco. Duas seriam na bacia do Rio São Francisco. Então, nós ambientalistas  
459consideramos um absurdo esse tipo de decisão política em função da nossa matriz  
460energética ser extremamente caracterizada como limpa. Nós ainda não vencemos o  
461desafio das hidrelétricas, temos condições de fazer hidrelétricas que atendam os  
462requisitos ambientalmente possíveis até dentro dos critérios que nós ambientalista  
463exigimos e que não são respeitados e porque nós estamos querendo novas usinas  
464atômicas com graves problemas de lixo atômico se não conseguimos nem aquele lixo lá  
465no Amapá, que foi notícia, toaranita, não sei o nome do mineral, que está lá no batalhão  
466e que ninguém sabe onde depositar. Então, eu gostaria de levantar isso, nós  
467consideramos sério esse Conselho vai ter que algum dia debruçar sobre essa questão  
468para discutir isso. Então, eram essas palavras que nós gostaríamos de colocar,

469estamos colocando para a Secretária-Executiva, mantém as alvíssaras que nós  
470consigamos fazer um trabalho, é um início, sabemos a dificuldade da máquina  
471administrativa que é dominar porque você sai do Estado o Rio de Janeiro que você está  
472ali só com Governador, vai lidar com todos os governadores, todos os Estados, todos  
473os setores do Governo Federal e vamos em frente vermos se conseguimos um dia  
474colocar meio ambiente na agenda central fugindo da marginalidade que está ali  
475cabendo hoje na atualidade.

476

477

478**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**  
479Obrigada Chico, alvíssaras pelos seus comentários e nós vamos encaminhar, nós já  
480começamos as interlocuções no Governo Federal setorialmente falando e tudo bem que  
481eu vou ter que lidar com outros 26 Governadores além do Rio de Janeiro, mas posso  
482dizer que a experiência do Rio, nossa, conseguimos colocar a agenda ambiental como  
483central no Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado. Por falar nisso eu  
484gostaria de anunciar a presença da secretária de meio ambiente do Rio de Janeiro,  
485aliás, do ambiente, no Rio de Janeiro o ambiente é inteiro. E como sempre atrasada. É  
486como disse doutora Marilene Ramos, eu já dei posse a você na alma. Esse é o  
487CONAMA seu novo plenário, obrigada por suas palavras e certamente vamos trabalhar  
488juntos.

489

490

491**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC) –** É agora que eu vou conversar com todo mundo  
492para dar algumas informações, algumas boas e algumas péssimas. Só pegando aqui o  
493gancho da conversa do Informe do Chico sobre as usinas nucleares. Nós sequer  
494conseguimos alcançar a capacidade da armazenar resíduos radioativos, então nem  
495pensar em falar em energia nuclear enquanto não estiver tudo que é importante fazer  
496antes de cometer alguma obra, fazer alguma obra que cause um enorme impacto  
497ambiental, todas as salvaguardas teriam que estar já decididas, definidas e de forma  
498transparente. O que acontece é que tem um notícia aqui que saiu na quarta-feira, 11 de  
499junho dizendo que Polícia Federal aguarda remoção de material radioativo há seis  
500meses, cerca de uma tonelada e 200 quilos de torianita, minério com alto teor de  
501radiação, apreendido pela Polícia Federal do Amapá está depositada no batalhão  
502ambiental da Polícia Militar á 14 quilômetros de Macapá. Há pelo menos seis meses o  
503material está aberto, pois a Polícia Federal não tem estrutura adequada para  
504condicioná-lo. A Polícia Federal afirma que manteve vários contatos de técnicos da  
505Comissão Nacional de Energia Nuclear para fazer o transporte o minério para local  
506seguro em conformidade com normas específicas do órgão, no entanto, o órgão chegou  
507a ir até o local verificar a situação, mas ainda não assumiu a responsabilidade pela  
508retirada do minério. Não preciso falar mais nada. Eu gostaria de contar uma coisa boa  
509para vocês que é o amianto. Felizmente a proteção divina fez com que o Superior  
510Tribunal Federal mantivesse no dia quatro de junho a vigência da lei paulista 14684 de  
5112007 que proibiu o uso de qualquer produto que utilize amianto no Estado. A maioria  
512dos Ministros concordou que a lei estadual está em conformidade com a Constituição  
513Federal e atende ao princípio da proteção à saúde. Ela tinha sido contestada pela  
514Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria através da Fiesp alegando que  
515a norma usurpava a competência da União e entrava em confronto com a Lei Federal  
5169055 de 95 que essa não é divina que permite o uso controlado do amianto no país.  
517Não há possibilidade de uso controlado de amianto. Mas, a lei permite ninguém sabe

518 como que se controlam fibras de amianto, no caso do amianto da qualidade crisotila  
519 também. A maioria dos Ministros, etc. continuando aqui, o que aconteceu foi que o  
520 Superior Tribunal Federal entendeu que a lei paulista está respaldada pela convenção  
521 da OIT, um compromisso assumido pelo Brasil em esfera internacional para  
522 salvar o trabalhador de ter contato com amianto e para inclusive bani-lo. Então, é  
523 uma vitória maravilhosa e também já quero dizer que Defensoria Pública da União já  
524 entrou com uma ação de inconstitucionalidade contra essa Lei Federal que permite o  
525 chamado ninguém sabe como uso controlado. E por fim gostaria de dizer que o Brasil...  
526 Por fim não, têm mais duas coisas, bem rápido. Uma é que o Brasil está entrando, vai  
527 acionar a Organização Mundial do Comércio contra a nova lei que barra o níquel na  
528 Europa. O níquel é considerado um produto perigoso, cancerígeno, vários compostos  
529 do níquel e a Companhia Vale do Rio Doce que não é mais brasileira, não é mais  
530 estatal e acredito que não seja nem brasileira mais, o Brasil vai defender os interesses  
531 da Vale do Rio Doce na Organização Mundial do Comércio, pode ser que seja legal,  
532 mas para mim me parece bastante esquisito que o Brasil esteja preocupado que se o  
533 níquel for proibido por questões de saúde e meio ambiente, isso é um problema para  
534 Vale lucrar, é um problema de lucro para a Vale, muito engraçado isso porque o Brasil  
535 entrou justamente no contencioso da OMC, na questão dos pneus. Nós alegamos  
536 justamente que não queríamos pneus usados porque era uma questão de saúde e meio  
537 ambiente e agora ele está querendo derrubar a decisão europeia de que quer o que  
538 níquel apesar de ser um problema de saúde e meio ambiente, continue sendo  
539 livremente usado na Europa porque isso atende aos interesses da companhia Vale do  
540 Rio Doce e por fim eu queria lembrar, eu queria entregar para a Doutora Izabella  
541 justamente quando o Ministro falou outro dia, o Ministro Carlos Minc que é preciso  
542 endurecer as regras da emissão de poluentes nas indústrias do país e a afirmou que vai  
543 enviar ao CONAMA uma proposta para tornar os padrões de emissões atmosféricas  
544 mais rigorosas. Eu queria lembrar que quando nós saímos daqui derrotados, os  
545 ambientalistas, na votação daquela Resolução, nós encaminhamos um documento  
546 pedindo apoio para o Ministério da Saúde que nos desse um respaldo técnico e político.  
547 Eles fizeram isso, deram toda razão para nós e ainda por cima encontraram mais  
548 motivos para criticar a resolução, além daqueles que nós tínhamos apresentado. Eu  
549 gostaria de te entregar em mãos esse documento do Ministério da Saúde para que a  
550 senhora tome conhecimento da posição do Ministério da Saúde através do Conselho  
551 Nacional de Saúde. Obrigada.

552

553

554 **SR. DALTON MELO MACAMBIRA (Governo do estado do Piauí)** – Eu queria  
555 desejar um bom-dia a todos. Cumprimentar a nova Secretária-Executiva do Ministério  
556 do Meio Ambiente desejar uma profícua administração muito sucesso. O desafios são  
557 muitos e os problemas do passivo ambiental também. Então, desejar toda sorte e  
558 toda... E a retomada Izabella de uma agenda que a equipe anterior do Ministério estava  
559 tendo com o Governo do Estado do Piauí sobre a criação de novos parques federais no  
560 Piauí, o Governo Estadual, o Governo do governador Wellington é absolutamente  
561 favorável à criação de novas unidades de conservação desde que haja interlocução  
562 entre o Governo Federal e o Governo Estadual para se garantir o pacto federativo e  
563 aproveitar para dizer que na abertura da semana estadual do meio ambiente o  
564 governador criou a estação ecológica da chapada da serra Branca, são vinte e um mil e  
565 quinhentos hectares que somados a área de amortecimento vai dar quase vinte e cinco  
566 mil hectares, uma nova unidade de conservação estadual localizada no corredor

567ecológico entre a serra da capivara e a serra das confusões que são dois parques  
568federais. E mais um informe que eu considero importante e eu queria em particular  
569chamar atenção dos gestores estaduais e municipais é que também na abertura da  
570semana estadual do meio ambiente o Governador Wellington por sugestão nossa criou  
571através do decreto em cada órgão da administração direta ou indireta do Estado o Piauí  
572uma Comissão de serviços ambientais cuja tarefa vai ser transformar a administração  
573ambiental, a administração pública numa administração sustentável. Para isso me  
574parece que essa medida é extremamente importante e que outros Estados e outros  
575gestores sigam essa decisão porque ao criar um serviço ambiental em cada órgão da  
576administração direta e indireta você estabelece uma possibilidade concreta da  
577transversalidade na administração pública na medida em que cada órgão vai ter uma  
578Comissão de serviços ambientais responsável por estar pensando a destinação dos  
579resíduos que são produzidos por aquele órgão até a decisão de trocar o papel branco  
580pelo papel reciclado, trocar os automóveis daquela administração por automóveis que  
581usem biocombustíveis substituindo os combustíveis de origem fóssil, enfim, me parece  
582que essa é uma decisão extremamente acertada do nosso Governador, a criação do  
583serviço ambiental em cada órgão e me parece que assim nós vamos ter mais sucesso  
584na possibilidade da definição de uma política ambiental que seja transversal, já que,  
585todos concordam que não é apenas o órgão ambiental responsável pela política  
586ambiental, mas sim, toda a administração pública tem que estar preocupada, variável  
587ambiental tem que ser pensada pelo conjunto da administração pública. Era essa  
588informação que eu gostaria de dar, não vou usar o tempo todo, mas reforçar as boas  
589vindas a Izabella, a nova administração, a Secretária-Executiva e ao Ministro Minc e  
590contar com os Estados nesse diálogo, nessa interlocução permanente com o Ministério  
591do Meio Ambiente. Muito obrigado.

592

593

594**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – A  
595respeito dessa iniciativa do Governador, eu quero ressaltar a experiência de Minas, a  
596experiência do Rio de Janeiro e de outros Estados, imagino eu, mas são esses que eu  
597conheço, da criação dos núcleos de gestão ambiental em secretarias de Estado  
598setoriais para poder formular exatamente políticas que possam compreender o sentido  
599da transversalidade. O Rio de Janeiro já tem isso, Minas Gerais, acredito que outros  
600Estados tenham em outros formatos, seja boa essa diversidade, mas parabéns para o  
601Piauí.

602

603

604**O SR. LUIS CARLOS MARETTO (KANINDÉ)** – Bom-dia a todos. Saudando a Mesa. O  
605sou representante da entidade Kanindé. Entidade ambientalista da região Norte. Meu  
606objetivo de estar vindo aqui, nesse momento agora é para protocolar um dossiê que foi  
607realizado no Estado de Rondônia por um grupo de ambientalistas regionais e também  
608de nível nacional. Quem tomou a frente desse trabalho foi o GTA – Grupo de trabalho  
609amazônico onde existem várias ONGs congregadas juntas. Foi um trabalho que foi  
610levantado toda a questão de desmatamento e devastação das unidades protegidos de  
611Rondônia, as unidades de conservação e terras indígenas. Esse documento eu  
612pretendo protocolar aqui e se possível colocá-lo na página do CONAMA em meio digital  
613para que todos possam ter acesso. Ficou um trabalho muito bom, realizado em cima de  
614imagens de satélites o que retrata muito bem a questão de Rondônia, o quadro que  
615Rondônia vem sofrendo nos últimos anos. Então, para se ter uma idéia, hoje segundo

616 dados do INPI Instituições Nacional de Pesquisas Espaciais, aproximadamente 37% da  
617 área territorial do Estado de Rondônia foi desmatado. E isso envolve todas as  
618 coberturas florestais. E se tratando só de floresta em si, tirando cerrado e outras  
619 vegetações 44% de floresta primitiva foi desmatada no Estado a Rondônia. Hoje temos  
620 algumas unidades de conservação tipo a Flora Bom Futuro que é uma unidade de  
621 conservação nacional, ela encontra-se hoje 32% desmatada 78.800 hectares  
622 desmatada. Pegando como exemplo a reserva extrativista Ji-Paraná que é estadual  
623 20% da reserva extrativista foi desmatada. Dentro da Flora Bom Futuro se tem hoje em  
624 torno de... Tem uma vila com quatro mil pessoas dentro. Existe mais de 236 criadores  
625 de gado, dados oficiais apontam um rebanho bovino de 20 mil cabeças de gado dentro  
626 da Flora Bom Futuro, mas há dados divulgados na mídia que apontam até 50 cabeças  
627 de gado. Então, a situação de Rondônia é bem crítica. Eu acho que tem que se tomar  
628 algumas medidas urgentes para conter essas frentes de desmatamento, o zoneamento  
629 de Rondônia está bem descaracterizado, várias zonas não estão sendo respeitadas,  
630 tipo Zona 2, que é uma zona de uso especial para conservação da biodiversidade  
631 encontra-se totalmente alterada. Houve uma redução das reservas extrativistas  
632 estaduais em mais de 1.400.000 hectares. No total houve uma redução de dois milhões  
633 de hectares envolvendo a zona dois de zoneamento e essas florestas para rendimento  
634 sustentável de Rondônia. Então, se for ver bem, a coisa é bem grave em Rondônia, o  
635 que vem acontecendo, e nós colocamos aqui alguns pontos para a tomada de medidas  
636 emergentes para ver se se consegue conter essa questão do desmatamento. Então, eu  
637 queria só deixar bem claro. Vou protocolar e isso vai estar na mídia com certeza, em  
638 alguns sites já saiu o dossiê... Tudo correndo certo, verei se coloco na página do  
639 CONAMA e todo mundo terá a oportunidade de ler e saber o que está acontecendo.

640

641

642 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
643 Marreto, obrigada. Você pode protocolar e nós vamos tornar disponível por solicitação  
644 do Conselheiro do CONAMA na página, em PDF.

645

646

647 **O SR. MANOEL IMBIRIBA JUNIOR (Representante do Governo do estado do Pará)**  
648 – Bom-dia. Imbiriba Governo do Pará. É mais informe ao CONAMA no que diz respeito  
649 ao fórum nacional de gestão de água brasileiro que foi instituído em novembro do ano  
650 passado onde uma iniciativa a Agência Nacional de Águas e da Secretária Nacional e  
651 de todos os órgãos gestores estaduais. Nós tínhamos a necessidade da transformar  
652 esse fórum em uma associação e esse é inclusive o motivo do convite, nós estamos  
653 tentando agendar, inclusive com o próprio Ministro Minc e aproveitando e a saudando a  
654 Secretária para que nós tenhamos uma conversa, um diálogo pelo fortalecimento do  
655 Sistema Nacional de Gerenciamento das Águas no Brasil e também toda uma pauta  
656 estabelecida que os Estados tenham a apresentar. Nós já realizamos alguns fóruns, o  
657 primeiro foi no Pará na cidade da Belém em que se discutiu a questão da outorga com  
658 a presença da Agencia Nacional e a Secretaria Nacional. No Acre nós tivemos o debate  
659 sobre o zoneamento econômico e ecológico e recursos hídricos. Em Minas Gerais, Belo  
660 Horizonte nós discutimos a questão da fiscalização e estaremos agora nos dias dez e  
661 onze em Salvador no mês de julho discutindo a questão da fiscalização e toda essa  
662 agenda dos recursos hídricos nacionais. Em São Paulo, em agosto, já conversando  
663 com o Fundo Nacional nós tivemos uma discussão sobre os fundos setoriais acertado  
664 com Willian de Paula Araújo, presidente do fundo, diretor do fundo, e nós vamos

665culminar ainda em Goiás o licenciamento e outorga e no dia 13 de novembro  
666juntamente com todos os comitês de bacias hidrográficas fazer um debate fechando  
667essa agenda. É possível que saia ainda no ano que vem, no dia mundial água, um  
668lançamento de uma publicação sobre a gestão em cada Estado. Hoje ainda temos  
669cinco Estados no Brasil que ainda não possui plano. O Pará e o Amazonas estão  
670fechando os seus termos de referência, avançamos cadernos regionais uma lacuna  
671muito forte na região Norte, talvez uma falta de política mais direcionada para aquela  
672região, mas o Acre já tem uma metodologia e nós estamos trabalhando fortemente. O  
673Governo do SRH da Bahia é a coordenadora nacional do fórum, o IGAN em Minas  
674Gerais é o coordenador Executivo e Acre, a Secretária também que trabalha na  
675organização do fórum. O Pará, Maranhão, Goiás, Paraná e Minas Gerais são  
676representantes das regiões distribuídas por todo o Brasil. Então principalmente aos  
677secretários de meio ambiente e recursos hídricos, institutos e aos superintendentes, o  
678fortalecimento desse fórum é extremamente importante. Então, ele passa a ser, ter um  
679caráter organizacional diferenciado, apenas era uma rede. Hoje como a ABEMA,  
680ANAMMA nós teremos um estatuto a ser discutido nessa próxima reunião e estaremos  
681disponibilizando isso no site para que em um futuro próximo... Os trabalhos técnicos  
682estão sendo executados com muito controle, o licenciamento e a implementação da  
683gestão em nível nacional. Obrigado.

684

685

686**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
687Vamos conversar sim. Por favor, depois você vai ver com a minha assessoria. Procure  
688o Volnei que pode me ajudar nisso para que nós possamos acertar a reunião. E sobre o  
689Maretto, a questão que você me entregou aqui eu já estou despachando para as  
690pessoas e sugerindo também o encaminhamento à FUNAI. O Ministério vai encaminhar  
691a FUNAI.

692

693

694**O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA)** – Senhora presidente e  
695senhoras e senhores Conselheiros, eu desejo em nome dos municípios as boa vinda à  
696senhora Secretária-Executiva e do Ministro Minc ao topo da coordenação do sistema  
697nacional do meio ambiente, o SISNAMA, e vim informar a este Plenário da realização  
698dia 11, 12 e 13 de agosto do 18º encontro nacional da ANAMMA que vai se realizar na  
699cidade da Goiânia. Inicialmente foi definido no 17º encontro em Recife que seria em Foz  
700do Iguaçu, mas por razões operacionais não pôde se realizar naquela localidade.  
701Então, foi previsto agora para inserir, pedir para inserir no calendário nacional dos  
702eventos ambientais esse encontro que cada vez mais se mobiliza e cada vez mais  
703municípios passam a internalizar a questão ambiental nas suas atividades, no seu  
704*standard* organizacional. E lembrar também, senhora Presidente, que nós passamos,  
705desculpe o termo, “batidos” em relação ao décimo aniversário da Resolução 237 que foi  
706em dezembro de 97 e que foi fundamental a coragem cívica deste Conselho ao até  
707antecipar o Congresso Nacional no momento do caos profundo que vivia o SISNAMA  
708onde delimitamos, tivemos a ousadia de delimitar as competências entre os entes  
709federados e que efetivamente serve como âncora agora para a construção da Lei  
710Complementar do art. 23 regulamentando o art. 23 das competências comuns no que  
711tange a questão ambiental e a gestão ambiental. Então, eu acho que em comemoração  
712a esses dez anos da 237, mais empenho os municípios pedem para que o Governo,  
713para o que Ministério do Meio Ambiente, faça efetivamente a pontuação e a

714determinação na priorização dessa discussão que vai dar segurança jurídica a todos os  
715entes federados e principalmente às atividades chamadas empresariais e não  
716produtivas, produtivos todos somos nós, Governos, entidades da sociedade civil, mas  
717há também aqueles empreendedores. Então, esse era o ponto e mais uma vez desejar  
718à senhora e ao Ministro Minc uma gestão plenamente exitosa com a construção  
719definitiva do SISNAMA. Obrigado.

720

721

722**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Eu  
723agradeço às suas palavras. Primeiro quero confirmar a minha presença ao encontro  
724nacional da ANAMMA e segundo, vou colocar na agenda, sobre a questão do art. 23  
725você tem um café comigo amanhã, você tem um café da manhã comigo amanhã, não  
726sei se você foi informado sobre esse assunto. Então, prioridade maior começar o dia  
727com o art. 23 e com os municípios. Podemos ir para o seguinte, ir à ordem seguinte, o  
728item 6. Eu gostaria... Algum problema? A apresentação à Mesa por escrito dos  
729requerimentos de urgência, de inversão de pauta ou de retirada de matéria. Eu estou  
730consultando ao Plenário se tem alguma solicitação de inversão de pauta. Já temos  
731alguma? Nilo, por favor.

732

733

734**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Nós temos um  
735requerimento de inversão de pauta que foi encaminhado aqui pela associação em  
736defesa de qualidade de vida do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural e  
737artístico que assim que foi enviado pelo Conselheiro Carlos Ozório da Bicuda,  
738representante da Região Sudeste. Ele pede que a Mesa faça a inversão de pauta do  
739item 7.6, a proposta de resumo de moção sobre a reserva e desenvolvimento  
740sustentável de Maricá. Então, o pedido é que essa inversão seja feita de tal maneira  
741que essa moção seja apreciada em primeiro lugar. É isso Carlos Ozório? Seja  
742apreciada a Resolução antes? Então, o pedido de inversão de pauta da Bicuda é que  
743essa moção seja tratada como primeiro item de moção passando a ser, portanto de 7.6  
744passaria, se o plenário concordar, a 7.3, correto? Nós temos aqui, presidente, o pedido  
745de inscrição da Maria José do Ministério de Minas e Energia.

746

747

748**A SR<sup>a</sup>. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (Ministério de Minas e Energia)** – Bom-dia a  
749todos. Sem prejuízo, ou pelo menos muito prejuízo, Carlos Ozório, do seu pedido de  
750priorizar a questão Maricá, eu gostaria de solicitar que fosse mantida a questão da  
751Petrobrás em primeiro lugar e aí a inversão solicitada pela Bicuda passaria a ser a  
752questão Maricá discutida em segundo lugar. E nós justificamos a solicitação em termos  
753do assunto da Petrobrás estar tramitando a muito tempo, da última vez por uma  
754questão de quorum não foi discutido, é de interesse do Ministério que essa questão  
755seja de fato discutida sem qualquer risco de quorum no Plenário.

756

757

758**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
759Maria José, o pessoal da Bicuda... É possível fazer isso? Conversem entre si.

760

761



762 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Nós temos uma...  
763 Enquanto o Carlos Ozório e Maria José tentam um acordo na pauta de moções, nós  
764 temos aqui um pedido de votação nominal já previamente entregue à Mesa e assinado  
765 por onze Conselheiros representantes da sociedade civil e que pede votação nominal  
766 para seis matérias aqui que ainda estão na pauta, na Ordem do Dia. Em relação à  
767 madeira, eu acredito que aqui madeira é o requerimento de informações que nós vamos  
768 tratar exatamente, é o ponto seguinte... Requerimento de informações sobre as usinas  
769 do Rio Madeira em havendo votação, sempre em havendo votação que ela seja feita  
770 nominalmente. A mesma coisa em relação a pilhas e baterias, se houver votações para  
771 essa Resolução de pilhas e baterias que seja feita nominalmente. Da mesma maneira a  
772 moção referente à Petrobrás que está sendo tratada agora, a moção referente à Mauá,  
773 a moção que trata da reserva de desenvolvimento sustentável de Maricá e também a  
774 moção que pede o arquivamento do processo de licenciamento de Tijuco auto. Então,  
775 para essas seis matérias esses Conselheiros estão solicitando votação nominal. A  
776 Mesa apenas registrou essas duas solicitações envolvendo alteração de pauta.

777

778

779 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
780 Maria José, tem uma posição? Então, há um acordo entre a Bicuda e o Ministério das  
781 Minas e Energia, está vendo a sustentabilidade das relações? A Petrobrás fica em  
782 primeiro se não houver objeção e em seguida Maricá. Ok? Aprovado? Podemos seguir  
783 os trabalhos? Vamos adiante. Obrigada Bicuda.

784

785

786 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – A Mesa registrou  
787 apenas essa solicitação de inversão de pauta da Bicuda e esse pedido de votação  
788 nominal que nós vamos ter que ir procedendo a cada item que entra na pauta. Então,  
789 não temos mais nenhuma outra solicitação. Se não temos, Presidente, podemos  
790 passar, então, a requerimento do 6.1 que é o requerimento de informação ao IBAMA  
791 Ministério Público Federal Rondônia e amigos da terra quanto ao processo de  
792 licenciamento das hidrelétricas de Santo Antônio e Geral no Rio Madeira.

793

794

795 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
796 Então, consta de pauta, já foi observado aqui no início da reunião que esse referimento  
797 foi objeto de reformulação e reapresentação ao plenário. Eu gostaria de saber se o  
798 presidente da Kanindé quer fazer alguma fala. Maretto, quer falar algo sobre o  
799 requerimento? Por favor.

800

801

802 **O SR. LUIZ CARLOS MARETTO (KANINDÉ)** – Esse referimento me foi apresentado  
803 inicialmente na Plenária de Fortaleza e depois por falta de quorum e outros pontos mais  
804 ele foi retirado de pauta, foi reformulado e ele foi disponibilizado no site do CONAMA  
805 conforme um acordo feito entre nós aí e caso houvesse um questionamento alguma  
806 coisa nós faríamos uma adaptação do documento, mas durante os 15 dias que ele ficou  
807 no site, não houve manifestação nesse período e sim depois dos 15 dias. Então,  
808 segundo, conforme o CONAMA que é um órgão colegiado de caráter normativo,  
809 deliberativo e consultivo que integra o SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente,  
810 e tem entre outras várias competências que aparece no art. 2º do inciso II: “Determinar

811quando julgar necessário a realização de estudo das alternativas das possíveis  
812conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados requisitando aos órgãos  
813federais, estaduais e municipais, bem como as entidades privadas informações  
814notadamente as indispensáveis apreciação de estudo prévio de impacto ambiental e  
815respectivos relatórios no caso de obras ou atividades de significativa degradação  
816ambiental, em especial, nas áreas consideradas patrimônio nacional, e assim sendo e  
817fazendo valer de nosso direito como Conselheiro nós dirigimos a este colegiado para  
818solicitar esclarecimentos referentes ao EIA/RIMA e licenciamento ambiental em curso  
819referente aos empreendimentos, aproveitamento das hidroelétricas de Santo Antônio e  
820Jirau que se pretende construir no Rio Madeira, Estado de Rondônia, e que a integra o  
821complexo hidrelétrico do Rio Madeira e que se construído poderão causar impactos  
822ambientais e sócio-ambientais irreversíveis. Ao analisarmos o processo referente a este  
823empreendimento, encontramos diversas falhas, omissões nos estudos, desrespeito a  
824Constituição Federal, falta de cumprimento à legislação ambiental pertinente, ferindo  
825alguns princípios como de legalidade e probidade administrativa. O encadeamento  
826histórico do processo desde o início de sua concepção nos aponta arbitrariedade que  
827precisarão ser esclarecidas à sociedade, até porque trata-se de um mega  
828empreendimento na Amazônia legal envolvendo o maior fluente do rio Amazonas e que  
829caso sejam construídos empreendimentos, afetarão mais de 15 mil famílias ribeirinhas  
830que vivem da pesca, além de populações indígenas contatadas e não contatadas  
831localizadas na área de influência indireta dos empreendimentos. Haverá alagamento de  
832áreas, elevação do nível d'água dos rios e certamente surgirá... Aumentará a incidência  
833de malária na região e assim sendo apresentamos este referimento de informação onde  
834são elencados vários considerandos que faz o encadeamento dos acontecimentos,  
835mostram atribuições que deveriam ser seguidas, aponta fatos concretos acontecidos,  
836descumprimento de obrigações, manobra política para se obter vantagem no alcance  
837do pretendido há qualquer custo. Diante do exposto e considerando integralmente o  
838conteúdo do requerimento as organizações que subscrevem esse requerimento  
839entendem que: 1) a equipe técnica do IBAMA concluiu não se possível atestar a  
840viabilidade ambiental dos empreendimentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau e  
841mesmo assim a licença prévia foi concedido sem que fosse atendida a recomendação  
842da realização de novo estudo de impacto ambiental mais abrangente tanto em território  
843nacional como em e território transfronteiriço incluindo a realização de novas  
844Audiências Públicas. Não foi atestada a viabilidade ambiental dos empreendimentos  
845como consta no parecer técnico 14 de 2007 do próprio IBAMA. Os estudos  
846subdimensionam ou negam impactos potenciais e as análises dos impactos  
847identificados demonstram a fragilidade dos mecanismos e propostas de mitigação. Não  
848consta do processo do licenciamento documento que comprova a consulta ao Conselho  
849de meio ambiente do município de Porto Velho e ao CONCEPA. As análises dos  
850estudos não levam em conta os fatos de a região constar de um mapa de área  
851prioritária do MMA para conservação a ser classificada como área de alta prioridade de  
852conservação. O MMA não se manifestou contra esse fato nos autos do processo de  
853licenciamento. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Coordenação de Isolados não se  
854manifestou no processo de licenciamento quanto à presença dos índios isolados ou  
855índios livres da Estação Ecológica Mogi-na- Vaca, Serra Três irmãos e bacias do Rio  
856Jaci Paraná, Candeias, Caripumi e Jacareúba. O fato de o termo de referência  
857balizador dos estudos ambientais não ter sido atendido integralmente prejudicou a  
858exceção de outras terras indígenas factíveis a sofrer impactos, não foram realizados  
859levantados, estudos complexos ajuizantes dos empreendimentos para avaliar os

860possíveis impactos ambientais sobre as populações indígenas. A terra indígena  
861caritiana é conhecida como área onde há grande incidência de malária, porém não há  
862nos estudos ambientais pesquisa sobre a possibilidade do aumento...

863

864

865**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –

866Maretto, desculpe interrompe-lo, mas nós temos mais de três minutos e eu gostaria de  
867fazer uma ponderação com você, o que você acha? Quanto tempo você precisa,  
868porque o seguinte, o referimento pelo que eu tomei conhecimento foi apresentado na  
869reunião passada, foi objeto de discussões, foi reapresentado, está disponível para os  
870Conselheiros, será que você pode objetivar os pontos centrais: terras indígenas, a  
871questão do parecer técnico do IBAMA, foram coisas que você pontuou de tal maneira  
872que nós possamos encaminhar porque como tem uma solicitação que esta votação seja  
873nominal eu quero abrir as discussões para o Plenário, para as pessoas que quiserem  
874se manifestar e depois nós podemos encaminhar a votação do acolhimento ou não do  
875Regimento, se estiver bem para você. Então, só lhe peço que você pontue de uma  
876maneira mais estratégica quais são realmente os pontos que motivam, além de toda a  
877argumentação já posta do requerimento. Pode ser?

878

879

880**O SR. LUIS CARLOS MARETTO (KANINDÉ)** – Certo. Nós temos algumas perguntas

881que foram elaboradas... E eu vou fazer o seguinte: eu vou passar para Zuleica que foi a  
882pessoa que assinou junto e ela está com as perguntas aí e ela pode complementar o  
883resto do que eu ia fazer...

884

885

886**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Na verdade eu não sei se tem algum problema

887esse requerimento porque para aprovação é apenas uma praxe do CONAMA aprovar  
888os requerimentos de informação. Ele está bem fundamentado, não existe nenhuma  
889inverdade aqui, o que existe é uma interpretação da análise de oito mil páginas que  
890foram estudadas em todo o processo. Nós aceitamos de má vontade de certa forma,  
891mas com a intenção de chegar num acordo e foi reescrito esse documento e, inclusive  
892ele ficou maior porque na medida em que nós fomos reescrever o documento nós  
893fomos nos lembrando de mais e mais coisas interessantes que nós não tínhamos  
894colocado na versão anterior. Então, esse requerimento aqui está mais rico do que  
895aquele anterior. Não existe nenhuma acusação pessoal como eu já frisei antes e a  
896Mesa concordou que de fato isso não existe e as entidades que estão sendo chamadas  
897estão sendo chamadas aqui, convidadas para prestar informações ao Conselho  
898extremamente importantes porque essas informações elas não foram encontradas na  
899análise das 8 mil páginas e elas estão fundamentais para qualquer licenciamento. Com  
900vistas então ao princípio da precaução, nós solicitamos que esse documento seja  
901aprovado para que essas entidades possam ser convidadas e prestar os  
902esclarecimentos. Obrigada.

903

904

905**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Eu

906gostaria de abrir a Plenária. Por gentileza os inscritos que se manifestaram a respeito  
907desse requerimento. Minas e Energia, Pará, Ministério da Justiça, Rubens, Secretário-  
908Geral de presidência, Ministério da Agricultura. Então, nós temos seis inscritos. Vou

909ouvi-los e encaminhar. Tem mais alguém? Se durante os comunicados quiserem  
910solicitar algum aparte por gentileza. Então, por favor, Maria José do Ministério das  
911Minas e Energia.

912

913

914**A SR<sup>a</sup>. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (Ministério de Minas e Energia)** – O nosso  
915entendimento é de que o documento que foi apresentado como a versão modificada do  
916documento original que foi veiculado na reunião em Fortaleza que ele, na verdade,  
917algumas expressões ou palavras um pouco mais fortes ou mais agressivas foram de  
918fato retiradas do texto, mas o texto mantém integralmente aquilo que de fato é o nosso  
919questionamento e, vamos dizer assim, é o grande questionamento acho que geral em  
920relação a esse documento. Primeiro que ele não se apresenta ou não configura como  
921de fato um referimento de informações. Então, por exemplo, se nas oito mil páginas  
922existem perguntas cujas respostas não estão contempladas, essas deveriam ter sido as  
923perguntas feitas. Essas deveriam ter sido de fato as informações solicitadas, mas o  
924documento não é isso. O documento ele apresenta um caráter de pré-julgamento, ele  
925faz juízo de valor de atos administrativos. Insinua, mais de uma forma muito clara, a  
926improbidade administrativa e além de todas essas questões que para nós não se  
927configura como de fato um referimento de informações, o documento convoca  
928instituições públicas e privadas ou entidades, comunidades sociais, entidades sociais  
929para uma que nós chamamos de fato uma acareação entre as partes e não é de  
930pertinência deste Conselho convocar quer seja instituições públicas ou privadas. Ele  
931pode requerer informações, mas o ato convocatório do documento, explicitamente  
932convocado nesses termos de convocação deixa de ser uma prerrogativa do CONAMA.  
933Nós, inclusive solicitamos a CONJUR do MMA que interpretasse sob o ponto de vista  
934jurídico a pertinência da convocação do documento e a resposta é que de fato não cabe  
935a este Conselho convocar instituições públicas ou privadas para fornecer informações,  
936mas nós gostaríamos de mais uma vez colocar claro que não foi em momento algum,  
937inclusive nós continuamos sem saber quais são as perguntas que não têm respostas  
938porque o documento é a todo o momento num caráter acusativo, pré-julgamento, juízo  
939de valor de atos de instituições públicas. É de nosso entendimento, inclusive, que esse  
940documento sequer deveria ser votado por não ser entendido como de fato um  
941requerimento de informações. E fica, inclusive, uma recomendação muito forte nossa  
942de que o grupo que hoje estuda a questão do Regimento Interno do CONAMA pudesse  
943avaliar e deixar muito bem disciplinado e claro no Regimento do CONAMA como os  
944limites de atuações de diversas matérias para que não se incorra em num erro como  
945esse de se convocar quando se não tem essa prerrogativa, para que de fato se  
946consolide cada vez mais este Conselho como espaço democrático sim, de discussões  
947com muita responsabilidade.

948

949

950**O SR. MANOEL IMBIRIBA JUNIOR (Governo do estado do Pará)** – Nós temos  
951passado na Amazônia algumas questões importantes do ponto de vista avaliação de  
952impacto ambiental e EIA/RIMA. Então, a preocupação do Estado do Pará é exatamente  
953essa. Nos últimos acontecimentos que estiveram desde Cararau a Belo Monte  
954demonstram isso. Então a publicação, a democracia no ato do gestor, ela é  
955fundamental e está na lei, e tem que ser seguida. Portanto, nós pontuamos que nós  
956somos a favor do requerimento, do pedido de informação, não só para o IBAMA, mas  
957para qualquer órgão, pela responsabilidade enquanto gestor que nós temos no trato da

958coisa pública. Agora, isso é o requerimento, o que tem no corpo da apresentação dos  
95971 pontos. Então, do ponto de vista do requerimento, do pedido de informação, sem  
960problema nenhum, nós somos a favor. Agora, os 71 *considerandos*, em grande parte, o  
961mérito de questão já define esse juízo de valor. Então, justamente eu não sei se o  
962CONAMA, do ponto de vista, aprovar o requerimento, está referendando que há  
963irregularidade do item 9. Eu acho que a consultoria trabalhou muito bem porque tem  
964informações, inclusive por dentro do Governo quando tem acesso ao documento, e tem  
965que ser público, obviamente, mas de uma correspondência entre Ministérios, que pede  
966isso. O CONAMA vai se posicionar em relação ao mérito do pedido e os 71 pontos e  
967vem se elencando, e eu acho que cabe sim ao IBAMA, ao FUNAI, prestar informações  
968por dentro do processo aqui os Conselheiros e quem está pleiteando tem em termos  
969das dúvidas, o que não foi contemplado no EIA/RIMA. Acontece que, às vezes, antes  
970de nós inclusive colocarmos os termos de referência, o próprio EIA/RIMA, já tem  
971posicionamento em cima do empreendimento que não foi nem avaliado o seu conteúdo,  
972e está sendo colocado. Então, inclusive coloca o que está *sub judice*, assim como ficou  
973*sub judice* inclusive pelo próprio Ministério Público a questão de Belo Monte, nós temos  
974hoje inclusive a questão de Marabá, nós vamos nos reunir amanhã para discutirmos  
975todas as hidrelétricas do ponto de vista do Araguaia-Tocantins e Jirau, obviamente,  
976também está nesse contexto. Então, a nossa visão para que nós tenhamos muita  
977serenidade, do ponto de vista, inclusive aprovar um requerimento que o CONAMA está  
978pedindo informações, que devem ser prestadas pelos Órgãos Gestores e que têm  
979envolvimento no caso é plenamente possível. Agora, quanto à questão do mérito nós  
980teremos que ver como iremos tratar esses 71 pontos, se isso pode ser apresentado,  
981inclusive porque está pleiteando no dia da discussão. “Olha, nós temos essas  
982discussões levantadas, qualquer pessoa pode se manifestar, não basta ser entidade ou  
983o Ministério Público.” O EIA/RIMA é um documento que fica disponibilizado nas  
984Audiências Públicas. Para vocês terem uma idéia as Audiências Públicas para  
985estabelecer uma comparação, são nove horas de Audiências Públicas cada uma.  
986Então, entre cinco a sete, respeitando a questão da avaliação do impacto, área de  
987influência direta e indireta. Então, essa preocupação que nós temos que trazer para o  
988Plenário em cima do que foi colocado da discussão, inclusive a de Fortaleza. Não vi  
989também nenhuma questão pessoal, apesar de sido citado o nome do atual Presidente  
990do IBAMA, mas ele é gestor e se está arrolado no processo não tem problema, mas  
991não vi nenhuma acusação. O problema é o mérito e o juízo de valor sendo colocados  
992nos considerandos.

993

994

995**O SR. RUBENS NUNES SAMPAIO (GERC)** – O que me traz aqui é a objeção que foi  
996feita a um pedido de informações e ao próprio exercício do direito de petição. É verdade  
997que o Regimento Interno do CONAMA no seu art. 13, § 2º submete ao Plenário os  
998pedidos dos requerimentos endereçados por qualquer interessado. Entretanto, essa  
999norma regimental é absolutamente inválida, e é bom que se esteja a fazer um estudo  
1000para a reformulação do Regimento porque esse § 2º do art. 13 não resiste de pé ao  
1001confronto nem com o Decreto e nem é com a Lei não, e em conjunto com a  
1002Constituição Federal. É claramente inconstitucional essa norma. Requerimentos  
1003endereçados por quem quer que seja aqui e fora daqui, não estão sujeitos a aprovação  
1004de quem quer que seja. A Constituição Federal no seu art. 5º quando trata dos direitos  
1005e garantias individuais, diz claramente no inciso XXIII que todos têm direito a receber  
1006dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou

1007geral, que serão prestadas no prazo de Lei sob pena de responsabilidade. Quer dizer,  
1008um agente público que recebe um pedido de informações, e não atende no prazo legal  
1009e existe uma lei de 1992 até enquadrando como ato de improbidade administrativa a  
1010sonegação de informações. Então, o agente público que sonega essas informações  
1011solicitadas por qualquer cidadão, ele está afrontando a Constituição e está se expondo  
1012a um processo através do Ministério Público por improbidade administrativa. Então, o  
1013direito de petição não está sujeito ao crivo de quem quer que seja. Uma coisa é pedir,  
1014outra coisa é, digamos, ser atendido no mérito. No mérito são outros quinhentos. Ele  
1015pode até, digamos, ser recusado o que ele pediu no mérito, mas recusar a veiculação  
1016do pedido é absolutamente inconstitucional. Isso não é instância judicial, é uma garantia  
1017de todo cidadão, quanto mais na instância extrajudicial, como é o caso aqui, que é uma  
1018instância administrativa. Então, essa norma regimental é absolutamente inválida.  
1019Requerimento algum, de quem quer que seja, deve ser submetido à aprovação no  
1020Plenário, porque o Plenário não tem competência para cercear o direito de petição, um  
1021direito ao pedido de informações. E não bastasse o inciso XXIII do art. 5º está ainda em  
1022plena vigência, e não creio que o CONAMA devesse colocar em questão isso o inciso  
1023seguinte, o inciso XXIV, que diz que é a todos assegurado, independentemente de  
1024pagamento de taxas, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou  
1025contra ilegalidade ou abuso de poder. Então, numa só tacada essa norma regimental,  
1026art. 13 § 2º, afronta o inciso XXIII quando tenta submeter o pedido de informações ao  
1027crivo do Plenário e afronta também o inciso XXIV quando também recusa vigência ao  
1028direito de petição, que é um direito universalmente aceito, pelo menos nos países  
1029civilizados. De forma que a nossa posição é no sentido de que independe de  
1030apreciação do Plenário o direito às informações solicitadas pelo colega ambientalista da  
1031região Norte. Agora, aproveito para manifestar a estranheza à resistência que foi  
1032manifestada aqui a uma convocação de um órgão público para prestar informações  
1033sobre matéria ambiental. A Constituição Imperial, de 1824, dizia que o imperador era  
1034inviolável. A pessoa do imperador era inviolável e que não devia satisfações a quem  
1035quer que fosse, mas isso era um imperador num regime de um Estado Absolutista.  
1036Causa estranheza que, numa República dita democrática, um Estado Democrático de  
1037Direito, quando cada agente público é um servidor da sociedade, e que um órgão como  
1038o CONAMA que foi criado justamente para velar pelo interesse ambiental, pelo  
1039patrimônio ambiental de toda a população, que um representante de um órgão público  
1040se negue a atender uma convocação, ainda que ela não tenha um embasamento  
1041específico no artigo tal, da lei tal. É o princípio da publicidade, é o princípio democrático  
1042que todo representante do poder público deva, por uma questão de transparência,  
1043prestar as informações que foram solicitadas. Não se vai pedir a ele que traga aqui ao  
1044conhecimento público assuntos, digamos, de sua órbita, de sua esfera pessoal não.  
1045São assuntos que interessam à sociedade. Então, é mais do que estranhável que esse  
1046pessoal manifeste a resistência a prestar informações que são do interesse de toda a  
1047sociedade, porque qualquer outra informação que não interessa a sociedade, ele tem a  
1048prerrogativa de recusar, se informar. Mas, assuntos de interesse da sociedade, como  
1049são assuntos da esfera ambiental, ele deveria ao contrário manifestar resistência, se  
1050dispor espontaneamente a vir prestar essas informações.

1051

1052

1053**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**

1054Rubens eu agradeço a sua manifestação. A lembrança de que o Imperador era

1055inviolável. Eu gostaria de chamar o Marcos, por favor. E em seguida o Nilo vai fazer um  
1056esclarecimento.

1057

1058

1059O **SR. MARCOS JOSÉ PEREIRA DAMASCENO (Secretaria de Relações**  
1060**Institucionais da Presidência da República)** – Eu queria pontuar duas questões aqui:  
10611) a declaração de inconstitucionalidade tem previsão no Direito Brasileiro e ela não se  
1062dá da forma como está sendo pleiteada aqui. Se existe alguma entidade que integre o  
1063CONAMA ou não, que entenda que algum artigo ou parte do Regimento Interno do  
1064CONAMA seja inconstitucional, ele tem a legitimidade para propor a  
1065inconstitucionalidade num foro adequado, que não é esse aqui. Primeiro que a maioria  
1066de nós não é jurista para discutir a constitucionalidade ou não de determinado item,  
1067artigo ou parágrafo do Regimento Interno. Então, eu acho que essa discussão não tem  
1068cabimento aqui, uma vez que carece, talvez, à grande maioria dos membros do  
1069CONAMA, conhecimento para discutir o que é constitucional ou não. Então, essa era a  
1070primeira questão que eu queria colocar. As entidades têm a prerrogativa, dada  
1071constitucionalmente, para questionar a constitucionalidade daquilo que ela considera  
1072inconstitucional, num foro próprio, que não é este. Uma outra questão que eu queria  
1073colocar é que eu acho que está havendo um equívoco, talvez, de análise. Não há, a  
1074meu juízo obviamente que estou exposto o meu ponto de vista aqui. Não há  
1075cerceamento do direito de petição a nenhuma entidade ambientalista, empresarial, não-  
1076governamental ou não. Qualquer entidade que queira questionar, peticionar, pedir  
1077esclarecimentos ao IBAMA, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério do Meio  
1078Ambiente, a qualquer entidade da Administração Pública direta ou indireta pode fazê-lo.  
1079E aí sim, se enquadra a previsão constitucional que está no artigo 5º. O direito de  
1080petição não está sendo restringido aqui pela ação do CONAMA. O que está se  
1081questionando é o seguinte: o CONAMA é um Conselho que integra pessoas das mais  
1082diversas áreas, da área governamental e não-governamental, na medida em que nós  
1083aprovamos aqui um pedido de informações, o CONAMA, enquanto Conselho, está  
1084referendando o pedido, e isso precisa ser discutido democraticamente aqui, nós não  
1085estamos cerceando o direito de petição de nenhuma entidade. O que eu entendo é: que  
1086na medida em que o CONAMA discute o mérito do pedido de informação, ele está  
1087referendando o pedido de informação. E dentro dessa circunstância, eu acho que nos  
1088cabe ter mais cautela na discussão. Isso não inviabiliza e não impede o direito de  
1089petição de nenhuma entidade a qualquer órgão, inclusive ao IBAMA e ao Ministério do  
1090Meio Ambiente. Agora, que o IBAMA endosse um pedido de informação que inclua no  
1091bojo desse pedido, juízo de valor, avaliação quanto à regularidade ou irregularidade de  
1092determinados procedimentos, cujo questionamento também tem foro. Eu não acho que  
1093nós não podemos debater, nós podemos debater aqui no CONAMA questões que nós  
1094consideramos que tenham sido encaminhadas de forma equivocada, mas utilizar uma  
1095instituição como o CONAMA, que tem a respeitabilidade, o histórico que tem, para  
1096encaminhar pedidos de natureza até de coação, eu acho, da ação governamental.  
1097Então, a minha posição esta. Obrigado.

1098

1099

1100O **SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Eu quero só  
1101complementar o que alguns dos meus antecessores falaram com relação à  
1102conveniência de o CONAMA encaminhar esse pedido de requerimento na forma que  
1103ele se encontra. Eu queria esclarecer algumas coisas primeiro. É um julgamento meu,

1104mas acho que é julgamento correto. Não há intenção alguma de impedir que as  
1105entidades convocadas aqui venham prestar esclarecimentos. Eu acho que o que se  
1106questiona é a forma como está sendo conduzido esse pedido de requerimento. Como  
1107foi falado aqui, tem julgamento de valor e tem algumas questões bastante graves,  
1108inclusive de acusações de improbidade administrativa. Eu só queria também esclarecer  
1109alguma outra coisa com relação ao pedido de esclarecimento em si. O pedido de  
1110requerimento não é uma figura do Regimento Interno do CONAMA. O CONAMA não  
1111delibera sobre pedidos de requerimentos, da mesma maneira como ele delibera sobre  
1112resoluções e monções, por exemplo. O pedido de requerimento, nós resolvemos  
1113chamar esse instrumento assim, no Regimento Interno do CONAMA só existe quando o  
1114CONAMA resolve determinar estudos sobre um determinado assunto, e quando a  
1115determinação desse estudo, ele pode requerer informações de quem quer que seja, das  
1116entidades envolvidas, inclusive, governamentais, especialmente quando se tratar de  
1117análise de estudo de impacto ambiental, com repercussões mais sérias que seria o  
1118caso aqui. Ele não existe como figura independente, eu até questiono se nós  
1119deveríamos tratá-lo como uma figura independente como tem sido tratado aqui. E, a  
1120meu ver, o pedido como ele está sendo feito não se encaixa em nenhuma das  
1121atribuições do CONAMA. Então, ele não existe figura de pedido de requerimento  
1122separada de um estudo que o CONAMA determine. E também não é monitoramento.  
1123Essas informações também não são um pedido de uma sistemática de monitoramento,  
1124que também está prevista nas atribuições do CONAMA. E também que quero  
1125complementar que aqui nós não estamos falando de cerceamento de pedido de  
1126informação. A questão aqui também não é constitucional, o CONAMA é um colegiado,  
1127se nós decidirmos confirmar, corroborar alguma coisa tem que ser de acordo, acho que  
1128pelo menos a maioria aqui, você não pode simplesmente forçar por meio de um pedido  
1129de requerimento que CONAMA tome uma posição. Eu, particularmente, acho perigoso  
1130esse tipo de procedimento em que se fazem acusações e tiram determinadas  
1131conclusões sem o acordo do Plenário como um tudo, porque isso pode abrir um  
1132precedente. Então, qualquer questão mais polêmica em que algum setor aqui, não  
1133precisa necessariamente ser ONG, pode ser qualquer outro setor, tenha uma posição,  
1134pode colocar as suas conclusões dentro de um pedido de requerimento e o Plenário  
1135seria obrigado a simplesmente aceitar a forma e aprovar. Então, eu acho que, em  
1136princípio, não há intenção de que as entidades venham a prestar esclarecimento, mas  
1137eu simplesmente não concordo com a forma como esse pedido de requerimento foi  
1138apresentado.

1139

1140

1141**O SR. WEBER DE AVELAR SILVA (Secretaria Geral da Presidência da República)**

1142– Eu penso, a partir da fala do Presidente Lula na posse do novo Ministro, quem teve a  
1143oportunidade de assistir, ele deixou bem claro que o Governo não tem uma política de  
1144Ministro A ou B. Temos uma política da área ambiental. Isso, desde os programas do  
1145Governo Lula em 89, 94, 98, até chegar em 2002 e 2006, os ambientalistas, eu acho  
1146que teve pelo menos um ponto que teve acordo, que foi o fortalecimento do Sistema  
1147Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos  
1148Hídricos. Portanto, nessa questão é importante nós colocarmos: 1º) é um avanço ou  
1149não um Governo levar a leilão somente aquilo que já tem licença prévia? Porque pode  
1150parecer, se nós não acompanharmos a história recente do país, que isso já faz parte da  
1151agenda dos governos do nosso País. No caso de Santo Antônio e Jirau, caso o  
1152Governo não tivesse sido reeleito, a licença não estaria dada no plano de Governo e



1153nem no prazo de Governo. Nós estamos aqui discutindo isso, até porque a oposição  
1154cobrou, publicamente, a falta de agilidade do Governo em determinados  
1155empreendimentos. O principal candidato da oposição foi no segundo turno, no debate  
1156cobraram uma posição sobre Santo Antônio e Jirau. Então, eu gostaria que, nessa  
1157oportunidade, o CONAMA refletisse sobre isso. É importante ou não continuar essa  
1158política de levar a leilão só o que tem a licença prévia ou deixar ao empreendedor o  
1159ônus disso? O segundo: que o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho  
1160continue sendo ouvido nessa questão. Que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
1161de Rondônia, que o Conselho Estadual de Meio Ambiente de Rondônia também  
1162continuem a serem ouvidos nessas questões. E além das Audiências Públicas que  
1163foram realizadas, a própria Conferência de Meio Ambiente, e a primeira Conferência em  
11642003, eu lembro, o diretor do CONAMA estava lá, essa questão foi amplamente  
1165debatida com a sociedade. Na segunda Conferência também foi e na terceira  
1166Conferência de Meio Ambiente continua sendo debatido e nós tivemos uma oficina aqui  
1167em Brasília para discutir energia em que essa questão também de Rondônia voltou. Eu  
1168acho esses fóruns importantes por quê? Porque o Governo quando pede a opinião do  
1169meio ambiente, eu acho que quer uma opinião qualificada e a altura. Questões judiciais,  
1170liminares, eu acho que nós devemos deixar ao Setor Judiciário. O Governo tem os foros  
1171próprios para derrubar as liminares quando elas são impetradas e caso tenha incorrido  
1172em algum erro, pode ter certeza que a justiça não deixará que o Governo prospere no  
1173erro. Muito obrigado.

1174

1175

1176**O SR. MÁRCIO ANTONIO TEIXEIRA MAZZARO (Ministério da Agricultura,**  
1177**Pecuária e Abastecimento)** – Bom-dia a todos. Eu acho que o assunto já está bem  
1178mastigado, já está bem maduro para a deliberação. Eu só gostaria de acrescentar aos  
1179colegas que me precederam aqui na defesa da rejeição da proposta em si, o seguinte:  
1180eu acho que em primeiro lugar, o Dr. Rubens que me desculpe, mas, no aspecto  
1181jurídico, nós não estamos, de forma alguma, tolhendo o direito de petição, ao contrário.  
1182O direito de petição pode ser feito diretamente aos órgãos “denunciados” no pedido de  
1183requerimento. O segundo ponto é uma questão de competência mesmo do próprio  
1184CONAMA. O requerimento de informações está muito bem moldado e direcionado no  
1185próprio Regimento Interno, artigo 2º, inciso II. Ele é uma complementação do que está  
1186previsto no próprio Regimento Interno, de informações indispensáveis à apreciação dos  
1187estudos de impacto ambiental, e não é o caso do próprio requerimento que está sendo  
1188colocado à apreciação do Plenário. E como advogado, aqueles que são advogados  
1189sabem muito bem que quando se faz uma petição em juízo e essa petição não vem em  
1190termos como deveria vir, regimentalmente, ou de acordo com o Código de Processo  
1191Civil, o juiz simplesmente manda emendar, e não havendo emenda, em termos, a  
1192rejeição liminar daquele pedido. Então, eu defendo que, a despeito do regimento  
1193estabelecer que todo pedido de requerimento deve ser levado ao Plenário, eu vejo que  
1194não seja nem o caso da própria Mesa já rejeitar porque não veio em termos e já foi  
1195oportunizado aos requerentes a colocação do requerimento em termos, e isso não foi  
1196colocado. Bom, está em pauta, mas eu acho que não seria nem questão de  
1197admissibilidade. Essa é a minha posição pessoal. Muito obrigado.

1198

1199

1200**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Primeiro uma  
1201informação: eu faço parte do Gari. Então, nós estamos tentando limpar o regimento ou

1202melhorar o Regimento. Entretanto, só fazendo uma ponderação, essa Plenária nos deu  
1203um escopo limitado para trabalharmos, inclusive na última reunião eu coloquei bastante  
1204claro para o Gari que o nosso escopo não é era mexer em tudo, porque estava todo  
1205mundo mexendo em tudo, inclusive na composição. Então, isso tem que ser discutido  
1206aqui nesse Plenário porque eu já ouvi aqui: “tem que mexer no Regimento.” Eu só estou  
1207dando essa informação porque a pretensão está passando do escopo das observações  
1208colocadas. Quanto à questão regimental, o artigo 43 coloca que aos Conselheiros  
1209incumbe: inciso IV, requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente  
1210e ao Secretário-Executivo. Na realidade, o requerimento não precisa ser dirigido nem  
1211para o Plenário do CONAMA, ele pode ser dirigido ao Presidente do CONAMA. A minha  
1212pergunta é a seguinte: se tem obrigação de informar, qual é o problema de se informar?  
1213Eu, inclusive, acabei de ler o requerimento agora, não vejo esse aspecto pessoal que  
1214foi colocado, principalmente nas conclusões que requer, e ele vai de encontro com o  
1215inciso II, de nossas atribuições, que é determinar, quando julgar necessário, a  
1216realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de  
1217projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais,  
1218bem como as entidades privadas, informações notadamente as indispensáveis a  
1219apreciação de Estudos Prévios de Impacto Ambiental- EPIA, e respectivos relatórios, no  
1220caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, em especial nas  
1221áreas consideradas patrimônio nacional. Nós estamos numa área considerada  
1222patrimônio nacional que é a Amazônia. Então, se é destinado ao CONAMA, o CONAMA  
1223tem que aprovar isso, o Plenário? Ele tem que responder o requerimento e solicitar as  
1224informações para que ele possa prestar essas informações ao Conselheiro. E isso  
1225reforça o que o nosso Conselheiro Rubens colocou aqui. Então, se tem as informações  
1226que são pertinentes, as informações que faltam, aí nós podemos ir para o final do  
1227requerimento, várias perguntas que não foram respondidas, várias observações  
1228importantes que atendem às atribuições do CONAMA. Então, o que eu quero reforçar é  
1229que é preciso que as perguntas sejam respondidas, senão este Conselho está sendo  
1230omisso com um grave problema e não cabe ao Plenário julgar esse requerimento de  
1231informação, cabe a ele solicitar que seja respondido. Então, vejo um grave problema aí  
1232nesse sentido. Se eu requerer a informação ao CONAMA, ao presidente, cabe a ele  
1233encaminhar a solicitação de informações, que são informações extremamente  
1234importantes e graves em que está tudo dentro do Regimento, nenhuma das  
1235informações está fora do Regimento. Não estamos nem o sexo dos anjos, estamos  
1236discutindo coisas objetivas e importantes para esta nação.

1237

1238

1239A **SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu ia ler, pela terceira vez, ao art. 2º do  
1240Regimento Interno que é também retirado da lei 6.938/81, mas eu não vou ler porque  
1241eu acho que o Francisco já falou e o Mareto leu na apresentação o requerimento dele.  
1242Nós estamos fazendo uma emenda ao requerimento no sentido de encontrar um  
1243consenso. Nós tiramos a palavra “convocar” para “convidar”, não precisava tanto, era  
1244só ter falado conosco, por quê? Porque quando nós retiramos um requerimento de  
1245pauta em Fortaleza, na Reunião Extraordinária, e concordamos em reescrever o  
1246requerimento, nós também tomamos um o cuidado, e gostaria que os senhores  
1247soubessem. Nós tomamos o cuidado de convidar o Nilo Diniz, diretor do CONAMA,  
1248para ser o intermediário de uma negociação com aqueles Conselheiros que tinham  
1249apresentado em Fortaleza a sua discordância com o texto. Então, nós reescrevemos,  
1250amenizamos os termos, acredito que se alguma coisa tivesse ficado, esses

1251Conselheiros receberam num prazo muito anterior aos 15 dias que antecederam esta  
1252Plenária, porque nós tivemos o cuidado de tomar o cuidado com o prazo regimental,  
1253porque nós estamos aqui tentando respeitar o máximo que pudermos o Regimento  
1254Interno. Então, com pelo menos 10 de antecedência, do prazo de 15 dias que  
1255antecedeu de essa Plenária, nós submetemos ao Dr. Nilo Diniz esta proposta. E  
1256aguardamos durante 10 dias que essas entidades respondessem para nós qual era o  
1257problema, se havia algum problema, uma vez que já estava reescrito o requerimento.  
1258Nenhuma entidade, IBAMA, Ministério de Minas e Energia, inclusive a Dr<sup>a</sup>. Maria José  
1259recebeu uma cópia e não enviou em prazo hábil para nós. E nós, então, entendemos  
1260que essas entidades tinham concordado com o teor do requerimento, e em seguida  
1261protocolamos, 15 dias antes. Eu estou contando aqui o esforço que nós fizemos para  
1262garantir que o direito da sociedade civil de utilizar esse espaço democrático, que é  
1263muito diferente de eu ir lá ao Ministério Público e ir protocolar, ou ir ao IBAMA  
1264protocolar um pedido de informações. Eu quero que esse pedido de informações seja  
1265através do CONAMA, nós queremos exercitar a democracia. Se nós lemos, estudamos  
1266mais de 8.000 páginas e descobrimos que existem vácuos, lacunas que precisam ser  
1267explicados, queremos que isso seja feito de maneira pública. Essa é uma das funções  
1268primordiais do CONAMA. É o espaço mais certo, mais específico, mais perfeito que  
1269existe, é o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Não existe outro espaço para a  
1270sociedade civil se manifestar de maneira tão transparente e exigir também que as  
1271outras entidades apresentem-se aqui de maneira transparente. Se existe um temos de  
1272ter que explicar coisas que não têm explicação, eu lamento, porque isso é um problema  
1273de vocês, não é um problema nosso. Nós somos contribuintes. Vocês estão lidando  
1274com bens que são nossos, que nos pertencem. Se vocês pretendem fazer de qualquer  
1275jeito esse licenciamento, vocês têm que vir aqui dizer isso: “nós vamos fazer de  
1276qualquer jeito. Nós vamos licenciar de qualquer jeito e vocês que se danem.” Eu quero  
1277ouvir isso. Agora, vir aqui o Ministério da Justiça, que *poxa*, depois de tantos anos da  
1278luta por democracia nós vemos o representante do Ministério, não sei se o Ministro da  
1279Justiça concorda com o seu representante de que “isso aqui não está bom, que tem  
1280improbidade, que ninguém quer cercear ninguém, mas tire esse negócio daqui o mais  
1281rápido possível.” O que é que é isso? É uma vergonha para mim e para a geração que  
1282lutou contra a ditadura. Mas, eu vou fazer uma terceira tentativa de consenso. Eu quero  
1283que me digam parar de generalizar “Ah o seu requerimento não está bom.” Ele tem 15  
1284páginas. Onde que não está bom? Todos os parágrafos foram numerados para facilitar.  
1285Qual o parágrafo não está bom? Eu conversei agora com o Volney, representante do  
1286Ministério do Meio Ambiente, conselheiro no CONAMA, e ele me disse o que ponto 9  
1287não está bom. Você poderia colocar na tela o § 9º, por favor? Eu conversei com o  
1288Canindé, que é um dos subscritores, o Maretto, e ele concorda em retirar. Tem algum  
1289problema? Não tem. Eu acho que quando nós temos boa vontade, nós conseguimos  
1290produzir bons resultados e garantir a democracia aqui no Plenário. Alguém gostaria de,  
1291por favor, me dizer, dos que reclamaram da improbidade? Se tiver outro ponto que  
1292vocês também acharam que não está conveniente. Por favor, eu acho que agora  
1293deveriam começar um debate para achar uma forma final. Obrigada.

1294

1295

1296A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –  
1297Zuleica, eu agradeço. Eu faço assim para você também. O Conselheiro Axel Grael está  
1298pedindo a palavra e a representante de Minas e Energia também pediu a palavra. E o  
1299Francisco também pediu a palavra para uma nova proposta. Depois disso eu vou

1300encerrar e vou fazer um encaminhamento aqui, tentando construir um consenso para  
1301votação. Axel você pode tomar a palavra, por gentileza.

1302

1303

1304**O SR. AXEL SCHMIDT GRAEL (Governo do estado do Rio de Janeiro)** – Eu queria  
1305tentar fazer uma proposta conciliatória. Eu acho que não há muita dúvida com relação  
1306ao mérito, ou seja, o pedido de informação. O que me parece que há uma divergência,  
1307um desconforto é com relação à forma, a apresentação da moção, o conteúdo mais  
1308agressivo ou que esteja sendo visto como mais agressivo. Então, eu queria sugerir que  
1309nós aprovássemos a moção do mérito, do pedido de informação, mas que não tivesse a  
1310redação que ela foi apresentada. Então, eu acho que cabe, realmente, como foi aqui já  
1311exposto várias vezes, o pedido de informação, mas que se aprovasse o mérito mais  
1312não a forma.

1313

1314

1315**A SR<sup>a</sup>. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (Ministério de Minas e Energia)** – Só colocar  
1316para a Zuleica que, de fato, o Nilo disponibilizou o novo requerimento, o reelaborado.  
1317Eu tenho em mãos o *e-mail* que nós mandamos para o Nilo dizendo, embora, de fato,  
1318bem ao final do prazo, mas ainda um dia ou no dia do prazo, sem romper com o prazo,  
1319eu tenho esse *e-mail* aqui, isso foi encaminhado no dia 04 de junho. Nós tínhamos até  
1320esta data para nos manifestarmos e o fizemos, colocando exatamente isso que eu  
1321coloquei na minha primeira fala de que o documento, esse *e-mail* está aqui, de que o  
1322documento mantinha exatamente o mesmo conteúdo anterior da questão do  
1323prejulgamento, juízo de valor e etc. Ou seja, este documento, eu acho que é muito  
1324importante que isso seja ressaltado, ele foi, pelo seu conteúdo e forma rejeitado ou para  
1325discussão em Fortaleza, não foi pelos Conselheiros, foi pela Mesa Diretora, à época o  
1326Secretário Capobianco entendeu por bem não discutir aquele documento antes que ele  
1327fosse modificado. Foi dado até o final da reunião houve uma inversão de pauta para  
1328que o documento fosse reapresentado sob essa forma, a Zuleica, inclusive colocou:  
1329“quais são as questões?” Ninguém está se negando a responder as questões, mas foi a  
1330presidência da Mesa que de fato pediu a reestruturação com esse caráter, não de uma  
1331prejulgamento de valor, um prejulgamento, mas as perguntas, quais são as perguntas  
1332que se quer fazer. Então, lembrando isso: esse documento já foi retirado, o que, na  
1333verdade, converge para a proposta colocada pelo nosso colega do Ministério da  
1334Agricultura é de que se um determinado documento é encaminhado de uma forma  
1335inconveniente ou não bem formulado em termos daquele fórum a que ele está sendo  
1336submetido, que ele não seja aceito. Então, não é, de forma alguma, ou o momento, de  
1337se dizer: “Não, não queremos prestar a informação.” O que se quer é que isso seja feito  
1338da forma adequada. A Zuleica citou o § 9º, eu tenho um documento que eu poderia citar  
1339inúmeras páginas. Não é correto, na nossa avaliação, por exemplo, que seja citado um  
1340tráfico de influência, ou seja, insinuado isso entre dois Ministros, no caso o Ministro de  
1341Minas e Energia à época, Silas Rondon e a Ministra Marina. Que Ministério de Minas e  
1342Energia seja, por exemplo, isso está em algum parágrafo, se não me engano, no 49,  
1343alguma coisa assim, é colocado como um Ministério, que ele e o Banco Mundial têm  
1344interesse em contratar especialistas para darem pareceres a seu favor ou a favor do  
1345interesse... Eu só quero pontuar porque, de fato, teriam vários parágrafos. Não cabia a  
1346nós, Zuleica, na nossa avaliação, nós refazermos o documento. Já tinham sido  
1347expressas as razões, muito claramente, do porquê, não da negativa da informação que,  
1348aliás, nem é do Ministério de Minas e Energia, mas não caberia a nós a reformulação,

1349 não é o próprio. A propriedade da reformulação, do entendimento da necessidade  
1350 disso, era daqueles que estavam requerendo a informação e não nossa.

1351

1352

1353 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acho que é  
1354 importante essa discussão porque nós estamos discutindo uma obra de vulto e de  
1355 impacto, e que tem que gerado muita discussão neste país, muita, não é pouca não.  
1356 Então, este Conselho, uma das coisas que ele tem que fazer é debruçar sobre as  
1357 grandes questões nacionais, e essa questão é uma grande questão nacional. Eu queria  
1358 colocar primeiro: que não cabe ao Governo julgar a conveniência ou não do pedido de  
1359 informação, se é inconveniente ou não. Ele pode até responder, eu estou falando julgar,  
1360 que é inconveniente a informação, a forma que foi feita. Foi feita de forma mal educada.  
1361 Eu gostaria até de tentar um acordo, porque eu vejo que... Eu li o requerimento e  
1362 realmente muita coisa que nós escutamos não nos agrada. Nós somos obrigados,  
1363 principalmente quem vive na vida pública é obrigado a escutar aquilo que não quer, e  
1364 obrigado a responder aquilo que não quer. Então, eu entendo que, apesar já de uma  
1365 aparente colocação dos requerentes, que as perguntas têm que ser respondidas. É  
1366 mais ou menos o que o Grael estava encaminhando, que as perguntas têm que ser  
1367 respondidas. Nós podemos fazer juízo de valor, mas que as perguntas têm que ser  
1368 respondidas, independente do juízo de valor, das ponderações e dos raciocínios, para  
1369 que se chegar às perguntas, as perguntas devem ser respondidas. Então, eu gostaria  
1370 de ter feito uma proposta, que é mais ou menos nesse sentido. Lógico que o esforço  
1371 muito grande do pessoal, dos requerentes, dos Conselheiros requerentes,  
1372 independente da proposta, que eu acho que nós, no CONAMA, até não deveríamos em  
1373 si analisar isso, porque é obrigação nossa de responder as informações que nos são  
1374 solicitadas por qualquer cidadão neste País.

1375

1376

1377 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Só um  
1378 esclarecimento que a Zuleica pediu para eu fazer aqui, em relação a datas, bem  
1379 rapidamente. Em Fortaleza foi apresentado o requerimento. Não houve um acordo em  
1380 relação ao texto. Os questionamentos foram relativamente parecidos com os que foram  
1381 apresentados aqui. O Maretto... O presidente na época, o João Paulo Capobianco,  
1382 pediu que o requerimento fosse tratado ao final da plenária com um novo texto que a  
1383 Kanindé, na ocasião, se dispôs a fazer um novo texto, só que quando chegou ao final  
1384 da Plenária, eles não conseguiram chegar a um novo texto e pediram mais 15 dias para  
1385 poderem reformular um novo requerimento com alterações. Esse requerimento foi feito  
1386 dentro do prazo, foi encaminhado para a Secretaria do CONAMA conforme a decisão  
1387 da Plenária lá em Fortaleza de que fosse encaminhado um novo texto. É o que eu  
1388 estou me lembrando, se tiver algum comentário diferente... O Capobianco deu prazo  
1389 que no final da Plenária fosse tratado o requerimento. Só que não houve a modificação.  
1390 Então, o Conselheiro solicitou ao Plenário que, em 15 dias, enviaria uma nova versão.  
1391 Eles enviaram, a Secretaria do CONAMA submeteu a todos aqueles Conselheiros que  
1392 tinham feito questionamentos ao conteúdo do requerimento lá em Fortaleza, nós não  
1393 recebemos, até o prazo de 15 dias antes da Plenária, que nós temos que ter 15 dias  
1394 para disponibilizar todos os documentos que vêm para a Plenária. E dentro daquele  
1395 prazo, nós não recebemos questionamentos. Fizemos a reunião do CIPAM – Comitê de  
1396 Integração de Políticas Ambientais, então na reunião do CIPAM ficou decidido assim: o  
1397 requerimento com o texto que está hoje na Secretaria do CONAMA será disponibilizado

1398no site, mas nós vamos insistir para que os Conselheiros, que tenham questionamento,  
1399ainda façam esse questionamento até o dia 04, e foi assim que o Ministério de Minas e  
1400Energia fez, enviou no dia 04 exatamente, alguns questionamentos, sem prejuízo da  
1401disponibilização do documento no site. As entidades ambientalistas disseram que não  
1402iam mais fazer alteração nenhuma no texto, que seria submeteria esse requerimento  
1403com esse texto à votação aqui. Foi esse o encaminhamento. Eu acredito, eu quero até  
1404solicitar Presidente, que nós encaminhássemos o assunto no mérito, não nos  
1405prendêssemos mais a esses detalhes, porque o que está realmente agora em  
1406discussão aqui é se o Plenário quer aprovar o requerimento de informação ou não, ou  
1407se ele tem uma proposta alternativa como foi apresentado aqui pelo Francisco e pelo  
1408Axel.

1409

1410

1411**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1412Zuleica, eu estou querendo encaminhar a discussão, inclusive referente ao que você  
1413colocou. Tem alguma objeção sua, tem algum desconforto seu? Senhores, eu ouvi todo  
1414o debate, eu ouvi todas as colocações dos Conselheiros e eu vou tentar sintetizar aqui  
1415e propor o encaminhamento. Eu não vou discutir o passado, colocações foram feitas  
1416aqui de fundo sobre a questão do Regimento Interno, isso, a Câmara de Assuntos  
1417Jurídicos... Os encaminhamentos vão ser dados e já estão em discussão. Enfim, eu  
1418agradeço todas as contribuições.

1419

1420

1421**O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Nilo, eu só  
1422queria saber: como é feito o encaminhamento desse pedido do requerimento? Porque  
1423aqui tem um requerimento de informações que é assinado por três entidades. Esse  
1424pedido de requerimento passa a ser um pedido de requerimento do CONAMA, ou o  
1425CONAMA simplesmente encaminha esse pedido de requerimento?

1426

1427

1428**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Esses  
1429requerimentos, deixe-me explicar bem, quem estava no Plenário no dia em foi decidido  
1430isso, favor, me ajude aqui a esclarecer. Nós vínhamos recebendo um número muito  
1431grande de requerimentos. Alguns Conselheiros, aqui do Plenário, passaram, de um  
1432algum tempo para cá, a utilizar o CONAMA para fazer requerimento de informações.  
1433Tem sido tem seu muito usado. Para vocês terem uma idéia, para essa Plenária aqui  
1434nós já temos três informes requisitados que estão agendados para a amanhã. Já estava  
1435acontecendo Plenária com cinco, seis informes, tudo mediante requerimento de  
1436informação. Então, o próprio Plenário começou a se queixar de que as informações  
1437estavam sendo solicitadas em quantidade tão grande que a pauta prioritária do  
1438Conselho estava sendo prejudicada a discussão da Ordem do Dia, como está  
1439acontecendo agora. Então, o que o Plenário decidiu na ocasião que os requerimentos  
1440seriam apreciados para ver a pertinência da informação, se realmente prestada se seria  
1441necessária ser prestada aqui no Conselho, de viva voz. Poderia, inclusive, o Plenário  
1442achar que: “não, envia para o órgão e o órgão responde por escrito ao interessado, se  
1443for o caso.” Isso foi colocado no Plenário e o Plenário então decidiu que os  
1444requerimentos passariam a ser distribuídos com 15 dias de antecedência para os  
1445Conselheiros tomarem conhecimento, e decidirem em Plenária, se seria ou não  
1446prestada a informação aqui dentro do Conselho. Aliás, seguindo o que está no art. 2º

1447que diz exatamente o seguinte: “determinar, quando julgar necessário, a realização de  
1448estudos e alternativas das possíveis conseqüências ambientais dos projetos públicos  
1449ou privados, requisitando aos órgãos federais informações etc. e tal.” Então, *quando*  
1450*julgar necessário*. Então, seguindo esse preceito, enquanto nós não reformulamos o  
1451Regimento. Isso foi decidido em Plenário, vamos dizer assim, uma conveniência que o  
1452Plenário adotou até que seja definido em Regimento esse rito de requerimento que se  
1453transformou já num instrumento de discussão e de decisão importante do Conselho de  
1454um tempo para cá.

1455

1456

1457**O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Deixe-me então  
1458entender. Se o Plenário do CONAMA aprova esse requerimento, ele não está  
1459aprovando os termos do requerimento, mas apenas a necessidade dessa informação  
1460passar pelo CONAMA. É isso? Porque essa é a questão toda. Porque se o  
1461requerimento vai ser assinado pelas entidades, e o CONAMA simplesmente vai  
1462encaminhar, pelo meu entender...

1463

1464

1465**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Desculpe, eu lhe  
1466interromper, mas só para esclarecer que a Sr<sup>a</sup>. Dominique está me lembrando aqui:  
1467quando o Plenário entende que o requerimento procede, a informação deve ser  
1468prestada, nós enviamos um ofício da Secretária-Executiva ou do Ministro ou do Diretor  
1469do CONAMA ao órgão que vai prestar a informação com o requerimento anexo.  
1470Portanto, há um grau, que foi aprovado pelo Conselho que aquela informação seja  
1471prestada com aqueles considerandos. Então, há sim um grau de compromisso do  
1472Plenário com a informação na forma como ela está sendo solicitada.

1473

1474

1475**O SR. GUSTAVO TRINDADE (Planeta Verde)** – Não seria mais um pedido de  
1476informação. Não sei se o momento é adequado, mas eu queria fazer uma proposta de  
1477encaminhamento do tema, tentando buscar algum tipo de consenso. O que eu noto  
1478aqui nas discussões, é uma discussão a respeito do conteúdo do texto. Ao que me  
1479parece, não existe entre os representantes do CONAMA uma aversão a explicar, enfim,  
1480a responder os questionamentos realizados pelos membros deste Conselho. Então,  
1481buscando tentar uma saída de maneira mais consensuada, é que o CONAMA aprovaria  
1482um pedido de informações ao IBAMA a respeito da matéria, se daria um prazo máximo  
1483antes da próxima reunião para todas as entidades que desejem questionar o IBAMA e  
1484os órgãos ambientais a respeito do licenciamento, 15, 20 dias, se daria publicidade a  
1485esses questionamentos e os órgãos ambientais viriam apresentá-los na próxima  
1486reunião do CONAMA.

1487

1488

1489**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1490Obrigado Gustavo. A proposta do Gustavo é convergente com o que o Axel Grael, do  
1491Rio e o Francisco indicaram. E existe a proposta, Zuleica, encaminhada pela Kanindé e  
1492defendida também pela Zuleica de nós assumirmos esse texto, tirando o termo  
1493*convocar* e que as pessoas indiquem os pontos que devem sair do texto. Eu gostaria de  
1494fazer uma proposição que pudesse buscar o consenso. Não há orientação do Ministério  
1495do Meio Ambiente, não há nenhuma orientação do Governo, que eu tenha

1496conhecimento, dos outros órgãos que estão aqui citados, e obviamente do IBAMA, de  
1497deixar de prestar qualquer esclarecimento sobre qualquer processo de licenciamento  
1498ambiental ocorrido na esfera federal. Então, o IBAMA vai prestar todos os  
1499esclarecimentos a esse Plenário a respeito do licenciamento ambiental que é pauta do  
1500requerimento. Não há nenhuma orientação nesse sentido, nem houve no passado, nem  
1501há nessa administração. Essa é a primeira coisa que eu gostaria de pontuar. O  
1502segundo aspecto que eu gostaria de pontuar é que, há consenso ou pelo menos  
1503posições de membros desse Conselho, governamentais e não governamentais, que  
1504interessam que se façam os esclarecimentos ou que sejam apresentados os  
1505esclarecimentos sobre o processo do licenciamento ambiental do Complexo do Madeira  
1506neste Conselho. Assim entendi a posição, por exemplo, do representante do Estado do  
1507Pará, como também do Chico Blue, enfim, das pessoas que se manifestaram. Nós não  
1508estamos divergindo sobre o requerimento propriamente dito. Independentemente do  
1509que foi colocado no passado, se cabe o mérito conforme o Dr. Rubens indicou, se nós  
1510temos que pedir requerimento de informação. Então, este Conselho aqui vai receber os  
1511esclarecimentos solicitados. O que eu estou sugerindo, com base no que Gustavo e  
1512que parece que é uma linha, e aí Zuleica, eu peço que você preste atenção nisso, é que  
1513nós possamos votar, acolher o pedido de requerimento de informação com base no art.  
15142º do Regimento Interno do CONAMA, que o Nilo acabou de citar, e eu definiria um  
1515prazo com o Presidente, com o Secretário-Executivo do Ministério para que todos os  
1516pontos que sejam necessários de serem explicitados na próxima reunião do CONAMA,  
1517na explicação do Complexo do Madeira, ou seja, todas as questões que estão  
1518pontuadas aqui, que a grande preocupação que a Zuleica defendeu, e as questões  
1519sejam respondidas necessariamente pelas instituições, que serão convidadas a atender  
1520o requerimento de informação do CONAMA. Com isso nós mantemos o que é a  
1521solicitação da sociedade civil, os seus membros, a Kanindé que representa isso. Ou  
1522seja, na próxima reunião do CONAMA, teremos um espaço para a apresentação e  
1523discussão do processo de licenciamento ambiental do Complexo do Rio Madeira,  
1524considerando todas as questões que foram apontadas aqui, e outras que os membros  
1525do CONAMA entendam como necessárias, de tal maneira que nós organizaríamos isso.  
1526E eu daria um prazo até dia 15 de agosto para isso. A Secretaria do CONAMA iria  
1527sistematizar essas questões e tornar isso disponível no site do CONAMA. Não vai ter  
1528desconhecimento do que vai ser solicitado aqui dentro. Agora, eu cumpro prazo. A  
1529Conselheira apontou que não está havendo cumprimento de prazo de Regimento, isso  
1530tem que ser observado, independentemente se foi mandado ou se não foi mandado, a  
1531informação tem que estar disponível até para que nós tenhamos base para discutir.  
1532Então, se houver o entendimento que este encaminhamento atende aos interesses de  
1533todos os membros do Conselho, eu gostaria de propor isso.

1534

1535

1536**A SR<sup>a</sup>. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (Ministério de Minas e Energia)** – A minha  
1537proposta é um pouco diferente, é de que fosse aprovado não este documento por  
1538questões de princípio.

1539

1540

1541**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Eu  
1542não estou solicitando a aprovação desse documento. Eu estou dizendo que seja  
1543aprovado um requerimento de informação, o pedido de requerimento de informação  
1544com base no art. 2º do Regimento Interno do CONAMA, e considerar o prazo até 15 de



1545agosto para que todas as informações necessárias. A minha solicitação como  
1546presidente é a seguinte: é que nós não vamos entrar na discussão do que foi lá atrás,  
1547se cumpriu o prazo, se não cumpriu o prazo. O requerimento de informação, não há  
1548nenhuma orientação, e reitero, do Ministério do Meio Ambiente de que não haja  
1549qualquer esclarecimento sobre licenciamento ambiental do Complexo do Rio Madeira  
1550nesta Casa, perfeito? Agora, todos os questionamentos a respeito do que foi  
1551apresentado aqui, vão estar tornados disponíveis com os argumentos por escrito para  
1552que todos saibam até 15 de agosto. Então, a minha posição é de não entrar no mérito  
1553de discutir “porque não entende, ou eu entendo que tem que rever isso”. Se o Ministério  
1554de Minas e Energia não concorda com a série de argumentos, vai colocar por escrito e  
1555vai colocar suas posições para que isso seja conciliado, ou seja, na próxima reunião do  
1556CONAMA, quando nós formos prestar os esclarecimentos sobre licenciamento, além do  
1557IBAMA, porque tem outras instituições citadas, as informações solicitadas estarão  
1558pontuadas e deverão constar da apresentação.

1559

1560

1561**A SR<sup>a</sup>. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (Ministério de Minas e Energia)** – Então eu  
1562continuo não entendendo. A proposta é que o Ministério de Minas e Energia, com base  
1563nesse documento diga... Então, assim, eu acho que a sua fala para mim é que não está  
1564muito clara. Eu gostaria de deixar muito claro o seguinte: nós estamos sendo  
1565absolutamente favoráveis à solicitação, ao requerimento de informações, que sejam  
1566feitos. Questão 1, até porque é difícil nesse documento, objetivamente, você saber o  
1567que você quer de informação. Então, nós somos extremamente favoráveis a isso.  
1568Então, eu o que não gostaria nesse momento, e aí eu retorno ao *e-mail* que eu mandei  
1569para o Nilo, é de falar “tira o parágrafo tal.” Não. Não só, eu acho que a Kanindé, eu  
1570estou entendendo que a proposta é até de que seja possível engrossar fileiras em  
1571termos de até novas informações necessárias que engrossem o que já está colocado.  
1572Então, é só para deixar bem claro.

1573

1574

1575**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Eu  
1576vou deixar claro mais uma vez. Eu estou propondo duas coisas: 1) que seja acatado o  
1577pedido de requerimento de informação sobre o licenciamento ambiental do Complexo  
1578do Madeira. Há uma preocupação, que eu acho legítima, de que as perguntas, as  
1579questões que foram apresentadas aqui, seja garantida a exposição e o debate sobre  
1580elas na próxima reunião. Eu estou dizendo o seguinte: aprova-se o requerimento de  
1581pedido de informação, não este requerimento, o requerimento, e eu sugiro um prazo até  
158215 de agosto para que todas as questões sejam recebidas pelo CONAMA,  
1583sistemizadas e tornadas disponíveis para os seus Conselheiros antes da reunião  
1584sobre a exposição. Ou seja, se garante o que, no caso aqui das ONGs, da Kanindé e  
1585que a Zuleica está pontuando, eles já apresentaram as suas questões, os outros  
1586membros, tem gente aqui que pontuou outros questionamentos. Então, eu gostaria que  
1587as pessoas formalizassem isso, de tal maneira que a apresentação não seja uma  
1588apresentação genérica, seja uma apresentação específica, objetiva em torno dos  
1589objetivos que este Conselho solicita a informação.

1590

1591

1592**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – A APROMAC e a Kanindé concordam com  
1593esse encaminhamento lembrando que essas perguntas aqui, algumas delas são

1594inteiras, integrais por si só. Elas são inteligíveis por si só, elas não precisam do texto  
1595anterior, e outras precisam. Por exemplo, por que, apesar da equipe técnica ter  
1596concluído não ser possível atestar a viabilidade ambiental, concedeu a licença prévia?  
1597Por exemplo. Isso está tudo nos *considerandos*, porque aqui conta toda a história  
1598cronológica nos *considerandos*. Só dá para entender essa pergunta lendo os  
1599*considerandos*. Então, o que nós vamos fazer? Nós vamos ter que reescrever algumas  
1600das perguntas, concorda? Não posso aceitar que sejam essas as perguntas, porque eu  
1601vou ter que reescrever algumas, e como vai ser aberto para outras entidades e  
1602instituições também fazerem perguntas, nós queremos aumentar o rol de perguntas.

1603

1604

1605**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1606Vamos tentar chegar a um caminho. Então, como disse, a minha proposta de  
1607encaminhamento é a seguinte: eu submeto à apreciação deste Conselho a solicitação  
1608de informação, não é este requerimento, mas um requerimento de informação para que  
1609sejam prestados esclarecimentos para as instituições envolvidas no processo de  
1610licenciamento do Complexo do Madeira na próxima reunião do CONAMA. 2) Até o dia  
161115 de agosto todos os membros deste Conselho terão, deverão ou poderão encaminhar  
1612ao CONAMA os seus questionamentos, ou seja, no caso de vocês, vocês já têm um  
1613conjunto de questionamentos feitos. Nós vamos sistematizar isso, organizar por temas,  
1614até para orientar as pessoas que vão explicar o processo de licenciamento, que vão  
1615fazer os esclarecimentos ao CONAMA, e tornar isso disponível para todos os  
1616Conselheiros no prazo regimental. Com isso nós faremos aquilo, que eu entendo, que  
1617vários Conselheiros pontuaram que é papel deste Conselho e está no art. 2º do  
1618Regimento Interno, vocês, segmentos que assinaram esse requerimento podem  
1619apresentar suas questões, nós vamos sistematizar, organizar como os demais  
1620membros podem apresentar e vamos, inclusive se for necessário, dialogar para poder  
1621tentar consolidar isso de uma forma que a reunião seja produtiva e que permita o  
1622debate. Lembro que pelo próprio requerimento apresentado, não se limita à  
1623apresentação do IBAMA. Nós temos outras instituições, por isso é que eu estou  
1624pedindo, sinalizando que nós teremos o prazo até 15 de agosto para apresentar isso.  
1625Pode ser? Senhores, eu acho que a Zuleica concorda com esse encaminhamento.  
1626Então, eu gostaria de submeter ao Plenário, qual a manifestação a respeito? Se há  
1627alguma discordância de encaminhamento desta forma? Ou seja, aprova-se um pedido  
1628de requerimento de informação que não é este que está colocado na pauta, um pedido  
1629genérico, fundamentado, com prazo até 15 de agosto para que todos apresentem os  
1630seus questionamentos sobre o processo de licenciamento, sobre as dúvidas, sobre  
1631questões que estão em aberto que as pessoas precisam de esclarecimentos.

1632

1633

1634**O SR. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (SEAP)** – Eu gostaria de sugerir, senhora  
1635presidente, que nós fizéssemos, ou ao final do dia de hoje, ou até o dia de amanhã,  
1636termos uma redação para esse requerimento, porque há uma dificuldade da Plenária  
1637em aprovar um requerimento genérico, ou seja, se seria possível, em algum momento,  
1638nós estarmos aprovando um requerimento que nós soubéssemos qual é o conteúdo  
1639desse requerimento. Porque se a perspectiva do requerimento genérico ou do  
1640requerimento que pode incorporar qualquer coisa, isso realmente... Existe uma  
1641dificuldade, porque quando esse Plenário aprova alguma coisa, aprova um documento  
1642que foi avaliado, está validando o documento. Então, é preciso ter conhecimento da

1643 forma como está sendo construído esse requerimento. Então, sugeriria aqui, a própria  
1644 Secretaria-Executiva do CONAMA formatasse esse modelo de requerimento genérico e  
1645 nós pudéssemos avaliar isso, ou final do dia de hoje ou ao final de dia de amanhã.

1646

1647

1648 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – O  
1649 Ministério do Meio Ambiente, o Planeta Verde e a Zuleica vão redigir uma proposta que,  
1650 eu sugiro que seja algo muito objetivo, com base no art. 2º do Regimento Interno, sem  
1651 ser genérico ou que caiba qualquer desconfiança ou cause desconforto por parte de  
1652 qualquer membro deste Conselho. Eu entendo que o encaminhamento, eu vou  
1653 submeter à votação das pessoas. Esperamos a reedição do requerimento ou posso  
1654 passar para o item seguinte e depois volto a isso? Podemos passar? O segundo item  
1655 da pauta diz respeito à solicitação de criação do grupo de trabalho no âmbito da  
1656 Câmara Técnico de Controle e Qualidade Ambiental para revisão da Resolução  
1657 CONAMA 344/2004, conforme prevê o art. 9º do Resolução: Dragagem de portos. Isso  
1658 já está previsto no texto da Resolução, e eu gostaria de submeter à apreciação dos  
1659 senhores Conselheiros, se tem qualquer objeção à criação deste Grupo de Trabalho.  
1660 Entendido como aprovado? Aprovado. Terminou o texto? Eu vou pedir 5 minutos, eu  
1661 peço que as pessoas não se ausentem porque vai ter votação. Os próximos pontos são  
1662 bastante polêmicos. Podemos fechar então? Já tem o texto aqui: “O CONAMA, na  
1663 forma do art. 2º do Regimento Interno, vem aprovar requerimento de informação sobre  
1664 licenciamento ambiental do Complexo do Rio Madeira, respondendo aos  
1665 questionamentos apresentados pelos Conselheiros do CONAMA até a data de 15 de  
1666 agosto do presente ano.” Os Conselheiros poderão apresentar os seus  
1667 questionamentos, nós vamos sistematizar, tornar isso disponível.

1668

1669

1670 **O SR. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (SEAP)** – Essa questão, eu não gostaria de  
1671 polemizar isso, mas a redação como está posta ali está dizendo o seguinte: “O  
1672 CONAMA encaminhará um conjunto de questionamentos.” Quais questionamentos? Ou  
1673 seja, o que há de mérito não é esse encaminhamento, que isso aí é um  
1674 encaminhamento pró-forma. O que há de mérito é: quais são os questionamentos? Ou  
1675 seja, e os questionamentos não estão explicitados aí. É isso que é o mérito da matéria.  
1676 Eu entendo que o CONAMA aprova não é o encaminhamento de requerimento de  
1677 informação tão somente. Se nós chegássemos ali: “o CONAMA aprova o requerimento  
1678 de informações acerca do Complexo do Rio Madeira para as instituições X, Y, Z.”  
1679 Perfeito. Aprova os questionamentos que serão encaminhados, que eu nem sei quais  
1680 são os questionamentos? Como eu vou aprovar um conjunto de questionamentos, que  
1681 eu não sei quais são? É só isso.

1682

1683

1684 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1685 Senhores, por favor. O Conselheiro está pontuando uma coisa importante de  
1686 procedimento. Mais uma vez, pelo menos eu estou entendendo que há um consenso,  
1687 ou pelo menos uma tendência neste Conselho de que, o Regimento Interno explicita  
1688 isso no seu art. 2º, cabe o requerimento de informações sobre assuntos que esse  
1689 colegiado entende como relevante. Também ficou claro, durante as discussões, em  
1690 nenhum momento nenhum membro manifestou discordância sobre não fazer o  
1691 requerimento de informação a respeito do licenciamento ambiental do Complexo do Rio

1692Madeira. Eu não vi nenhuma discordância sobre isso, nem por parte dos Estados.  
1693Então, uma coisa é, a minha primeira proposta: fazer um requerimento de informação  
1694que está aqui literalmente dizendo isso, que o CONAMA acata e define para a próxima  
1695reunião, uma apresentação, e eu disse que não há nenhuma orientação do Ministério  
1696do Meio Ambiente e tampouco do Governo Federal de não prestar todos os  
1697esclarecimentos necessários a respeito do licenciamento ambiental do Complexo do  
1698Madeira. Isso está claro aqui, qualquer pessoa que venha falar o contrário sobre isso eu  
1699vou desconsiderar, porque não existiu nem na administração passada e tampouco  
1700nessa. O Ministério do Meio Ambiente vai prestar, por intermédio do IBAMA e de suas  
1701outras instituições, todos os esclarecimentos, como o Governo Federal, as instituições  
1702são citadas aqui, também prestará esses esclarecimentos. Então isso é um ponto, o  
1703primeiro aspecto é esse. O segundo aspecto que eu quero sinalizar é que há também  
1704uma solicitação de um formato que foi apresentado aqui com um conjunto de questões.  
1705São questionamentos, e que entendo que outros Conselheiros também se  
1706manifestaram aqui sobre questionamentos, além do segmento não-governamental.  
1707Então, o que nós estamos propondo aqui são duas coisas distintas que se  
1708complementam: 1) que o requerimento de informação seja aprovado nos termos de que  
1709na reunião haverá uma apresentação sobre o processo de licenciamento ambiental do  
1710Complexo do Madeira neste Plenário. IBAMA e instituições vinculadas ou relacionadas  
1711ao processo estarão aqui presentes para prestar esclarecimentos. 2) nós estamos  
1712sugerindo que a Diretoria-Executiva do CONAMA receba os questionamentos por parte  
1713dos Conselheiros do CONAMA. No caso da Kanindé, esses questionamentos já estão  
1714postos, é isso que está escrito aqui. No caso, as perguntas finais, não são os  
1715considerandos, mas são as perguntas finais que estão colocadas como questões que  
1716estão em dúvida e que requerem esclarecimento. Outros Conselheiros que queiram  
1717apresentar suas questões, ou os seus questionamentos, poderão fazê-lo. Nós iremos  
1718sistematizar isso e tornar isso disponível. Eu posso até reduzir o prazo, se 15 de agosto  
1719for um tempo exagerado, eu estou sendo democrática, nós podemos reduzir o prazo.  
1720Consolidar e tornar isso disponível sobre qual será..., eu preciso até disso para fazer o  
1721formato da reunião, porque eu posso fazer aqui e o IBAMA pode ir e fazer uma  
1722apresentação de 15 minutos sobre licenciamento ambiental. Está prestando  
1723esclarecimentos. Então, eu estou exatamente na fala do Senhor que prestar  
1724esclarecimentos eu posso fazer uma carta e mandar, e eu estou querendo aqui propor  
1725um encaminhamento de que possibilite uma discussão técnica e possamos solucionar  
1726qualquer tipo de dúvida ou de inquietação a respeito do processo de licenciamento  
1727ambiental vinculada ao IBAMA e as entidades que estão citadas. Então, isso é uma  
1728proposta de encaminhamento. Essa é uma proposta de encaminhamento. Os Estados  
1729têm outra?

1730

1731

1732**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA (Ministério da Ciência e Tecnologia)** – Só pela ordem  
1733presidente, eu não estou com o Regimento Interno aqui, eu dei uma lida no Regimento  
1734antes da pessoa sair com uma cópia que tinha nas mãos, e o que eu meu recordo é  
1735que o art. 2º, inciso II, atribui ao CONAMA a competência para requerer informações no  
1736âmbito do estudo do impacto ambiental, que precede qualquer licença. Uma vez dada a  
1737licença em si, não cabe ao CONAMA solicitar informações ou questionar ou determinar  
1738qualquer informações adicionais para questionar a licença que já foi dada, mas sim os  
1739estudos de impacto ambiental que foram feitos, e que talvez não tenham sido feitos de  
1740uma maneira correta, mas não cabe ao CONAMA questionar a licença que já foi dada.

1741A fase de licenciamento é uma questão que esgotou a fase do CONAMA para se  
1742questionar.

1742

1743

1744**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**

1745Deixe-me fazer um esclarecimento à senhora: compete ao CONAMA no seu art. 2º,

1746inciso II, determinar, quando julgar necessário, a realização dos estudos das

1747alternativas das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados,

1748requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como as entidades

1749privadas, informações notadamente necessárias à apreciação dos estudos ambientais.

1750Ninguém está questionando se vai voltar o licenciamento antes ou depois. Há um

1751requerimento de informação sobre um processo de licenciamento ambiental que está

1752em curso.

1745

1746**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA (Ministério da Ciência e Tecnologia) –** Sim, mas o

1747estudo de impacto ambiental precede a licença. Não cabe agora que já está dada a

1748licença questionar neste Plenário se ela é correta ou não. Inclusive, se a questão está

1749*sub-judice* não cabe ao CONAMA questionar o que deve ser feito.

1747

1748

1749**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –** Eu

1750não entendo que o CONAMA está questionando, ele está solicitando informações.

1750

1751

1752**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA (Ministério da Ciência e Tecnologia) –** Mas não cabe ao

1753CONAMA fazer isso, não está no Regimento Interno. Só na fase do estudo do impacto

1754ambiental que precede a licença.

1753

1754

1755**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**

1756Bom, agora há uma outra posição, que vem pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

1757José Cláudio.

1756

1757

1758**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do estado de Minas Gerais)**

1759– Bom-dia. Desculpe pelo atraso, mas o aeroporto de Brasília ficou fechado. Izabella,

1760senhora presidente, é que nós estávamos discutindo ali, é que nós achamos que

1761proposta da senhora já é tão clara, tão objetiva, que nós estávamos ansiosos para

1762colocá-la em votação. É isso que nós queríamos: que a senhora encaminhasse para

1763votação. Aprovar o requerimento para os esclarecimentos de qualquer Conselheiro. Os

1764da APROMAC e da Kanindé já estão postos, por ventura um outro Conselheiro que

1765queira colocar... Então, nós achamos que isso já poderia ser encaminhado a votação.

1766Era só isso.

1759

1760

1761**A SR<sup>a</sup>. IVY KARINA WIENS (VIDÁGUA) –** Em relação só ao prazo, nós estamos de

1762pleno acordo com a proposta, mas nós achamos que 15 de agosto está muito longe

1763para os questionamentos. Nós podemos nos empenhar mais nas respostas do que nos

1764questionamentos. Então, o prazo para as respostas seria dia 15 de julho, para que nós

1762tenhamos mais tempo para as respostas, serem bem elaboradas para a próxima  
1763Plenária.

1763

1764

1765**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1766Então, nós temos uma proposta de encaminhamento, uma colocação da representante  
1767do Ministério de Ciência e Tecnologia, que diz que não cabe a apreciação. Segundo, o  
1768pessoal aqui do CONAMA diz que cabe ao CONAMA fazer um requerimento de  
1769informação pedindo informações sobre um processo de licenciamento que está em  
1770curso. Ninguém está questionando a licença dada, nós queremos saber como é que foi  
1771o procedimento do licenciamento ambiental. Então, eu vou submeter à apreciação do  
1772Plenário para a votação. Há uma solicitação aqui de votação nominal. Posso abrir mão  
1773disso e fazer uma votação? Sem problema? Alguém é contrário à votação da forma  
1774como está encaminhada, nos seguintes termos? O requerimento com o seguinte texto  
1775do SEAP: “1) O CONAMA, na forma do art. 2º do Regimento Interno, vem aprovar  
1776requerimento de informações sobre o licenciamento ambiental do Complexo do  
1777Madeira. 2) Fica concedido o prazo até 30 de julho do presente ano para apresentação  
1778à Diretoria Executiva do CONAMA, por parte dos Conselheiros do CONAMA, das  
1779questões referentes ao processo de licenciamento ambiental”. Então, submetendo à  
1780aprovação. Se há alguma objeção do requerimento nos termos que eu acabei de falar.  
1781Há alguma objeção? Então, está aprovado o requerimento de informação com o prazo  
1782até 30 de julho para apresentação dos questionamentos à Diretoria Executiva do  
1783CONAMA. Senhores, agora são 13h10. Sugiro que os senhores tenham um bom  
1784almoço e às 14h15 o Ministro vai estar aqui, porque ele tem que estar na Presidência  
1785às 15h.

1766

1767

1768**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Só reforçando então,  
176914h15, para que nós possamos ouvir o Ministro e também fazer um pequeno debate  
1770com ele, muito importante.

1769

1770

1771

*(Intervalos para o almoço)*

1772

1773

1774**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1775Boa-tarde a todos. Vamos retomar os trabalhos, a parte da tarde da reunião do  
1776CONAMA e como estava previsto na programação, nós teremos agora uma breve fala  
1777do Ministro de Estado, Carlos Minc, e como eu informei pela manhã, lamentavelmente,  
1778não vai poder ficar conosco como estava anteriormente previsto, porque ele terá uma  
1779reunião no Palácio do Planalto às 15 horas. O que significa que precisa sair daqui, no  
1780mais tardar, as dez para as três. Para não chegar atrasado e não ser puxada a orelha.  
1781Então, a idéia é que ele possa nos falar de uma maneira geral sobre as prioridades do  
1782Ministério. E Minc, se for possível, ainda tem uns cinco ou dez minutos de interlocução  
1783com os membros do CONAMA, se for possível, ou seja, eu vou controlar seu tempo.

1775

1776

1777**O SR. CARLOS MINC BAUMFELD (Ministro do Meio Ambiente)** – Boa-tarde a todas  
1778e o todos. Eu queria saudar todos os membros Conselheiros do CONAMA, e, primeira

1778vez, já estive várias vezes no CONAMA, primeira vez como Ministro. Estou  
1779completando hoje três semanas, ainda estou aqui em estado de choque e queria dizer  
1780que eu pretendo naturalmente prestigiar o CONAMA, participar de todas as reuniões e,  
1781em suma, através da Secretária Executiva, Izabella Teixeira, e também do Nilo e dos  
1782outros, ajudar a avançar no que for possível. Também enviarei propostas nossas do  
1783Ministério para o CONAMA, para o CONAMA deliberar. E me empenharei no cumpra-  
1784se. Fazer com que as decisões sejam realmente respeitadas. Afinal, é o órgão máximo  
1785da política ambiental do País e deve ser tratado e respeitado como tal. Nessas três  
1786semanas... Bom, nós tomamos posse numa terça-feira, na quarta tínhamos que viajar  
1787para a Alemanha. Uma conferência internacional de biodiversidade com 90 Ministros de  
1788Estados. A posição do Brasil estava muito isolada, debaixo de muita crítica. Porque o  
1789pessoal estava se recusando um pouco a discutir a questão do impacto ambiental do  
1790Etanol e do biodiesel, e depois também nós verificamos que havia uma posição dos  
1791ambientalistas, correta, com a qual nós nos associamos, de querer saber os impactos,  
1792de minorar os impactos, e havia outras posições de lobbies em relação ao Etanol e ao  
1793biodiesel. Os europeus que não têm preços competitivos, tanto no Etanol como no  
1794biodiesel, e também o lobby do carvão e do óleo, que não morrem de amores por um  
1795combustível que emita menos. O Itamaraty estava com a posição de não aceitar a  
1796discussão, o que nos levou a um isolamento. O único país que estava do lado do Brasil  
1797era a Indonésia, que era simplesmente o maior desmatador do mundo. Antes só. Mas  
1798houve possibilidade de reverter um pouco essa posição e afinal, nós partimos para uma  
1799posição de discutir sim o impacto, mas não colocá-lo como barreira econômica. Que era  
1800o que estava por trás, como uma limitação de importações, em relação a isso. Houve  
1801um outro ponto importante dessa conferência, que é a questão do ABS – Acesso a  
1802Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios, a questão do acesso e repartição dos  
1803benefícios do uso da biodiversidade, e há uma meta, que foi acordada no COP-8, em  
1804Curitiba, 2010 como o ano aonde isso seria universalizado. Isso interessa muito ao  
1805Brasil e a Amazônia em especial. Mais ao Brasil. E os países ricos eles não dizem que  
1806são contra, mas realmente quem é a favor mesmo, dos países ricos é a Alemanha. Os  
1807outros fazem *corpo mole*, porque, na verdade não querem pagar por algo que hoje  
1808obtêm de graça. Vêm aqui e garimpam as folhas e as sementes, sintetizam, vendem e  
1809te paga *royalties* e patentes o resto da vida e agora vão ter que pagar pelo acesso. Isso  
1810daí vai ser repartido pelas populações tradicionais, pelos governos, em suma. Nós  
1811tomamos uma posição também muito forte de cobrança. Em Plenário, dos 90 ministros,  
1812tinham aqueles que de boca diziam que sim, mas que não davam recursos, equipes,  
1813cronogramas, ou seja, na prática, boicotavam as medidas que levariam a implantação  
1814do ABS em 2010. Estavam trabalhando no campo da biopirataria. Vários países  
1815tomaram essa posição também e acabaram chegando alguns recursos. Nós vamos  
1816trabalhar por essa meta de 2010 que é uma coisa muito importante realmente para o  
1817Brasil. Logo em seguida tivemos uma reunião importante com nove governadores da  
1818Amazônia, fomos direto de Bonh para Belém e aí havia uma discussão muito acirrada,  
1819em relação, entre outros pontos, não só isso. Na questão do PAC, do saneamento,  
1820questões importantes, envolvimento da Amazônia e também as medidas de restrição ao  
1821desmatamento. Uma coisa muito acalorada em relação, entre outras, à medida que  
1822entra em vigor agora, daqui a duas semanas, dia 1º de julho, e que restringe o crédito  
1823àqueles que não estiverem com a parte fundiária e com a parte ambiental devidamente  
1824regularizada. E sabemos que havia uma movimentação no sentido de vários  
1825governadores pedirem a substituição ou adiamento dessa medida. O que para nós seria  
1826terrível, porque o desmatamento voltou a subir um pouco, há indícios nesse sentido e a

1779nossa política não é quebrar o termômetro, é a atuar nas causas do problema. Vocês  
1780sabem que esses 4 meses agora, são os meses da estiagem, os piores meses do  
1781desmatamento e das Queimadas. Então, nós telefonamos e negociamos diretamente  
1782com seis governadores da Amazônia e levamos para a reunião de Belém, um rol de  
1783medidas importantes, inclusive os preços mínimos para os produtos extrativistas, que é  
1784uma reivindicação antiga de todo o setor extrativista e vai permitir a esse setor se  
1785capitalizar, porque o milho, o arroz, a soja, sempre tiveram preço mínimo. Significa que  
1786os produtores podem pegar o crédito e mesmo que o preço desabe, o governo garante  
1787e ele paga o investimento. E o pessoal do extrativismo, borracha, guaraná, castanha,  
1788açai, nunca tiveram preço mínimo, o que significa dificuldade de contrair o crédito e de  
1789comprar um frigorífico, um armazém, um caminhão, eternamente na mão dos  
1790intermediários e sem possibilidade de uma vida digna. Então, o anúncio do preço  
1791mínimo para os produtos extrativistas, com uma agenda positiva, foi muito bem  
1792recebido em Belém. Por todos os governadores. E depois anunciamos também o Fundo  
1793Amazônia, que o governador sancionou o grupo de trabalho em 30 dias, deve sair  
1794agora dia 05 de julho, vão ser investimentos pesados, quer dizer, na verdade doações,  
1795só a Noruega vai fazer cinco adoções de cem milhões de dólares cada uma. O  
1796interessante em relação à questão da soberania, é que enquanto o PPG-7, o Plano  
1797Piloto do G7, que chegaram 250 milhões de dólares, os doadores tinham assento no  
1798Conselho e isso era feito através de organismos multilaterais. Nesse Fundo Amazônia,  
1799os doadores não têm assento no Conselho e isso é feito através do BNDES, quer dizer,  
1800me parece do ponto de vista da independência da soberania, uma situação até muito  
1801mais confortável para nós no momento em que se discute afinal quem é dono da  
1802Amazônia. Então, o Presidente também ficou mais contente com esse tipo de ressalvo,  
1803e naturalmente os governadores gostaram porque eles vão ter assento no Conselho  
1804que vai definir esses investimentos e o compromisso apenas é diminuir o  
1805desmatamento, manter a floresta em pé, recuperar áreas degradadas e políticas  
1806sustentáveis. Bom, anunciamos várias outras medidas, inclusive a conclusão do  
1807zoneamento econômico e ecológico até 2009, o incremento das posições de apoio,  
1808recursos para a regularização fundiária ambiental, ou seja, ajudar quem quer regularizar  
1809rapidamente, porque não basta você exigir que faça. Você tem que criar mecanismos  
1810técnicos e financeiros para viabilizar aqueles que querem fazer certo. O resultado é que  
1811com uma única exceção, nenhum governador assinou o documento pedindo a  
1812derrogação das medidas restritivas de crédito ao Banco Central. Então, houve um  
1813entendimento no sentido de uma agenda de desenvolvimento sustentável para  
1814Amazônia. No dia 5 de junho, a nosso pedido, depois de negociações com outros  
1815Ministérios, visivelmente o Minas e Energia, Casa Civil, ANP e Petrobrás, o governador  
1816sancionou, assinou, três novas reservas importantes, o Presidente, desculpe. O  
1817Presidente Lula assinou três novas reservas importantes. Duas no Sul do Amazonas,  
1818na linha do desmatamento, quer dizer, uma barreira verde. E uma reserva extrativista,  
1819um Parque Nacional e uma outra reserva extrativista no Xingu, também muito  
1820importante. Além disso, enviou para o Congresso Nacional o Projeto de Lei Nacional de  
1821Mudanças Climáticas. Então, o Brasil terá uma posição sobre mudanças climáticas,  
1822política nacional, criou o grupo de trabalho Fundo Amazônia, prorrogou indefinidamente  
1823a moratória em relação ao mogno, em suma, medidas importantes e necessárias.  
1824Depois, hoje nós tivemos uma reunião boa com o Ministro Tasso Genro sobre a  
1825questão da força nacional ambiental. E nós partimos para uma outra opção que me  
1826pareceu bem interessante, que vai interessar aqui aos estados, que é o seguinte: o  
1827Ministério da Justiça e de Meio Ambiente, vão dar recursos para os bombeiros florestais



1780 para se equiparem nos estados e para os batalhões florestais. Em troca, quer dizer, o  
1781 Presidente Lula vai assinar um decreto criando a figura do Guarda-Parque, que é uma  
1782 coisa que o Sérgio Cabral já fez o Rio de Janeiro, governador, e os estados em  
1783 contrapartida a esses investimentos nos bombeiros e no batalhão, sendo que no  
1784 batalhão, os soldados vão entrar também no PRONAF, e vão receber, os que fizerem  
1785 curso, um recurso a mais que pode chegar a 400 reais dependendo de quanto ele  
1786 ganha. Então, a contrapartida no caso dos bombeiros, é de 20, 25 bombeiros por  
1787 estado para ajudarem a guardar os parques nacionais. Ou seja, funcionarem,  
1788 continuam sendo bombeiros, mas vão estar lotados junto com os *Chico Mendes* nos  
1789 parques nacionais. E no caso do batalhão, atuar junto com o IBAMA em ações,  
1790 sobretudo, preventivas, em complemento às ações da força nacional. Aí o Ministro  
1791 Tarso pediu que eu ligasse para os governadores, explicou não convém, depende da  
1792 aceitação, obviamente. Então, no próprio dia e no dia seguinte, eu já falei com 15  
1793 governadores de vários estados, Amazonas, Minas Gerais, Ceará, em suma, Espírito  
1794 Santo, e todos reagiram muito positivamente à medida e aceitam fazer esse tipo de  
1795 convênio. Parece uma coisa positiva. Hoje nós assinamos com as ONGs, Greenpeace,  
1796 Amigos da Terra, WWF e outras, e o pessoal da BIOVI, da soja, os grandes  
1797 compradores, exportadores do óleo vegetal, mais um ano de moratória da soja. E  
1798 vamos assinar, em julho, algo semelhante com o setor da madeira, dos exportadores de  
1799 madeira e dos grandes frigoríficos, criando uma base para controlar as cadeias  
1800 produtivas, na verdade, os grandes frigoríficos, siderúrgicas, etc., vão ser responsáveis  
1801 pelos crimes ambientais, co-responsáveis, pelos crimes ambientais cometidos pelos  
1802 seus fornecedores. É o mesmo princípio de quem compra um carro roubado, está  
1803 sendo receptor. É uma coisa semelhante. E o pessoal da soja assinou, e os  
1804 frigoríficos e a madeira querem assinar o próximo mês. Isso vai ser muito interessante.  
1805 Hoje, que nosso presidente Roberto Messias Franco, hoje e amanhã, o IBAMA estará  
1806 notificando ao longo dessa semana todos os grandes frigoríficos, siderúrgicas,  
1807 madeireiras e agropecuárias da Amazônia, que eles tem 60 dias para informar todos os  
1808 seus fornecedores. Por localização, CNPJ, quantidade de gado fornecido, de madeira  
1809 etc., para permitir esse tipo de rastreamento, que deve ser muito mais efetivo. Qual é a  
1810 política então do Ministério? É separar a legalização das atividades que querem se  
1811 legalizar, que precisam da legalização para exportar, têm que ter o carimbo e essas nós  
1812 vamos apoiar, prestigiar, financiar e as que estiverem realmente na ilegalidade fundiária  
1813 e ambiental, vão ser tratadas com a mão dura da Polícia Federal, do IBAMA e da Lei de  
1814 Crimes Ambientais. Nós vamos embargar essas atividades e leiloar todos os bens  
1815 apreendidos, produto de crime ambiental. Nós nos meses anteriores já leiloamos  
1816 madeira e cereal e a partir de agora, vamos continuar leiloando, inclusive com o apoio  
1817 logístico do Exército e da CONAB, e vamos leiloar também gado ilegal criado em  
1818 unidades de conservação, para não permitir que os criminosos ambientais recebam  
1819 lucro resultante de práticas ilegais. Então, a política é nunca tratar de forma  
1820 generalizada, que isso é uma injustiça. Separar, o que for legalizado todo o apoio, e o  
1821 que estiver na ilegalidade, do peso da lei. Quero dizer também, para concluir, que o  
1822 IBAMA tem apurado o lado da fiscalização. Há três dias atrás, foi anunciada uma  
1823 grande operação que multou 60 siderúrgicas que estavam usando ilegalmente madeira,  
1824 árvores do Pantanal e do Cerrado para converter em carvão. Um método eletrônico de  
1825 controle foi possível, eles vão ter que além da multa, reflorestar 11 mil hectares, que  
1826 são 2 milhões e 600 mil árvores. Isso é uma forma também de mostrar claramente que  
1827 nós não estamos de olho só na Amazônia. Essa foi uma atividade forte de defesa do  
1828 Pantanal e do cerrado contra a devastação. Queremos dizer que aquele programa do

1781ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia, nós vamos ampliar em um primeiro momento  
1782para a Mata Atlântica, vamos criar o ARPAMA – Áreas Protegidas da Mata Atlântica. E  
1783na nossa pauta resolveu o mais rápido possível, eu estou dando um prazo de dois  
1784meses, a questão da regulamentação do art. 23, sei que isso é muito importante para  
1785prefeituras e governo. Lá no Rio de Janeiro nós descentralizamos, para os municípios,  
1786os licenciamentos de pequeno e médio porte. Isso foi ótimo. O licenciamento ambiental,  
1787nós estamos, no dia 05 de julho nós vamos anunciar um conjunto com o Presidente  
1788Messias Franco, uma série de medidas para simplificar o licenciamento ambiental,  
1789ampliando o rigor, mas diminuindo prazos, eliminando etapas inúteis e concentrando  
1790esforço naquelas que realmente são geradoras do impacto. Nós queremos mostrar que  
1791é possível o licenciamento ser mais ágil e simultaneamente mais rigoroso e não menos  
1792rigoroso. Vamos enviar a brevidade para o CONAMA, para a apreciação dos senhores  
1793e senhoras Conselheiros e membros, propostas que tornem os nossos padrões de  
1794emissão atmosférica mais rigorosos, sobretudo para a NOx, SO2 e vários outros  
1795poluentes. Tivemos uma reunião na Fiesp, em São Paulo, com toda a direção da Fiesp,  
1796anunciamos essa medida e foi saudada. Porque muitas vezes um estado que adota um  
1797padrão mais rigoroso, vira uma guerra fiscal ambiental. E alguns estados até se  
1798beneficiam do fato de ter um padrão menos rigoroso para ser um fator de atratividade,  
1799que é uma coisa regressiva. Então nós vamos apurar os padrões. Não tem sentido os  
1800países desenvolvidos apertarem. Eles se desenvolvem tecnologicamente e as  
1801indústrias que não acompanham se realocizam aqui no Brasil. Nós queremos indústria  
1802sim. Mas com tecnologia, a mesma que é exigida lá. Então, a nossa linha vai ser essa,  
1803vamos ter uma agenda forte de saneamento ambiental, fez parte das conversações  
1804com o Presidente Lula e a com Ministra Dilma, o meio ambiente voltar a ter uma *mão*  
1805*forte* na área de saneamento, recuperar o PRODE, o programa de compra do esgoto  
1806tratado, que é fundamental. É inacreditável o meio ambiente fora do saneamento. É  
1807inacreditável o meio ambiente não apitar na política industrial e tecnológica do País,  
1808como se a tecnologia limpa de menor impacto não fosse uma questão a ser ponderada,  
1809refletida e influída pelo governo e pelas áreas, CONAMA e área ambiental. Então são  
1810algumas das nossas idéias iniciais que colocamos aqui a vossa apreciação,  
1811infelizmente como a Izabella Teixeira já tinha anunciado, nós vamos ter uma reunião  
1812agora às três horas com outros ministros, tratando na questão energética na Amazônia  
1813e, portanto, eu não posso deixar de ir. Agora, voltarei várias vezes e teremos, inclusive,  
1814uma interlocução especial com as várias áreas que compõem o CONAMA, o setor  
1815empresarial, a ABEMA, a ANAMMA e todos os outros, preparando as pautas, vendo os  
1816pontos que estão pegando, quer dizer, não ficando apenas e tentando... Eu vejo que  
1817maioria, pode ser a totalidade dos Conselheiros, quer vejam as resoluções tomadas, as  
1818câmaras técnicas apresentando, o CONAMA batendo o martelo e o governo  
1819implementando. A idéia é essa. E muitas vezes você não consegue destravar as  
1820questões mais importantes e a discussão acabam sobre questões de  
1821representatividade, moções, tudo isso é importante. Eu não estou querendo  
1822desqualificar os vários assuntos, mas, às vezes, você perde o foco de quais são afinal  
1823as grandes resoluções, as grandes influências que o CONAMA pode e deve ter na  
1824política ambiental do País. É isso que nós queremos. O que nós pudermos fazer em  
1825reuniões preliminares e preparatórias, identificando de cada setor as suas prioridades,  
1826as proposta para desfazer os nós e avançar numa política ambiental mais contundente,  
1827mais moderna e mais objetiva, vocês contém conosco. Saudações ecológicas e  
1828libertárias a todos os membros do CONAMA (*Palmas*).

1782

1783

1784 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Nós  
1785 temos cinco minutos ainda e tem o escrito do Espírito Santo. Eu gostaria a sugerir dois  
1786 escritos, três no máximo, para fazer alguma colocação para o Ministro e em seguida ele  
1787 estará saindo. Tem o Alladin, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Espírito  
1788 Santo, Clarismino da ANAMMA e, obviamente, José Cláudio... Um estado... José  
1789 Cláudio ou Rubens? Eugênio, perdão. Eu cismo que você chama Rubens, é o seu  
1790 codinome não é? Desculpe. José Cláudio pode ser por Minas? José Cláudio, ANAMMA  
1791 e... Bom, você já pediu para o Espírito Santo. Pode ser Eugênio? Sem problemas? E o  
1792 Chico Blue. Fechou um minuto.

1785

1786

1787 **O SR. ALADIM FERNANDO CERQUEIRA (Governo do estado do Espírito Santo)** –  
1788 Gostaria de manifestar a satisfação de estar aqui, vendo a sua posse dentro do  
1789 CONAMA. Desejar sucesso. Impressiona a sua objetividade. Vejo os resultados do Rio  
1790 de Janeiro, nos chamam atenção, e acreditamos que você terá um grande sucesso e as  
1791 questões, muitas da que você está discutindo, nós estamos discutindo no Estado do  
1792 Espírito Santo. Eu gostaria aqui de anunciar a publicação no Estado do Espírito Santo,  
1793 do Atlas de ecossistemas do Espírito Santo. Uma obra que descreve e explica a  
1794 integração das formas de relevo do solo, do clima, da biodiversidade, os aspectos  
1795 humanos do nosso estado. Foi desenvolvida por acadêmicos, do Rio de Janeiro  
1796 inclusive, Minas Gerais, Espírito Santo. Cientistas que conhecem muito os nossos  
1797 estados. Foi coordenado pelo professor Mauro Rezende, João Luis Lani, da  
1798 Universidade Federal de Viçosa e a abordagem é feita buscando superar o desafio de  
1799 tornar o conhecimento científico acessível para professores e estudantes, porque a  
1800 questão do conhecimento é importante no desenvolvimento sustentável. Algumas  
1801 informações, ele foi patrocinado pelo Movimento Espírito Santo, uma organização não-  
1802 governamental de empresas e parceiros do desenvolvimento do Estado do Espírito  
1803 Santo, e ele é recheado de imagens, belas imagens, todas educativas, possui uma  
1804 tiragem de 2.000 exemplares. É o registro na América Latina de maior número de  
1805 publicações, e eu entrego uma cópia aqui a você Ministro e todos também uma cópia  
1806 para o IBAMA. Em função do peso dele eu não pude trazer mais. Eu sugiro que esteja à  
1807 disposição aqui para as pessoas verem.

1788

1789

1790 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA)** – Senhor Ministro, senhoras  
1791 e senhores Conselheiros, venho em nome da ANAMMA, já tive oportunidade de felicita-  
1792 lo pessoalmente, mas agora publicamente e desejar que o seu Ministério, sob sua  
1793 gestão, efetivamente implante o SISNAMA. Nós, efetivamente, somos anteriores ao  
1794 SUS, e naquela época antes do SUS, que tinha o doente municipal, o doente estadual,  
1795 o doente federal e o de defunto de ninguém, então nós não podemos ter o defunto do  
1796 meio ambiente. E gostaria de pontuar e destacar. Acho que uma coisa absolutamente  
1797 fundamental da sua fala, que é a questão do Ministério se fortalecer dentro da estrutura  
1798 do saneamento, que veja bem, e já finalizando e o parabenizando por isso. Nós  
1799 ficamos, nós municípios que efetivamente temos os garis, nós não temos garis do  
1800 estado, garis da União, não temos aterros e nem lixões do Estado e nem da União,  
1801 podemos ter até alguns consórcios, então todas as políticas de resíduos que rebenta  
1802 aqui, é no colo da viúvinha, no colo do município e por isso que nós temos sempre a  
1803 precaução de discutir com profundidade essa questão relativa aos resíduos, nós temos

1791vários interlocutores. Quais são os grandes problemas? Hoje, 82% dos brasileiros  
1792vivem nas cidades. Nós temos a questão do meio ambiente urbano, que é fundamental.  
1793E dentro da questão do meio ambiente urbano, resíduo e o drenagem. E onde que  
1794estamos com os interlocutores? No Ministério das Cidades. Secretária Nacional de  
1795Saneamento ou na FUNASA, o Ministério da Saúde, ou a questão da drenagem no  
1796Ministério da Integração e agora, substanciando também o Ministério do Meio Ambiente  
1797à questão da Secretária de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos. Então é  
1798fundamental que se fortaleça e não disperse energia, e que esse ponto, mesmo na  
1799questão do financiamento e dos recursos, fique no Ministério do Meio Ambiente e a  
1800ANAMMA aprova totalmente e se alia com Vossa Excelência nessa luta que é  
1801fundamental para a qualidade de vida de todos os brasileiros (*Palmas*).

1792

1793

1794**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do estado de Minas Gerais)**

1795– Senhor Ministro, nossos cumprimentos pela investidura do cargo, mas também por  
1796seu discurso direto, claro e objetivo. Mas, gostaríamos na oportunidade de levar ao  
1797Ministro, uma proposta de reflexão sobre a questão, bem colocada pelo Ministro, da  
1798poluição atmosférica. É bom lembrar que o CONAMA aprovou recentemente, uma nova  
1799norma para padrões de emissão para fontes fixas, notadamente as indústrias, das  
1800existentes e para as novas. Penso eu já em uma proposta bastante de acordo com a  
1801nossa realidade. No caso de Belo Horizonte e do Vale do Aço, que são as duas regiões  
1802metropolitanas de Minas Gerais, e acredito que de outras regiões metropolitanas, a de  
1803São Paulo eu tenho acompanhado as reportagens pela Folha de São Paulo, o grande  
1804problema que nós estamos enfrentando na má qualidade do ar, não é principalmente de  
1805origem das fontes estacionárias, mas das fontes móveis do transporte. Então, eu  
1806gostaria que o Ministro incluísse nas suas reflexões da preocupação com a qualidade  
1807do ar, a questão do transporte e, principalmente uma questão que nos preocupa muito,  
1808que é a possibilidade da Petrobrás não cumprir o previsto para janeiro de 2009, com o  
1809óleo diesel é de 50. Então, acho que essa é uma preocupação importante para a  
1810melhoria da qualidade do ar. Queira aceitar essa reflexão. Obrigado. (*Palmas*).

1795

1796

1797**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH) –** Eu gostei das

1798saudações libertárias, porque eu sempre me considerei um libertário. Tenho uma  
1799identidade muito grande com as idéias libertárias. Acho que não estamos preparados  
1800para elas porque ainda não modificamos o nosso espírito. Veja bem, Ministro, eu  
1801desejei alvissaras a sua secretária executiva hoje de manhã, coloquei as nossas  
1802preocupações. Primeiro é a questão, vou só repetir para o Plenário e logicamente para  
1803o senhor, que a questão ambiental ainda é a marginal das grandes decisões políticas e  
1804que ela precisa ser trazida para o centro, como são as decisões econômicas. Os  
1805ambientalistas vieram: “Olha, tem isso para falar”, várias questões, eu falei: “Eu vou  
1806tentar me lembrar de parte”. Primeiro é o seguinte, vamos quiser assim, de certa forma  
1807as pessoas que estão, que estavam no poder, muitas vezes repete como se o  
1808movimento ambientalista fossem elas. E elas não tomaram consciência que elas eram o  
1809governo, não era um movimento ambientalista, não era a sociedade civil. Então, é que,  
1810se escutasse mais, se articulasse mais com o movimento ambientalista, com o  
1811movimento social, sócio-ambiental. Por exemplo, nós temos o Conselho Nacional de  
1812Seringueiros, que não foi escutado na Amazônia. Nós estávamos até discutindo no  
1813almoço que esses grandes projetos, o PAS, o plano de evitar o desmatamento não foi

1798discutido aqui no Plenário o CONAMA. Então, certas grandes questões não foram com  
1799a participação da sociedade civil. Então, nós esperamos, auguramos que, isso é uma  
1800oportunidade de transformação e de poder escutarmos. Trouxe uma preocupação, que  
1801é particularmente nossa, que eu sou da região Nordeste, que é a questão das usinas  
1802nucleares, inclusive duas pretensas usinas na margem do Rio São Francisco. Então,  
1803queríamos desejar, é importante essa coisa direta sem subterfúgios. Esse diálogo é  
1804democrático, é franco, mas que exige para a construção da nossa democracia, a plena  
1805participação da sociedade civil. Muito obrigado. (*Palmas*).

1799

1800

1801**O SR. EUGÊNIO MARCOS SOARES CUNHA (Presidente da ABEMA)** – Como  
1802presidente da ABEMA, é um prazer enorme saudar o Senhor Ministro, que já saudamos  
1803pessoalmente e temos a certeza de que o seu mandato, sua gestão vai ser corada de  
1804êxito. E ficamos muito felizes de realmente ver essa abertura para o diálogo, que a  
1805ABEMA tem tentado construir, tem procurado. E a ABEMA se coloca à disposição,  
1806juntamente de trabalhar com todos os setores, para que realmente nós consolidemos  
1807um Sistema Nacional de Meio Ambiente e recuperemos e valorizemos esse espaço  
1808aqui, que eu acho que é o espaço maior da nossa política ambiental. Muito obrigado  
1809(*Palmas*).

1802

1803

1804**O SR. CARLOS MINC BAUMFELD (Ministro do Meio Ambiente)** – Eu agradeço as  
1805palavras e vou tentar falar dos vários temas levantados aqui por essas 5 colocações,  
1806centrando em algumas. Primeiro, a questão do diálogo com os movimentos. Eu quero  
1807dizer o seguinte, eu ontem recebi uma rede de ONGs de Mata Atlântica. Fiquei duas  
1808horas conversando com eles. E hoje, no caso, a moratória da soja, participou uma série  
1809de ONGs que monitoram a soja, mencionei quais são, e quero dizer o que Conselho de  
1810Seringueiro, ele foi ouvido, nesse curto de espaço, como disse, estou completando hoje  
1811três semanas, ele foi ouvido tanto para a definição da política de preços mínimos para  
1812produtos extrativistas, quanto das duas reservas extrativistas que nós criamos no dia 05  
1813de junho, dia do meio ambiente, através de um ato do Presidente e vamos continuar  
1814obviamente ouvindo e participando, inclusive em toda a questão do zoneamento  
1815econômico e ecológico. Não só os seringueiros, como os sindicatos e várias  
1816associações tenham estado presentes. Quero dizer em relação à questão da poluição  
1817do ar, que eu concordo bastante com o que foi levantado. Em que uma das medidas  
1818que eu já pedi para a nova Secretária Nacional do Clima que é a Suzana Kahn, uma  
1819pessoa que é do IPCC, do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, foi  
1820laureado, inclusive com o Nobel junto com Al Gore e sua equipe. Uma pessoa  
1821altamente qualificada que, uma das nossas metas é que os carros que saiam das  
1822fábricas, vão ter uma etiquetagem, como hoje temos na geladeira. A geladeira tem uma  
1823etiqueta que ela não tem CFC e, além disso, quanto à sua eficiência energética. Então  
1824os carros vão sair das fábricas com uma etiqueta da sua emissão, porque aí o próprio  
1825consumidor mais consciente vai levar em conta a emissão do seu veículo na hora de  
1826comprar um carro ou outro. Eu acho que sempre quando o consumidor entra na *parada*,  
1827você está colocando novas forças e a possibilidade da educação ambiental e da  
1828consciência influenciarem também os padrões de emissão. Então, eu concordo  
1829bastante que, não só as fontes fixas, mas as fontes móveis. Em relação à Resolução do  
1830CONAMA sobre o S50, eu quero dizer que eu fui um dos que, antes até da  
1831movimentação originária em São Paulo, enviei uma carta para os Conselheiros do

1805CONAMA, para os governadores, para a ANP e para o presidente da PETROBRÁS  
1806sobre esse assunto. E que o Ministério está consciente, se articulando em relação a  
1807isso. Acho o que fórum para se chegar a uma posição sobre isso é o CONAMA, porque  
1808se trata de uma Resolução do CONAMA, e que isso tem grandes implicações  
1809tecnológicas, que não é só ter um diesel com baixo teor de enxofre, é o prazo, já  
1810também em parte estourado, para os fabricantes de ônibus e caminhões adequarem os  
1811motores. Se for o meu motor que não está adequado, recebe o diesel com menor teor e  
1812polui muito igual. Ele tem que estar adequado, tem-se que mexer no combustível e  
1813mexer no motor. Além disso, no caso de prevalecer o duplo diesel, que tanto o diesel  
1814S50 e o diesel S200 ou S500, você vai ter que ter mais de uma bomba de diesel. E  
1815acho que qualquer solução negociada tem que levar em conta a prioridade dos grandes  
1816centros urbanos, as regiões metropolitanas, onde milhares de pessoas adoecem, ficam  
1817com seus pulmões comprometidos por causa do SO<sub>2</sub>, do dióxido de enxofre e também  
1818qualquer descumprimento deve ser compensado com antecipação das metas  
1819seguintes. Do EURO4, do EURO5, de metas mais rigorosas. Que de qualquer maneira  
1820o CONAMA, como é o autor dessa Resolução, será também o espaço para dirimir e  
1821avançar em uma questão tão importante quanto essa. Então, dizendo que estamos  
1822abertíssimos, na nossa curta gestão como Secretário Estadual do Ambiente no Rio de  
1823Janeiro, então nossos colegas aqui, o Axel Graef presidente da FIEMA, e, a Marilene  
1824Ramos, atual Secretária do Ambiente no Rio de Janeiro, minha sucessora, que até  
1825pouco tempo era presidente da SERLA, portanto, o órgão dos rios e lagoas do Rio de  
1826Janeiro. Quero dizer que em pouco tempo nós fizemos algumas coisas. Nós abrimos a  
1827CECA, que é o órgão máximo estadual, que era só a *chapa branca*, só Governo.  
1828Chamamos para a CECA, ONG, universidade e empresários e disseram: “Isso vai ser  
1829um caos, vai parar tudo”, acabou sendo mais ágil e mais efetivo. Abrimos Câmara de  
1830Compensação Ambiental. Antes o secretário que decidia para onde iria a compensação  
1831ambiental, e agora tem assento e voto. A rede de ONGs da Mata Atlântica, a UFRJ, os  
1832empresários e os municípios, a ANAMMA. E tem sido votado criteriosamente qual é a  
1833compensação, para onde é que vai e auditoria externa para saber como é que é isso.  
1834Quero dizer que pretendo fazer a mesma coisa com a Câmara de Compensação em  
1835nível nacional. Abrir para a sociedade civil e criar mecanismos de auditoria para  
1836garantir que esse recursos sejam realmente bem utilizados. Teria outras coisas para  
1837dizer, mas fica para uma próxima. Ontem tive uma reunião com o Ministro do Supremo,  
1838relator da questão das compensações ambientais, e levei uma proposta para ele, à qual  
1839ele foi muito aberto. Dessa Resolução cujo acórdão ainda sairá, não retroagir, havia um  
1840prazo de seis de adequação, e ser considerado, como derrubou a idéia do mínimo, da  
1841meio por cento e de ser sobre o montante, e ser pelo menos sobre o montante que gere  
1842impacto, ou seja, a parte do investimento que gere impacto. Que a maior parte pode ser  
1843identificada, ou seja, não incorrer sobre, por exemplo, os equipamentos de controle da  
1844poluição. Mas incorrer sobre as blusarias, refinarias, portos, estradas. A interpretação  
1845do Ministro Aires foi favorável. Então isso vai ser objeto de um embargo aclaratório. Em  
1846suma, estamos conectados nessas questões e não avançaremos sem a discussão,  
1847sem a participação. Eu estou tranquilo porque fomos nós que demos, no Rio de  
1848Janeiro, para o CONEMA, poderes que ele não tinha. O CONEMA não tinha poderes,  
1849por exemplo, de decisões normativas e passou a ter, por uma Resolução nossa  
1850recente. Abrimos a CECA para a sociedade CIVIL, abrimos a Câmara de Compensação  
1851para a sociedade civil, então, não vejo porque, como Ministro, teria uma posição  
1852diferente da que eu tive até um mês atrás, como Secretário Estadual do Ambiente. Mais  
1853uma vez deixo minhas saudações ecológicas e libertárias e até a próxima. Bom

1806trabalho para vocês. (*Palmas*)

1807

1808

1809A **SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –

1810Vamos dar continuidade à pauta. Senhores, seguindo a Ordem do Dia, nós estamos no  
1811item 7 de resoluções, ok? E eu vou submeter à apreciação do Plenário a proposta de  
1812Resolução que dispõe sobre o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado  
1813de pilha e baterias usadas, que contenham as composições químicas, chumbo, cádmio,  
1814mercúrio e seus compostos, revogando a Resolução 257 de 99. Interessado no  
1815assunto, a Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental pelo Ministério do  
1816Meio Ambiente, a procedência é a Câmara Técnica de Saúde e Saneamento Ambiental  
1817e Gestão de Resíduos, e nós temos agora a apresentação dos pareceres do IBAMA, da  
1818APROMAC, do MEC e da CNI/CNT. Por favor, solicito o representante do IBAMA que  
1819conduz o assunto para apresentar o seu parecer técnico. Doutora Zilda.

1810

1811

1812A **SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (IBAMA)** – Boa-tarde. Na última reunião, na  
1813reunião de março, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente solicitaram vistas a  
1814proposta de revisão da Resolução 257 de 1999, e esse pedido de vistas ocorreu  
1815basicamente, vou tentar aqui resumir, foi primeiramente por identificarmos que, ao sair  
1816da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, os teores de metais pesados presentes na  
1817proposta de revisão, já eram praticados pela indústria. Então, dessa forma a Resolução  
1818não traria nenhuma redução, traria redução em relação a 257, que foi aprovada em  
18191999, mas não traria nenhuma atualização quanto à redução de cádmio, de mercúrio e  
1820de chumbo. Nesse sentido, nós fizemos algumas modificações, principalmente no que  
1821diz o objeto de Resolução. Expressado aqui pela redação dada na proposta da emenda  
1822ao artigo 1º, em que nós separamos os tipos de pilhas e baterias que seriam  
1823controlados esses teores de metais ou quais sejam as baterias portáteis, e os tipos de  
1824outras pilhas e baterias contendo chumbo-ácido, níquel cádmio, que essas sim, têm  
1825uma proposta de recolhimento que já fez parte a proposta. Isso não foi por nós  
1826modificado. O que foi adequado foi essa separação. A proposta anterior, aprovada,  
1827dava a entender que iríamos propor o recolhimento de todo e qualquer tipo de bateria.  
1828E não é isso que está na proposta que saiu da Câmara Técnica, e que saiu da Câmara  
1829de Assuntos Jurídicos. Um houve uma mudança também, em relação à exigência de  
1830laudo. O IBAMA vem trabalhando quanto à exigência através de declarações de  
1831conformidade e isso foi modificado nessa Resolução. Tendo sido também modificado o  
1832que diz respeito ao conteúdo e ao atendimento da Resolução. Que está expresso no  
1833art. 5º, basicamente, 5º e 6º. Portanto, quanto aos teores de metais, numa conversa  
1834preliminar que o CONAMA teve entre as diversas instituições, os Conselheiros do  
1835CONAMA que haviam pedido vista, os teores de metais nos pareceu que isso não era o  
1836ponto discordante com a indústria, a redução desses teores de metais pesados,  
1837conforme nós estamos propondo agora, e seria extremamente oportuno que este  
1838Conselho olhasse essa proposta e, quem sabe, aprovasse, porque a proposta atual, a  
1839257, já está há nove anos aprovada, encontra-se totalmente defasada quanto aos  
1840teores, quanto às exigências e o IBAMA que é responsável pelo controle da execução  
1841do que aqui está proposto a respeito do controle de teores de metais pesados em pilhas  
1842e baterias, não pode mudar seus procedimentos de controle, sem que a Resolução seja  
1843revista. É essa, em resumo, a proposta que o IBAMA tem a apresentar.

1813

1814

1815A SR<sup>a</sup>. **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –

1816Obrigada Dr<sup>a</sup>. Zilda. Eu vou chamar a representante da APROMAC, com o parecer  
1817dela. Zuleica.

1816

1817

1818A SR<sup>a</sup>. **ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Nós fizemos também a nossa análise do  
1819processo, encontramos também uma série de irregularidades na proposta que está  
1820vindo para Plenário. Eu chamo de irregularidade na parte de coleta, a proposta permite  
1821que uma parte das pilhas sejam jogadas em aterros, inclusive no anexo da proposta,  
1822tem até um desenho “jogar no lixo” e isso significa que o ônus vai ficar com os  
1823contribuintes brasileiros, com os municípios. Embora o universo de consumidores de  
1824pilha seja bem menor do que o universo de contribuintes. Então, joga-se no lixão,  
1825porque não temos aterros sanitários licenciados, em todo o País, e se resolve o  
1826problema da indústria. E o IBAMA fica liberado de fazer a fiscalização disso. Quer dizer,  
1827é perfeito. Menos para nós, é claro. A sociedade civil e os cidadãos em geral. O outro  
1828ponto é que a proposta também permite que sejam incinerados. O Ministro acabou de  
1829dizer do escândalo que é a siderurgia hoje no Brasil. A questão da energia, florestas  
1830inteiras, poluição, doenças ocupacionais que a siderurgia causa. Aí nós produzimos o  
1831aço e fazemos pilhas, por exemplo, e daí joga no lixo, quando poderia reciclar,  
1832reaproveitar. A própria Fiesp tem no site dela a questão do tema discutido amplamente  
1833no mundo inteiro, da produção mais limpa. Então, incinerar matéria-prima valiosa, que  
1834incorpora uma energia custosa para o meio ambiente e para a saúde é muito primitivo.  
1835Não sei que palavra usar, desculpe, mas eu tenho dificuldade de entender isso. Como é  
1836que um País como o nosso joga aço no lixo. E aí poderemos entrar no mais importante  
1837ainda, que é a questão da contaminação química. Mesmo pilhas alcalinas contêm  
1838traços de mercúrio e cádmio. Os documentos que a própria CNI apresentou no seu  
1839parecer, nas referências bibliográficas têm vários documentos interessantíssimos,  
1840inclusive, todos eles são do site de uma associação internacional de produtores de  
1841baterias, que dizem que eles já pararam de discutir se vão ou não reciclar na Europa,  
1842que a Europa já mandou coletar todos os tipos de baterias. Então, eles pararam com  
1843esse discurso de “Não vamos coletar”, ou aqui no Brasil o discurso de uma lei nacional  
1844de resíduos sólidos para coletar, quando nós já temos a 6938. Temos a conferência do  
1845Rio de Janeiro, a RIO 92, que diz que cabe à indústria, ao poluidor o ônus da coleta.  
1846Então, eu acho que todos esses argumentos que estão sendo apresentados, eles  
1847realmente não fazem nenhum sentido, porque não tem respaldo nenhum. É óbvio que a  
1848indústria já pode abaixar os valores, os parâmetros de cádmio e mercúrio. Já existe  
1849tecnologia para isso, já praticam isso na Europa. Segundo ponto, eles coletam, eles têm  
1850metas de coleta, metas de reciclagem e o próprio documento do governo francês que  
1851está como referência do parecer de vista da CNI, é um documento que está no ar,  
1852qualquer pessoa pode acessar, diz que, comprova, declara, que as emissões de  
1853cádmio das pilhas lançadas em aterros ou incineração, que foram destinadas à  
1854incineração, as emissões de cádmio dessas pilhas eram 200 vezes maior do que as  
1855emissões provenientes da. Então é um documento que a CNI apresentou aqui para  
1856nós. Então, nosso parecer de vista se espelhou bastante na diretiva européia e  
1857pretendemos fazer emendas as emendas do MMA, que nós consideramos muito  
1858flexíveis.

1819

1820



1821A **SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1822Gostaria de convidar a Conselheira representante do MEC, Raquel, para apresentação  
1823do parecer.

1822

1823

1824A **SR<sup>a</sup>. RACHEL TRAJBER (MEC)** – Boa-tarde. Nós nos ativemos somente nas  
1825questões que são voltadas ao consumidor e ao consumo sustentável e com base na Lei  
1826da Política Nacional de Educação Ambiental e no Programa Nacional de Educação  
1827Ambiental. E a nossa sugestão é que se proceda à logística inversa nas pilhas e  
1828baterias, como uma ação em que toda a população participaria e as empresas trariam  
1829para si o ônus daquilo que elas poluem, inclusive funcionando de uma forma, pode ser  
1830utilizada pelo marketing das própria indústrias aqui no Brasil, que são legalizadas, e que  
1831fazem a logística inversa. A logística inversa, não só com relação ao consumidor, mas  
1832com relação a toda a linha de produção e distribuição das pilhas e baterias.

1825

1826

1827O **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Boa-tarde, senhora Secretária  
1828Executiva, colegas do Plenário do CONAMA. Bom, a CNI preparou um parecer um  
1829pouco extenso, 14 páginas, que nós achávamos que não seria condizente repassar  
1830ponto a ponto do que foi colocado lá. Então, nós preparamos alguns slides, que eu vou  
1831apresentar aos senhores, por favor. Nós vamos começar a nossa apresentação  
1832enfocando que a proposta de Resolução hoje, que nós estamos analisando, ela é  
1833focada exatamente para pilhas e baterias que contenham em sua composição, chumbo,  
1834cádmio, mercúrio e seus compostos. Por que isso? Por que internacionalmente, em  
1835todo lugar do mundo, o controle ambiental é feito sobre esses dispositivos técnicos, que  
1836contenham esses metais, porque eles realmente são relevantes do ponto de vista de  
1837impacto, e é dessa maneira que essa Resolução está trabalhando com esse tema. A  
1838Resolução ela contém 5 capítulos, com 25 artigos e 3 anexos. Ela foi muito bem  
1839estruturada pela Câmara Técnica de Resíduos, e por duas vezes foi analisada em  
1840conjunto, juntamente com a CTAJ, e o texto que nós temos por hora aqui representado,  
1841é um texto que nós acreditamos ser o melhor texto possível, negociado dentro das  
1842câmaras técnicas do CONAMA, houve discussão com todos os atores, foi uma  
1843discussão longa, dura e difícil, porque o tema é de fato muito técnico. Bom, o que a CNI  
1844quer enfatizar basicamente na defesa do texto atual da Resolução. Primeiramente nós  
1845apresentamos que houve resultados expressivos em relação à redução de mercúrio e  
1846cádmio. Da mesma maneira nós podemos dizer que nós utilizamos o que tem de  
1847melhor em tecnologia. As empresas brasileiras incorporaram, e isso é uma ação da  
1848própria Resolução CONAMA 257, que hoje está presente, nós reduzimos imensamente  
1849a quantidade de metais pesados dentro das pilhas e baterias e incorporamos o que tem  
1850de melhor em tecnologia mundial. É importante também dizer que as pilhas e baterias,  
1851que contém mercúrio, cádmio, elas foram divididas por tipologias de funcionamento.  
1852Essa ordenação feita dentro da Câmara Técnica, pelo Conselheiro que está aqui  
1853presente, Cláudio Alonso, ela visa exatamente separar as diferentes formas de pilhas e  
1854baterias que nós temos hoje no mercado, e apresentarmos o que é realmente o mais  
1855relevante. Primeiro grupo apresentado aí, as pilhas zinco-manganês, alcalino-  
1856manganês, que são as pilhas comuns que nós temos hoje no Brasil, as pilhas chumbo-  
1857ácido e as de óxido de mercúrio, além das de níquel cádmio. Acontece que a nossa  
1858proposta de Resolução, proposta não da CNI, mas das câmaras técnicas discutidas, ela  
1859prevê recolhimento de todas as pilhas e baterias que têm teores superiores àqueles que

1828estão apresentados no anexo II. Isso é importante enfatizar, porque, cada tipo de pilha,  
1829cada tipo de bateria, tem uma rota tecnológica, tem uma forma de composição química,  
1830e nós quisemos enfatizar e exatamente separar as coisas, porque são temas muito  
1831diferentes, embora sejam pilhas e baterias, elas requerem tratamentos diferenciados.  
1832Nós gostaríamos de enfatizar a questão dos investimentos que a indústria fez, no  
1833desenvolvimento de matérias-primas com alto nível de pureza, e é bom dizermos hoje,  
1834que não mais se utiliza mercúrio e cádmio em adição em pilha. A indústria não usa mais  
1835isso, as concentrações que estão propostas são traços encontrados nas matérias-  
1836primas, e que somente o elemento chumbo, que infelizmente não há tecnologia mundial  
1837ainda para a retirada dele, ele ainda é necessário na composição das pilhas. Isso é um  
1838ponto importante que temos que enfatizar é que a indústria brasileira investiu muito  
1839para poder melhorar o seu produto. Nesse ponto agora, um ponto importante, foi  
1840levantado pelos fabricantes vários estudos internacionais, estudos sérios sobre a  
1841questão das análises de pilhas e baterias, recolhimento de pilhas e baterias e se  
1842discutiu o que seria melhor em termos de pilhas comuns. Nós estamos sempre falando  
1843de pilhas comuns. Vocês podem observar as pilhas zinco-manganês e alcalino-  
1844manganês. Nesse caso das pilhas comuns, nós levantamos que a melhor destinação  
1845possível para elas é descarte em aterro sanitário. Não se deve nunca incinerar pilhas  
1846comuns, e a reciclagem que, por hora, muito se levantava como a melhor solução, ela  
1847hoje já não é mais entendida assim, pelo setor acadêmico, e até mesmo o estudo que  
1848nós apresentamos, do Ministério do Meio Ambiente francês também corrobora para  
1849isso. Um dos estudos mostrou que realmente não há risco. O risco é muito baixo de  
1850contaminação. Por quê? Porque os níveis hoje praticados nas pilhas e também nas  
1851baterias, elas, para as baterias comuns, zinco-manganês e alcalino-manganês, é bom  
1852dizer isso, porque as de óxido de mercúrio e níquel cádmio, nós particularizamos a total  
1853necessidade de recolhimento desse material, porque eles são realmente perigosos,  
1854assim como também a de chumbo-ácido. Mas para as pilhas comuns foi verificado que  
1855não há, ou melhor, sempre há, mas um risco muito baixo de contaminação ambiental.  
1856Porque os níveis de concentração de metais no produto é baixo o suficiente para ter  
1857esse tipo de avaliação. Da mesma maneira, essa mesma avaliação determina que não  
1858há como atividade, na questão ambiental, porque os níveis são baixos demais e a taxa  
1859de investigação, que é a taxa de liberação de componentes para o meio ambiente é tão  
1860baixa, que ela de fato não muda o meio. Exatamente por isso que os vários estudos  
1861que eu vou apresentar agora, esse primeiro estudo é da universidade Fukuoka, no  
1862Japão, eles fizeram um levantamento por mais de 20 anos de pilhas comuns, mas  
1863pilhas que continham em sua matéria-prima a adição de mercúrio e de cádmio, altos  
1864níveis de mercúrio e de cádmio. É bom dizer que estamos falando hoje em tons, essa  
1865Resolução está apresentando 50 PPMs para mercúrio, nós temos uma proposta  
1866negociada com o Ministério de reduzir isso para 10 e para 5. A indústria não vai se  
1867furtar de seguir essa nota tecnológica, mas nas pilhas antigas os níveis ultrapassavam  
18681000 PPMs, e nós sabemos que as pilhas piratas, que infelizmente entram no Brasil,  
1869alcançam até 80 mil PPMs de mercúrio. É um outro nível de contaminação e lá, feito os  
1870estudos para as pilhas antigas que tinham a adição desses materiais não foi verificada  
1871a contaminação. Por quê? Porque a pilha é um objeto muito rígido. Só vaza quando  
1872você troca a polaridade dela ou quando ela descarrega por completo. São pilhas secas,  
1873tanto é que são chamadas de pilhas secas, portanto elas não liberam contaminantes.  
1874Isso foi um estudo feito pela universidade do Japão, estudo de vinte anos. Esse foi  
1875desenvolvido pelo Canadá, da mesma maneira chegaram às conclusões de não-  
1876liberação de substâncias que poluem e também quanto ao questionamento sério da

1829reciclagem. Da mesma maneira, o estudo foi desenvolvido na Universidade Liege, na  
1830Bélgica, e eles também puderam verificar a melhor solução para as pilhas comuns. São  
1831aterros sanitários. Um outro estudo feito pelo Ministério da Indústria do Reino Unido  
1832também chegou a avaliações semelhantes. Estudos todos eles recentes. E por último  
1833nós apresentamos o estudo do Ministério de Meio Ambiente francês, que durante  
1834dezoito anos fez uma avaliação de todo o processo, desde o início, quando começou a  
1835questão da coleta de pilhas na Europa. Começando com as pilhas realmente perigosas,  
1836óxido de mercúrio e níquel cádmio e expandiram isso para todas, inclusive as comuns,  
1837mas o consenso que se tem hoje é que não é a melhor solução. Embora eles não  
1838queiram comprar, desmobilizar todo o sistema de reciclagem que eles montaram, de  
1839recolhimento principalmente, para separar isso e mandar para o aterro. Não compensa,  
1840e de fato, de certa maneira, eles têm razão, hoje na Europa de não ter que se desfazer  
1841disso. Como nós no Brasil estamos criando isso, acho que seria interessante podermos  
1842não cometer os mesmos erros que eles cometeram, porque a avaliação que se faz em  
1843termos de um balanço ambiental para reciclagem é um balanço negativo. Basicamente  
1844essa é uma posição importante que a CNI coloca. Que há necessidade de  
1845apresentação de laudos físico-químicos para qualquer tipo de importação de pilha e  
1846bateria, ou que seja fabricado no mercado nacional. Defendemos esse ponto como uma  
1847forma de controle contra a questão da pirataria no Brasil. É bom os senhores saberem  
1848que 40% do mercado hoje, de pilhas comuns, são mercados de pilhas ilegais e essas  
1849têm altíssimos níveis de contaminação de mercúrio e de cádmio, porque são  
1850adicionados por tecnologias antigas, principalmente por parte dos chineses. E aqui a  
1851CNI, basicamente, apresenta apenas uma emenda no texto, que é exatamente a  
1852questão de incorporar conceito de cadeia e responsabilidade compartilhada, no art. 10  
1853e que pode ser rebatido para outros artigos onde o fabricante não se exime de recolher  
1854as pilhas, pilhas de óxido de mercúrio e níquel cádmio, além de chumbo-ácido, dizendo  
1855que, claro, nós recolhemos desde que o consumidor nos entregue. Nós não temos  
1856condições de ir dentro da casa do consumidor e retirar esse material que é de domínio  
1857dele. Aí está apenas a redação que nós apresentamos e que no momento em que  
1858formos discutir a apresentação das emendas, vamos apresentar a emenda do art. 10,  
1859era apenas isso. Eu agradeço compreensão. Obrigado a todos.

1830

1831

1832**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**

1833Obrigada às instituições que solicitaram vista e apresentaram os seus pareceres. Eu  
1834estava combinando com o Nilo, vou fazer uma sugestão de encaminhamento, que nós  
1835abríssemos agora para os membros do Plenário, os eventuais comentários ou debates  
1836a respeito dos pareceres. Se há alguma indagação, alguma informação, algum ponto  
1837que mereça destaque, o Ministério da Educação colocou um tipo de abordagem, a CNI  
1838veio com um conjunto de informações esclarecendo pontos, a Zuleica apresentou uma  
1839posição contrária àquilo que o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA encaminham. E  
1840a Zilda fez uma apreciação sobre o porquê dos teores, enfim, a definição dos padrões  
1841por parte do IBAMA. Então eu gostaria de consultar o doutor Paulo Nogueira Neto. Tem  
1842alguém que queira comentar os pareceres? José Cláudio, de Minas Gerais, Pedro  
1843Ubiratan, Zuleica e Volney.

1833

1834**O SR. PAULO NOGUEIRA NETO – (ADEMA/SP)** Bom, em primeiro lugar eu quero  
1835louvar a franqueza com que fomos apresentados a esse projeto. No entanto, essa  
1836franqueza diz o seguinte, que 40% das pilhas são ilegais. Ora, como é que vamos

1835admitir uma coisa dessas? Quer dizer, não é por decreto que vá se estabelecer que  
1836toda pilha será efetivamente legal, se hoje 40% são ilegais, provavelmente isso  
1837continuará por muito tempo. Então, cria-se um risco que é absolutamente inaceitável. E  
1838isso objetivando, é claro que inaceitável no sentido de que tenha que ser feito um  
1839sistema de recolhimento das pilhas usadas, seja importado ou exportado, qualquer que  
1840seja a sua composição, porque, repito 40% é um número absolutamente inadmissível.

1836

1837

1838**O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** – Boa-tarde. Eu gostaria de dirigir a todos  
1839os Conselheiros o seguinte, eu durante muito tempo, o doutor Nilo sabe disso, presidi  
1840essa Câmara Técnica de Saneamento do começo do grupo de trabalho de pilhas e  
1841baterias até encaminhar a câmara jurídica. Depois saí, houve a reeleição e não pude  
1842mais ficar mais na câmara. Minha grande tristeza, e o CONAMA continua cometendo  
1843erro de mudar tecnicamente a Resolução a nível de câmara jurídica, e a nível de  
1844reestruturamento, de montar uma nova Resolução, um novo *emendão* que eu estou  
1845vendo hoje. Foi feito um trabalho de 2 anos, amplamente discutido. O doutor Paulo  
1846falou muito bem, eu trouxe a Polícia Federal aqui para discutir a ilegalidade da pilha,  
1847tem mais de 40% de pilhas ilegais neste País. São pilhas vagabundas que em menos  
1848de uma hora vai para o lixo, com níveis de chumbo altíssimos. Nós estamos agora  
1849fomentando a ilegalidade do País. Eu não tenho nada com o setor, não tenho nenhum  
1850interesse nisso, sou engenheiro ambiental, engenheiro sanitaria e de segurança.  
1851Então, eu expor a minha tristeza, de chegar nesse ponto, e não é a primeira vez de  
1852resoluções, já tivemos outros exemplos desse tipo, de chegar aqui no conselho e  
1853verificar a mudança de critérios técnicos que foram a nível de jurídica e a nível de  
1854*emendão*. Então eu gostaria de pedir para o conselho repensar essa condição. Que não  
1855dá para nós chegarmos aqui nesse fórum, discutir níveis de chumbo e, eu vejo até na  
1856proposta de Resolução feita pelo MMA, onde você coloca os setores de lítio e chumbo  
1857em disputa, porque você tira o chumbo da pilha comum. Pelo que eu sei a pilha comum  
1858não vive sem chumbo, aí se cria outra categoria e você entra em briga de setores  
1859produtivos. Então, acho que nós temos que repensar essa condição. Eu gostaria mais  
1860de expressar o meu descontentamento.

1839

1840

1841**O SR. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Governo do estado de São**  
1842**Paulo)** – Boa-tarde. Em primeiro lugar eu queria desejar a senhora meus votos de  
1843boas-vindas, na certeza de que aquilo que o Senhor Ministro falou vai ser efetivamente  
1844exercitado aqui. E a minha intervenção, eu não estou muito confortável com o  
1845substitutivo do Ministério. Pelo fato de que nós participamos da Câmara Técnica de  
1846Assuntos Jurídicos e examinamos essa Resolução. Eu não quero nem entrar no mérito  
1847tecnológico disso. Estou um pouco constrangido aqui com o procedimento, porque essa  
1848Resolução ficou alguns anos sendo discutida na Câmara Técnica, depois passou pela  
1849Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e veio ao Plenário e recebeu o que eu  
1850considero um substitutivo. Com todo respeito à Zilda Veloso, que conheço há muito  
1851tempo, e tenho certeza que ela é comprometida com essa questão, mas eu gostaria de  
1852externar esse meu constrangimento também, e desconforto, até porque eu acho que  
1853existem algumas sugestões que deveriam merecer, já que se trata de um número muito  
1854importante de alterações, deveria merecer um exame da Câmara de Origem e da  
1855Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Só isso que eu queria colocar. Muito obrigado.

1842

1843

1844 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do estado de Minas Gerais)**

1845– Eu inicialmente queria cumprimentar os pareceristas, porque todos os pareceres, em  
1846minha opinião, contribuem muito para nossa discussão aqui. O ponto que eu quero  
1847destacar para maior reflexão, e ele está presente nos três pareceres, é a questão da  
1848coleta das pilhas e baterias chamadas de comuns ou de portáteis, ou as alcalino-  
1849manganês, essa pilha que nós temos no nosso uso doméstico. O parecer da CNI, eu  
1850até comentei isso com o Vanderlei, ele fez uma pesquisa bastante aprofundada, mas eu  
1851diria que ao ler o parecer dele, fica a impressão que fazer a coleta das pilhas e baterias  
1852portáteis e fazer a sua reciclagem, seria uma coisa inadequada. E não é bem isso. Na  
1853verdade, o único estudo que eu comecei a ler, que ele até me emprestou, pois não  
1854consegui acessar na internet, que foi encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente  
1855francês, ele fala, realmente, que os custos sociais são muito altos. Mas esse mesmo  
1856estudo levanta uma questão que eu acho primordial. Ele diz que a reciclagem permite  
1857evitar a poluição emitida na extração e processamento de matéria-prima virgem. Então,  
1858nós temos que lembrar isso, que ao coletar as pilhas comuns e levá-las para  
1859reciclagem, além da grande lição de consciência, de consumo consciente, de  
1860responsabilidade pela geração dos nossos resíduos, nós estamos contribuindo para a  
1861redução da poluição resultante da exploração da matéria-prima para, vamos dizer,  
1862fabricar novas pilhas. Então, o parecer do Ministério da Educação, em cumprimento  
1863especial à Raquel, é muito claro e objetivo nisso. A importância de termos um processo  
1864de separação para que o consumidor separe as suas pilhas e leve no local onde ele  
1865comprou e que tenha toda a logística reversa. Apesar desse estudo, que foi contratado  
1866pelo Ministério do Meio Ambiente da França, dizer que os custos são altos, a diretiva  
1867européia continua prevalecendo. E a diretiva européia, e aí as Zuleica foi muito feliz em  
1868transcrever alguns trechos da diretiva européia no seu parecer, é clara o encorajamento  
1869para fazer a coleta das pilhas e baterias portáteis, as comuns. E que isso vá para o  
1870sistema de recuperação de reciclagem e que isso não vá para o lixo comum. Então,  
1871mesmo na Europa, os diversos países estão em níveis diferenciados com essa coleta, e  
1872acho que ninguém está pensando em colocar nessa norma uma exigência que isso seja  
1873feito de imediato, mas que fique na Resolução, o incentivo, metas para que o País  
1874caminhe nesse sentido. A Zuleica lembrou uma coisa muito importante, porque todos os  
1875trabalhos o que Vanderlei apresentou, eles dizem, “Do ponto de vista ambiental a  
1876contribuição é pouco significativa em aterros sanitários”, então, primeiro vamos ver o  
1877nível de exigências de aterros sanitários na Europa. Com certeza, nos Estados Unidos  
1878e no Canadá. Segundo, quantos por cento dos resíduos sólidos urbanos gerados  
1879nestes países estão dispostos adequadamente. Acredito que não cheguem a 30%.  
1880Então, como é que vai ser isso? Se nós fomos ao pé da letra, do que a própria CNI  
1881defende, no mínimo, onde os resíduos urbanos não são dispostos adequadamente,  
1882teria que ter a coleta das pilhas e baterias, porque creio que ninguém aqui vai defender  
1883que pilhas e baterias vão para lixões. Ir para a margem de rio. Então, nós precisamos  
1884encontrar o equilíbrio dessa proposta, evidentemente, que não vamos mudar esse  
1885panorama da noite para o dia, mas a Resolução, no meu entender, deve contribuir para  
1886que caminhemos, para que as pessoas não joguem as pilhas e baterias no lixo. Então,  
1887a compatibilização entre esses pareceres, o ponto do equilíbrio, que eu também não sei  
1888exatamente qual é, que eu acho que é o grande desafio que nós temos aqui para  
1889aprovar essa nova Resolução. Obrigada.

1845

1846

1847A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC) – Eu queria lembrar, também, que eu consegui  
1848um documento do Ministério Público Estadual, acho que do Rio Grande do Sul, no  
1849Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, pediu um laudo para a universidade do  
1850Rio Grande do Sul, procedente do Laboratório de Corrosão, Proteção de Reciclagem de  
1851Materiais, e foi firmado pela doutora Andréa Moura Bernardes. Esse documento diz o  
1852seguinte: “Que para os casos específicos de baterias, os metais pesados presentes à  
1853composição, mesmo que sejam traços é claro, poderão ser lixiviados em contato com a  
1854água proveniente de chuvas, quando as baterias estão dispostas em aterros, quer  
1855dizer, lixão porque não tem aterro. Além disso, o chourume gerado pela decomposição  
1856de matéria orgânica do lixo tem influência, devido à acidez do mesmo, na lixiviação dos  
1857metais das pilhas, ou seja, a co-disposição de baterias com lixo doméstico poderá  
1858acelerar as condições de lixiviação, o que aumenta a contaminação do percolado.  
1859Desta forma, o percolado gerado no aterro, que é o chourume, irá ficar enriquecido com  
1860metais pesados, e um tratamento adequado a esses metais deveria ser estabelecido”.  
1861Ou seja, coleta. Só pode estabelecer através da coleta. Evitar jogar, porque não tem  
1862outro jeito. “Uma vez percolado, ele poderá contaminar as águas subterrâneas. Os  
1863eletrólitos presentes nas baterias, também poderão acarretar problemas, pois, poderão,  
1864quando em contato com outros materiais presentes no lixo doméstico, acarretar a maior  
1865dissolução de compostos químicos. Dos metais presentes em baterias, os que geram  
1866maiores problemas de poluição e toxicidade são cádmio, chumbo e mercúrio”. Bom,  
1867continua, o documento é extenso, e lembro uma coisa que eu também gostaria de  
1868chamar a atenção, sobre a questão do princípio do poluidor pagador. Eles estão aqui  
1869nesse documento, na verdade, alegando, que a 257 é inconstitucional. Nossa  
1870Resolução em vigor. Porque ela não obedece, ela tem uma incompatibilidade com a lei  
18716.938 de 81, que diz o seguinte, a Lei 6938 de 1981 acolheu no parágrafo 1º do artigo  
187214, o princípio de poluidor pagador, ao dispor que o poluidor é obrigado, independente  
1873de existência de culpa, a indenizar ou a reparar os danos causados ao meio ambiente  
1874ou a terceiros, afetados pela sua atividade. Quem tem os bônus da atividade deve arcar  
1875com os seus ônus. No caso em tela, a indústria química recolhe os bônus da atividade  
1876da produção e comercialização de pilhas e baterias. No entanto, a Resolução 257 de 99  
1877permitiu a destinação das pilhas e baterias em aterros sanitários, os quais, segundo  
1878laudo encaminhado pela Universidade Federal Rio Grande do Sul, deverão esta era  
1879sobrecapacitados para receber metais pesados. Transferiu para os municípios o ônus  
1880de arcar com a destinação dos metais pesados existentes nas pilhas e baterias. Em  
1881suma, a Resolução ofendeu o princípio poluidor pagador, ao transferir ao município e  
1882por consequência os contribuintes, o ônus da disposição dos resíduos de metais  
1883pesados. Quem causa deterioração, paga os custos exigidos para prevenir ou corrigir.  
1884É óbvio que quem é assim onerado, redistribuirá esses custos entre os compradores  
1885dos seus produtos, se é uma indústria, onerando-a nos preços ou os usuários do seu  
1886serviço, por exemplo, uma municipalidade em relação aos seus serviços de esgotos,  
1887aumentando suas tarifas. A equidade dessa alternativa reside em que não pagam  
1888aqueles que não contribuíram para a deterioração, ou não se beneficiaram dessa  
1889deterioração. De fato o custo da destinação das pilhas e baterias será suportado, ou  
1890pela indústria, se mantida a regra de que é responsável pela reciclagem ou  
1891desativação, e transferido aos consumidores das pilhas e baterias através do aumento  
1892de preço, ou será suportado pelos municípios, a quem incumbirá financiar aterros  
1893sanitários com capacidade para receber metais pesados. Custo que será suportado  
1894finalmente pelos contribuintes. Então, essa é a lógica da incompatibilidade, do  
1895argumento da incompatibilidade entre a Lei 6938 de 1981 e a Resolução 257 de 1999

1848 em vim vigor. Então, a hora é agora, de nós corrigirmos isso, de nós trabalharmos com  
1849 cuidado para definir isso de uma vez por todas. Obrigada.

1849

1850

1851 **O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Bom, vou falar  
1852 aqui como representante do Ministério da Saúde e também vice-presidente da Câmara  
1853 Técnica de Saneamento e Saúde. A questão central que está colocada para o nosso  
1854 debate, são dois temas. Padrões e recolhimento. Se for espremer essa Resolução, são  
1855 as questões centrais. As questões de padrão, acho que já existe um consenso, a  
1856 própria indústria já concordou com padrões mais restritivos, que inclusive já estão  
1857 aplicados na Europa. Então, vamos à questão do recolhimento. Eu queria fazer um  
1858 preâmbulo, que nós do Ministério da Saúde estamos implantando um programa que se  
1859 chama Virgem-Solo, que trabalho justamente nas áreas que existem populações  
1860 expostas a solo contaminado. Hoje nós já identificamos em termos de 1.500 áreas com  
1861 solos contaminados no País. 90% dessas áreas são lixões, mas digamos que as áreas  
1862 que mais nos preocupam são justamente as áreas onde existe contaminação com  
1863 metal pesado. É um levantamento que é feito em conjunto com Estados, municípios e  
1864 com o setor ambiental. Então, portanto, a nossa preocupação é justamente a parte  
1865 relativa a essas áreas, onde populações estão sendo expostas, muitas vezes por  
1866 mananciais desprotegidos, mananciais que passam próximo a esses lixões e etc. A  
1867 nossa preocupação é um pouco na linha que Cláudio Junqueira colocou, de que só  
1868 temos 4% de aterros sanitários no Brasil, é claro que temos a meta de até 2012,  
1869 aprovada na Conferência Nacional do Meio Ambiente, de erradicar os lixões.  
1870 Recentemente aprovamos uma Resolução para simplificar os aterros, que a Câmara  
1871 Técnica de Assuntos Jurídicos pediu vistas, essa Resolução quando chegar ao  
1872 CONAMA, pode ser um grande impulso para nós realmente resolvermos essa questão  
1873 definitivamente, essa vergonha para o Brasil, da questão dos lixões, mas voltando  
1874 então à questão central. Eu acho que a questão central que está colocada para todos  
1875 nós é a responsabilidade pós-consumo. Que é uma tendência mundial. Eu acho que  
1876 a CNI, a CNT, inclusive, estão trabalhando nesse sentido e o mundo também está  
1877 trabalhando nesse sentido. Eu tive a oportunidade, a nossa equipe técnica, de estudar  
1878 o parecer da CNI, digamos que quase 80% das referências são estudos financiados  
1879 pelo próprio interessado, as empresas, mas o único estudo um pouco independente,  
1880 que é o do Ministério de Meio Ambiente da França, foi exatamente o que o Cláudio  
1881 colocou. Levanta que a oportunidade e a pertinência da reciclagem. Em termos de uma  
1882 solução mais sustentável para essa problemática. Tanto que hoje no mundo, tanto a  
1883 Europa, o Japão, todo mundo coleta. Então, o que eu acho que poderia ser mais  
1884 razoável, para nós seguirmos essa tendência mundial, para nós protegermos a saúde  
1885 da nossa população, para a indústria ver que o Brasil ainda não está estruturado nisso.  
1886 Temos que ter atitudes precaucionárias. É propor. Acho que dentro dessa Resolução, a  
1887 expectativa nossa, do Ministério da Saúde, é uma proposta de um recolhimento  
1888 gradativo, onde a indústria assuma compromissos de acordo ao nosso parque  
1889 tecnológico, industrial, capaz de acolher essas pilhas e baterias que vão ser recolhidas.  
1890 O Ministro acabou de citar, falando de Bonh na Alemanha, eu tive a oportunidade de  
1891 estar presente na delegação do Brasil. Hoje você chega à Alemanha, vai ao  
1892 supermercado, se você quiser aquela bolsinha plástica você tem que pagar. Não é essa  
1893 farra do Brasil em que dão 10 bolsas, uma para cada produto que se compra. Porque é  
1894 aquela história, no Brasil o lucro ainda é capitalizado e o prejuízo é socializado. Não  
1895 tem essa farra das *pets*, que está acabando com a drenagem das cidades, etc., tudo

1852 agora é reciclável e nós estamos andando para traz. No Brasil antes era tudo reciclado.  
1853 Até aquela garrafa de leite era no vidro, agora tudo é papel. Eu acho que essa Política  
1854 Nacional de Resíduos Sólidos, que está no Congresso, ela tem que ser nossa  
1855 inspiradora para tomar qualquer decisão aqui, no sentido de nós decidirmos as coisas  
1856 com algum princípio. Senão ficamos só decidindo as coisas no afobamento, no calor da  
1857 hora e não pensamos no futuro. Para concluir, acho que nós temos que estar... Eu  
1858 considero uma falha de procedimento, no sentido de que a bola veio quadrada para o  
1859 Plenário, eu fiz essa crítica, inclusive, no âmbito da reunião de governo, de que  
1860 realmente o IBAMA e MMA tinham que ter apresentado essas sugestões no âmbito da  
1861 Câmara Técnica e deixaram para apresentar no Plenário. Então, fizemos essa  
1862 avaliação, essa autocrítica, mas é aquela história, já está quase a 5 ou 6 anos. Se isso  
1863 volta para Câmara Técnica, vamos esperar mais 2, 3 anos. Será que aqui nós não  
1864 temos condições, em função de uma postura pró-ativa, de chegarmos a algum  
1865 consenso em termos de decisão, de pelo menos as coisas que eu acho que nós  
1866 podemos convergir. Acho que esse é o espírito que temos que guiar. É uma Resolução  
1867 que já tem uma resposta para a sociedade brasileira para esse problema. Tentamos  
1868 aqui, convergir pelo menos nos padrões, que não têm tanta divergência, e acho que, já  
1869 são 4 horas da tarde, se nós tivemos um tempo talvez até amanhã, para uma proposta  
1870 voltada para o recolhimento gradativo, que a indústria assuma a responsabilidade pós-  
1871 consumo em alguns itens. Acho que o Brasil sairia ganhando nesse sentido. Então é  
1872 isso que o Ministério da Saúde entende que poderia ser um denominador comum, e  
1873 esse tema, eu sei que realmente não deveria chegar essa bola quadrada aqui para o  
1874 CONAMA, mas eu acho que seria muito interessante se conseguíssemos chegar como  
1875 essa grande pauta, nesses dois dias de reunião, em algum tipo de denominador  
1876 comum, que a sociedade brasileira ganhasse no final. Obrigado.

1853

1854

1855 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu gostaria de passar inicialmente a  
1856 palavra a Dr<sup>a</sup>. Zilda e depois faria algumas considerações rápidas.

1856

1857

1858 **SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (IBAMA)** – Eu fiz uma apresentação bastante  
1859 curta, quando da minha fala no início desses debates, porque eu imaginava que os  
1860 debates fossem se focar nos aspectos técnicos. E poucos aqui levantaram questões  
1861 técnicas. Levantaram mais questões processuais, mas alguns que levantaram questões  
1862 técnicas, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Ninguém está propondo aqui que se  
1863 jogue bateria no lixo puro e simples. Nós estamos propondo uma redução bastante  
1864 drástica dos índices de metais pesados e aí se pode jogar no lixo. Essa revisão foi  
1865 provocada pelo Ministério Público, em função exatamente deste nó. Qual seja? Nos  
1866 municípios onde não há aterro sanitário, eu não vou repetir as palavras do Dr. José  
1867 Cláudio Junqueira, que eu acho que ele foi brilhante, eu não saberia colocar com  
1868 tamanha clareza o que ele colocou aqui nessa tribuna. Mas ele foi extremamente feliz  
1869 na colocação dele, dos problemas, que estão ligados ao assunto, que não é pura e  
1870 simplesmente se colocar um container na porta de casa, na porta da igreja, na esquina,  
1871 recolher e está tudo resolvido. Aliás, é assim que normalmente que todos nós achamos  
1872 que devemos resolver o problema do lixo. O container, alguém recolhe, alguém destina,  
1873 e eu não sei nem para onde vai e não me interessa em saber. Então, eu digo que a  
1874 proposta que foi construída, eu tenho o maior respeito, eu trabalhei nela, eu fui relatora  
1875 do grupo, em momento algum tive interesse nenhum, ou nenhum de nós da equipe



1859técnica do IBAMA, nem do Ministério do meio Ambiente, só que ela foi construída com  
1860muito esforço e muitas limitações. Eu gostaria de voltar a dizer aqui o que eu falei em  
1861março. Nós não tivemos ajuda de técnicos de órgãos estadual da meio ambiente. O  
1862Fernando, eu já conversei isso com ele, o Ministério da Saúde também não nos ajudou.  
1863O Ministério das Cidades também não nos ajudou. A ANAMMA também não nos  
1864ajudou. As ONGs também não nos ajudaram. As reuniões eram dois representantes,  
1865um do Ministério do meio Ambiente, outro do IBAMA e 15 da indústria, e nós com essa  
1866faca na cabeça. Então é muito fácil aqui na tribuna agora, dizer que está ruim, que tem  
1867que recolher tudo e que está tudo certo. O IBAMA não está querendo deixar de  
1868fiscalizar como a APROMAC falou. O IBAMA mudou o procedimento de exigir o laudo.  
1869O laudo hoje é declaratório, dentro do cadastro federal, e é passível de punição pela Lei  
187010.165 e pela Lei de Crimes Ambientais. Então, nós não estamos querendo deixar de  
1871cumprir a Resolução. Outro ponto: a Europa não recolhe pilhas e baterias portáteis. A  
1872Europa tem programas voluntários de recolhimento e as metas foram fixadas para  
1873entrar em funcionamento a partir de 2010. De acordo com a diretiva 66 de 2006. Então,  
1874nós não estamos fazendo nada além. Eu não estou dizendo que nós devemos chegar  
1875ao ponto que a Europa está chegando. Estou dizendo que foi usado como argumento,  
1876que se a Europa já recolhe, porque nós não devemos recolher. Nós procuramos fazer  
1877uma proposta realista. Eu falei aqui nessa mesma tribuna, em março, que para baterias  
1878portáteis, existe uma única empresa que faz reciclagem no Brasil, e as exportações são  
1879controladas pelo IBAMA, são limitadas. É proibida a importação de resíduo perigoso. É  
1880proibida, então algumas baterias se enquadram nessa definição, e é controlada a  
1881exportação também pela Convenção de Basileia. Então, nós temos limitações. Os  
1882estudos apresentados pela CNI, muito bem falou aqui o José Cláudio Junqueira, eles  
1883dizem respeito a aterros sanitários. Nós apresentamos dois estudos, da USP e da  
1884Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mostram a contaminação de pilhas e  
1885baterias no solo. Existe essa contaminação. O laudo, nós não estamos, voltando a  
1886esclarecer problema do laudo. O laudo inclusive não foi retirado da proposta do vistas  
1887que o Ministério e o IBAMA apresentaram. Este laudo continua sobre a prerrogativa,  
1888mas ele não é, a exigência dele não é menos forte do que a exigência da declaração de  
1889conformidade do cadastro técnico federal. É uma máxima que sempre recolhe,  
1890senhores Conselheiros, senhora Secretária Executiva, a incineração, proibir, não  
1891proibir. Nós temos uma Resolução que trata de tratamento técnico de resíduos. Se nós  
1892criamos padrões, restrições, para que ela ocorra, porque nós vamos agora começar a  
1893recheiar outras resoluções com proibições que não estão na Resolução de Tratamento  
1894Térmico? Isso é muito comum. Vamos, então, pedir a modificação dos teores e padrões  
1895que estão na Resolução de Tratamento Técnico de Resíduo, que é a tecnologia técnica  
1896de incineração. E o ponto final, eu acompanho neste Conselho, eu acompanho os  
1897trabalhos deste Conselho desde 1987, quando eu ingressei na SEMA, mas acompanho  
1898os trabalhos da política Nacional de Resíduos Sólidos desde 1996 e o CONAMA vem  
1899desde 1996, regulamentando alguns assuntos como, pneumáticos, pilhas e baterias,  
1900dentro dos pressupostos daquela política que foi elaborada. E o IBAMA, a área que eu  
1901coordeno é responsável pelos mecanismos de controle. Então, esses ajustes  
1902necessários à Resolução, que nós estamos propondo, são para dar mais clareza e  
1903maior viabilidade aos procedimentos de controle. Eles não foram criados para que o  
1904IBAMA deixe de cumprir a sua tarefa de controlar ou de fiscalizar aquilo que é de sua  
1905competência. Agora, quando nós falamos de resíduos sólidos, de geração difusa, como  
1906é o caso de pilhas e baterias, os entes envolvidos se diversificam. Você tem o  
1907município, você tem o órgão municipal da meio ambiente, você tem a sociedade civil,

1860tem o órgão estadual da meio ambiente, alguns estados exigem licenciamento de  
1861unidades que armazenam pilhas e baterias. Então, senhora Secretária, eu gostaria que,  
1862se possível, estou vendo que esse assunto é um assunto que vai gerar alguma  
1863polêmica, vem gerando alguma polêmica ao longo desses nove anos de implementação  
1864da Resolução, mas que pelo visto ainda não está maduro. Acho que se nós tivéssemos  
1865uma discussão efetiva com mais razão, sem tanta emoção, mas que tivéssemos uma  
1866discussão efetiva entre estados, municípios, o setor privado, para procurar decidir qual  
1867é o melhor passo para essa Resolução. Pelo visto, o passo que foi escolhido dentro da  
1868Câmara Técnica, e que passou pela Câmara de Assuntos Jurídicos, que foi o passo de  
1869se estabelecer teores e se exigir o recolhimento daquilo que estivesse acima, talvez  
1870não tenha sido o melhor passo. Talvez o clamor pelo recolhimento e a colocação de  
1871padrões paulatinos de recolhimento, elas sejam um outro rumo a ser tomado. Mas nós  
1872não podemos aqui, no calor da discussão, tomar uma decisão dessas se nós não temos  
1873nem unidades. Vamos deixar esse resíduo armazenado? Sem ter unidades que  
1874possibilitem o recolhimento? Ou colocar esse ônus para a prefeitura resolver isso com a  
1875indústria? Nós precisamos descobrir e definir com clareza os papéis de cada um dos  
1876setores envolvidos com esse assunto. Querer que recolha, eu também quero. Eu tenho  
1877um monte de pilhas e baterias armazenadas na minha casa. Eu também quero, mas eu  
1878acho que não é assim que nós tratamos um assunto tão sério, que é o gerenciamento  
1879ambientalmente adequado de resíduos. Se ele não for ambientalmente adequado, ele  
1880não precisaria estar neste Conselho.

1861

1862

1863**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, eu acho fundamental, queria  
1864comentar doutora Zilda, que ela recuperou brilhantemente o trabalho sério que foi  
1865realizado na Câmara Técnica. De certa forma estou um pouco emocionado pelo  
1866empenho durante todo esse tempo e que, na realidade, houve uma tentativa, a Câmara  
1867Técnica, o resultado daquele trabalho foi o acordo possível naquele momento. Parece-  
1868nos que há algumas deficiências, há crítica a esse trabalho, eu acho que isso é normal,  
1869mas acho que nós temos algumas questões aqui que me pareceram muito  
1870preocupantes, quando nós vemos essa grande quantidade de pareceres, vários  
1871aspectos sendo apresentados e o baixo nível de consenso, que nós temos no âmbito  
1872dessa Plenária. Eu conversei com vários setores durante essa tarde e há algumas  
1873questões que apareceram duas ou três questões, uma com maior ênfase, a questão,  
1874por exemplo, do recolhimento, aspectos relacionados à própria estratégia de  
1875fiscalização do IBAMA, que me parece que é um avanço. Quer dizer, o IBAMA procura  
1876hoje, ao invés de simplesmente trabalhar aquela visão mais do varejo, agregar mais  
1877inteligência ao processo, acho que esse é o caminho da fiscalização ambiental, e por  
1878outro lado, incrivelmente há um discenso sobre a questão de teores, mas me parece  
1879que há uma possibilidade de certo acordo. Eu vejo que não está muito madura essa  
1880discussão e talvez fosse interessante, no caso de ser retornada para a própria Câmara  
1881Técnica, de nós fazermos talvez no âmbito do que se fez com os pneus. Uma  
1882discussão um pouco mais ampliada, pegando alguns aspectos que contextualizasse um  
1883pouco melhor essa discussão e pelo menos colocasse mais claramente para todos a  
1884noção de que é possível chegar nesse momento, porque aquela discussão do ideal  
1885também, nós acabamos ficando refém de uma resolução que já estar, grande parte,  
1886obsoleta e que pouco ajuda para um processo de gestão ambiental, como um todo.  
1887Então, eu gostaria de registrar isso e queria, mais uma vez, cumprimentar a Doutora  
1888Zilda, pela defesa do trabalho da Câmara Técnica, obrigado.

1864

1865

**1866A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu queria lembrar também, que saiu aqui na 1867BBC News uma matéria, 29 de maio, dizendo que a União Européia concordou com o 1868texto de lei que tornará obrigatória as reciclagens das baterias, a partir de 2008. A 1869diretiva banirá a maioria das baterias com mais do que um traço de substâncias 1870químicas, como o cádmio e mercúrio, mais do que um traço. Porque todas vão ter 1871traços, pode não estar no processo produtivo, o mercúrio e o cádmio, mas nos metais e 1872nas substâncias usadas sempre haverá traço dessas substâncias. Sem contar o 1873chumbo, claro, como a CNI falou, não tem como tirar o Chumbo. E disse também a 1874diretiva, que um quarto, 25% de todas as baterias, não estar separando uma da outra, 1875serão coletadas, deverão ser coletadas por volta de 2012, quer dizer, até 2012 eles têm 1876que atingir essa meta de 25%, subindo para 45% em 2016 e no mínimo a metade 1877delas, 50%, devem ser recicladas. Então, eles têm metas de coleta e metas de 1878reciclagem. Todas deverão ser claramente rotuladas, para mostrar a validade, a partir 1879de 2009, e o texto também, isso aqui não interessa, e a diretiva também estabelece 1880pontos de coleta, que devem ser estabelecidos para os consumidores, inclusive de 1881brinquedos, computadores e celulares, e obriga as lojas a coletarem baterias usadas do 1882consumidor, sem cobrar nada. Também diz que todas as baterias devem ser 1883removíveis, isso não estar na nossa proposta, eles estão proibindo baterias que vêm já 1884embutidas no aparelho e não podem ser retiradas, porque daí todo o aparelho fica 1885comprometido, e todos os produtores de bateria devem ser registrados. As metas de 1886reciclagem são de 75%, por peso médio de baterias de níquel cádmio, 65% para 1887baterias de chumbo ácido e 50% para todas as outras, portanto, nenhuma pilha está 1888fora dessa história. Os cursos de implementação, queria que a Zilda soubesse, das 1889novas regras serão assumidas pela indústria, não é o contribuinte que vai pagar, é a 1890indústria, porque ela tem o bônus. Então, ela vai, também, ficar com esse ônus aqui. Só 1891para informar isso. Outra coisa, eu não sei qual é o..., importante isso que eu tenho para 1892dizer, eu não sei qual é a definição de resíduo da resolução de incineração, eu tenho 1893aqui a Resolução de Fornos de Clínquer, de co-processamento, que as ONGs chamam 1894de co-incineração e o CONAMA chama de co-processamento. No caso da co- 1895incineração, os resíduos que se apresentem nos estados, resíduos são: aqueles que se 1896apresentam nos estados sólidos, semi-sólidos e os líquidos, não passíveis de 1897tratamento convencional, resultantes de atividades humanas. A pilha é passível de 1898tratamento convencional e é um desperdício, destruição térmica de aço, hoje no planeta 1899é um desperdício. E só lembrando que, a resolução se aplica aos licenciamentos de 1900fornos rotativos de produção de clínquer, excetuando-se os resíduos domiciliares 1901brutos, os resíduos e serviços de saúde, os radioativos, explosivos, organoclorados, 1902agrotóxicos, enfim, e as pilhas explodem. Então, elas não poderiam ser usadas, nem 1903dessa forma.

1867

1868

**1869O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA)** – Senhora Presidente, 1870senhoras e senhores Conselheiros. A ANAMMA vislumbrou, a ANAMMA detém a 1871presidência da Câmara Técnica de Origem, vislumbrou regimentalmente a 1872possibilidade, após as discussões do CIPAM (Comitê de Integração de Políticas 1873Ambientais), com a apresentação do verdadeiro substitutivo a essa resolução, usar o 1874poder regimental previsto no artigo 15, do retorno a Câmara Técnica de Origem. E 1875inicialmente nós apresentamos isso à Mesa, e houve uma discussão, e atendendo aos

1870apelos da Secretaria Executiva, da diretoria do CONAMA, muito bem formulados,  
1871racionais, ponderados, sensatos, acima de tudo, sensatos, nós ficamos com esse  
1872pedido de *standby*. Mas vimos, e acredito que consenso, basicamente no Plenário, que  
1873após as intervenções de ilustres e históricos Conselheiros do CONAMA, a começar  
1874pelo seu mais venerado membro, o Doutor Paulo, que a sua perplexidade, passando  
1875por Doutor José Cláudio as suas perplexidades e as suas dúvidas em relação à  
1876questão, e tendo plenamente a ansiedade do colega do Ministério da Saúde, Doutor  
1877Fernando, entendo plenamente o desabafo da Doutora Zilda, pelo seu empenho, pela  
1878sua dedicação, empenho de todos nós. Mas não vislumbramos outra possibilidade e  
1879outra alternativa que não seja endossar esse pedido de retorno à Câmara Técnica de  
1880Origem, fundamentado, não na questão do GT – Grupo de Técnico, mas a Câmara  
1881Técnica de Origem. Entendo e faço coro às palavras, aqui expressadas pelo Doutor  
1882Volney, de uma discussão maior que pode propiciar, ou desencadear, num seminário  
1883de discussão. Proponho que isso, a ansiedade manifestada pelo Doutor Fernando e  
1884pela Doutora Zilda, eu tive um velho professor de direito, lá na academia, lá na  
1885faculdade, usando as suas sebosas fichas, o Doutor Pedro Ubiratan, é meu colega,  
1886advogado militante, falava: “ora, é melhor ter uma legislação ruim, do que não ter  
1887legislação nenhuma”, mas no princípio da precaução e da prevenção, que nós  
1888aprendemos com esse novel direito, que é o direito ambiental, nós entendemos que é  
1889melhor nós amadurecermos esse processo. Portanto, após esse período de discussão,  
1890Doutora Izabella, nós pedimos que retornasse. E digo que todas essas discussões  
1891colocadas aqui foram extremamente proveitosas e parabenizo, novamente, a  
1892Presidente em exercício do CONAMA, pelo bom senso de permitir anteriormente o  
1893apelo a essa discussão. Muito obrigado.

1871

1872

1873**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Ok  
1874Doutor Clarismino. Então, nos termos do art. 15 do Regimento Interno, fica acolhido o  
1875pedido de retorno à Câmara Técnica, observando o § único, que a matéria que angustia  
1876o Fernando, do Ministério da Saúde, deve retornar ao Plenário do CONAMA na próxima  
1877reunião. Eu gostaria de salientar a importância do tema, eu estava aqui comentando  
1878com o Nilo, que quando eu voltei à Brasília, em 99, eu tive que lidar com a 257, acho  
1879que tem uma praga comigo, eu tenho que lidar agora com pilhas e baterias de novo.  
1880Das falas que eu tive aqui, que eu observei, realmente o tema não está redondo, eu  
1881acho que existem questões procedimentais que precisam ser melhoradas, isso está  
1882evidente. Aspectos importantes em torno das discussões sobre pós-consumo,  
1883reciclagem, lixões ou aterros sanitários, a destinação, o que efetiva as metas de 2012,  
1884enfim, os parâmetros, a questão, o esforço que foi feito pelo Ministério do Meio  
1885Ambiente de evoluir nessa discussão e uma observação, a questão da incineração, é  
1886uma observação da Zilda que me chamou muito à atenção, quer dizer, só há a  
1887possibilidade de construir um caminho que seja sólido e um acordo possível, olhando,  
1888inclusive, a indicação de futuro, ou seja, partimos de um determinado patamar para  
1889evoluir em patamares seguintes, na medida em que todos os interessados da matéria  
1890façam parte das discussões técnicas. Não há sentido que eu tenha uma discussão  
1891polarizada, entre o governo, o setor privado e o Governo Federal. Então, eu peço aqui  
1892ao Presidente da Câmara Técnica, que organize uma agenda sólida, objetiva e que  
1893possibilite a participação de todos os segmentos que vieram aqui e tiveram as suas  
1894observações, as suas inquietações, as suas questões técnicas, de tal maneira que o  
1895diálogo técnico evolua na direção de uma discussão e uma decisão do CONAMA.

1874Então não adianta marcar reuniões que não seja possível à presença de todas as  
1875pessoas e que também não tenham pautas claras, com objetivos claros de discussão.  
1876Eu peço aqui, encarecidamente, porque vai ter que voltar na próxima reunião do  
1877CONAMA, e volta na jurídica antes, o que já é difícil, me desculpa os advogados, mas  
1878eu venho de uma família de advogados, o imperador que é inviolável..., tem ela que  
1879passar pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e evitar, efetivamente, qualquer  
1880situação que não permita que na próxima reunião do CONAMA nós possamos discutir e  
1881fechar o entendimento em torno da questão de destinação de pilhas e baterias. Então,  
1882vamos passar para a pauta seguinte, o item seguinte da pauta, perdão, segundo está  
1883colocado aqui, alguma inquietação? Não. Eu queria chamar a procuradora chefe do  
1884IBAMA, Andréa, para relatar os processos de recursos de multas e outras penalidades  
1885impostas pelo IBAMA. Isso é a procedência da 42ª Reunião do CIPAM e vamos esperar  
1886a relatora chegar aqui, para poder fazer o relato e a apresentação. Ela já está chegando  
1887ao gabinete aqui do lado, não sei o que aconteceu, que eu pedi para avisá-la para vir.  
1888Eu vou dar um minuto, se ela não chegar nós passamos para o item seguinte.  
1889Senhores, vamos retomar os trabalhos, por gentileza, a Doutora Andréa já está vindo.  
1890Senhores, por favor, nós vamos passar para o item 7.2 da pauta, apresentação pela  
1891Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, dos processos de recursos de  
1892multas e outras penalidades impostas pelo IBAMA. Doutora Andréa, por favor.

1875

1876

1877**A SRª. ANDRÉA VULCANIS (MMA)** – Boa-tarde. O item 7.2 da pauta, sobre diversos  
1878processos de Auto de Infração do IBAMA, submetidos em grau de recursos ao  
1879CONAMA. O primeiro diz respeito ao Auto de Infração 4855, interessado José Lopes,  
1880por destruir 184,39 hectares de floresta amazônica, considerada de especial  
1881preservação, sem autorização do IBAMA. Ementa: infração ambiental, desmatamento  
1882sem autorização, flagrante policial e administrativo. Conduta típica: ausência de vício,  
1883responsabilidade objetiva do proprietário, nexos causal constituído pela titularidade da  
1884área, recursos desprovidos de documentação, ausência de fatos novos, contraditório  
1885existente, defesa assegurada, descabimento de perícia, inteligência das decisões  
1886anteriores, recurso conhecido e improvido pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.  
1887Portanto, o proprietário no caso foi autuado pelo desmatamento, garantido então o  
1888vínculo entre ele e o fato infracional em decorrência da propriedade.

1878

1879

1880**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1881Senhores, enquanto isso eu tenho um aviso, nós teremos que terminar à reunião,  
1882impreterivelmente, às 18h. Porque às 18h10min a CEB – Companhia Energética de  
1883Brasília, vai ter que desligar luz do IBAMA, porque está tendo um problema no sistema  
1884aqui e para poder corrigir vai ter que desligar. Então, vamos terminar a reunião em  
1885ponto.

1881

1882

1883**A SRª. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA)** – O primeiro Auto de Infração está na tela, José  
1884Lopes.

1884

1885

1886**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1887Andréa, então você já leu o primeiro?

1887

1888

1889**A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA)** – Isso. Então o primeiro resultado da Câmara  
1890Técnica de Assuntos Jurídicos, foi pelo improvimento do recurso, mantendo, portanto o  
1891Auto de Infração e as penalidades aplicadas.

1890

1891

1892**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1893Alguma manifestação? Pois não, tem como você, por gentileza, falar ao microfone?

1893

1894

1895**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – É só no sentido  
1896que talvez fosse mais interessante ela ler todos e quem tiver um destaque em algum,  
1897solicita. Se não tiver.

1896

1897

1898**A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA)** – O próximo, CONDOR – Floresta e Indústria de  
1899Madeiras, Auto de Infração 249256, pelo desmatamento de 914 hectares de mata  
1900nativa sem autorização, oriundos de Rondônia, Ji-Paraná. Também o parecer da  
1901Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, pela manutenção da penalidade de multa  
1902aplicada e improvimento do recurso apresentado. Próximo, interessado: COEMA –  
1903Indústria, Comércio e Exportação de Madeiras. Assunto: adquirir 297 metros cúbicos de  
1904madeira em tora, sem licença válida. ATPFs falsificadas e furtadas da GEREX de  
1905Rondônia. Valor da multa: 119 mil e 100 reais. Parecer da Câmara Técnica de Assuntos  
1906Jurídicos: pela manutenção da penalidade de multa aplicada e improvimento do recurso  
1907apresentado.

1899

1900

1901**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma  
1902informação. Quando tem, por exemplo, a pessoa usa uma guia dessa que foi furtada,  
1903ela responde por crime ambiental? Isso é uma coisa que é apurado separado da multa?

1902

1903

1904**A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA)** – Da multa, exatamente. É encaminhado para a  
1905Polícia Federal, para apuração do crime contra a União. Próximo, Mineração Mercantil  
1906Maracaju Ltda. Auto de Infração 66950, valor de 100 mil reais, por ter em depósito de  
1907areias às margens do rio Paraná, sem possuir as devidas licenças ambientais exigidas  
1908pela legislação, impedindo à regeneração natural em área de preservação permanente.  
1909Terra Rocha, Paraná, oriundo, parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos pelo  
1910improvimento do recurso e manutenção das penalidades impostas. O próximo,  
1911interessado: Eldes Antônio Dipra, danificar 210 hectares de floresta nativa sem  
1912autorização do IBAMA. Ulianópolis/PA. Valor da multa: 315 mil reais. Aprovado o  
1913parecer pelo improvimento do recurso e manutenção das penalidades aplicadas.  
1914Próximo, Ilha Bela Comercial Exportadora Ltda., por transportar 138 caixas de palmito  
1915industrializado sem cobertura de ATPF. Valor da autuação: 156 mil reais. Parecer da  
1916Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo improvimento do recurso e manutenção  
1917das penalidades aplicadas. Cooperativa Agroindustrial, valor da multa: 150 mil reais,  
1918por causar poluição através de derramamento de óleo vegetal bruto no córrego  
1919denominado Menegus. Resultado da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo

1905improvemento do recurso e manutenção das penalidades aplicadas. Próximo, Gethal  
1906Amazonas S/A, Indústria de Madeira Compensada. Auto de Infração por receber e  
1907armazenar produto florestal, madeira em toras das especiais florestas em desacordo  
1908com a ATPF. Valor da multa: 395 mil reais. Resultado da Câmara Técnica de Assuntos  
1909Jurídicos: pelo improvemento do recurso e manutenção das penalidades aplicadas.  
1910Próximo do José Lopes, é o mesmo infrator, são autos de infração diferentes. No caso  
1911aqui, uso de fogo em 184 hectares de floresta na Região Amazônica. Valor da atuação:  
1912277 mil reais. Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo improvemento do  
1913recurso e manutenção das penalidades aplicadas. Próximo, Madeiral Amazonas  
1914Madeira Indústria e Comércio, por receber e armazenar 591 metros cúbicos de  
1915luaiveiros serrados de várias essências, sem a cobertura da ATPF. Valor da atuação:  
1916295 mil reais. Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo improvemento do  
1917recurso e manutenção das penalidades aplicadas. Próximo, Empresa Brasileira de  
1918Reparos Navais, por operar em desacordo com a Licença de Operação e sem os meios  
1919adequados de prevenção ao combate de emergência ambiental, no derramamento de  
1920óleo Diesel proveniente da colisão entre navios. Valor da multa: 10 milhões de reais.  
1921Resultado da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: improvemento do recurso e  
1922manutenção das penalidades aplicadas. Próximo, Dércio Ceri Pereira, por ter em  
1923depósito embalagens de agrotóxicos ilegais, originados do Paraguai, em desacordo  
1924com as exigências estabelecidas. Valor da multa: 224 mil reais. Parecer da Câmara  
1925Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo improvemento do recurso e manutenção das  
1926penalidades aplicada.

1906

1907

1908**SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma correção  
1909lá no nono, porque ao invés de usarem a vírgula, usaram um ponto, até levei um susto.  
1910Que quando li estava 184 mil hectares. É vírgula, senão quando nós publicarmos isso  
1911que vai sair daqui, vai ficar 184 mil hectares.

1909

1910

1911**A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA)** – Josemir de Almeida Pinto, por construir em  
1912área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.  
1913Valor da multa: 1500 reais. Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo  
1914improvemento do recurso e manutenção das penalidades aplicadas. Próximo, Indústria e  
1915Comércio de Conservas Maiuata Ltda. Valor da multa: 357 mil e 600 reais. Parecer da  
1916Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo improvemento do recurso e manutenção  
1917das penalidades aplicadas. Próximo, José Cardoso Viana, por manter espécies da  
1918fauna silvestre em cativeiro, sem a devida permissão do órgão competente. Valor da  
1919multa: 1.792.000,00 reais. Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo  
1920provemento parcial do recurso e, conforme decisão proferida na instância anterior, em  
1921face da situação econômica do autuado, pela conversão da multa aplicada em  
1922prestação de serviços ambientais. Dezesseis, Colonizadora Sinop S/A, por provocar  
1923incêndio em mata, danificando aproximadamente 193 hectares. Valor da multa 193 mil  
1924reais. Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo improvemento do recurso  
1925e manutenção das penalidades aplicadas. Ivanildo Nóbrega de Mello Azevedo, valor da  
1926multa: 400 mil reais, por transportar e estocar 4 toneladas de madeira de lei (pau-rosa),  
1927em toretes e galhos, sem cobertura de ATPF. Parecer da Câmara Técnica de Assuntos  
1928Jurídicos: pelo improvemento do recurso e manutenção das penalidades aplicadas.  
1929Próximo, Madeiras Compensadas da Amazônia. Valor da multa: 405.930,00 reais, por

1912receber e comercializar 811 metros cúbicos de madeira em toros, sem cobertura ATPF.  
1913Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos: pelo improvimento do recurso e  
1914manutenção das penalidades aplicadas.

1913

1914

1915**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Ok,  
1916obrigado. Como não houve nenhum destaque. Há destaque, pois não. O senhor pode  
1917falar, por gentileza, ao microfone.

1916

1917

1918**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu só queria um pouco mais de detalhamento no quinze.  
1919Eles falam que a multa foi convertida em prestação de serviços, por conta da situação  
1920econômica do autuado. Eu queria um pouquinho de esclarecimento sobre isso.

1919

1920

1921**A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA)** – O artigo 60 do atual Decreto 3179, ele prevê a  
1922possibilidade de que a multa possa ser convertida em prestação de serviços mediante a  
1923reparação do dano. E o artigo 72, § 4º da Lei 9605, repetido também no 3179, prevê  
1924que a multa simples pode ser convertida em serviços e preservação, melhoria e  
1925recuperação da qualidade ambiental. Essa prestação de serviços, ela está  
1926regulamentada atualmente em instrução normativa do IBAMA que admite então, a  
1927possibilidade de que mediante um projeto de prestação de serviços a multa simples  
1928possa ser convertida. E nesse caso, o parecer do Ministério do Meio Ambiente, à época  
1929do Ministro, quando julgou o Auto de Infração opinou pela conversão desta multa  
1930simples em prestação de serviço que foi confirmada na Câmara Técnica de Assuntos  
1931Jurídicos. Isso responde a sua... Os serviços ainda não estão determinados, eles serão  
1932determinados no curso do processo.

1922

1923

1924**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1925Pergunta essa da situação econômica que justifica a conversão, não é isso? Pois não  
1926José Cláudio, você gostaria de falar, enquanto a Andréa consulta os autos?

1925

1926

1927**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas  
1928Gerais)** – Só para complementar a pergunta dele, me chamou a atenção. Qual que é a  
1929situação econômica e se você poderia confirmar se ele não é o vice-prefeito do  
1930município? Porque eu tenho informação que ele é o vice-prefeito do município, e se  
1931possível qual a filiação partidária dele.

1928

1929

1930**A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA)** – Bom, eu vou ter que estudar o processo aqui,  
1931mas para quem estiver interessado há fotos do processo que demonstram, assim, uma  
1932análise muito rápida, porque nós analisamos isso na Câmara Técnica de Assuntos  
1933Jurídicos e agora teria que rememorar o fato completo. Mas são tartarugas que foram,  
1934tartarugas que eu estou falando juridicamente, não estou falando que a espécie é  
1935assim, foram apreendidas 3.475 tartarugas, e como a legislação prevê o valor mínimo  
1936de 500 reais, por espécie, por animal, o valor da autuação atingiu esse 1.792.000,00  
1937reais. E agora se ele é o vice-prefeito, aí eu vou ter que estudar o processo aqui. Podia



1931suspender e eu dou uma analisada no processo, se há informação expressa aqui, eu  
1932não estou recordando.

1932

1933

1934**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**  
1935Então eu vou fazer o encaminhamento..., pois não? Secretária MB do Amazonas, é  
1936isso? Muito prazer.

1935

1936

1937**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA (Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas) – Boa-**  
1938tarde a todos. Creio que sou a mais nova Secretária de Estado e Meio Ambiente, que  
1939minha posse foi em 5 de junho. Esse comentário eu fiz com o colega, que realmente  
1940trata-se do Vice-prefeito do Município de Caruari. Estive com ele recentemente e nós  
1941gostaríamos que esse processo, antes inclusive gostaríamos de pedir vistas desse  
1942processo, para que a gente avalie. Se for possível.

1938

1939

1940**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**  
1941Bom, então eu vou fazer o seguinte encaminhamento. O processo de número quinze,  
1942na lista, interessado José Cardoso Viana, ficou uma solicitação de vista pela Secretária  
1943de Estado de Meio Ambiente, do Estado do Amazonas. E uma revisão, uma avaliação  
1944por parte da CTAJ, pela Doutora Andréa, sobre os argumentos que foram colocados de  
1945maneira a esclarecer os Conselheiros do CONAMA. E os demais processos que foram  
1946aqui relatados, o encaminhamento, se não há nenhuma objeção, há um  
1947encaminhamento para o acatamento do improvimento dos recursos e a manutenção  
1948dos valores das multas.

1941

1942

1943**A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA) –** Eu só queria fazer um esclarecimento, que a  
1944conversão da multa simples em prestação de serviços, ela não é vinculada, nem pela  
1945legislação, nem pela Instrução Normativa, a capacidade econômica do infrator. Ela é  
1946possível para qualquer tipo de infrator, em qualquer situação, desde que acolhido pela  
1947autoridade ambiental, só para fazer essa observação.

1944

1945

1946**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –** Nós  
1947teremos duas decisões aqui, uma o acolhimento pelo improvimento dos demais  
1948processos, no caso específico o senhor José Cardoso Viana, há um pedido de vista do  
1949Estado do Amazonas e uma avaliação pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, em  
1950função de qual foi a motivação para ter essa conversão. A senhora pode falar no  
1951microfone, por favor.

1947

1948

1949**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA PINTO (OCA Brasil) –** Boa-tarde. Minha dúvida é aqui no processo  
1950número treze, onde ele constrói em APP sem autorização do órgão ambiental  
1951competente, a multa é de 1.500 reais. Eu gostaria de pedir vistas e saber o que foi que  
1952ele construiu, que a multa é tão pequena. Porque desse jeito muita gente vai construir  
1953em APP para pagar só 1.500 reais de multa.

1950

1951

1952 **PATRÍCIA PINTO (Suplente da OCA – Entidade do Centro-oeste)** – Patrícia Pinto,  
1953 suplente da OCA, entidade do centro-oeste.

1953

1954

1955 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1956 Andréa, você poder informar o que foi construído? Bom, eu vou fazer o  
1957 encaminhamento senhores, exceto por esses dois processos citados, que foram  
1958 pedidos de vistas, os demais à Mesa está encaminhando ao acolhimento pelo  
1959 improvimento e não aceitação de recurso dos infratores.

1956

1957

1958 **A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS (IBAMA)** – Dois tanques para a criação de peixes, em  
1959 APP.

1959

1960

1961 **A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – A  
1962 senhora quer manter o pedido de vista? Não. Então cai o pedido de vista, retirado.  
1963 Mantido o acolhimento pelo improvimento dos 15 processos, exceto aquele que foi  
1964 pedido de vista pelo Estado do Amazonas. São dezessete, menos um. Dezessete  
1965 processos acolhidos e exceto aquele do senhor José Cardoso Viana, que foi pedido de  
1966 vista pelo Estado do Amazonas para próxima reunião e a revisão da CTAJ definir os  
1967 critérios da motivação pela conversão. E se possível for, esclarecer ao doutor José  
1968 Cláudio a filiação partidária do prefeito. Podemos avançar na pauta? Seguindo a pauta,  
1969 nós vamos agora para o item 7.3 das moções, e conforme deliberado hoje pela manhã,  
1970 a primeira moção, a proposta de moção que recomenda ao Estado Brasileiro, na figura  
1971 da Petrobrás, que aplique os mesmos princípios adotados pela legislação brasileira no  
1972 que concernem as práticas de proteção ambiental no restante dos países, em que  
1973 opera, quando essas forem menos restritivas. Trata-se de uma proposta de moção  
1974 apresentada pela APROMAC, que já tramita neste Conselho há algum tempo e,  
1975 portanto, eu abro as discussões e considerações.

1962

1963

1964 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Essa resolução é uma resolução antiga já na  
1965 moção de 2005. Nós temos tido muito dificuldade, todo mundo pediu vista da moção,  
1966 ela vai e volta, e finalmente hoje nós vamos votar essa resolução. Ela nasceu numa  
1967 discussão da Rede Brasileira de Instituição Ambiental, ela tem 68 assinaturas de  
1968 ONGs, que pertencem a movimentos sociais, vítimas de contaminação química, ONGs  
1969 ambientalistas, inclusive o Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento da  
1970 Bolívia, FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agroindústria, e assim os senhores  
1971 podem ver aí, na sua pauta, que tem 68 assinaturas, mais 25 de pesquisadores,  
1972 cientistas, intelectuais, militantes ambientalistas e movimentos sociais. Então, ela não é  
1973 uma moção da APROMAC e nem da bancada ambientalista, é uma moção que veio da  
1974 Rede Brasileira de Justiça Ambiental e de outros movimentos que estavam naquela  
1975 reunião, quando nós elaboramos essa moção, essa proposta de moção. O objetivo  
1976 dessa proposta é solicitar, criar uma cultura um pouquinho mais elevada em relação a  
1977 nossa relação com a natureza, porque um dos maiores problemas que nós temos visto  
1978 é que alguns países avançam na legislação ambiental e outros não conseguem avançar  
1979 na mesma intensidade, com a mesma qualidade e ao mesmo tempo. Então isso está

1965acontecendo na relação entre o Brasil e o Equador. No Equador, os movimentos sociais  
1966lá ainda não chegaram ao momento em que nós estamos aqui, de construção de  
1967democracia. Os senhores viram hoje de manhã a dificuldade para conseguir aprovar um  
1968requerimento, pedindo esclarecimentos sobre um licenciamento ambiental. Então,  
1969imagine como deve estar à situação no Equador. Nós ainda conseguimos criar um  
1970CONAMA, graças ao Doutor Paulo que está aqui, a quem devemos a oportunidade de  
1971todos estarmos aqui, mas o Equador não teve a mesma sorte. E o que está  
1972acontecendo lá, não sei se todos os senhores leram, é que a Petrobrás está entrando  
1973no território indígena, declarado reserva da biosfera pela UNESCO, em 1989, recebeu  
1974uma outorga de licença em 2005, e assim vão às informações até que começamos a  
1975descobrir essa área, é importante saber que o Parque Assuni abriga uma das maiores  
1976áreas de mega biodiversidade do mundo, que a Petrobrás tem interesse em explorar o  
1977petróleo no Bloco ITT, que é contigo ao bloco 31, onde se encontra parte do território  
1978Haurani, e essa porção representa atualmente o único espaço livre de atividades  
1979petroleiras, onde o povo poderia manter sua independência biológica e cultural.  
1980Acontece que, aconteceram uma série de problemas lá, problemas de meio ambiente  
1981envolvendo direitos humanos. O Brasil é membro da Organização do Tratado de  
1982Cooperação Amazônica. Hoje de manhã eu li para os senhores um documento que  
1983aparentemente não teria nenhuma conexão, mas tem. O documento que eu li hoje  
1984sobre a vitória no Supremo Tribunal Federal, no dia 4 de junho, sobre a Lei do Amianto  
1985de São Paulo, ela deixou claro para a sociedade brasileira o seguinte: que os  
1986compromissos que o Brasil assume na esfera internacional, eles têm prioridade sobre  
1987as leis que, é uma norma supra-legal. O Supremo Tribunal Federal decidiu que os  
1988tratados assinados, pelo Brasil, internacionais sejam eles, quais forem, compromissos  
1989assumidos em esfera internacional são normas supra-legais, com força normativa maior  
1990que a norma federal. Então não faria sentido dizer nessa sentença do amianto, que a  
1991União assumisse compromissos internacionais que não tivessem eficácia para os  
1992Estados-membros. Essa é uma transposição que eu faço para lembrar que como o  
1993Brasil é membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, faz sentido  
1994essa moção, ela não está fora da bola, ela não está pedindo para que a lei do Equador  
1995se sobreponha à lei brasileira, acho que todo mundo já entendeu isso nas diversas  
1996vezes que eu defendi essa moção. Várias vezes eles vêm, talvez venham hoje aqui,  
1997depois que eu sair daqui, para dizer a mesma coisa, “que nós não podemos impor a lei  
1998brasileira ao Equador”, quer dizer, ninguém está propondo isso. Nós estamos propondo  
1999que a gente quando vá ao país do outro, se comporte da maneira que nós nos  
2000comportamos no nosso país. Porque no nosso país, nós criamos leis para restringir os  
2001abusos. Então eu não posso chegar a outro país, que ainda não chegou nesse grau de  
2002desenvolvimento democrático, e vou agir lá de uma maneira totalmente errada, abusiva,  
2003só porque lá pode. Isso se chama duplo padrão de comportamento. E uma das  
2004bandeiras do movimento ambientalista e dos movimentos de defesa dos direitos  
2005humanos, é acabar com esse negócio do duplo padrão de comportamento. As pessoas  
2006têm que ser, e as empresas também, aquilo que elas são o tempo inteiro, ninguém  
2007pode usar dois chapéus ao mesmo tempo, nós só temos uma cabeça. Então, o que nós  
2008queremos é recomendar, nós não somos mais uma moção de advertência, foi trocado o  
2009título para uma moção de recomendação, nós recomendamos todas as instituições, nós  
2010gostaríamos que o CONAMA também recomendasse a Petrobrás, gentilmente, que ela  
2011se comporte de uma maneira legal lá na terra do nosso vizinho, para que nós tenhamos  
2012realmente boas relações internacionais, de respeito, consideração, e que o Brasil  
2013cumpra aquilo que se comprometeu quando passou a fazer parte, e hoje sedia em

1966Brasília, a Organização do Tratado a Cooperação Amazônico, quando se comprometeu  
1967a preservar a Amazônia. Então, preservar a Amazônia não é chegar ao país vizinho,  
1968numa área indígena, no Brasil não pode fazer isso, lá pode. Então, ele entrou lá,  
1969contaminou rios, existem essas informações, estão todas nos anexos, causou uma  
1970série de problemas lá, teve a sua licença caçada, agora eu acho que obteve novamente  
1971essa licença, os senhores provavelmente vão nos deixar a par do que está  
1972acontecendo, uma série de problemas aconteceram lá, quando que existe, ao mesmo  
1973tempo, uma proposta, existia pelo menos, do então presidente do Equador, de  
1974transformar aquela área em uma moratória de exploração petrolífera, porque se chegou  
1975à conclusão de que se nós criássemos, nós cidadãos planetários, estou falando agora,  
1976criássemos um fundo para proteção da Amazônia, nós poderíamos mantê-la de pé, que  
1977é muito mais valioso, dependo da ótica de quem vê, do que destruir a floresta,  
1978contaminar os rios, o ar, destruir os *habitats* da maior biodiversidade do mundo e  
1979causar, ser a causa, ou pelo menos iniciar um processo de genocídio daquela  
1980população indígena. Então, eu acredito que o tratado não permite isso, o Brasil é  
1981signatário, eu acho que esse tratado não permite esse tipo de comportamento, com  
1982base nele, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal, nós achamos que nossa  
1983moção está perfeitamente plausível, justa, e seria um bom presente do CONAMA para  
1984a Amazônia. Obrigado.

1967

1968

1969**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –

1970Obrigado, Zuleica. Eu gostaria de saber se algum conselheiro gostaria de se  
1971manifestar. Patrícia da CNI, André, do MRE – Ministério das Relações Exteriores, José  
1972Botelho, do MME.

1970

1971**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNI)** – Boa-tarde a todos, Patrícia

1972Boson, do CNI. Boa-tarde secretária, bem vinda ao CONAMA. Eu gostaria de fazer  
1973apenas três esclarecimentos: o primeiro eu gostaria de saber se essa questão, estado  
1974brasileiro na figura da Petrobrás, se isso tem procedência? Não sei se o Itamaraty deu  
1975à Petrobrás essa função de representar o estado brasileiro. Segundo, eu gostaria de  
1976saber a quem essa moção dirige? Porque ela não tem endereço, não se fala para quem  
1977é essa moção. Terceiro, se tivesse alguém aqui da Petrobrás ou de conhecimento de  
1978causa, todos os dados que estão escritos aqui se referem a 2005, passaram se três  
1979anos. Eu gostaria de saber se a situação que está aqui em 2005 é a mesmo hoje, em  
19802008? Se nada foi corrigido, nada foi feito? Porque nós ficamos com o temor de que o  
1981CONAMA possa estar mandando uma moção, que não tem nenhum respaldo com a  
1982realidade, Obrigado.

1972

1973

1974**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Pelo

1975o que está colocado aqui na cópia, que tem em minhas mãos da ata, a moção de  
1976recomendação à Petrobrás e ao Governo Brasileiro. Respondendo objetivamente. O  
1977representante do Ministério das Relações Exteriores, em seguida o Ministério de Minas  
1978e Energia.

1975

1976

1977**O SR. ANDRÉ COSTA MIS (MRE)** – Eu vou fazer uma análise da moção, hora em  
1978exame aqui, à luz da competência institucional do Ministério das Relações Exterior, a

1978saber, a execução da política externa brasileira. A Constituição Federal em seu art. 4º, 1979estabelece os princípios que devem reger as relações internacionais do país. Para o 1980caso em tela são relevantes os seguintes princípios e o § único, autodeterminação dos 1981povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, parágrafo único: A República 1982Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos 1983povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de 1984nações. No caso em tela, os compromisso de respeito à autodeterminação do povo 1985equatoriano, de não intervenção em assuntos internos e da igualdade entre os Estados, 1986estabelecidos na Constituição Federal são rompidos pela avaliação da legislação 1987ambiental equatoriana, que fundamenta a proposta de moção, e solicitação de 1988aplicação pela Petrobrás de princípios da legislação nacional em um terceiro país. É 1989importante recordar que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a 1990preservação, melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, propicia a vida, visando 1991assegurar no país, no Brasil, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos 1992interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana. Recorda- 1993se também que entre as competências do CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do 1994Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, não consta à avaliação da legislação 1995ambiental de terceiros países. Eventual recomendação do CONAMA, para a aplicação 1996extraterritorial de elementos da legislação ambiental nacional, por parte da Petrobrás, 1997em suas atividades em terceiros países, fundamentadas sobre a avaliação unilateral da 1998legislação ambiental desses países, extrapola a competência desse Conselho e 1999constitui intervenção, não solicitada, dos assuntos internos de outros Estados. Prática 2000que não encontra guarida na Constituição Federal, na tradição diplomática do Brasil ou 2001no Direito Internacional. Esse é o parecer do Ministério das Relações Exteriores. 2002(*Palmas*).

1979**O SR. JOSÉ BOTELHO NETO (MME)** – Boa-tarde, meu nome é José Botelho, sou 1980representante do Ministério de Minas e Energia. Bom, o ministério concorda 1981inteiramente com o parecer do MRE. Nós consideramos que extrapola a competência 1982do CONAMA estar determinando ou tirando moções a respeito de situação, dessa 1983situação em outros países, que não seja o Brasil. Lembrando que a empresa, a 1984Petrobrás, é conhecida mundialmente, por sua responsabilidade socioambiental, não só 1985internamente no País, mas externamente ela vem acumulando prêmios internacionais, 1986muito concentrados nos últimos três anos. A Petrobrás, desde 1998, ela vem se 1987lançando internacionalmente e para isso ela tem que estar seguindo determinadas 1988regras, que são colocadas em nível internacional, principalmente de responsabilidades 1989socioambiental. Há duas semanas, em Amsterdã, a Petrobrás foi eleita como a 1990empresa com maior transparência mundial, com melhor balanço socioambiental do 1991mundo. A instituição é a Global Reporting Initiative, de Amsterdã. É uma instituição que 1992padroniza questões de sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo a empresa é a 1993única empresa da América do Sul que faz parte, desde 2006, do Dow Jones 1994Sustainability Indexes. Só um pequeno grupo de empresas tem essa possibilidade, e na 1995América do Sul a Petrobrás é a única. As duas instituições avaliam todas as empresas, 1996não são só empresas de petróleo e gás. Ao mesmo tempo a Petrobrás recebeu, este 1997ano de 2008, o primeiro lugar pela Management and Excellence localizada, uma 1998consultoria espanhola independente que avaliou a Petrobrás como a empresa de maior 1999responsabilidade social e ambiental. Ela teve notas beirando 93%. Ela já vinha em 2000segundo lugar o ano passado, este ano passou para o primeiro lugar. Independente de 2001todos esses prêmios que a Petrobrás vem acumulando, e com isso ela se credencia a 2002ser uma empresa internacional, que atua com responsabilidade socioambiental em

1980todas as partes do mundo, onde ela vem trabalhando. A situação no Equador é uma  
1981situação bastante diferente da época que a moção foi aberta aqui pelo CONAMA. No  
1982último ano a situação, apesar da Petrobrás ter recebido a licença em outubro de 2008,  
1983quer dizer, ela cumpriu todas as exigências das Leis Ambientais Equatorianas e ela  
1984teve a licença, de estar fazendo a sua atividade neste parque, a partir 2008. A empresa,  
1985com o novo Governo do Equador, algumas ações deste Governo, possivelmente,  
1986devem estar impedindo a Petrobrás de dar continuidade às atividades no país, entre  
1987elas, razões econômicas. O Governo avança sobre os *royalties*, que a Petrobrás deve  
1988ao País, eles estão querendo cobrar alguma coisa em torno de 90 %, isso pode estar  
1989inviabilizando a atividade. Ao mesmo tempo, uma parte das áreas foi retirada da  
1990Petrobrás, isso está sendo discutido judicialmente. Então, a situação da Petrobrás no  
1991Equador, ela está bastante semelhante ao que vem acontecendo na Bolívia. Então, faz  
1992parte do risco que a empresa está enfrentando internacionalmente, apesar do respeito  
1993que ela tem pela situação socioambiental de cada local onde ela está trabalhando,  
1994essas ações de cunho econômico estão atrapalhando a atividade da Petrobrás no  
1995Equador e não mais as de cunho ambiental, essas foram todas superadas, obrigado.  
1996(*Palmas*)

1981

1982

1983**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Realmente  
1984olhando a moção, nós temos uma preocupação, confusão, que eu inclusive já, de  
1985Estado e empresa. Eu considero a Petrobrás uma empresa brasileira, mas não  
1986participante do Estado, ela é uma empresa que o Estado tem investimento e tem  
1987investidores, inclusive particulares. Então, tem que diferenciar esse pedido dentro  
1988dessa questão. E a outra discussão que eu queria solicitar, talvez, ficar mais claramente  
1989como moção dirigida a Petrobrás e não uma recomendação, porque eu fiquei sem  
1990entender, que é uma moção que pede uma recomendação. Mas é estranho, porque nós  
1991temos a decisão que é uma moção. Eu acho que no aspecto de recomendação poderia  
1992até ser dirigida a uma empresa brasileira, solicitando que ela respeitasse às Leis  
1993Ambientais brasileiras em outros países, por quê? Porque ela não é obrigada a  
1994respeitar uma recomendação, nem uma moção. Moção, por exemplo, aqui, a moção aí,  
1995exclusivamente se for moção, ela pode ser dirigida a qualquer um cidadão do planeta,  
1996acho que inclusive aqui nós já tivemos moção aprovada para ser encaminhada para o  
1997Bush, quer dizer, ou para outro presidente. Se eu não me engano, uma na guerra do  
1998Iraque, quando teve o início da guerra do Iraque, em 2003, 2004, eu propus uma moção  
1999que fosse encaminhada ao Bush, manifestando a nossa preocupação, custo ambiental  
2000de uma guerra é impressionante. Foi aprovada. Veja bem, então a moção pode ser  
2001encaminhada, agora as decisões, nós podemos até dizer que as nossas decisões tem  
2002um cunho de abrangência nacional. Agora, não significa que nós não devemos deixar  
2003de pensar o planeta. E eu tenho preocupado, eu estava até comentando, acho que foi  
2004com o próprio pessoal da Petrobrás, por exemplo, estava lendo ali o parecer da  
2005Petrobrás, ela já estar em 22 países, e há uma previsão de todos os economistas,  
2006economista dá palpite em tudo, dizendo que as potências do futuro são três, pelo  
2007menos, Brasil, Índia e China. E daqui vinte anos, a Petrobrás está fazendo o que? A  
2008mesma que os americanos estão fazendo no Iraque e que já fizeram em outros países?  
2009Nós temos N casos, eu acho que nós temos que dar um exemplo diferenciado ao  
2010planeta, isso eu acho, temos que dar um exemplo diferenciado do comportamento  
2011ganancioso e destrutivo de outros povos, que por seu interesse egoístico, destruíram  
2012muitas oportunidades nesse planeta, criaram muitos ódios, talvez seja o povo mais

1984odiado do planeta, e interessante, é o mais odiado pelos brasileiros, que são os norte-  
1985americanos, os estadunidenses, novamente eu gosto de me ater, são os  
1986estadunidenses, não são norte-americanos. Eu lembro muito bem de uma pesquisa que  
1987levantaram, “quem é que odeia mais os estadunidenses?” Os brasileiros, cerca de 80 e  
1988poucos por cento, é incrível isso, pode ser até uma pesquisa fajuta, mas foi uma  
1989pesquisa feita. Então, o que acontece? Nós temos que ter, só querendo concluir, essa  
1990preocupação com que as nossas empresas, que nos representam, fazem aí fora.  
1991Temos sim que ter essa preocupação como cidadãos. E uma moção, o CONAMA pode  
1992sim aprovar uma moção, acho que só é o conflito da questão da recomendação.

1985

1986

1987**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** –  
1988Obrigado, Chico Blue. Por gentileza Dr. Rubens, estão encerradas as inscrições depois  
1989do Dr. Rubens. Cristina, eu vou pedir assim, um pouco dos dois últimos, depois da  
1990manifestação, antes dos Estados Unidos. *(Risos)* Que os senhores sejam objetivos,  
1991porque eu estou preocupada com a pauta ainda e o limite de energia elétrica, é o  
1992apagão do IBAMA.

1988

1989

1990**A SR<sup>a</sup>. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (AMDA)** – Eu não entendo como que uma  
1991moção dessas pode trazer tanta polêmica, se em nenhum momento, como a Zuleica já  
1992trouxe, e mesmo assim parece que realmente não prestaram atenção no que ela falou,  
1993em nenhum momento está se ferindo a soberania do Equador com essa moção. Não  
1994está se pedindo que se altere a lei do Equador, é uma recomendação voluntária à  
1995Petrobrás, ela pode cumprir se ela quiser ou não, como poderia ser feita para qualquer  
1996outra empresa. Existem empresas que fazem muito mais do que a lei pede, é uma  
1997opção que a empresa faz, até às vezes para conseguir uma certificação. Eu acho que  
1998não tem nenhum problema do Conselho recomendar uma conduta positiva a uma  
1999empresa, não existe perda nisso, não existe nenhuma interferência na soberania do  
2000Equador, eu não entendo a manutenção dessa teoria. A recomendação é muito clara, é  
2001a Petrobrás, é o Governo Brasileiro, não está propondo mais nada. Eu acho que se a  
2002Petrobrás fosse atuar em algum país, por exemplo, onde fosse permitido o trabalho  
2003infantil, ela provavelmente não atuaria dessa forma. Então da mesma forma, porque  
2004nós não podemos também nesse aspecto tentar transferir alguma coisa de bem, que já  
2005existe aqui no Brasil, que já é dominado, para os outros países, Obrigado. *(Palmas)*.

1991

1992

1993**O SR. RUBENS NUNES SAMPAIO (GERC)** – Rubens Sampaio, representando o  
1994GERC. Eu gostaria de fazer breves pontuações a respeito de intervenções operadas  
1995aqui e sobre o assunto. Primeiro, a respeito do que a representante da CNI falou, sobre  
1996o fato de a moção ou recomendação, já que tem uma fusão aí, mencionar o Estado  
1997Brasileiro representado pela Petrobrás, me parece realmente impróprio. A Petrobrás é  
1998uma empresa e o Estado Brasileiro não deve ser envolvido no texto dessa moção. Deve  
1999ser uma moção ou recomendação, tanto faz, não vejo como fundir as duas coisas, deve  
2000ser uma moção ou uma recomendação dirigido à Petrobrás, descartando a participação  
2001do Estado Brasileiro. Sobre a intervenção do representante do Ministério das Relações  
2002Exteriores, com a devida vênia, não foi nem um pouco feliz a invocação das normas  
2003constitucionais para objetar os termos dessa moção. Invocar aqui, como foi feito, a  
2004Constituição Federal por seu art. 4º, inciso III, autodeterminação dos povos, meu Deus,

1994essa moção não tem nada a ver com autodeterminação dos povos. Os destinos do  
1995povo equatoriano não estão em jogo se a Petrobrás cumprir voluntariamente normas de  
1996proteção ambiental, pelo contrário, eles devem até agradecer. Não intervenção significa  
1997o quê? Um Estado soberano intervir nos assuntos de outro Estado soberano, para  
1998mudar os rumos da própria política adotada por esse Estado, não é isso o que se cogita  
1999aqui nessa moção. Em seguida o representante do Ministério de Minas e Energia nos  
2000ajuda a promover essa moção, a apoiar essa moção, quando aludiu a problemas que  
2001até está havendo entre o Governo equatoriano e o Governo brasileiro, por razões  
2002econômicas, inclusive envolvendo a Petrobrás. Que há um dissídio de interesses entre  
2003a Petrobrás e o povo equatoriano, o Governo equatoriano. Então, longe de essa moção  
2004afrentar algum princípio constitucional, ao contrário, essa moção se concilia, se conforta  
2005na Constituição e no mesmo art. 4º, mas já agora através dos seus incisos, 7º, quando  
2006diz que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos  
2007seguintes princípios, inciso 7º: solução pacífica dos conflitos. Hora, se a Petrobrás está  
2008enfrentando conflitos com o Governo equatoriano, por razões econômicas, e ela adota  
2009uma postura pró-ativa, no sentido de implementar técnicas que são mais, digamos,  
2010mais favoráveis ao meio ambiente do que a própria legislação equatoriana admite.  
2011Então, ela está trabalhando no sentido de solucionar com um conflito, para usar uma  
2012linguagem popular, está fazendo média, está ajudando a melhorar a sua imagem no  
2013Equador. O inciso 9º, do mesmo art. 4º, que se relaciona com os princípios que devem  
2014reger as relações internacionais do Brasil, fala em cooperação entre os povos para o  
2015progresso da humanidade. Hora, imaginar que o uso de práticas ambientais mais  
2016favoráveis não possa favorecer o progresso da humanidade é desconhecer que a  
2017matéria ambiental interessa a todos nós. Então, enfim, por todas essas razões, longe  
2018de essa moção afrontar interesses do povo equatoriano, pelo contrário, se concilia com  
2019esses interesses, e como foi dito aqui é uma recomendação. O CONAMA não está  
2020obrigando a Petrobrás, está recomendando, porque é papel do CONAMA também  
2021trabalhar no sentido da educação ambiental, de fazer com que as pessoas e empresas  
2022que se envolvem na matéria ambiental, usem cada vez mais procedimentos que  
2023respeitem o meio ambiente. Então, em resumo, é uma moção ou recomendação, tanto  
2024faz, uma moção ou recomendação, que pelo contrário, favorece os interesses do povo  
2025equatoriano, mesmo porque se a legislação equatoriana, por acaso, proibisse qualquer  
2026uma das práticas que aqui se recomenda a Petrobrás, evidentemente que a Petrobrás  
2027teria que se render aos ditamos da legislação equatoriana. Mas o que se quer aqui é  
2028que a Petrobrás vá além, faça mais pelo meio ambiente do Equador, do que se permite  
2029lá na legislação, até porque meio ambiente não conhece fronteiras geográficas. A  
2030Amazônia é patrimônio nacional, está no § 4º do artigo 225 da Constituição Federal.  
2031Agora, imaginar que a Amazônia brasileira é uma coisa distinta da Amazônia que está  
2032no Equador, no Peru ou na Venezuela, é desconhecer que o meio ambiente não pode  
2033ser represado exatamente nas linhas fronteiriças de cada país. (*Palmas*).

1995

1996

1997**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Dr.  
1998Rubens, muito obrigado. Encerrada as inscrições, a Mesa vai encaminhar à votação, há  
1999uma solicitação pela manhã, o pedido de votação nominal que foi aprovado.

1998

1999

2000**A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Olha, atendendo ao pedido da CNI, nós  
2001alteramos o final que realmente estava crítico. Então nós tiramos uma série de coisas,



2001então ficou assim: considerando que cabe aos cidadãos brasileiros apoiarem demandas  
2002da sociedade organizada nos países onde a empresa opera, a fim de garantir que sua  
2003atuação respeite os direitos humanos e ambientais de todos os povos, apresentamos  
2004essa moção à Petrobrás para que, e aí segue o texto, aplique os mesmos princípios  
2005adotados pela legislação brasileira, no que concerne às práticas de proteção ambiental  
2006no restante dos países em que opera, quando estas forem menos restritivas,  
2007diferenciando-se voluntariamente, voluntariamente estar em negrito, porque não é uma  
2008ordem, é uma recomendação de comportamento voluntário, não vai ferir a legislação de  
2009nenhum povo, que ela voluntariamente decida se vai agir da maneira mais adequada. E  
2010que apóie a proposta do Governo equatoriano de manter o petróleo represado, não  
2011apenas revendo suas intenções de explorar o petróleo lá, como participando do  
2012financiamento dessa iniciativa, de forma a assumir publicamente o seu compromisso  
2013com a justiça ambiental e climática.

2002

2003

2004**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Em  
2005função da modificação da proposta de moção, eu tenho a indicação de dois  
2006representantes, do Ministério de Minas e Energia e Ministério da Justiça, que pedem  
2007esclarecimentos ao fato. Então, por gentileza Maria José, em seguida Carlos Hugo do  
2008Ministério da Justiça. Dois minutos, por gentileza. Maria José, eu peço por gentileza  
2009objetividade tanto quanto a Zuleica foi neste momento.

2005

2006

2007**A SR<sup>a</sup>. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (Ministério de Minas e Energia)** – Na moção ela  
2008acaba sendo uma solicitação de que a Petrobrás aplique voluntariamente, em negrito, a  
2009legislação brasileira nos países em que opera. É muito complicada essa questão, as  
2010legislações, mesmo para países extremamente bem conceituados mundialmente, sobre  
2011a questão ambiental, sobre os seus cuidados, eles operam de forma diferente. Por  
2012exemplo, terras indígenas no Canadá, que com certeza é um País que pode ser uma  
2013referência em relação à legislação ambiental, ele permite uma série de atividades  
2014econômicas que na nossa legislação não é permitido. Então, fica muito confuso um  
2015texto desse, eu acho que aí a soberania, e a necessidade, e a visão do país, da  
2016necessidade de implantação daquele empreendimento, desde que com normas  
2017adequadas e que sejam atendidas para as normas daquele país, isto que é o  
2018fundamental, mas fechando, a Petrobrás não tem os índices mundiais que ela tem, por  
2019trabalhar de forma inadequada no resto do mundo. Os títulos, todos que foram  
2020mencionados e o reconhecimento da Petrobrás no seu papel socioambiental, ele é  
2021mundial, ele não é nacional. Isso significa que esta é uma empresa que se comporta  
2022externamente de uma forma extremamente digna, em que eu acho que o povo  
2023brasileiro tem que se, aliás, se orgulhar, o único índice Dow Jones na América do Sul  
2024para uma empresa brasileira. Então, eu acho que é isso que nós não podemos  
2025esquecer.

2008

2009

2010**O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – A posição do  
2011Ministério da Justiça é de que essa moção ou recomendação ela não seja aprovada,  
2012pelos diversos motivos que foram expostos aqui, por prejudicar desnecessariamente a  
2013imagem de uma empresa brasileira, que tem um prestígio internacional, mas se  
2014eventualmente essa proposta for aprovada nós temos que fazer pelo menos uma

2011correção, nós não podemos esquecer que nós estamos nos concentrando na moção  
2012especificamente, mas tem um monte de considerandos que tem um peso bastante  
2013grande na idéia da moção como um todo. Eu só vou comentar uma aqui, que diz  
2014respeito particularmente ao Ministério da Justiça, que é o que fala de terras indígenas e  
2015de diz que a Petrobrás não pode fazer exploração de petróleo em terra indígena,  
2016porque está proibido na legislação brasileira, na verdade, isso não é assim. O art. 231,  
2017§ 4º da Constituição, inclusive prevê a exploração de recursos minerais com o  
2018pagamento de *royalties*, quando devidos às comunidades indígenas. Isso ainda não  
2019acontece no Brasil, porque na foi regulamentado, tem o Estatuto do Índio e algumas  
2020outras iniciativas nesse sentido, que ainda não conseguiram regulamentar essa  
2021possibilidade de você fazer exploração mineral em terras indígenas. Eu sei de um GT  
2022(Grupo de Trabalho), do Ministério de Minas e Energia e FUNAI que estão trabalhando  
2023neste sentido, mas nós não podemos colocar ali que é proibido a exploração de  
2024petróleo em terras indígenas aqui no Brasil, porque simplesmente não é verdade e têm  
2025previsão constitucional, inclusive.

2012

2013

2014**A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**  
2015Obrigado. Senhores, eu então vou encaminhar para votação, como eu disse  
2016anteriormente, há um pedido de votação nominal assinado por onze instituições, se elas  
2017mantêm o pedido de votação nominal para esta moção. Mantêm. Então eu vou pedir o  
2018Nilo, por gentileza, para encaminhar nominalmente à votação, sobre a aprovação ou  
2019não do pedido de moção à Petrobrás.

2015

2016

2017**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA) –** Eu vou pedir para  
2018colocar na tela a votação nominal, para nós termos ao financial o registro dos votos. E  
2019também pedir a atenção de todos para nós fazermos isso com agilidade, antes que  
2020fique escuro o Plenário, assim que a energia elétrica falte. Nós vamos fazer o seguinte:  
2021nós vamos pedir que os Conselheiros se manifestem, ou favorável à moção, ou  
2022contrário à moção, não vamos fazer aquele esquema de proposta 1, proposta 2. Aqui é  
2023o voto a favor ou contra. Quem for favorável, levanta o braço, mostra o crachá e  
2024pronuncia se é a favor ou contra a moção. Então, vamos lá. ABES está presente,  
2025contra; ADEMA: a favor; Eu vou pedir que o Plenário não se manifeste, sei que a  
2026emoção é grande, mas para se manterem frios e podermos acelerar. Planeta Verde: a  
2027favor; Centrais Sindicais: a favor; Comunidade Científica: ausente; Comunidade  
2028Indígena: a favor; Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG):  
2029ausente; Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos  
2030Corpos de Bombeiros: ausente; ICV, representando as entidades do Centro-Oeste:  
2031ausente; OCA Brasil: a favor; GERC, Região Norte: a favor; IMAR, Região Nordeste: a  
2032favor; KANINDÉ, Região Norte: a favor; Entidades Ambientalistas, Novos Curupiras:  
2033Região Norte: a favor; Entidades Ambientalistas, ANDA, pela Região Sudeste: a favor;  
2034BICUDA, Região Sudeste: a favor: APROMAC: a favor; CAETÉ: a favor; VIDÁGUA: a  
2035favor; FBCN: a favor; Populações Tradicionais: a favor; Entidades Empresariais,  
2036Confederação Nacional da Agricultura: ausente; Confederação Nacional da Indústria,  
2037no caso aqui a Grayce, contra, o segundo voto da CNI é a Cristina, Alexandre ou  
2038Marco, estão presentes? Ausentes, e o terceiro da CNI é a Patrícia e outros, contra;  
2039Confederação Nacional do Comércio: ausente; Confederação Nacional do Comércio, o  
2040primeiro Ernani, o segundo Leopoldo, ausentes; Confederação Nacional dos

2018Transportes: contra; Setor Florestal: ausente; ANAMMA nacional, Clarismino: contra;  
2019Confederação Nacional dos Municípios: a favor; Frente Nacional de Prefeitos, João  
2020Paulo, Djalma ou Mário, ausente; Governos Municipais Região Centro-Oeste: ausente;  
2021Governos Municipais Região Nordeste: contra; Governos Municipais Região Norte,  
2022Silvia: ausente; Governos Municipais Região Sudeste, Flávio Mourão: contra; Governos  
2023Municipais Região Sul: ausente; Agora vamos lá, Governos Estaduais, Distrito Federal:  
2024ausente; Acre: contra; Alagoas: ausente; Amapá: contra; Amazonas: contra; Bahia:  
2025contra; Ceará: ausente; Espírito Santo: contra; Goiás: contra; Maranhão: contra; Mato  
2026Grosso: ausente; Mato Grosso do Sul: ausente; Minas Gerais: contra; Pará: contra;  
2027Paraíba: contra; Paraná: ausente; Pernambuco: ausente; Piauí: contra; Rio de Janeiro:  
2028contra; Rio Grande do Norte: contra; Rio Grande do Sul: contra; Rondônia: contra;  
2029Roraima: contra; Santa Catarina: contra; São Paulo: contra; Sergipe: ausente;  
2030Tocantins: ausente; Governo Federal, Agência Nacional de Águas: contra; Casa Civil da  
2031Presidência: contra; Aeronáutica: ausente; Marinha: ausente; Exército: contra; Gabinete  
2032de Segurança Institucional da Presidência: contra; IBAMA: contra; Ministério da  
2033Agricultura: contra; Cidades: contra; MCT: contra; Comunicações: contra; Cultura:  
2034contra; Defesa: contra; Desenvolvimento Agrário: ausente; Desenvolvimento, Indústria e  
2035Comércio Exterior: contra; Desenvolvimento Social (MDS): ausente; Educação:  
2036ausente; Esporte: contra; Fazenda: ausente; Integração Nacional: ausente; Justiça:  
2037contra; Meio Ambiente: contra; Minas e Energia: contra; Planejamento: contra;  
2038Previdência Social: ausente; Relações Exteriores: contra; Saúde: ausente; Trabalho e  
2039Emprego: ausente; Transportes: contra, Turismo: ausente; Secretaria de Comunicação  
2040Social da Presidência: contra; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência:  
2041contra; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: contra; Secretaria Especial de  
2042Política de Promoção da Igualdade Racional: ausente. Secretaria Especial de Políticas  
2043para as Mulheres: ausente; Secretaria Especial dos Direitos Humanos: contra;  
2044Secretaria Geral da Presidência: contra; Membro Honorário: a favor; Secretária  
2045Executiva vai votar? Secretária Executiva se abstém.

2019

2020

2021**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**

2022Total, foram 67 membros votando, é isso? Tem quorum, 37 faltas, todos votaram.

2023Opção um que é pela aprovação, dezoito votos, opção dois que é pela não aprovação,

202449 votos. Então, foi rejeitada a moção. *(Palmas)* Passamos para item seguinte da

2025pauta, são 17h30min, Há uma solicitação, senhores é importante que, eu vou fazer um

2026comunicado aqui, pela manhã houve uma solicitação da Associação BICUDAS que nós

2027promovêssemos uma inversão de pauta, colocando Petrobrás e em seguida Maricá.

2028Agora, o pessoal da BICUDA está pedindo que na realidade essa discussão aconteça

2029amanhã, por conta que teriam dois moradores, duas pessoas da Região da Aba de

2030Maricá, que estariam presentes aqui. Eu consulto ao Plenário se nós iniciamos, uma

2031vez que foi aprovado pela manhã que nós iríamos na seqüência, então aí aberto as

2032manifestações, inclusive a representante do Rio de Janeiro, qual é a posição. Axel, por

2033gentileza. Nós iniciamos, nem que seja a parte primeira da discussão ou se passamos

2034para amanhã. Um minuto, por favor.

2022

2023

2024**O SR. AXEL SCHMIDT GRAEL (Governo do Estado do Rio de Janeiro) –** Eu queria

2025inicialmente manifestar a minha estranheza. Porque o representante que pede a

2026inversão de pauta, pede contagem de votos, e agora pede um adiamento dessa

2025votação. Eu queria lembrar que já reunião passada, uma reunião que nós tivemos em  
2026Fortaleza, esse assunto não foi deliberado por falta a quorum e eu gostaria que o  
2027Plenário avaliasse, que nós colocássemos isso, nós temos meia hora ainda, eu gostaria  
2028que nós avaliássemos a possibilidade de discutir isso agora.

2026

2027

2028**O SR. CARLOS ANDRÉ OSÓRIO CARNEIRO (BICUDA)** – Boa-tarde, Carlos Ozório,  
2029representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste. A minha solicitação foi  
2030devido a que dois moradores locais estão vindo, devido a um rateio que foi feito na  
2031região para que se passasse a realidade do local. Havia um morador e uma moradora,  
2032que é mestre em geografia, para vir aqui expor a visão deles sobre o caso, em respeito  
2033à comunidade local, porque aqui eu sou simplesmente um porta-voz da Região  
2034Sudeste. Eu estou representando uma demanda local, e já que isso aqui é um  
2035Conselho Nacional de Meio Ambiente, nós estamos aqui discutindo questões locais,  
2036regionais, ou seja, representando a população do Brasil. Eu acho que é coerente e  
2037respeito às pessoas que estão vindo aqui hoje à noite, uma passagem mais barata,  
2038estão custeando do próprio bolso, para vir aqui amanhã e eu falar para eles  
2039simplesmente que podem voltar, porque já foi votado isso no dia anterior. Por isso eu  
2040estou solicitando a vocês que tenham a sensibilidade em adiar essa votação para  
2041amanhã. Obrigado.

2029

2030

2031**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – O  
2032representante do Estado do Piauí quer falar? E o da SEAP.

2032

2033

2034**O SR. NÃO IDENTIFICADO (Estado do Piauí)** – Senhora Presidente, em Fortaleza o  
2035debate sobre o tema chegou a ser feito, o Estado do Rio de Janeiro fez os  
2036esclarecimentos, o proponente fez a justificativa de porque estava propondo a criação  
2037dessa Unidade Federal, em cima de uma APA Estadual. Então em Fortaleza essa  
2038questão foi suficientemente esclarecida, e mesmo a proposta ao final sugerida de GT  
2039(Grupo de Trabalho) não foi aceito pelo Estado do Rio de Janeiro, representado pelo  
2040Axel Grael naquele momento. Então, o Plenário do CONAMA fez o debate, fez a  
2041discussão sobre essa proposição. Quando íamos votar, o próprio proponente solicitou  
2042contagem, verificação de quorum, e a partir daquele momento tornou-se verificar  
2043quorum, aquele tema foi discutido, a reunião foi suspensa inclusive. Hoje foi pedido a  
2044inversão de pauta para que nós discutíssemos hoje essa questão. Então, eu quero aqui  
2045propor que nós façamos, já que a discussão houve na reunião passada, salvo algum  
2046esclarecimento novo que seja solicitado, que nós façamos à votação dessa questão,  
2047cuja discussão já houve na reunião anterior do CONAMA. (*Palmas*).

2035

2036

2037**O SR. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (SEAP)** – Marcelo Sampaio, Secretaria  
2038Especial de Aqüicultura e Pesca. Acho que como colocou aqui o Carlos Ozório, nós  
2039devemos ter o mínimo de sensibilidade para com essas pessoas que estão vindo aqui.  
2040Esse CONAMA deve sim ouvir a voz da comunidade também, perceber quais são os  
2041aspectos que estão acontecendo lá na ponta. Eu não vejo nenhum problema em  
2042transferir a votação dessa matéria para o dia de amanhã, para que dê possibilidade de  
2043a comunidade se expressar e de enriquecer o debate aqui no CONAMA. A SEAP já

2038gostaria de registrar, desde já, que é favorável a criação de um GT (Grupo de Trabalho)  
2039que avalie a possibilidade de alteração do perfil dessa unidade de conservação.  
2040Inclusive a SEAP gostaria de participar, gostaria que a comunidade de pescadores de  
2041Maricá participasse também. Eu também não vejo nenhum problema em que esse GT  
2042seja coordenado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, acho que poderia ser uma  
2043alternativa nesse processo, e que nós pudéssemos trabalhar na perspectiva de um  
2044processo de conciliação. O Grupo de Trabalho trabalha, avalia a perspectiva de  
2045alteração do perfil dessa unidade, verifica se é possível ou não, mas com a participação  
2046da comunidade. Nós faríamos um apelo, de que nós pudéssemos deixar para o dia de  
2047amanhã, atendendo aí, afinal o CONAMA não pode estar sempre presente nos locais  
2048realizando reuniões em todos os locais do país. Então quando essas pessoas vêm ao  
2049CONAMA, eu acho que não há nada demais nós aguardarmos e podermos ouvi-los.  
2050Agradeço. (Palmas)

2039

2040

2041**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA) –**  
2042Zuleica, por favor. Nós temos 15 minutos, a não ser que nós queiramos ficar aqui  
2043discutindo sem voz.

2042

2043

2044**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC) –** Eu tenho uma proposta, eu acho que está  
2045claro, essas pessoas estão vindo com o maior sacrifício amanhã, não faz o menor  
2046sentido este debate, acho que é o respeito à vida humana, não tem discussão para  
2047mim. O que eu pedi a palavra foi para lembrar que nós temos uma pequena moção,  
2048muito simples, para ser votada, depois a de Mauá que vem logo depois. Se vocês  
2049quiserem em 20 minutos nós votamos, é do apoio à aprovação do imposto de renda  
2050ecológico. É a seguinte depois de Mauá, se ela for muito controversa nós podemos  
2051deixar para amanhã.

2045

2046

2047**O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO (Ministério da Saúde) –** Fernando,  
2048Ministério da Saúde. Esse assunto de Maricá foi intensamente debatido na Reunião  
2049Extraordinária em Fortaleza, foi inclusive apresentado um vídeo pela associação de  
2050moradores. Mas a nossa posição também é como a SEAP, é favorável que nós  
2051façamos uma discussão afobada disso. Eu acho que se nós temos mais elementos,  
2052nada como esperar termos uma informação para ter uma decisão mais tranqüila. Eu  
2053acho que não podemos negar informação, se há possibilidades de termos mais  
2054elementos, por que vamos dizer não? Eu acho que não seria bom senso da nossa parte  
2055do CONAMA, negar receber realmente mais informações sobre o caso. Eu só queria  
2056ponderar que na reunião de Fortaleza foi feito todo um esforço, tanto da parte de  
2057governo, como de sociedade, para nós chegarmos a um denominador comum. Nessa  
2058reunião eu tinha feito um pedido, que nós não estávamos muito confortáveis com  
2059subsídios, inclusive para tomar decisão. Porque nós sabemos que se trata de uma área  
2060muito importante, uma área de mil hectares, próximo ao Rio de Janeiro. Então, é um  
2061santuário, que parece que tem até questões de importância não só ecológica, mas  
2062como também arqueológica, os estudos são limitados. Eu estou muito desconfortável  
2063no sentido da preocupação com a saúde dessas comunidades, das pessoas que vivem  
2064no entorno tomar qualquer decisão sem ter, inclusive não só subsídio do amanhã, mas  
2065um estudo mais aprofundado com relação a esse ecossistema, que parece ser muito

2048valioso. Mas eu acho que valeria à pena, eu reforço a idéia desse Grupo de Trabalho  
2049coordenado pelo Estado do Rio de Janeiro, envolvendo o IBAMA, envolvendo a SEAP,  
2050envolvendo outros órgão do Estado do Rio que têm, universidades também do Rio de  
2051Janeiro que devem ter pesquisas nesse santuário. Eu acho que nós teríamos até que  
2052qualificar melhor essa unidade, pode ser reforçado que ela seja APA, mas talvez pode  
2053ser que seja recomendado que é outra coisa, acho que isso é fundamental, nós termos  
2054no final das contas subsídios para tomar uma boa decisão, respeitando o pacto  
2055federativo, respeitando o papel do Estado do Rio de Janeiro, mas no sentido de  
2056potencializar e qualificar a decisão.

2049

2050

2051**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Secretária-Executiva do MMA)** – Eu  
2052agradeço ao Fernando. Eu acho que não tem mais inscritos. Eu gostaria de fazer uma  
2053sugestão, como Presidente da Mesa, solicitar o representante do Estado do Rio de  
2054Janeiro e representante do Estado do Piauí, se vocês podem declinar na posição de  
2055nós começarmos o debate hoje. Nós estamos sem horário Axel, eu estou com medo  
2056realmente de nós termos um problema de luz, por uma questão de segurança do  
2057IBAMA, e nós retomarmos as discussões amanhã. Acolhendo agora e pedindo o  
2058seguinte, também uma recomendação ao pessoal da BICUDA, por uma questão de  
2059procedimento, quando nós formos pedir uma inversão de pauta, que se demanda eu  
2060fico aqui manejando os tempos. Para a minha relativa felicidade, todo o meu  
2061cronograma de tempo foi cumprido, mas eu estou com febre, cansadíssima com gripe,  
2062e eu priorizei a inversão de pauta para nós termos essa discussão aqui dentro. Então,  
2063eu acho absolutamente legítimo que nós tenhamos, aqui amanhã, representantes da  
2064comunidade, pessoas que residem na área para discutir. Eu tenho certeza que Estado  
2065do Rio de Janeiro vai oferecer todos os esclarecimentos, já do que foi esclarecido em  
2066Fortaleza. Mas frente ao debate, eu tive o cuidado de ler com bastantes detalhes a  
2067proposta de moção, têm questões ali que merecem serem discutidas, elas têm leituras  
2068enviesadas, mas legítimas, enquanto postulação. Enfim, então eu sugiro, se os  
2069senhores estiverem de acordo, que a gente transfira essa discussão para amanhã, a  
2070reunião amanhã começa às 09h30min, não às 9 horas. Eu estou pedindo para começar  
2071às 09h30min, porque eu vou ter uma reunião com a ABEMA e com a ANAMMA às oito  
2072horas da manhã, senão os membros da ABEMA e da ANAMMA, que estarão na  
2073reunião, não poderão participar. E um deles é o Rio de Janeiro, que é o interessado.  
2074Então, se houver concordância dos senhores, nós começamos a reunião amanhã às  
207509h30min. Eu quero dizer que a pauta avançou muito, nós estamos com folga amanhã  
2076de debate, em função da programação que estava prevista hoje. Agradecer aos  
2077senhores e desejar uma Boa-tarde, um bom final de tarde, e até amanhã. Obrigada.  
2078(*Palmas*).

2052

2053

2054**18/06/2008**

2055

2056

2057**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Bom dia a todos. Nós  
2058vamos dar início aos informes, enquanto completamos o quórum, estamos aguardando  
2059para retomarmos as discussões, debates sobre as moções. Mas enquanto isso nós  
2060vamos dar início aos informes e eu quero já aproveitar e convidar a Doutora Luciana  
2061Teixeira, que é do IBAMA de Goiás, para iniciar o primeiro informe, que solicita ao

2058órgão ambiental do Estado de Goiás, esclarecimento sobre a implantação da rede  
2059elétrica em parte da RPPN Cara Preta, Alto Paraíso de Goiás. Quero pedir que os  
2060representantes ambientalistas que estão presentes. Está aqui o Márcio da CAETÉ,  
2061acho que só ele está aqui? Que vocês, por favor, anotem, porque o pessoal da OCA  
2062Brasil, que é interessado nesse informe, não está aqui presente. E a gente vai, de  
2063qualquer forma, dar início, porque já é praxe nosso que no segundo dia de manhã, a  
2064gente aproveitar esse espaço de tempo, até completar o quórum, com informações que  
2065são solicitadas. Então, a gente pede, porque não implica em decisão, são informes que  
2066não implicam em decisão. Nós podemos dar início. Então, eu convido a Luciana para...  
2067Pode usar esse microfone aqui. Você não vai usar a apresentação, não é? OK. Então,  
2068peço a atenção do Plenário para ouvirmos o informe sobre o requerimento que foi  
2069aprovado aqui na plenária anterior e que solicita ao órgão ambiental do Estado de  
2070Goiás, esclarecimentos sobre a implantação da rede elétrica em parte da RPPN, que é  
2071Reserva Particular do Patrimônio Natural, Cara Preta em Alto Paraíso de Goiás. Eu  
2072informo o seguinte, nós estamos aguardando também que chegue o representante do  
2073órgão ambiental do Estado de Goiás. Assim que ele chegar, se a ainda estivermos nos  
2074informes, passamos a palavra para que ele complete a informação.

2059

2060

2061**A SR<sup>a</sup>. LUCIANA TEIXEIRA (IBAMA do estado de Goiás)** – Obrigada. Bom dia a  
2062todos. Esse informe é porque houve a construção, a importação de uma linha de  
2063transmissão de energia elétrica de 34 KV, na região de Alto Paraíso e essa linha de  
2064transmissão atravessou uma RPPN. A RPPN Cara Preta, e foi feito um questionamento  
2065de por que a construção dessa linha não tinha licenciamento ambiental. O que eu posso  
2066dizer é que esse empreendimento, como é um empreendimento de pequeno impacto e  
2067localizado única e exclusivamente dentro do Estado de Goiás, a competência de  
2068licenciamento dele e Agência Goiana de Meio Ambiente. E existe uma norma interna da  
2069agência ambiental, dizendo que linhas de transmissão de até 35 KV são dispensadas  
2070de licenciamento ambiental. Houve uma denúncia no IBAMA de que estava sendo feito  
2071o desmatamento dentro de uma RPPN, uma equipe do IBAMA se deslocou para o local,  
2072fez a multa, porque o empreendimento estava sendo implantado sem a licença e foi  
2073aberto um processo administrativo dentro do IBAMA. Dentro desse processo houve  
2074uma reunião em alto paraíso, no qual participaram membros do IBAMA, agência  
2075ambiental, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, porque a linha de transmissão  
2076passa na zona de amortecimento do parque, a justiça da Comarca de Alto Paraíso e  
2077nessa reunião ficou decidido que o IBAMA faria o licenciamento da linha de  
2078transmissão. Só que como é uma linha muito pequena, e a competência é do Estado, o  
2079IBAMA só pode intervir se ele for demandado judicialmente para fazer o licenciamento e  
2080isso nunca foi feito. Então, o licenciamento continuou a cargo da agência ambiental de  
2081Goiás. Houve a solicitação de manifestação quanto ao Parque Nacional da Chapada  
2082dos Veadeiros, se ele estava de acordo ou não com a implantação da linha de  
2083transmissão. Foi feita uma vistoria no local, os técnicos do Parque da Chapada  
2084verificaram que os únicos danos que tinham sido causados, tinha sido o desmatamento,  
2085ao longo da faixa de implantação da linha de transmissão e a abertura de buracos para  
2086implantação das torres da linha de transmissão. E eles foram favoráveis ao  
2087empreendimento desde que se atendessem a algumas condicionantes. E face a essa  
2088manifestação positiva do parque, o IBAMA se posicionou favoravelmente à implantação  
2089da linha de transmissão, só que ela deveria ser licenciada. E o processo foi remetido à  
2090agência ambiental para que ela procedesse ao licenciamento. Agora, como todo o

2062 processo foi remetido à agência ambiental, eu não sei dizer, não posso dizer, se o  
2063 licenciamento foi realmente efetuado ou não. Mas toda a recomendação do IBAMA foi  
2064 para que o empreendimento fosse licenciado. Aí eu queria saber se alguém tem alguma  
2065 pergunta com relação à atuação do IBAMA nesse caso.

2063

2064

2065 **O SR. FRANCISCO** - Só uma questão. Acho que de desordem. Os dois interessados,  
2066 que é o governo do Estado de Goiás e a OCA. Eu não vi o pessoal da OCA aí. Até para  
2067 esclarecer para gente que não somos da região.

2066

2067

2068 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Nós aguardamos  
2069 Francisco, eu vou explicar, nós aguardamos por 20 minutos para que o pessoal da OCA  
2070 ou do órgão estadual de Goiás chegasse, porque o IBAMA de Goiás está aqui desde as  
2071 9 horas aguardando para prestar informação. Desde as 9 horas. Nós pedimos para ela  
2072 ter paciência e esperar até nove e meia, que era o horário marcado para iniciar. Nove e  
2073 meia não tinha nenhum representante da OCA, nem do órgão estadual de Goiás. Então  
2074 esperamos mais 20 minutos. Até dez para as dez. Nós temos que dar início, porque  
2075 daqui a pouco nós vamos dar início às discussões, assim que o quórum for atingido,  
2076 nós vamos dar início à discussão de moção. Então, não quero prejudicar as  
2077 informações que foram solicitadas. Quero que as informações sejam prestadas. O  
2078 órgão que foi convidado está aqui presente. O IBAMA é um deles. Eu acho que a gente  
2079 tem que prestigiar quem está cumprindo horário. Então, por isso que a Mesa entendeu,  
2080 como já tem sido praxe aqui. Nós temos feito isso em todas as reuniões do CONAMA.  
2081 No segundo dia de manhã nós damos início aos informes logo cedo, logo no horário de  
2082 início, para poder, no momento em que tiver quórum, não perdermos o tempo com  
2083 informes. Agora, veja bem, se quiser deixar os informes para o final da reunião,  
2084 podemos deixar. Agora, foram as próprias entidades da sociedade civil, que  
2085 normalmente solicitam informes, que pediram para colocar os informes em um horário  
2086 onde ainda tivessem Conselheiros presentes, porque no final da Plenária, quando vota  
2087 a última matéria deliberativa, o Plenário praticamente se esvazia. O informe é prestado  
2088 diretamente às entidades e ainda com problema de horário para sair para aeroporto.  
2089 Então, foi por causa disso que nós adotamos esse sistema. Mas se os senhores  
2090 consideram que é melhor deixar o informe para depois, a gente agradece a Luciana que  
2091 já deu o informe do IBAMA, aguardamos chegar a OCA Brasil, o órgão estadual de  
2092 Goiás, se não tiver o quórum ainda atingido, eles completam o informe. Do contrário  
2093 nós entramos na pauta de moções e os informes vão ficar ou para a próxima plenária,  
2094 ou para o final do dia. Eu sei, a Conselheira Zuleica está inclusive reclamando que a  
2095 reunião não pode se instalar assim sem quórum, mas o fato é que este plenário decidiu  
2096 e não faz muito tempo isso, que se poderiam antecipar os informes para o início do  
2097 segundo dia. Isso foi encaminhamento definido com o Plenário aqui, exatamente  
2098 atendendo as entidades. Então, Luciana, agradecendo a sua informação, nós vamos  
2099 aguardar um pouco mais. Até que cheguem os outros Conselheiros interessados nessa  
2100 matéria.

2069

2070

2071 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Eu li no Regimento Interno, que tem que ter  
2072 quórum para a deliberação de matérias. Obviamente que para instalar a reunião do  
2073 primeiro dia, seja no segundo, tem que ter quórum. Nós já estamos gravando, já está



2072indo para a transcrição uma série de informações, já está se dando andamento à pauta,  
2073porque os requerimentos fazem parte da pauta. Eles não são extrapauta. Se fossem  
2074extrapauta, eles poderiam ser feitos a qualquer hora do dia e da noite, em qualquer  
2075lugar. Mas é parte da pauta. Então, eles são oficiais, eles têm que ser respeitados, no  
2076tempo necessário para que sejam esclarecidas todas as entidades, isso é outro  
2077problema que a gente vem enfrentando. Os requerimentos de informação são  
2078considerados matéria de segunda classe. Isso não está escrito no Regimento Interno,  
2079mas é dessa maneira que os requerimentos têm sido tratados ultimamente nos últimos  
20803 anos. O Conselheiro do Ministério do Meio Ambiente não está na mesa e ele não está  
2081dirigindo ainda sequer a reunião. Então, estou falando como Conselheira eleita da  
2082Região Sul, até que se instale a Mesa, eu posso falar, não existe nenhuma regra que  
2083impeça a Conselheira de dizer o que pensa. O que eu penso é isso. Matéria  
2084regulamentar da pauta só pode ser tratada com quórum. A reunião não pode começar  
2085sem quórum, porque informe não é matéria de segunda classe, nem extrapauta. Esses  
2086são os dois pontos que eu quero tocar. Matéria de informe de requerimento é matéria  
2087de primeiríssima classe, porque interessa a toda sociedade, interessa ao Governo e ao  
2088setor privado. Esse é um ponto. Tem que ser tratado com o devido tempo, esse negócio  
2089de dizer: “A senhora só tem um minuto de falar”, isso é antidemocrático e precisa  
2090acabar. Estou dizendo isso, estou desabafando porque tenho visto em inúmeras  
2091Plenárias antigas. E o segundo ponto, tem que começar com quórum. Não existe  
2092nenhuma matéria, nenhum artigo do Regimento que diz que se passado 20, 30  
2093minutos, não havendo quórum, a reunião poderá começar. Isso não está no Regimento  
2094Interno. Não havendo isso, não tem sequer quórum para decidir se podemos transgredir  
2095essa regra ou não. Obrigada.

2073

2074

2075**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Vou tentar  
2076esclarecer, Conselheira Zuleica. O artigo 8º, do Regimento diz o seguinte: “O Plenário  
2077reunir-se-á em sessão pública, com a presença de pelo menos a metade mais um de  
2078seus membros”. E isso aconteceu ontem. O plenário ontem, da 90ª reunião do  
2079CONAMA se instalou ontem com a pauta que hoje continua. Então, isso é o  
2080entendimento que a gente tem. Vou continuar lendo o artigo oitavo: “E deliberará por  
2081maioria simples dos membros presentes no plenário, cabendo ao presidente da sessão,  
2082além do voto pessoal, de qualidade”. Parágrafo primeiro: “O processo deliberativo da  
2083sessão plenária deverá ser suspenso se a qualquer tempo e a pedido de qualquer  
2084Conselheiro, não se verificar a presença de no mínimo metade mais um do total dos  
2085membros do Conselho”. Parágrafo segundo: “Nos casos previstos no parágrafo  
2086primeiro, ou seja, de queda do quórum e suspensão do processo deliberativo, a reunião  
2087poderá continuar tratando da matéria não deliberativa por decisão da maioria dos  
2088Conselheiros presentes”. O que a Secretaria do CONAMA entende é que a 90ª reunião  
2089foi instalada ontem com quórum, aliás, um quórum recorde, nós temos que parabenizar,  
2090porque ontem chegamos a ter 85 Conselheiros presentes em Plenário. Instalou a  
2091reunião, nós não precisamos, em momento algum suspender o processo deliberativo  
2092ontem, porque tivemos quórum. Hoje pela manhã, estamos apenas iniciando com os  
2093informes para justamente não deixar que os informes fiquem no momento em que não  
2094tenha mais ninguém em Plenário, que é o final da reunião, depois da matéria  
2095deliberativa, isso a pedido das entidades. Agora, se a Conselheira insiste em que nós  
2096temos que ter quórum para dar início, nós vamos deixar os informes para o final, temos  
2097aqui, por exemplo, o Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, ele está aqui

2076 agora, até porque à tarde, que é o Fernando Scardua, a tarde ele já tem uma outra  
2077 agenda. Então ele já veio também para prestar informação solicitada pelo Ministério da  
2078 Agricultura, que é o segundo item de informe. Nós poderíamos, por exemplo, já  
2079 antecipar esse informe, porque o interessado está aqui, o que vai prestar a informação  
2080 também já está aqui, nós já poderíamos prestar esse informe enquanto aguardamos o  
2081 quórum. Mas se a Conselheira insiste com esse ponto de vista, nós vamos  
2082 simplesmente deixar para o final da plenária o informe, sujeito naturalmente a que  
2083 tenha quórum para os informes também, porque o que está sendo exigido é isso. Artigo  
2084 48º. Eu vou passar a condução dos trabalhos para o Conselheiro Volney Zanardi, do  
2085 Ministério do Meio Ambiente, que vai presidir os trabalhos hoje.

2077

2078

2079 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Bom dia a todos,  
2080 representante civil das entidades ambientalistas do nordeste. Eu levantei uma questão  
2081 que é o seguinte, foi apresentado um informe solicitado por uma entidade ambientalista  
2082 da Região Centro-Oeste, dirigida ao IBAMA e ao Governo do Estado de Goiás, só que  
2083 os dois interessados não estão aqui em Plenário. Além do problema do quórum, da  
2084 contagem de quórum e nisso eu entendo que o início da manhã, pelo menos a tradição  
2085 do CONAMA, viu Nilo, todo início de reunião no outro dia é verificado quórum. Inclusive  
2086 é para dizer o quórum. E que normalmente não nos é dito. Só é dito o seguinte:  
2087 “Tem quórum”, mas não diz qual é o quórum. Inclusive, nós já tivemos uma discussão  
2088 lá no grupo de assessoria do Regimento Interno e isso ficou bem claro, que o quórum é  
2089 para ser informado aos Conselheiros. O quórum hoje é de 85 membros, e é de 104,  
2090 106, porque tem a questão das faltas, que varia, por exemplo, o número de membros,  
2091 se não me engano é 108, mas era 104 que ontem foi indicado. Então, isso tem que ser  
2092 informado até para na hora de pedir quórum, qualquer Conselheiro que tem o direito de  
2093 pedir quórum, por exemplo, a gente sabe que o quórum da reunião ontem era 52. Se  
2094 tivesse 51 membros a reunião não teria quórum. Só para informe. Isso a gente discutiu  
2095 inclusive lá. Até solicito, para mim a reunião se instala novamente agora. Ela tem que  
2096 ser contada o quórum, até porque, aí é uma posição que nós já temos no nordeste. A  
2097 nossa entidade tem essa posição. Que nós achamos que as matérias têm que ser  
2098 discutidas e qualificadas. Para elas serem qualificadas, tem que ter quórum. Então é  
2099 isso que tem o nosso posicionamento no nordeste, porque, muitos já reclamaram, e não  
2100 só os ambientalistas, de decisões de matérias gravíssimas, importantes para o País,  
2101 que às vezes ficam 20 pessoas, 30 pessoas decidindo matérias que vão ter um impacto  
2102 enorme na vida nacional. Então, eu gostaria que preservasse a tradição, eu fiquei  
2103 preocupado porque eu gostaria de ouvir tanto o Governo do Estado de Goiás, quanto a  
2104 entidade e os dois não estavam presentes. Infelizmente. Agora, se tivesse quórum, me  
2105 desculpem, eles faltaram. Obrigado.

2080

2081

2082 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Bom, é o seguinte,  
2083 Francisco, nós só iniciamos o processo deliberativo no primeiro ou no segundo dia,  
2084 tanto faz com quórum. Essa é a questão. Isso aí é tranquilo, isso é tradição do  
2085 CONAMA e está mantida. A única coisa que a gente faz para que o Plenário tenha a  
2086 informação ainda com a presença significativa de Conselheiros é dar início no segundo  
2087 dia de manhã com os informes. Mas nós vamos, na hora que tivermos quórum, nós  
2088 vamos submeter ao Plenário, se mantemos esse procedimento ou não. O que eu quero  
2089 saber com os senhores é o seguinte, nós vamos ficar agora aqui aguardando o quórum,

2083pelo encaminhamento da Conselheira Zuleica é isso. Nós vamos aguardar o quórum e  
2084a decisão que esse Plenário tem no momento em que tem quórum... Eu peço a atenção  
2085dos dois Conselheiros, só para nós vermos se entramos em um acordo aqui. É o  
2086seguinte, no momento em que entra o quórum, a decisão que esse plenário tem é de  
2087entrar em matéria deliberativa. Não é entrar em informe com quórum não.

2084

2085

2086**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – É só uma  
2087sugestão para evitarmos, uma sugestão. Para nós evitarmos essa situação, por  
2088exemplo, dos dois interessados não estarem aqui, a gente poderia checar, o que  
2089também acho que é até respeito, apesar de que os informes vão por último. Se a gente  
2090seguir a regra dos informes, teria que ser votado se continuava no final. O próprio  
2091Plenário que fique. Tudo bem, a gente não tem, mas poderíamos verificar pelo menos  
2092se os interessados dos informes estão aqui, até porque eu posso ter uma dúvida, mas  
2093não sei qual é a dúvida da OCA e não sei qual é a explicação do Governo do Estado de  
2094Goiás. Estou citando o caso espécie da RPPN. Entendeu?

2087

2088

2089**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – A minha sugestão é que  
2090poderíamos passar para o segundo informe.

2090

2091

2092**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Mas aí o que eu  
2093quero esclarecer é que se os interessados estão aqui e podem nos trazer  
2094esclarecimentos, não só quem está informando, mas quem solicitou. Sabe, aí é  
2095tranquilo.

2093

2094

2095**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Vamos tentar otimizar um  
2096pouco o nosso tempo passando para o segundo ponto do informe, onde nós temos o  
2097interessado Elvison Nunes Ramos, Ministério da Agricultura, está presente? É um  
2098requerimento de informação ao Ministério do Meio Ambiente, sobre a regulamentação  
2099do Artigo 44B do Código Florestal, que trata sobre as cotas de reserva legal. O Dr.  
2100Fernando Scardua, Diretor de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas  
2101está presente, então nós passaríamos a esse segundo informe e deixaríamos o  
2102primeiro informe para o momento em que os interessados estiverem presentes. Todos  
2103concordam?

2096

2097

2098**O DR. FERNANDO PAIVA SCARDUA (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom dia, com  
2099relação ao informe do Ministério da Agricultura, sobre a regulamentação do Artigo 44B  
2100do Código Florestal, que trata sobre a cota de reserva florestal e servidão florestal.  
2101Esse processo se encontra no gabinete do Ministro, em função dele ter entrado  
2102recentemente, ele está pedindo vistas para fazer uma discussão. Está nesse  
2103posicionamento, aguardando uma discussão interna para ser encaminhado para a Casa  
2104Civil. Não teve modificação nenhuma na proposta que já havia sido discutida até então,  
2105já passou na Consultoria Jurídica do Ministério e já foi acertado com o Ministério da  
2106Fazenda e da própria Agricultura. Só passando por essa discussão interna para ele

2099tomar conhecimento e isso estaria seguindo para a Casa Civil. Não sei se temos mais  
2100alguma informação que gostaria de ser solicitada pelo requerente.

2100

2101

2102**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Vamos passar para o  
2103Conselheiro Elvison.

2103

2104

2105**ELVISON NUNES RAMOS (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)** -

2106Bom dia a todos. O Ministério da Agricultura tem interesse nessa matéria, porque, só  
2107resgatando um pouquinho do processo, isso começou de uma reunião solicitada pelo  
2108Ministério da Fazenda para discutir a questão da reserva legal. E no aprofundamento  
2109dessas discussões, nós verificamos a possibilidade de estar contribuindo para a  
2110questão da reserva legal e também contribuindo para a regulamentação desse artigo,  
2111que até então não está regulamentado, como mais uma possibilidade de estarmos  
2112fomentando a questão da preservação da reserva legal e também o aumento dessas  
2113áreas de reserva legal, possibilitando que o produtor tenha um estímulo para que isso  
2114se faça. Dessas discussões todas, foram envolvidos vários órgãos, posteriormente  
2115aprofundamos isso com o IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, a jurídica, e o pedido  
2116que eu faço, é que se retome esse assunto dentro do Ministério do Meio Ambiente e  
2117que os órgãos que participaram do processo inicial da construção dessa  
2118regulamentação do código florestal, que é o Ministério da Agricultura, Ministério da  
2119Fazenda e outros, que constam em ata de reunião, fossem convocados para que, se  
2120houvesse qualquer tipo de alteração, nós participássemos desse processo de  
2121reconstrução ou modificação de qualquer um dos artigos que foram propostos ou do  
2122assunto como um todo. Que fossem convocados esses órgãos para que nós  
2123ampliássemos, ou até mesmo batesse o martelo em cima de uma proposta final.  
2124Obrigado.

2106

2107

2108**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheiro. Dr.  
2109Fernando, complementar.

2109

2110

2111**O DR. FERNANDO PAIVA SCARDUA (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom, Elvison,  
2112já havia passado para ele a proposta, qualquer alteração que o Ministro venha sugerir  
2113na discussão que nós vamos ter essa semana, eu estaria encaminhando novamente  
2114chamando o grupo todo que participou da discussão. Dos ministérios interessados para  
2115que viéssemos a discutir e colocar esses pontos e essa discussão, ou qualquer assunto  
2116novo que tenha que ser acrescido ou suprimido da proposta inicial.

2112

2113

2114**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu queria saber  
2115se essa solicitação foi feita pelo Ministério da Fazenda. É o MMA que tem que fazer  
2116essa regulamentação ou ela já foi feita? Não, não tem nenhuma regulamentação? Esse  
2117processo aí, a pergunta é para o MMA, este processo está sendo construído, ele passa  
2118pelo CONAMA?

2115

2116

2117 **O DR. FERNANDO PAIVA SCARDUA (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom,  
2118 Iglesias, vou ficar lhe devendo essa resposta, teria que perguntar para Nilo se passaria  
2119 pelo CONAMA ou não, mas tendo a crer que toda a discussão que houve passou pelo  
2120 CONAFLOP, está certo, pelo CGFLOP, que são as duas outras instâncias na área  
2121 florestal, com a participação de vários dos membros que estão aqui presentes dos  
2122 ministérios. Agora, poderíamos verificar se teria que passar aqui no CONAMA.

2118

2119

2120 **A SR<sup>a</sup>. FANI MAMEDE (Assessora de Meio Ambiente da CONTAG)** – Eu queria fazer  
2121 só um pedido ao Ministério do Meio Ambiente, na reabertura desse diálogo, dessa  
2122 discussão, que fosse também convidada a CONTAG. Se não houver problema da  
2123 participação da sociedade civil nessas reuniões. Obrigada.

2121

2122

2123 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado, gostaria de  
2124 informar que já temos quórum. São 55 Conselheiros presentes. Eu gostaria de... O  
2125 quórum é 53. Antes de concluir esse ponto de informe, o companheiro Francisco  
2126 Iglesias pede a palavra.

2124

2125

2126 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Nós sabemos  
2127 que as áreas espaço-territoriais especialmente protegidas são extremamente  
2128 problemáticas no processo de fiscalização. Nós sabemos que tanto as APPs como as  
2129 reservas legais, elas são as primas pobres das Unidades de Conservação, mas têm  
2130 uma importância enorme por uma série de questões para a preservação da  
2131 biodiversidade, garantia de recursos hídricos e vai por aí afora. Então, eu gostaria de  
2132 lançar uma proposta para o CONAMA, que acompanhasse essas discussões através  
2133 da Câmara Técnica de Florestas e Biodiversidade. Tivesse um representante nessa  
2134 Comissão, que eu acho que a preocupação do Elvison é pertinente, a questão da  
2135 regulamentação. E é interessante que nós acompanhemos e tenhamos, como foi isso,  
2136 que eu acho importante esse informe, muito importante ter estabelecido, a Câmara  
2137 Técnica mantenha esse acompanhamento e informe o Plenários os procedimentos. E  
2138 também que depois possa nos informar na próxima reunião se isso também é uma  
2139 atribuição do CONAMA, acompanhar isso, porque a questão das APPs foi uma  
2140 atribuição do CONAMA. Então, a reserva legal, por estar vinculado ao mesmo instituto  
2141 legal que é o código florestal, obviamente, por conclusão, estou fazendo a conclusão  
2142 aleatória, deveria ser também uma responsabilidade do CONAMA. Muito obrigado.

2127

2128

2129 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado. Eu não sei se  
2130 o Dr. Marcílio, o Caron, o Presidente da Câmara Técnica... Mas é importante nós  
2131 comunicarmos o Dr. Marcílio para que entre em contato. O Dr. Fernando Scardua está  
2132 aqui, acho que seria extremamente relevante garantir essa interlocução na discussão  
2133 dessa matéria. Concluimos então esse ponto de informe. Parece-me que o 8.3 também  
2134 não estão presentes aqui os interessados, todos os interessados. Alguma questão,  
2135 Conselheiro? A nossa idéia agora é passar para a pauta de deliberação.

2130 **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Eu não sei  
2131 exatamente como encaminhar, tenho uma proposta para ser encaminhada ao GT  
2132 Clima, aqui do CONAMA, não sei em que momento eu poderia fazer isso? Não sei se

2131eu poderia fazer isso agora ou se tenho que formalizar por escrito. É só uma  
2132preocupação que eu tenho e acho que a gente poderia adotar e encaminhar isso para o  
2133GT Clima, que estudasse um modo de que as reuniões do CONAMA tivessem uma  
2134neutralidade em termos de emissão de carbono. Porque isso inclui muitas viagens de  
2135avião, o próprio funcionamento do Plenário, papéis etc. e etc. e achava que esse  
2136Conselho poderia dar um exemplo nesse sentido. Então, encaminho essa idéia para  
2137que o GT Clima estude uma possibilidade de o CONAMA fazer ações nesse sentido, e  
2138eu não sei exatamente quem é que poderia estudar isso, uma maneira de nós  
2139tentarmos eliminar o uso de copos descartáveis durante as reuniões do CONAMA, já  
2140que a gente também tem uma preocupação com resíduos sólidos.

2132

2133

2134**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Conselheiro, eu acho que  
2135é importante até como método, que qualquer Conselheiro pode apresentar essas  
2136sugestões às próprias câmaras técnicas. O que seria importante é definir claramente o  
2137objeto, porque muitas vezes chegam algumas questões nas câmaras técnicas e não  
2138tem o objeto claramente definido. Talvez fosse interessante encaminhar algum tipo de  
2139ofício à própria Secretaria do CONAMA, que repassaria à câmara técnica, deixando  
2140claro o objeto a ser desenvolvido. Isso facilita muito o trabalho, porque, às vezes, como  
2141Presidente da Câmara Técnica de Controle e Qualidade, recebendo algumas  
2142demandas onde deixam muito vago o objeto. Às vezes a Câmara Técnica tem que  
2143entender o que está se querendo ali. E isso é muito ruim porque nós acabamos não  
2144sendo efetivos e eficazes na nossa ação, o que uma clara definição do objeto com  
2145certeza facilitaria muito esse trabalho. Bom, eu gostaria de dar um bom dia às senhoras  
2146e senhores Conselheiros. Por favor Conselheira Zuleica.

2135

2136

2137**A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – A pouco combinamos o seguinte, quando  
2138houvesse quórum, os informes recomeçam. Só que se os interessados não estiverem  
2139eles não participarão dos informes. Foi esse o combinado. Não podemos trocar a pauta,  
2140porque já passou a parte da inversão de pauta. Então a minha proposta é que se volte  
2141para o processo 8.1 e em seguida vá para o processo 8.3. Proposta não. Estou  
2142seguindo o que está na pauta mesmo. É uma sugestão de que se cumpra a pauta.  
2143Havendo quórum, como disse o Chico, a sugestão dele, é que não estando presentes  
2144alguns dos interessados, o informe tem que ser dado da mesma maneira, porque aí  
2145é falta. Agora já se caracteriza como falta, até então não havia quórum.

2138

2139

2140**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Sim, mas não houve  
2141inversão de pauta na questão do informe. Nós vamos voltar agora para as moções. Mas  
2142os informes agora vão ser dados ao final. Nós vamos seguir a pauta, nós retornamos  
2143agora ao ponto onde ontem houve uma inversão de pauta, que foi votada, justamente a  
2144proposta da Bicuda Ecológica, proposta de moção sobre a Reserva de  
2145Desenvolvimento Sustentável de Maricá, e os informes 8.1 e 8.3 serão tratados depois  
2146das moções. Certo? Não é decisão da Plenária. Ontem não houve inversão de pauta  
2147nesse aspecto, nós estávamos aproveitando o início da reunião, atendendo a um  
2148pedido da própria Conselheira. Eu vou convidar ao representante da Bicuda Ecológica,  
2149vou abrir 5 minutos iniciais para o representante da Bicuda Ecológica para  
2150recontextualizar a discussão que foi concluída por falta de quórum em Fortaleza.

2141Depois abrirei 5 minutos para o Estado do Rio de Janeiro e a idéia é que a gente abra  
2142mais de duas a quatro inscrições para algum esclarecimento de 3 minutos se houver  
2143necessidade. Já houve uma extensa discussão sobre essa temática na reunião de  
2144Fortaleza e a idéia hoje, talvez recontextualizar, refrescar um pouco a memória de  
2145todos nós que estávamos naquela reunião. O Conselheiro Carlos Ozório, por favor.

2142

2143

2144**O SR. CARLOS OSÓRIO (Presidente da BICUDA)** - Vou passar a palavra para  
2145Desireé, que é moradora de Maricá e pesquisadora da UERJ.

2145

2146

2147**A SRª DESIREÉ (Pesquisadora da UERJ)** - Bom dia a todos. Sou moradora de  
2148Maricá, professora da UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bom, a nossa  
2149defesa aqui se baseia no seguinte, a Restinga de Maricá não é um patrimônio do  
2150município de Maricá. Ela é um patrimônio nacional. Por que isso? Porque ela tem uma  
2151série de elementos que vão estar exatamente qualificando essa área como uma área  
2152de importância nacional. Uma delas é a sua localização. Então, aqui é uma imagem de  
2153satélite da área, essa imagem mostra que a Restinga de Maricá fica entre a lagoa e o  
2154mar. No seu interior há uma reprodução de fauna marinha e, além disso, ela fica  
2155exatamente em uma área mais ao norte de Maricá. Está se instalando um COMPERJ e  
2156mais ao sul dessa área de restinga, está começando a exploração de petróleo. Então, é  
2157a Unidade de Conservação entre o COMPERJ e entre as plataformas do campo BS500  
2158da Petrobrás. COMPERJ é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, é o maior  
2159investimento da Petrobrás atualmente que está envolvido com o PAC, e é o maior  
2160investimento mundial no setor petroquímico atualmente. É no município de Itaboraí, que  
2161fica ao norte de Maricá. Então, essa área da Restinga de Maricá é composta por três  
2162áreas, por três propriedades, a antiga fazenda São Bento da Lagoa, que é a área maior,  
2163a ilha Cardoza e a ponta do fundão. Isso é uma imagem de satélite do Google. Essa  
2164imagem aqui é a imagem do zoneamento, é uma Unidade de Conservação do tipo APA,  
2165e seu zoneamento é aprovado pelo CECA em junho de 2008. A CECA é a Comissão  
2166Estadual de Controle Ambiental. Essa imagem é a imagem do zoneamento em vigor.  
2167Esse zoneamento em vigor, é importante estar chamando a atenção por causa do  
2168seguinte, todos devem saber que o zoneamento prevê uma Área de Preservação  
2169Permanente, que são essas áreas que estão num tom verde um pouco mais escuro. As  
2170áreas em verde mais claro são as ZCVS, Zonas de Conservação de Vida Silvestre, são  
2171áreas passíveis de uso urbano, controlado, mas urbano e as áreas em rosa são áreas  
2172também passíveis de uso urbano, só que menos restritivo do que a área verde clara. Eu  
2173chamo a atenção para o seguinte, que tem várias áreas que são, portanto, passíveis de  
2174estarem sendo ocupadas no espaço muito curto, porque existe projeto de imobiliário e  
2175turístico para a área, do grupo Madre Lisboa. Então, repare o volume, a quantidade de  
2176áreas passíveis de serem ocupadas. Outra coisa importante é que esse zoneamento é  
2177diferente daquele aprovado pelo Conselho Estadual. Por quê? Por causa do seguinte,  
2178libera duas áreas importantes, que são áreas do cordão arenoso mais interno. Seria  
2179essa área aqui, que é uma área de dunas com vegetação de restinga e essa área aqui  
2180também de dunas com vegetação de restinga, então entre um zoneamento e outro  
2181liberou duas áreas para ocupação urbana. Ou seja, eu quero mostrar o que com esse  
2182zoneamento? Que a Unidade de Conservação do tipo APA não protege o ecossistema.  
2183Não protege o patrimônio ambiental, arqueológico, porque isso é uma área com  
2184sambaquis, com vários vestígios arqueológicos aqui dentro. Essa é a área coberta por

2148uma cobertura vegetal arbórea e arbustiva. A área com cobertura herbácea e os brejos  
2149também, nessa área em que os brejos intercordões, vegetação herbácea da beira da  
2150lagoa e aqui o brejo Ponta da Coroa. Aqui uma área, tudo isso aqui são áreas de  
2151dunas, e aqui tem uma vegetação rasteira que está cobrindo essa área de dunas.  
2152Reparem vocês que a maior parte da APA é coberta com vegetação de restinga,  
2153vegetação essa legalmente protegida pela Lei da Mata Atlântica. Próxima por favor.  
2154Aqui o cordão arenoso mais externo, a área de brejo, o segundo cordão arenoso mais  
2155interno. Pelo zoneamento, essa área aqui é passível de ocupação para uso urbano. No  
2156planejamento, no projeto turístico isso aqui seria o campo de golfe. Exatamente aqui em  
2157cima, uma área com moitas, uma área com uma vegetação endêmica, com espécies  
2158ameaçadas de extinção. É esse cordão arenoso aqui. Qualquer pessoa pode provar, ir  
2159lá e ver isso. Aqui é a comunidade pesqueira de Zacarias, uma comunidade com mais  
2160de 200 anos, que pesca nessa área aqui da lagoa. Outro patrimônio. Algo  
2161importantíssimo também. É uma área que está sendo estudada pelo Museu Nacional,  
2162existe um documento do Museu Nacional indicando que existem sítios arqueológicos de  
2163sambaquis. Portanto, áreas da União, de acordo com a Constituição Federal. Por isso  
2164que é um patrimônio nacional. Ela não pertence à Maricá somente. É um patrimônio  
2165nacional. Então, sítios arqueológicos fundamentais. Ela também é um patrimônio  
2166científico. Mais de 500 trabalhos. Isso aqui é um dado desatualizado, é muito mais do  
2167que isso, é a área da restinga mais estudada. Mesmo uma restinga que fique na Bahia  
2168os trabalhos de referência são sobre a de Maricá. São trabalhos basilares. Legislação.  
2169São bens da União os o sítios arqueológicos e pré-históricos, além dos terrenos de  
2170marinha. Da União, constituem como área da União, lembrando, além dos conjuntos  
2171arqueológicos, ecológicos e também científicos, é uma área de pesquisa científica. Com  
2172recursos do Ministério do Meio Ambiente e recursos internacionais também. Por isso é  
2173um patrimônio nacional. A resolução CONAMA é completamente ferida nesse  
2174zoneamento, por quê? Porque deve se proteger os 30 metros da faixa marginal de  
2175curso de água. 100 metros em torno das lagoas, coisa que não existe nesse  
2176zoneamento atual. E na área de restinga, por essa mesma resolução, são 300 metros  
2177medidos a partir da linha de preamar. Olha só, toda essa área aqui. Então, essa área  
2178de dunas está descoberta pelo zoneamento. É uma área passível de urbanização e é  
2179uma área protegida pela resolução do CONAMA. Além disso, qualquer localização,  
2180extensão quando coberta por vegetação com função fixadora de dunas. Toda a área  
2181praticamente é uma área de dunas. Um documento do órgão ambiental do estado, da  
2182FEEMA, toda a área hachurada, inclinada, é uma área de dunas. Cordão de dunas, que  
2183áreas são essas? Essa aqui, toda essa área. As dunas são protegidas  
2184independentemente de serem ou não cobertas por vegetação. São protegidas pela  
2185resolução do CONAMA e por uma lei estadual também, chamada de Parque das  
2186Dunas, duplamente protegida. Então ela é um patrimônio sim e deve ser protegido.  
2187Como pode ser uma APA, uma Unidade de Conservação do tipo APA que prevê a  
2188ocupação? Ora, vai ocupar onde? Vai estragar o quê? As dunas? Os sítios  
2189arqueológicos? Vai retirar a vegetação de restinga? Vai destruir, vai tirar os  
2190pescadores? Vai destruir um sítio inicial da cidade? Aqui tem um sítio. Essa área é do  
2191sítio inicial, a primeira fazenda começou nesse lugar aqui. O que vai ser destruído? O  
2192que a unidade do tipo APA vai permitir destruir? Aqui a área da faixa marginal, aqui dos  
2193cursos de água e aqui os 300 metros. Onde vai fazer. Além disso, é uma área de  
2194refúgio de aves migratórias, com fauna ameaçada de extinção. Toda essa área está  
2195coberta pela Lei da Mata Atlântica. Também, além disso, tem mais outra legislação que  
2196assegura a participação popular, para qualquer tipo de mudança. A Lei da Mata



2149Atlântica pune a sua destruição, que seria o caso ali. O Código Florestal prevê a  
2150preservação também na área de restinga. O Código também protege a vegetação e os  
2151sítios arqueológicos. Existe uma lei de 1961 que prevê também a proteção dos  
2152monumentos arqueológicos e sítios pré-históricos. E tem vários em estudo pelo Museu  
2153Nacional. Então é uma área de relevância nacional. Daí a necessidade de fazer uma  
2154reclassificação da área. Por quê? Porque a Unidade de Conservação do tipo APA não  
2155garante a proteção de um patrimônio que é nacional. Temos que reclassificar essa  
2156Unidade de Conservação em um grupo de estudo para fazer a construção participativa  
2157de um mosaico de Unidade de Conservação que proteja a comunidade de pescadores,  
2158que proteja o ecossistema e que proteja também o patrimônio histórico e arqueológico.  
2159Não tem onde ocupar na restinga de Maricá. Toda ela é protegida, não pode se fazer  
2160nada enquanto não terminarem os estudos arqueológicos. Muito obrigada.

2150

2151

2152**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – (Palmas!) Eu passaria  
2153agora a palavra ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Só registrar que embora nós  
2154tivéssemos previsto 5 minutos foram 12 minutos. Também repasso ao Estado do Rio de  
2155Janeiro o mesmo tempo, por favor.

2153

2154

2155**O SR. AXEL SCHMIDT GRAEL (Presidente do IEF/RJ – Representante do Governo**  
2156**do estado do Rio de Janeiro)** - Essa discussão nós já tivemos em Fortaleza,  
2157infelizmente não foi possível que nós tomássemos a decisão lá. Na ocasião eu fiz uma  
2158apresentação mostrando, eu tenho essa apresentação aqui ainda, não vou repeti-la,  
2159porque seria ocupar muito tempo dos Conselheiros. Naquela ocasião eu expliquei todos  
2160os procedimentos que foram adotados para a criação dessa APA. Ela tem  
2161características especiais. Ela praticamente pertence a um proprietário. Existe uma  
2162propriedade que a APA foi criada justamente, em 84, quando se anunciou um  
2163empreendimento incompatível com aquela região, houve uma iniciativa de criação da  
2164APA, ou seja, em 1984. A partir de 87 houve a tentativa de aprovação de um plano de  
2165manejo para a área, de um zoneamento para a área. Então foram 20 anos de discussão  
2166para a criação desse zoneamento. O que foi criado, como a professora Desireé mostrou  
2167até ali na primeira página, já temos, como foi mostrado é o zoneamento que foi  
2168aprovado por esse decreto. A professora mostrou que houve uma diferença entre uma  
2169proposta de zoneamento, que foi aprovada no Conselho Estadual de Controle  
2170Ambiental, e depois o que veio no decreto, por que, depois dessa primeira proposta, ela  
2171foi submetida a uma audiência pública e essa portaria estabeleceu prazo inclusive para  
2172que chegassem contribuições, as contribuições vieram e foram aquelas consideradas  
2173pela comissão como pertinentes, foram adotadas. Nenhuma área protegida, nenhuma  
2174área protegida por qualquer instrumento da legislação ambiental, está prevista para  
2175ocupação, a professora se referiu a um projeto de uma empresa, nós temos notícia  
2176disso. Esse projeto não foi protocolado na FEEMA para fins de licenciamento ambiental  
2177até agora. Então, é uma intenção de um empreendedor, não tem nada a ver com o  
2178zoneamento que foi feito. Aquela foto que mostra uma área de restinga que virará  
2179campo de golfe, quer dizer, pode eventualmente ser a intenção de um empreendedor,  
2180mas não é permitido hoje pelo que está no decreto. O decreto tem um zoneamento que  
2181estabelece uma restrição enorme ao uso dessa área. A área total da APA é de 930  
2182hectares, mais ou menos, sendo que a possibilidade de uso é de apenas 9,9%. Mesmo  
2183que, havendo esse zoneamento, qualquer empreendimento, obviamente, terá que

2156passar por um licenciamento ambiental. A proposta trazida de moção, ela prevê agora a  
2157criação de um grupo de trabalho que nós propusemos, quando negociávamos com a  
2158representação ambientalista de Fortaleza e não foi aceito pela representante dos  
2159ambientalistas, e nós demos continuidade àquilo que dissemos que faríamos. Que seria  
2160a convocação de um processo de discussão que avaliasse os próximos passos para a  
2161implantação dessa APA e que nos levaria à criação do conselho gestor para a APA.  
2162Infelizmente, o Rio de Janeiro se atrasou muito na criação dos conselhos gestores para  
2163as APAs, e de dotação dessas APAs, inclusive de uma estrutura administrativa. Essa  
2164APA aqui, por exemplo, foi criada em 84. Só ano passado, no início do ano passado,  
2165teve a nomeação de um gestor, de um técnico, que trabalha hoje lá sob a coordenação  
2166do Instituto Estadual de Florestas. Essa região está sendo inclusive, ampliada toda a  
2167cobertura por Unidades de Conservação. Ali no entorno existe o Parque Estadual da  
2168Serra da Tiririca, que acabou de ser ampliado em muito a sua área de abrangência.  
2169Essa APA será protegida. Em hipótese alguma será feito qualquer empreendimento que  
2170conflite com a legislação, com a necessidade de proteção de espécies endêmicas que  
2171existem ali, isso tudo está garantido no decreto e obviamente, está garantido na  
2172legislação que foi citada pela professora. Existe um grupo, como eu falei, que vem se  
2173reunindo, o resultado do trabalho desse grupo está aqui, já tem uma outra reunião  
2174marcada para o dia 5 de julho. Esse grupo está fazendo uma discussão. As propostas  
2175que constam aqui estão sendo consideradas pelo Instituto Estadual de Florestas,  
2176inclusive o representante ambientalista, o Osório, fez parte desse procedimento aqui. A  
2177professora Desiree fez parte disso aqui. Então, se nós acatássemos a moção de  
2178criação de um Grupo de Trabalho, o que eu falo para essas pessoas que estão  
2179participando desse processo aqui? Que só vale o processo que foi instituído pelo  
2180Conselho Nacional do Meio Ambiente? O que é constituído pela autoridade estadual  
2181não tem validade para proteção de uma APA estadual? Então, eu acho que por isso  
2182nós achamos que a moção que é apresentada, ela não deve ser aprovada por esse  
2183Plenário, ela seria uma intervenção federal num processo em andamento, conduzido  
2184pelo governo do estado para uma APA estadual e, enfim, nós consideramos que é  
2185inapropriada a aprovação dessa moção.

2157

2158

2159**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Axel. Eu pediria  
2160só para projetar na tela o final da proposta de moção. Acho que é importante que todos  
2161tenham. Embora todos tenham recebido isso nos documentos do IBAMA. A idéia seria  
2162ver se tem agora mais algum esclarecimento que o Plenário gostaria de ter. Eu gostaria  
2163de abrir primeiro uma inscrição a favor e uma contra, para não se estender demais  
2164nessa discussão. Temos que ter um pouco de objetividade. Então, Carlos Ozório e  
2165depois vou abrir mais uma. Esclarecimento primeiro, por favor.

2160

2161**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Quero  
2162esclarecer que nós temos problemas também bastante graves com a área de dunas no  
2163Estado do Rio Grande do Norte. Temos feito tentativas de, junto com o Ministério  
2164Público, várias outras associações ambientalistas, no sentido de proteção. Para se ter  
2165uma idéia, ao norte de Natal, só para ver o impacto das questões do litoral, está  
2166previsto um empreendimento que vai abrigar 166 mil europeus, 166 mil europeus. Uma  
2167cidade para ser construída em torno de 8 a 10 anos. Com 8 campos de golfe. Sem levar  
2168em consideração os recursos hídricos da região, nem a questão de resíduos sólidos.  
2169Mas vamos aos esclarecimentos. A primeira questão que eu queria saber, o Axel

2162colocou que a empresa do campo de golfe não deu entrada no governo do estado. Eu  
2163queria que os ambientalistas me esclarecessem a notícia, de onde vem, que empresa  
2164seria essa, e se eles têm uma informação mais detalhada. Segundo esclarecimento. Há  
2165uma possibilidade, porque o que está se pedindo é uma RDS, não é isso? O título ficou  
2166errado? Porque me induziu, com o título, que seria. Quer dizer, o grupo de estudos é  
2167que determinaria qual que seria o tipo de Unidade de Conservação? É isso. Então, a  
2168minha pergunta é o seguinte, se esse grupo de estudo, que foi instituído pelo governo  
2169do estado, ele está levando em consideração essa mudança de classificação desse  
2170espaço territorial? A outra questão que eu gostaria de esclarecer é que, quem é que faz  
2171parte desse grupo de estudo? Um melhor esclarecimento sobre esse grupo de estudo  
2172que já existe. Se essas entidades aqui fazem parte do grupo de estudo e claramente  
2173qual seria o objetivo desse grupo de estudo que está sendo, de certa forma, do governo  
2174do estado e com o governo local. Seriam esses os esclarecimentos que eu gostaria de  
2175ter.

2163

2164

2165**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheiro  
2166Francisco Iglesias. Gostaria saber se tem mais algum esclarecimento? Porque depois  
2167eu vou fechar a rodada com a Bicuda, com o Conselheiro Carlos Osório, como o  
2168Conselheiro Axel para explicar os esclarecimentos. A idéia é justamente isso. Mas eu  
2169gostaria que os esclarecimentos somassem e não fosse exposição de motivos. Certo?  
2170Porque o momento agora é de esclarecimento. Primeiro inscrito estava Eugênio da  
2171ABEMA e depois Zuleica e depois Conselheiro Bira.

2166

2167

2168**O SR. EUGÊNIO CUNHA (Presidente da ABEMA)** – Bom dia a todos. A ABEMA nas  
2169suas últimas reuniões tem discutido e levantado uma grande preocupação com a  
2170criação de Unidades de Conservação Federal, sem anuência dos estados. Vale  
2171salientar que nós consideramos que a questão de criação de Unidade de Conservação  
2172e a implantação de fato que não tem ocorrido tanto nas federais e também às vezes  
2173nas estaduais. É uma prioridade da política ambiental que a ABEMA dá o maior apoio.  
2174Agora, vê com muita preocupação essa interferência que fere frontalmente ao que  
2175se quer se construiu. Que é o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente.  
2176Em Fortaleza, inicialmente deve ser esclarecido aqui aos membros desse Plenário que  
2177a proposta não era um Grupo de Trabalho. Era uma criação de uma reserva de  
2178desenvolvimento sustentável em cima de uma área de uma APA estadual. A própria  
2179ABEMA negociou de tentar discutir com a organização não-governamental, a Bicuda,  
2180de participar, mas estava aberta para a criação de um Grupo de Trabalho. Não foi  
2181aceito por essa organização. Depois, por que achava: “Vamos colocar em votação”.  
2182Quando foi colocar em votação, quando viu, pediu, o representante da ONG pediu uma  
2183contagem de quórum e houve um esvaziamento intencional do Plenário. O que é  
2184lamentável e o que ABEMA protestou naquele momento. Dentro dessa situação - eu  
2185acho que é saudável isso - mas é que cada vez mais aqui, a posição da ABEMA é no  
2186fortalecimento desse sistema. Na valorização e na qualificação desse espaço que foi  
2187conquistado com muita dificuldade e que acho que é o espaço maior da política  
2188ambiental brasileira. A ABEMA faz um apelo para que nós voltemos, para discutir  
2189questões de política ambiental. Questões basilares, que nós estamos precisando para  
2190garantirmos o desenvolvimento sustentável nesse País. Gostaria também de  
2191complementar o que o Francisco Iglesias colocou, em relação ao Rio Grande do Norte.

2169 Existe muitas falácias sobre as questões. No Rio Grande do Norte existem no órgão  
2170 ambiental 9 pedidos para empreendimentos, são empreendimentos grandes. Os que  
2171 obtiveram, obtiveram só licença previa, que como vocês sabem, não garante nem um a  
2172 nível de construção e para vocês terem uma idéia, esses empreendimentos ocupam em  
2173 área apenas 1,27% da área costeira do nosso Estado. Então, acho que teria mais  
2174 esclarecimento sobre esse Grupo de Trabalho, nosso companheiro aqui do Rio de  
2175 Janeiro, Axel Grael.

2170

2171

2172 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - A minha pergunta, Dr. Axel, é quando ele falou  
2173 sobre a consulta pública que foi feita e a consulta pública recebeu uma série de  
2174 contribuições e o senhor disse que só as pertinentes foram acatadas. Eu gostaria de  
2175 saber quais foram as pertinentes e quais foram as não pertinentes.

2173

2174

2175 **A SR<sup>a</sup>. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (Assessora Jurídica da AMDA)** - A minha  
2176 pergunta também é tanto para o Conselheiro Axel quanto para os representantes de  
2177 Maricá. A respeito do zoneamento da APA, foi informado que em apenas 9% da área é  
2178 permitido algum tipo de uso. Eu queria saber quais são as características dessa área de  
2179 9%, se existem restingas, se existem dunas e se existe algum tipo de ecossistema  
2180 associado ao bioma Mata Atlântica. Não só para o Axel, também para os  
2181 ambientalistas.

2176

2177

2178 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheira  
2179 Cristina. Por favor, Conselheiro.

2179

2180

2181 **O SR. UBIRACY ARAÚJO (Membro Honorário)** - Bem, com a exposição da  
2182 professora Desireé e posteriormente o esclarecimento do Dr. Axel, eu só queria lembrar  
2183 alguns aspectos. Primeiro que assim como no Sistema Nacional de Meio Ambiente, o  
2184 órgão consultivo e deliberativo é o CONAMA, o SNUC também é um Sistema Nacional  
2185 de Unidades de Conservação, e o órgão superior também é o CONAMA. Entre as  
2186 competências do CONAMA com relação ao SNUC, está a de reclassificação de áreas.  
2187 Não veria essa proposta de moção, propondo a criação de um Grupo de Trabalho,  
2188 como nenhuma invasão às competências do estado que já criou também um Grupo de  
2189 Trabalho. Pelas características da área que a professora Desireé mostrou tão bem, nós  
2190 vemos que está totalmente equivocada a classificação daquela área como uma APA.  
2191 Porque o conceito de APA, na lei do SNUC, não é muito de proteção e preservação. O  
2192 conceito principal de APA é para ordenar, para disciplinar o processo de ordenamento  
2193 urbano. Então, é para disciplinar um processo de ocupação urbana. Nós entendemos  
2194 que realmente, pelas características da área, que tem proteção constitucional do  
2195 Código Florestal, da Resolução CONAMA 303 e citaria mais as Resoluções CONAMA  
2196 341 e 369, a Lei do Patrimônio Arqueológico. Ela deveria sim ser uma Unidade de  
2197 Conservação da categoria de proteção integral. Então vejo da maior relevância, a  
2198 criação desse Grupo de Estudo, lembrando que numa visão rápida do que foi exposto,  
2199 principalmente com os mapas, nós vemos que ela não pode ser uma área de uso  
2200 sustentável e sim de proteção integral. Obrigado.

2182

2183

2184 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado. Por favor, o  
2185 Conselheiro do Ministério da Saúde.

2185

2186

2187 **O SR. FERNANDO FERREIRA CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – É uma questão  
2188 de esclarecimento. Eu queria primeiro ponderar e realmente dizer que finalmente agora  
2189 me sinto esclarecido, em função da apresentação da professora, que realmente eu  
2190 achava que faltavam elementos, e ela de forma muito brilhante, muito própria, qualificou  
2191 bem o tema e queria fazer uma pergunta de esclarecimento para o Dr. Axel, que é em  
2192 relação ao vídeo que nos foi apresentado em Fortaleza, onde mostra que, parece que  
2193 já foi comprada, não sei, essa área por esse empreendedor, parece que é da ordem de  
2194 8 bilhões que está em jogo aqui nesta discussão do investimento, e o que nos foi  
2195 mostrado naquele vídeo é que está todo cercado inclusive, com guaritas, com  
2196 seguranças armados que estão inviabilizando o acesso das comunidades de  
2197 pescadores ao mar, para fazer uso do mar para sua sobrevivência, etc. Queria que  
2198 fosse esclarecida essa informação que a gente visualizou realmente. As guaritas, a  
2199 área cercada. Acho que é até proibido cercar esse tipo de área, mas me causou  
2200 preocupação. Como não foi citado isso eu queria um esclarecimento.

2188

2189

2190 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Por favor, próximo  
2191 Conselheiro. Não está inscrito? Ministério da Justiça é o último inscrito, por favor.

2191

2192

2193 **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** – Só um  
2194 esclarecimento, porque duas vezes aqui foi falado em intervenção federal com a  
2195 eventual criação desse Grupo de Trabalho. Só lembrar que o CONAMA não é federal, o  
2196 CONAMA é nacional. Uma criação de um Grupo de Trabalho no CONAMA, que é um  
2197 grupo de estudo, não tem nenhuma característica de intervenção federal,  
2198 especialmente porque nunca foi mencionada a idéia de você fazer a criação de uma  
2199 área de preservação federal. É um grupo de estudo para uma eventual reclassificação  
2200 da área. É só esse esclarecimento que eu queria fazer.

2194

2195

2196 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom, acho que agora  
2197 passo inicialmente para o Conselheiro Axel, depois para o Conselheiro Carlos Ozório e  
2198 vou encaminhar a votação. Os esclarecimentos.

2197

2198

2199 **O SR. AXEL SCHMIDT GRAEL (Presidente do IEF/RJ – Representante do Governo  
2200 do estado do Rio de Janeiro)** - Eu estava questionando por que, quer dizer, eu queria  
2201 falar por último, porque em Fortaleza aconteceu isso e ao final foram colocadas  
2202 questões que não eram verdadeiras e a reunião foi encerrada. Eu acho que o  
2203 proponente deve fazer sua colocação e eu respondo ao final com relação a todos esses  
2204 questionamentos.

2200

2201

2202 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – A gente garante que se  
2203 tiver algum tipo de necessidade de algum esclarecimento, desculpe o encaminhamento,  
2204 Dr. Carlos Ozório, por favor, desculpe o encaminhamento da mesa.

2203

2204

2205 **O SR. CARLOS OSÓRIO (BICUDA)** – Eu vou passar a palavra para o André, também  
2206 é morador e foi criado em Maricá. E gostaria de solicitar que o mapa do  
2207 empreendimento, que já está sendo amplamente divulgado no exterior, com uma  
2208 reunião nacional de geógrafos, que faz referência a esse empreendimento. Que  
2209 inclusive está disponibilizado no Youtube para qualquer pessoa ver. Gostaria que fosse  
2210 disponibilizado o empreendimento...

2206

2207

2208 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Só um pouco, uma  
2209 questão de ordem. É esclarecimento ainda? 3 minutos. Esclarecimentos por favor.

2209

2210

2211 **O SR. ANDRÉ (Morador de Maricá)** - Bom dia a todos. É importante refutar algumas  
2212 coisas que foram ditas aqui. Em primeiro lugar, quando se fala que houve audiência  
2213 pública, isso não corresponde à realidade. Na própria reunião que se dizia que era  
2214 audiência pública, o representante da CECA, isso está gravado, disse que aquilo não  
2215 era uma audiência pública e a comunidade não está sendo de fato envolvida. Eu quero  
2216 ver muito a resposta do outro lado, sobre a pergunta feita aqui, sobre o que de fato foi  
2217 considerado pertinente e o que não foi considerado pertinente. Estou muito curioso para  
2218 escutar essa resposta. Essa área, como foi muito bem demonstrada pela Desireé e por  
2219 vários estudos feitos por universidades, é uma área que tem uma série de patrimônios  
2220 nacionais previstos em lei, previsto na Constituição, em resoluções e uma série de  
2221 coisas. Patrimônio cultural, como é o caso da comunidade de pescadores. Patrimônio  
2222 histórico, sítio de fundação da cidade, vários patrimônios arqueológicos. Patrimônio  
2223 ecológico e científico. São patrimônios nacionais que estão em jogo e que não estão  
2224 protegidos pelo plano de manejo. Mas o que é muito curioso também, para que nós  
2225 discutamos, é porque, em determinado momento, esse processo que dura 20 anos, se  
2226 acelerou abruptamente e porque foi feita mudanças qualitativas no decreto da APA que  
2227 vinha há 20 anos. Por exemplo, no decreto que o governo fez agora modificando, ele  
2228 propôs, antes havia uma proibição de loteamento para edificação urbana. E agora, de  
2229 repente, vem um decreto permitindo esse loteamento para edificação urbana na área  
2230 da APA, e coincidentemente ou não, há um projeto, foi feita uma pergunta, sobre que  
2231 grupos estariam por trás do projeto que está sendo discutido. Pois bem, há um grupo,  
2232 uma empresa chamada IDB Brasil, que pertence a um grupo chamado Madri Lisboa.  
2233 Esse grupo, por sua vez, é controlado por um grupo espanhol empresarial chamado  
2234 Grupo Dico. Eu convido a todos os Conselheiros e demais presentes, a visitarem a  
2235 página na internet do Grupo Dico e vocês vão ver que na exposição de Madri, de junho  
2236 de 2007, a grande vedete da exposição mobiliária de Madri era uma maquete de mais  
2237 de 70 metros quadrados sobre esse *resort* que está sendo proposto ser construído na  
2238 área de Maricá. E mais, há inclusive vídeos com shows de mulatas em torno da  
2239 maquete proposta pelo Grupo Dico, que se não me engano é em torno de 4 bilhões de  
2240 dólares o custo do empreendimento. Será uma coincidência que justamente nesse  
2241 momento se mude o decreto da APA dizendo que é permitida a construção de  
2242 edificação e loteamento urbano naquela APA? É muito curioso, nós sabemos disso.

2212Então, peço para que todos tenham muito cuidado porque há interesses grandes em  
2213jogo e é muito importante para preservar todo o patrimônio, exposto pela Desireé, e que  
2214cobre toda a APA, é muito importante que se vá com calma, que se tenha  
2215responsabilidade de aprovar-se um grupo de estudo que possa dizer se é possível  
2216construir alguma coisa, e onde e de que forma é possível. E não um processo a toque  
2217de caixa, aonde há, inclusive, os vereadores de Maricá viajaram para Madri para  
2218conhecer o empreendimento. Existem notícias. Não sei se é verdade, mas tem várias  
2219notícias que dizem que foi a soldo dos empresários. Isso é preciso ser confirmado. Isso  
2220também demonstra interesse econômico em toda a região. E mais, sendo afirmado pela  
2221professora Desireé, os 9% também tem vegetação de restinga e dunas. Toda a toda a  
2222APA é protegida por decretos, leis, resoluções, Constituição Federal e etc.. Então eu  
2223chamo a responsabilidade a todos os Conselheiros presentes. Que não permitam que  
2224crimes ambientais sejam cometidos, que desrespeite a legislação sendo cometidos,  
2225com a anuência dos Conselheiros do CONAMA e proponho que tenham a  
2226responsabilidade de aprovar um grupo de estudo, que todas as universidades do Rio de  
2227Janeiro estão envolvidas nessa discussão. Que aprove o grupo de estudo para que  
2228possa se definir uma coisa que depois não tem mais volta. São milhares e milhares de  
2229anos de acumulação de sedimentos, são milhares de anos de construção da Vegetação  
2230de Restinga. São milhares de anos de vestígios arqueológicos que estão ameaçados  
2231por todo esse processo. Era isso que eu tinha a dizer. Só mais uma coisa. O  
2232diagnóstico proposto pela FEEMA, é nada mais nada menos do que um corte e cola  
2233resumido do plano diretor de 1995. Inclusive com as mesmas informações, está  
2234completamente desatualizado.

2213

2214

2215**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu queria pedir calma.  
2216Considerarei isso um desrespeito à mesa, certo, a maneira que foi feita... Nós estamos  
2217tentando coordenar essa reunião. Foi feito o pedido de esclarecimentos. Todos fizeram  
2218aqui uma série de demandas e pedi, por favor, para que se ativessem aos  
2219esclarecimentos. Não foi essa a postura. Por três ou quatro vezes, solicitei, como  
2220presidente dessa sessão, que se ativesse ao tema e ao tempo, e acho que isso foi um  
2221desrespeito à mesa. Considero isso uma falta de democracia nesse momento. A mesa  
2222está tentando viabilizar uma discussão de nível da história desse Conselho e não  
2223questões de realmente impetuosidade em Plenário. Eu gostaria que nós tentássemos  
2224não contaminar uma discussão tão importante como essa com essas questões. Por  
2225favor, porque eu vou encaminhar de acordo com o que estava previsto. Agora fala o Rio  
2226de Janeiro, nós vamos entrar em Regimento de votação. Tem uma questão de ordem,  
2227por favor. A mesa está tentando fazer isso. Nós temos utilizado a seguinte metodologia,  
2228o tempo do contra é o mesmo do a favor. Dr. Axel tem 6 minutos.

2216

2217

2218**O SR. AXEL SCHMIDT GRAEL (Representante do Governo do estado do Rio de**  
2219**Janeiro)** - Eu queria começar com a imagem do suposto empreendimento, que eu  
2220gostaria que fosse colocado novamente. Vocês verão, pela imagem, que esse pretendo  
2221empreendimento, que não está em discussão, porque não está sequer sendo objeto de  
2222licenciamento ambiental, ele é totalmente incompatível com o decreto, ou seja, esse  
2223empreendimento jamais será implantado na região da APA de Maricá, porque ele é  
2224incompatível com o decreto vigente. Eu queria afastar isso da discussão, e também  
2225quando foi colocado que não houve audiência pública, porque houve sim uma audiência

2219pública convocada oficialmente pela CECA, divulgada na cidade, mas foi uma audiência  
2220pública para a aprovação do zoneamento do plano de manejo da APA. O que as  
2221pessoas tentaram confundir e tentaram provocar aquilo como se fosse uma audiência  
2222pública do licenciamento do empreendimento. Que sequer está protocolado, sequer  
2223está em análise. Não houve, houve sim, uma audiência pública, convocada,  
2224oficialmente publicada no Diário Oficial e publicada amplamente pela imprensa local,  
2225lotou-se um espaço na cidade de Maricá, houve um debate em torno do zoneamento da  
2226APA. Eu queria deixar claro também que o Conselho gestor da APA será instituído  
2227agora. É o próximo passo, após a discussão que se travou pelo grupo que se reuniu em  
2228Maricá, então, já houve, esse mesmo grupo recomendou uma lista de instituições que  
2229deveriam fazer parte do Conselho gestor e nós nomearemos esse Conselho Gestor no  
2230prazo de 30 dias. Foi perguntado também com relação à questão do que seriam as  
2231questões pertinentes. O Conselho Gestor, uma vez nomeado, tem a representação de  
2232diversos segmentos da sociedade, apresenta ao órgão gestor que tem a  
2233responsabilidade de administrar a área, apresenta as suas proposições e que são  
2234acatadas. Obviamente aquelas que têm embasamento legal e que sejam pertinentes.  
2235Agora, isso será amplamente debatido, como está sendo debatido. Trinta e uma  
2236instituições já estão participando do debate. Nada impede que a gente tenha outros  
2237fóruns e amplie essa discussão. Mas nós estamos fazendo isso da forma mais  
2238abrangente, mais transparente possível. Também foi perguntado sobre as  
2239características das áreas consideradas de zona de ocupação controlada. Essas são as  
2240áreas, quer dizer, nós estamos tratando de um zoneamento, não estamos tratando de  
2241licenciamento de empreendimentos. No zoneamento essas áreas foram vistas como, na  
2242escala que se trabalhou, como possíveis de ocupação. Para cada uma dessas ZOCs,  
2243zonas de ocupação controlada, existe uma taxa de ocupação prevista. Obviamente, na  
2244hora que algum empreendimento for protocolado e for analisado, se ele significará o  
2245conflito com uma área arqueológica, com um sítio arqueológico, com espécies  
2246ameaçadas, que não estão nessas áreas de ocupação, obviamente esse  
2247empreendimento não será licenciado. O licenciamento não pode ser feito de forma em  
2248conflito com a legislação. Não será. Então, existem, se eventualmente existir pequenos  
2249fragmentos de vegetação que são considerados, pela lei, como de preservação, essa  
2250vegetação não poderá ser suprimida, isso é óbvio. Mesmo que o órgão ambiental  
2251quisesse, isso não seria possível, porque a lei não permite. Com relação ao que foi  
2252colocado também do vídeo, o vídeo mostrou, um portão, cerca, tudo isso, área privada.  
2253100% da APA é privado. É uma área que pertence a um dono. Que pode até estar  
2254sonhando com um empreendimento desses, mas que não está em análise e esse  
2255empreendimento é incompatível, como eu já falei. Também foi levantada a questão da  
2256comunidade do Zacarias, uma comunidade tradicional. O decreto garante a  
2257permanência. Já foi feito um cadastramento, foram ouvidas 138 pessoas que residem  
2258ali. O Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro está providenciando a  
2259regularização fundiária em favor desses pescadores artesanais. Então, está sendo  
2260garantida a permanência dos pescadores artesanais no local. Enfim, são esses os  
2261pontos que eu fui questionado e estou aqui respondendo.

2220

2221

2222**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom, acho que feitos os  
2223esclarecimentos, a mesa entende... Se os esclarecimentos foram feitos, acho que  
2224encaminharemos agora, a não ser que haja uma proposta de acordo entre o Rio de  
2225Janeiro e Bicuda, me parece que não é o caso. Como não há nenhuma



2223compatibilização entre a proposta, o entendimento do Rio de Janeiro e o entendimento  
2224da Bicuda, não temos como ir para outro caminho, senão encaminhar à votação. Nós  
2225temos um pedido de votação nominal, eu gostaria que colocasse já na tela o sistema.  
2226Depois que eu começar o regime de votação não vou mais interromper. Existe alguma  
2227possibilidade? Axel tem alguma discussão?

2224

2225

2226**O SR. CARLOS OSÓRIO (BICUDA)** - Vou me colocar à disposição de um acordo e  
2227quero aqui deixar bem claro, que o governo do Estado do Rio de Janeiro, representado  
2228pela pessoa do Axel Grael não quer acordo, porém, desde lá de Fortaleza... Já que  
2229você perguntou sobre acordo eu gostaria de falar. Em Fortaleza ele não quis acordo.  
2230Ficamos 3 horas discutindo e ele não aceitou acordo. Por isso nós estamos voltando  
2231para o mesmo acordo.

2227

2228

2229**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Acordo é entre duas  
2230partes... Agora a reunião está sendo conduzida aqui pela Mesa, nós vamos entrar em  
2231regime de votação. Por favor, Votação nominal, conforme o requerimento de ontem  
2232aprovado na Mesa. Nós vamos encaminhar agora à Votação. Tem uma proposta que o  
2233MMA está querendo apresentar. Não existe aqui a ciência, o Governo do Rio de Janeiro  
2234não concorda. Então, nós vamos entrar em votação. Por favor. Em regime de Votação  
2235nominal, como foi pedido. Vamos começar então. ABES presente? A favor ou contra?  
2236Contra a moção, a favor da moção e contra a moção, como fizemos na outra votação. A  
2237favor? A moção está clara, por favor, deixa a mesa encaminhar. A favor da moção  
2238significa que é a favor do grupo de estudos, contra a moção, contra o grupo de estudos.  
2239ABES: contra; Associação Civil Indicada pelo Presidente da República, Associação de  
2240Defesa do Meio Ambiente, ADEMA, São Paulo: abstenção; Planeta Verde: favorável;  
2241Centrais Sindicais e Confederações de Trabalhadores da Área Urbana: favorável;  
2242Comunidade Científica: ausente; Comunidade Indígena: favorável; Confederação  
2243Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG: favorável; Conselho Nacional de  
2244Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares: favorável;  
2245Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste, ICV: ausente; Entidades  
2246Ambientistas da Região Centro-Oeste, OCA Brasil: favorável; Entidades  
2247Ambientistas da Região Nordeste, GERC: favorável; Entidades Ambientistas da  
2248Região Nordeste, IMARH: favorável; Entidades Ambientistas da Região Norte,  
2249Kanindé: favorável; Entidades Ambientistas da Região Norte, Novos Curupiras:  
2250favorável; Entidades Ambientistas da Região Sudeste, AMDA: favorável; Entidades  
2251Ambientistas da Região Sudeste, Bicuda: favorável com declaração de voto;  
2252Entidades Ambientistas da Região Sul, APROMAC: favorável, Entidades  
2253Ambientistas da Região Sul, CAETÉ: favorável; Entidades Ambientistas de Âmbito  
2254Nacional, VIDAGUA: favorável; Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza,  
2255FBCN: favorável; Populações Tradicionais: favorável; Entidades Empresariais, CNA:  
2256contra. CNI, Grace é a suplente, Maurício Otávio Mendonça, Grace Dalla Pria ou  
2257Wanderley Baptista: ausente; CNI, Maria Cristina Yuan, Alexandre Valadares ou Marco  
2258Antônio Caminha: ausente; CNI, Patrícia Boson: abstenção com declaração de voto;  
2259Confederação Nacional do Comércio, Ernane Galvêas, Antônio ou Nivaldo, desculpe  
2260Evandro, está ausente o primeiro, e o segundo da CNC é o Evandro que está aqui  
2261presente: abstenção; CNT: contrário; Setor Florestal: ausente; Governos Estaduais,  
2262desculpe, ANAMA Nacional, Clarismino ou Mauro Buarque: contrário; CNM: abstenção

2230com declaração de voto; Frente Nacional de Prefeitos: ausente; Governos Municipais  
2231da Região Centro-Oeste, Ricardo Eboli, Lafaiete Campos ou Rodrigo Costa: ausentes;  
2232Região Nordeste: Ausente, Região Nordeste? Antônio Fernando, Mário Stella ou  
2233Antônio Augusto: ausente; ANAMA Região Norte, Sylvia Christina, José Luiz ou Luciana  
2234Montenegro: a favor; ANAMA Região Sudeste: contrário com declaração de voto;  
2235ANAMMA Região Sul, Thiago, José Andreguetto ou Jorge Muller: contra; Governos  
2236Estaduais, Distrito Federal: ausente; Acre, ausente; Alagoas: contra; Amapá: contra;  
2237Amazonas: contra; Bahia: ausente; Ceará: ausente. Espírito Santo: contra; Goiás:  
2238contra; Maranhão: ausente; Mato Grosso: contra; Mato Grosso do Sul: ausente; Minas  
2239Gerais: contra com declaração de voto; Pará: contra; Paraíba: contra; Paraná: contra;  
2240Pernambuco: ausente; Piauí: contra; Rio de Janeiro: contra; Rio Grande do Norte:  
2241contra; Rio Grande do Sul: contra; Rondônia: contra; Roraima: ausente; Santa Catarina:  
2242contra; São Paulo: contra; Sergipe: ausente; Tocantins: contra; Governo Federal,  
2243Agência Nacional de Águas: abstenção; Casa Civil: abstenção com declaração de voto;  
2244Comando da Aeronáutica: contra; Comando da Marinha: contra; Comanda do Exército:  
2245contra; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República: contra;  
2246IBAMA: Ausente; MAPA: contra; Cidades: ausente; Ciência e Tecnologia: contra;  
2247Comunicações: a favor; Cultura: ausente; Defesa: contra; Desenvolvimento Agrário: a  
2248favor; Desenvolvimento Social e Combate à Fome: ausente; Desenvolvimento, Indústria  
2249e Comércio: abstenção; Educação: favorável; Esporte: ausente; Fazenda: ausente;  
2250Integração Nacional: ausente; Justiça: favorável; Meio Ambiente: abstenção; Minas e  
2251Energia: abstenção; Planejamento: abstenção; Previdência Social: ausente; Relações  
2252Exteriores: ausente; Saúde: favorável; Trabalho e Emprego: ausente; Transportes:  
2253abstenção; Turismo: ausente; Secretaria de Comunicação Social da Presidência da  
2254República: abstenção; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da  
2255República: ausente; Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da  
2256República: contra; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da  
2257Presidência da República: ausente; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
2258da Presidência da República: ausente; Secretaria Especial dos Direitos Humanos: a  
2259favor; Secretaria Geral da Presidência da República: a favor; Membro Honorário: a  
2260favor; Resultado. Tem quórum, 26 a favor da moção e 32 contrários à moção, a moção  
2261está rejeitada. Declarações de voto, por favor.

2231

2232

2233**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Primeiro do Dr. Paulo  
2234Nogueira Neto.

2234

2235

2236**O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA/SP)**– Declaração de voto, de que  
2237abstenção. Porque eu acho que não estão esgotadas, ainda, as possibilidades de um  
2238acordo.

2237

2238

2239**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Francisco Iglesias,  
2240próxima declaração de voto.

2240

2241

2242**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – O nosso fórum é  
2243um fórum político. Talvez nós devêssemos ter pedido uma questão de ordem, uns 10,

2243 15 minutos para tentar o pessoal negociar e tentar uma solução, mas é isso mesmo,  
2244 nós votamos. A minha declaração, primeiro é o seguinte: reforçando a questão  
2245 colocada pelo nosso Conselheiro Honorário, o CONAMA é o órgão superior do SNUC  
2246 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Cabe a ele esse tipo de decisão, e  
2247 quero reforçar a questão de um grupo de estudos, vamos dizer, dá essa tensão tão  
2248 grande no Plenário e não vejo como intervenção federal, mas como um elemento de  
2249 proteção, de fortificar e proteger o nosso litoral que anda extremamente agredido.

2244

2245

2246 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – O próximo é o  
2247 Conselheiro Bicudo. O Dr. Calos Osório está presente? Por favor.

2247

2248

2249 **O SR. CARLOS OSÓRIO (Bicuda Ecológica)** - Eu agradeço o doutor, mas ainda não  
2250 cheguei nessa classificação. Eu gostaria de deixar claro que aqui nós estamos no  
2251 CONAMA, infelizmente nós acabamos de ter a legitimação de que nós realmente  
2252 representamos, a degradação ambiental nacional, infelizmente é isso. Eu gostaria  
2253 também de anexar a minha declaração de voto, que infelizmente nós estamos vendo  
2254 uma prática muito antidemocrática no Estado brasileiro, que é o rolo compressor, o por  
2255 que eu chamo de rolo compressor? Porque eu pego aqui a moção que vocês têm em  
2256 mãos, eu gostaria que todos conferissem e vissem que nós temos aqui o governo do  
2257 Piauí que assinou essa moção e agora vota contra, o governo de Roraima que assinou  
2258 essa moção, ontem estava presente e hoje está ausente. ANAMMA Nacional, que foi a  
2259 favor da moção, temos aqui a assinatura dela, infelizmente votou contra uma moção em  
2260 que cria um grupo de estudo para se analisar a preservação do meio ambiente, em que,  
2261 aí você me diz que a intervenção federal em uma área regional.

2250

2251

2252 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Por favor. Declaração de  
2253 votos, nós temos umas dez inscrições aqui, se todos forem fazer uma defesa de tal  
2254 extensão, nós temos que pular para o próximo.

2253

2254

2255 **O SR. CARLOS OSÓRIO (BICUDA)** - Então nós podemos chegar a um acordo ou  
2256 então, caso contrário, me mostre no regimento interno onde está previsto que deve ser  
2257 feito uma declaração de voto em determinado tempo, caso contrário eu posso fazer  
2258 isso, nós vamos ter que fazer um acordo.

2256

2257

2258 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – A mesa está tentando  
2259 garantir um a dois minutos, por declaração de voto, para não os piores x sejam, é uma  
2260 questão de organização da reunião.

2259

2260

2261 **O SR. CARLOS OSÓRIO (BICUDA)** - Então nós temos que chegar a um acordo para  
2262 que não, os posteriores sejam cerceados do direito de expressão.

2262

2263

2264 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Ninguém vai ser  
2265cerceado, é uma questão de organização da reunião. Por favor.

2265

2266

2267 **O SR. CARLOS OSÓRIO (BICUDA)** - Então voltando. Deixar claro que a ANAMMA  
2268Nacional votou numa moção, em que nós criaríamos um grupo de estudo para se  
2269avaliar uma situação nacional, não é regional. Porque mostramos aqui, através da  
2270apresentação da professora Desireé, que ali existem vários fatores que têm  
2271interferência nacional, diretamente nós nem deveríamos estar discutindo isso aqui,  
2272porque ali já é uma área que deveria, deveria não, já está sob jurisdição da União,  
2273porque lá têm sítios arqueológicos, em que o IPHAN já abriu estudos sobre isso, isso  
2274não é invenção. Se vocês forem ao IPHAN, vão ver que existe uma linha de estudos  
2275para isso, portanto já é uma área federal, não é uma interferência federal numa área  
2276municipal ou estadual. E também deixar claro que infelizmente ABES, que representa a  
2277sociedade civil, eu gostaria de deixar claro aqui a postura dele antidemocrática, anti-  
2278sociedade civil, de votar contra a moção. E também o governo de Tocantins, que  
2279infelizmente votou acabrestado com a ABEMA. Eu lamento muito isso que nós estamos  
2280presenciando aqui. Muito Obrigado. (Palmas!)

2268

2269

2270 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – CNI, Dr. Patrícia. Dr.  
2271Patrícia, Dr. Clarismino e Dr. Diane.

2271

2272

2273 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNI)** - Patrícia Boson, CNI.  
2274Convidada a fazer parte do grupo que está revendo o Regimento Interno do CONAMA.  
2275O nosso esforço tem sido de que o CONAMA seja efetivamente o Conselho Nacional.  
2276Me espanta e me admira muito como Conselheira, o fato de o Brasil estar vivendo um  
2277grande problema ambiental, que é a questão do desmatamento da Amazônia, e esse  
2278Conselho não ter um Conselho para o Presidente da República, um Conselho para o  
2279Ministro de Meio Ambiente, a dar em relação a esse tema, porque tem outros temas,  
2280talvez mais importantes. Então, em respeito ao pacto federativo, eu gostaria que esse  
2281Conselho não se transformasse numa Câmara recursal de decisões dos estados. Nós  
2282não vamos chegar a lugar nenhum nesse processo, não fortalecemos o SISNAMA e  
2283não vamos fortalecer a questão do meio ambiente no Brasil. Obrigada.

2274

2275

2276 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado. Dr. Clarismino,  
2277depois Dr. Diane.

2277

2278

2279 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (Presidente da ANAMMA)** - A minha  
2280declaração de voto vem em função, porque eu realmente subscrevi a questão levado  
2281aqui pelo Representante da BICUDA, e subscrevi na tentativa ou na informação de  
2282criação de uma Unidade de Conservação no litoral brasileiro. Mas eu, como federalista  
2283que sou, e avaliando as questões que o Estado do Rio, não existe a omissão do Estado  
2284do Rio em relação a essa área, eu reflui da minha posição, e que acho que é  
2285interessante e democrático. Acho que crime é persistir o erro, ou informado, orientado,  
2286que o Estado do Rio, que se nós, eu já falei isso aqui várias vezes nesse Conselho, se

2280 nós juntarmos os órgãos federais, os órgãos estaduais e os órgãos municipais de meio  
2281 ambiente, nós teremos o roto com esfarrapado e o produto será um maltrapilho. Nós  
2282 não podemos nos dar ao luxo de dispersarmos, ou despendermos energia, se o estado  
2283 não está omissos e está tomando providência, foi essa a posição da ANAMMA Nacional  
2284 em refluir, de ter subscrito, ou subscrevido essa moção. Era essa a minha declaração  
2285 Sr. Presidente, senhoras e senhores Conselheiros.

2281

2282

2283 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Conselheira Diane e  
2284 depois Conselheiro José Cláudio.

2284

2285

2286 **A SR<sup>a</sup>. DIANE** – A minha declaração de voto pela abstenção é exatamente em cima da  
2287 questão do pacto federativo, se há uma posição de Estado, posição de município, acho  
2288 que é necessário que a gente trabalhe na construção de um acordo. Um acordo do que  
2289 é possível, porque nem sempre as Unidades de Conservação, muitas vezes elas são  
2290 super importantes, mas nós temos às vezes que trabalhar no que é possível. Eu acho  
2291 que é necessário que se trabalhe por um acordo. Acho que a moção não seria a  
2292 construção desse acordo, uma vez que há posições de contraditórias muito fortes de  
2293 parte a parte. Acho que a construção de um acordo deve ser a nossa pauta de trabalho.

2287

2288

2289 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Conselheiro José  
2290 Cláudio, eu pulei a Conselheira Flávia. Mas por favor, o Conselheiro está aqui,  
2291 Conselheira Flávia da ANAMA.

2290 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** - Bom dia.  
2291 Meu pedido de declaração de voto é para dizer que eu acho o conteúdo da moção  
2292 proposta extremamente importante. Eu penso, e acredito que a maioria de nós, que é  
2293 muito importante à preocupação e a responsabilidade para a preservação da área  
2294 objeto da moção, da preocupação com o potencial de ocupação dessa área, até porque  
2295 existem indicativos, mas a Patrícia falou aqui, nós não podemos perder de vista o pacto  
2296 federativo. Ora, eu acho que o acordo tem que ser feito, tudo tem que ser discutido,  
2297 mas o encaminhamento está errado, esse não é o Fórum, nós não podemos  
2298 transformar esse Fórum nisso. Eu não posso, inclusive como representante de Estado,  
2299 desacreditar, a priori o meu colega. Então, o Fórum para discutir isso, é o Rio de  
2300 Janeiro, eu acho que isso não é só nesse caso, acho que temos que repensar isso. Os  
2301 estados são os fóruns para decidir as questões, se os estados forem omissos ou  
2302 decidirem contra a lei, para isso há supletividade. Deve argüida a supletividade em nível  
2303 federal, o que não ocorreu. Eu lamento que o encaminhamento tenha sido equivocado  
2304 e espero que isso seja reencaminhado lá para o Estado do Rio de Janeiro, que eu  
2305 tenho certeza que a administração estadual vai colocar essa questão. Eu quero dirigir  
2306 uma palavra final ao meu amigo Carlos Osório, eu sei que também fico nervoso quando  
2307 eu perco uma votação, tenho certeza que foi na emoção que ele falou de rolo  
2308 compressor, e não é. É na questão realmente de discussão, porque senão eu poderia,  
2309 ou qualquer outro Conselheiro, poderia dizer também que as ONGs são rolo  
2310 compressor. Porque elas votam todas juntas, porque é uma coerência, porque elas  
2311 discutem juntas, porque elas sabem que têm propostas comuns dentro dos seus  
2312 objetivos, mas os estados também fazem isso, o Governo Federal também faz isso. Se  
2313 a gente voltar lá em 2003, 2004, aí sim que havia rolo compressor. Governo Federal e

2291ONGs contra estados, municípios e setor empresarial, ali era rolo compressor,  
2292telefonavam para Brasília, enchiam o Plenário e vinham. Sabe Carlos Osório, não é rolo  
2293compressor, é realmente de você chegar a um consenso que o encaminhamento está  
2294errado.

2292

2293

2294**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheiro.

2295Conselheira Flávia.

2295

2296

2297**A SR<sup>a</sup>. FLÁVIA MOURÃO PARREIRA DO AMARAL (Secretária de Meio Ambiente**  
2298**de Belo Horizonte/MG)** - Bom, eu queria justificar meu voto na mesma linha. Não estou

2299votando contra a mudança da preservação da Unidade de Conservação colocada, não  
2300estou votando contra a proteção, nem muito menos votando a favor do pretense

2301empreendimento. Também acho que o que está errado é o encaminhamento. Nós  
2302vimos aqui que o Estado do Rio está conduzindo a discussão, inclusive com a

2303possibilidade de mudança de especificação, e mesmo que não haja a mudança de  
2304classificação no próprio licenciamento, se houver a possibilidade, o próprio

2305licenciamento vai indicar a impossibilidade, porque têm diversas outras restrições que  
2306têm que ser observadas. Essa é a minha justificativa.

2298

2299

2300**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Conselheiro Bertoldo

2301gostaria de fazer a declaração, depois é o Conselheiro Axel e encerrando com a  
2302Conselheira Leíza.

2301

2302

2303**O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (Diretor Nacional da ABES)** – Eu mudei meu voto,  
2304na mesma linha que o José Cláudio foi colocado. Eu acho o seguinte, eu busco o

2305acordo. Quando eu percebi que não tem acordo, eu faço um apelo ao Governo do  
2306Estado do Rio de Janeiro, que sente com as ONGs e resolva isso com um acordo

2307democrático, que é o fórum legítimo. A mudança no voto, é num voto de confiança de  
2308que você retome essa normalidade e retome a convivência. Foi nesse voto de

2309confiança, que foi dado em prol da democracia. Eu acho que é legítimo o processo, por  
2310isso que mudei o voto, dando um voto de confiança a esse processo.

2304

2305

2306**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheiro

2307Bertoldo. Conselheiro Axel, depois finalizando a Conselheira Leíza.

2307

2308

2309**O SR. AXEL SCHMIDT GRAEL (Representante do Governo do estado do Rio de**  
2310**Janeiro)** - Eu queria declarar o voto contrário à moção, porque realmente o

2311procedimento não é o correto, o Fórum não é esse. Mas eu queria declarar aqui, que  
2312nós manteremos o processo de consulta, já temos hoje um procedimento em

2313andamento, que as pessoas inclusive fazem parte, o Conselho Gestor será criado num  
2314prazo de um mês e queremos contar com a presença ambientalista, queremos contar

2315com o Ministério do Meio Ambiente, com o Instituto Chico Mendes, enfim, as instâncias  
2316do Governo Federal que também possam contribuir para o melhor futuro dessa área de

2310 Maricá. Então, o Rio de Janeiro mantém o seu compromisso com o processo  
2311 transparente e participativo na decisão do futuro da APA de Maricá, até mesmo de  
2312 receber sugestões que possam levar a uma reclassificação. Vamos debater isso, isso já  
2313 está sendo debatido, acho que poderemos dar continuidade, é um compromisso que  
2314 nós assumimos aqui nesse sentido.

2311

2312

2313 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente) –** Conselheira Leíza.

2314

2315

2316 **A SRª. LEÍZA MARTINS MACKAY DUBUGRAS (Casa Civil da Presidência da**  
2317 **República)** - Queria justificar o meu voto para fortalecimento do SISNAMA e a  
2318 instalação imediata, conforme o Graiel já falou, do Conselho Gestor da APA, com a  
2319 participação do Chico Mendes. E a partir daí a revisão do plano de manejo da Unidade  
2320 de Conservação.

2317

2318

2319 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente) –** Bom, nós temos pela  
2320 frente agora mais 5 moções. A idéia seria que a gente continuasse agora, na medida do  
2321 possível. Queria só fazer uma, antes de passar a proposta, queria fazer uma pequena  
2322 observação no sentido de dizer que o Ministério do Meio Ambiente não está ao lado,  
2323 tanto do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como das entidades ambientalistas, no  
2324 sentido de acompanhar esse processo, o Instituto Chico Mendes está à disposição para  
2325 participar dessa discussão, e essa discussão não encerra nessa moção, ela continua e  
2326 nós esperamos que esse processo venha nessa direção, de dar mais força à discussão  
2327 no âmbito do SISNAMA, e o Ministério com certeza estará presente dentro desse  
2328 processo. Eu queria agora... Por favor, a questão regimental, Conselheiro Francisco.

2320

2321

2322 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH) -** Só uma questão  
2323 regimental. Eu sempre tive essa preocupação de garantir a palavra a todos os  
2324 Conselheiros. Eu acho que não existe nenhuma determinação no regimento, de  
2325 controle de tempo da palavra do conselheiro. Podemos até fazer um acordo, mas às  
2326 vezes você tem que deixar a pessoa extravasar de todos os lados, isso acontece aqui.  
2327 Então, eu gostaria de solicitar uma compreensão, tanto do Plenário, porque nós não  
2328 somos, por exemplo, uma reunião estudantil, até de ONGs ambientalistas, que a gente  
2329 até faz um controle rígido de tempo, e às vezes é importante a pessoa ter a  
2330 oportunidade, todos, de colocar aqui os seus pensamentos para esclarecer melhor para  
2331 a gente. Porque às vezes o pensamento da pessoa é cortado, isso eu não estou  
2332 falando das declarações de voto, estou falando desde ontem, porque inclusive eu fiz um  
2333 comentário com a Dr. Isabela, porque realmente a condução dela foi muito boa, mas  
2334 nós tivemos problema em relação à questão de controle de tempo, infelizmente os  
2335 premiados, às vezes, no controle de tempo para a conclusão, ontem foram as entidades  
2336 ambientalistas. Eu gostaria de colocar que o regimento não tem isso, porque isso aqui é  
2337 um Fórum democrático, tem que ser ouvido o conselheiro, lógico. A Mesa pode até,  
2338 “olha, já...”, como aconteceu, por exemplo, vou dar um exemplo hoje, quando começou  
2339 o esclarecimento da doutora lá de Maricá, eu não ouvi qual seria o tempo dela, eu não  
2340 ouvi, mas, por exemplo, vai fazer um esclarecimento de um tema desse só em 5  
2341 minutos, é pouco. Isso que eu gostaria de colocar, tem uma ponderação nesse sentido

2323 para qualificar melhor, até para os Conselheiros terem liberdade, em determinados  
2324 momentos, se expressarem e a gente poder até decidir.

2324

2325

2326 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheiro  
2327 Chico (...). Gente, eu só quero dizer o seguinte, a Mesa está tentando fazer o possível  
2328 para aplicar o bom senso, e para os dos dois lados, e a idéia é justamente de nós  
2329 organizarmos, eu não tinha nenhuma idéia de que viria uma apresentação daquele  
2330 detalhe. Se houver a necessidade de mais tempo, peço que comuniquem previamente  
2331 à Mesa, porque a Mesa aqui tem a obrigação de organizar a reunião. Fica muito difícil  
2332 de a gente trabalhar sem eficiência do processo, garantindo a palavra para todos, se  
2333 nós não tivermos condição de não só, até uma questão de princípio, de garantir a  
2334 palavra de todos, mas também de dar mais tempo para aquelas questões que têm  
2335 necessidade de um tempo maior. Essa é uma dificuldade, uma missão que a  
2336 Presidência da Mesa tem, e sempre nós trabalhamos nessa direção, nunca no instituto  
2337 de tolher a palavra ou a manifestação de qualquer conselheiro dentro dessa Casa.  
2338 Então, eu gostaria de, na medida do possível, que quando houver realmente uma  
2339 necessidade maior, e a idéia original daquela apresentação eram 5 minutos, quer dizer,  
2340 nós já tínhamos feito uma discussão em Fortaleza, nós levamos praticamente 15  
2341 minutos, dentro de uma idéia de que era importante essa informação, mas que a Mesa  
2342 também tem muita dificuldade de organizar reuniões se nós não tivermos a prévia  
2343 informação de que, “olha, gostaríamos de fazer uma apresentação com vídeo,  
2344 precisamos fazer tal e tal apresentação”. Isso facilita a condução por parte da Mesa.  
2345 Então, eu gostaria de...

2327

2328

2329 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Apenas o seguinte,  
2330 para a gente respirar um pouquinho antes de seguir para as próximas moções  
2331 Presidente. Ontem o Conselheiro José Cláudio Junqueira, que além de Conselheiro e  
2332 Presidente do órgão ambiental de Minas, do FEAM, ele trouxe uns alunos aqui, que nós  
2333 estamos recebendo desde ontem, estão acompanhando todo esse debate do  
2334 CONAMA, são alunos da engenharia ambiental da FUMEC, onde o José Cláudio  
2335 Junqueira dá aula. Então nós combinamos de ceder, pelo menos uns 2 minutinhos,  
2336 para que um dos estudantes fizesse um comentário usando um espaço de tempo do  
2337 José Cláudio, pelo menos 2 minutos, para eles manifestarem a impressão que estão  
2338 tendo sobre Conselho, acho que é uma coisa útil para todos nós Conselheiros. Fiquem  
2339 tranquilos, acredito que ele vai ter tranquilidade para manifestar isso.

2330

2331

2332 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo de Minas Gerais)** - Gente,  
2333 agradeço o Nilo, são alunos da engenharia ambiental que estão formando agora, e na  
2334 disciplina política pública de meio ambiente eles tiveram oportunidade de ver como é  
2335 que funciona todo o sistema, como ele é importante, principalmente para normalização  
2336 que vai influir muito na vida deles, e como é que eles podem interagir com esse  
2337 sistema. Então eles já tiveram a oportunidade de fazer isso no Conselho Estadual e  
2338 hoje estão vindo aqui. Eles inclusive discutiram a pauta, se prepararam, principalmente  
2339 para a resolução lá de pilhas e baterias, um assunto mais ligado à área deles, que não  
2340 teve a discussão completa, mas de toda maneira puderam sentir. Então o Henrique,  
2341 que é o representante da turma, vai fazer o comentário dele.



2333

2334

2335 **O SR. HENRIQUE (FUMEC)** – Bom dia a todos, a todos os Conselheiros e demais  
2336 participantes da reunião. Como José Cláudio nos apresentou, sou Henrique, represento  
2337 a turma de formandos da engenharia ambiental, da Universidade FUMEC, em Belo  
2338 Horizonte. Gostaria de agradecer a recepção, fomos muito bem recebidos por todos,  
2339 agradecer a oportunidade do professor e nosso paraninfo José Cláudio Junqueira, da  
2340 oportunidade de conhecer os trabalhos desse Conselho. E analisando, e já  
2341 acompanhando o trabalho do Conselho há algum tempo, e agora tendo a oportunidade  
2342 de conhecer de perto, nós engenheiros ambientais vemos que podemos contribuir  
2343 muito nessa caminhada para melhoria contínua dos processos relacionados às  
2344 questões ambientais do nosso País, e esperamos voltar nas reuniões para acompanhar  
2345 de perto, e quem sabe daqui a alguns anos, alguns de nós, que aqui estamos,  
2346 possamos voltar como Conselheiro e participar das discussões mais de perto. Obrigado  
2347 e boa continuidade aos trabalhos a todos. (Palmas!)

2336

2337

2338 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Eu achei  
2339 interessante ouvir o Henrique, os estudantes, porque nós no departamento de apoio ao  
2340 CONAMA, a gente tem feito alguns apelos para que, por exemplo, a Universidade de  
2341 Brasília, que é aqui do lado, acompanhe muitas vezes o trabalho do CONAMA e nos  
2342 ajude a opinar, sugerir, porque são cabeças novas que têm condições de trazer  
2343 contribuições das mais singelas até as mais complexas. E aí parece que eles vão  
2344 depois, justamente monitorados pelo nosso professor José Cláudio Junqueira, mandar  
2345 alguns comentários dos outros que não puderam falar. Agradeço e parabênizo pela  
2346 iniciativa da escola de vocês.

2339

2340

2341 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Dando seguimento à  
2342 reunião, nós temos mais 5 moções. A primeira é sobre o licenciamento ambiental da  
2343 usina hidrelétrica de Mauá. Proposta de moção dirigida ao Congresso Nacional, que  
2344 trata do Projeto de Lei 5974, sobre incentivos fiscais, depois essas duas têm pedido de  
2345 votação nominal? Não, a de Mauá tem pedido de votação nominal. Nós temos depois  
2346 proposta de moção contrária à redução do Parque do Ibirapuera, proposta de moção  
2347 que solicita celeridade na tramitação e aprovação do PL 1991, que trata da Política  
2348 Nacional de Resíduos Sólidos. E depois a proposta, que também tem o pedido de  
2349 votação nominal, de moção que requer o arquivamento definitivo do processo da UHE  
2350 Tijuco Alto, com votação nominal. É uma pauta, um pouco, ainda carregada, nós vamos  
2351 tentar, a idéia é que a gente avance, no mínimo até uma hora da tarde, e por volta de  
2352 uma da tarde a gente faça uma certa avaliação, se nós ainda conseguimos concluir em  
2353 um curto período de tempo ou se precisa estender a parte toda a tarde. Queria orientar  
2354 um pouco a reunião nesse sentido. Perguntar se a Plenária tem algum entendimento  
2355 contrário. Então, passaríamos já, de pronto, à moção que trata do licenciamento das  
2356 UHEs Mauá serem instaladas no Rio Tibagi, no Estado do Paraná. O interessado é a  
2357 Conselheira Zuleica, da APROMAC. Eu passo a palavra para a Conselheira Zuleica,  
2358 por favor. Para fazer a defesa da moção.

2342

2343

2344A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC) - Nesse momento vou fazer a apresentação da  
2345matéria, para nós prosseguirmos para a discussão em seguida. O problema de Mauá é  
2346gravíssimo, existem muitas irregularidades no licenciamento. Essa moção começa a  
2347contar história a partir de 2005, embora a história seja muito mais antiga, entra e sai  
2348governo e a gente não consegue, vamos dizer assim, moralizar esse processo,  
2349estamos tendo muita dificuldade na construção da nossa democracia. Bom, a questão é  
2350que a área do Médio Tibagi, onde se pretende instalar essa usina, é oficialmente  
2351reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente, gostaria que o Ministério do Meio  
2352Ambiente viesse aqui nos explicar, já que essa moção está na pauta desde 2006, eu  
2353queria que o Conselheiro do Ministério do Meio Ambiente nos ajudasse a explicar por  
2354quê essa área foi classificada como área de extrema importância biológica, conforme  
2355descrito na avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da Mata  
2356Atlântica e Campos Sulinos, do Ministério do Meio Ambiente de 2000. Nós estamos  
2357tratando de uma área extremamente delicada, porque o Paraná foi totalmente devastado.  
2358Não sei se os senhores já viram o mapa do Paraná, da Mata Atlântica, não tem  
2359praticamente mais nada. Nós temos a Serra do Mar que sobreviveu graças ao trabalho  
2360de um geógrafo, geólogo paranaense muito importante, que lutou para preservar o  
2361litoral, assoreamento do litoral, e conseguiu preservar ainda a área da Serra do Mar. E  
2362outro pontinho verde no mapa é o Parque Nacional do Iguaçu. Não tem mais nada entre  
2363uma coisa e outra. O parque fica no oeste, na divisa com o Paraguai e Argentina, e a  
2364Serra do Mar ao leste, e entre isso os senhores vão ver alguns pontinhos verdes,  
2365apenas. Um desses pontinhos verdes é a área que a gente chama de mega  
2366biodiversidade do Rio Tibagi, é uma área riquíssima. Essa aqui é uma área de uma  
2367empresa de papel, de celulose, que está instalada lá, que detonou boa parte da área  
2368plantando pinos em morro, áreas de preservação permanente, e dentro dessa área  
2369ainda restam 20 poucos pontos, são minas de carvão que nunca foram remediadas,  
2370desde a década de 20 já se relata a existência dessas áreas, desta área com essas 20  
2371e poucas minas abandonadas. Essas minas estão na área que se pretende alagar. A  
2372área de mega biodiversidade vai ser detonada, esse é o projeto, faz parte do projeto  
2373alagar esse passivo ambiental, fazer esse passivo desaparecer num passe de mágica.  
2374Ganha todo mundo, é o ganha, ganha, e o perde ,perde. Perde a sociedade, perde a  
2375biodiversidade, perde as gerações futuras. Ganha o IAP, a COPEL, o consórcio, a  
2376empresa, que não vai precisar gastar um centavo, ou se for fazer alguma coisa, vai ser  
2377muito discutível. Porque a remediação disso com o concreto armado, não se sobrevive  
2378do ponto de vista da engenharia, a uma pressão enorme da água sobre ela, infiltrações  
2379certamente haverá ao longo do tempo, e não há garantia para as gerações futuras que  
2380isso não vai acontecer. De qualquer maneira, eu sei que existe um parecer do LACTEC,  
2381de um consultor contratado, da empresa que está fazendo o EIA/RIMA, portanto, ele  
2382não é autônomo, do ponto de vista ideológico, moral e etc.. E essa pessoa,  
2383naturalmente, deu um parecer dizendo que é perfeitamente possível remediar e alagar.  
2384Só que nós temos 5 pareceres de cientistas dizendo que não, eu encontrei esse senhor  
2385que deu esse... e perguntei a ele se ele sabia da responsabilidade do laudo dele para  
2386as gerações presentes e futuras, por que se desse alguma coisa errada, como é que  
2387ele iria consertar isso. Ele não sabia responder. A segunda pergunta que fiz a ele foi: o  
2388senhor poderia nos dizer aonde no mundo, no planeta terra, claro, onde é possível, foi  
2389feito isso e deu certo? Se o senhor disser um local, ou dois, que foi feito nas mesmas  
2390condições um alagamento de minas de carvão abertas, ou então concretadas  
2391minimamente, depois de muitos anos a qualidade da água permanece, não há  
2392vazamento de substâncias, não aumentou a acidez? Ele não sabia responder, disse

2345que ia pesquisar para mim, quer dizer, nem pesquisado ele tinha. A condição, voltando  
2346aqui ao Ministério do Meio Ambiente, que eu gostaria que nos desse uma explicação,  
2347quando o Ministério do Meio Ambiente classificou essa área de extrema importância  
2348biológica, ele reafirmou no novo documento, onde ele fala em titulado: “segundo o  
2349relatório nacional para conversão sobre diversidade biológica”, ou seja, foi entregue  
2350para uma conversão internacional, ontem eu li para vocês a decisão do Supremo  
2351Tribunal Federal, que decidiu que o que o Brasil ratifica em nível internacional está  
2352acima das nossas leis. O MMA publicou em 2004 que o Médio Tibagi figura como área  
2353de prioridade extremamente alta, sendo recomendada à criação de Unidade de  
2354Conservação na área. Por conta disso nós pedimos que o IBAMA atue em caráter  
2355supletivo, tanto pela falta de isenção do órgão ambiental para licenciar  
2356empreendimentos de interesse da COPEL, que é uma empresa que não foi privatizada,  
2357mas que também, de qualquer maneira, não atua de maneira transparente com a  
2358população, quanto pela desatenção diante das determinações expressas pelo órgão  
2359central do SISNAMA, o MMA, que é responsável pela definição das políticas de  
2360conservação de biodiversidade do País. O Conselheiro não está me ouvindo, acho que  
2361vou aguardar, porque estou falando do Ministério do Meio Ambiente, gostaria da sua  
2362posição sobre esses fatos.

2346

2347**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu não tenho condições  
2348de dar esses esclarecimentos, são esclarecimentos técnicos. Defesa, eu não vou fazer  
2349esse tipo de intervenção.

2348

2349

2350**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Esclarecer se a área é mesmo de prioridade  
2351para o Ministério e se houve de fato recomendação para a criação de Unidade de  
2352Conservação na área, o senhor não pode esclarecer?

2351

2352

2353**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu não seria a pessoa  
2354para informar, isso seria o próprio secretário de biodiversidades e florestas. Se tivesse  
2355nos contatados a gente podia até nos preparar, mas não temos condição de atender  
2356esse pedido agora.

2354

2355

2356**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Certo, embora a moção esteja na pauta desde  
23572006, obrigado. Outra coisa, aqui se registram que pesquisadores, nós temos um  
2358problema com EIA/RIMA também. O EIA/RIMA deixou de colocar informações  
2359importantes. Eu gostaria de saber dos senhores, se os senhores fossem fazer uma  
2360reflexão, quando um EIA/RIMA simplesmente omite a informação de que existem povos  
2361indígenas no local, isso é fraude, é omissão, é incompetência? Não sei, gostaria que os  
2362senhores refletissem comigo isso. Como é que estamos fazendo os licenciamentos hoje  
2363de hidroelétricas, empreendimentos altamente impactantes, em áreas que o Ministério  
2364do Meio Ambiente recomenda que sejam criadas nesses locais Unidades de  
2365Conservação. Os cientistas da Universidade de Maringá declararam que a hidroelétrica  
2366de Mauá, se construída, afetará 7 terras indígenas, 5 na bacia do Tibagi, uma na bacia  
2367do rio Laranjinha e uma na bacia do rio Cinzas. Outra coisa também interessante,  
2368vejam que o licenciamento está sendo feito pelo órgão estadual, sem autorização do  
2369Congresso, sem nada, é tudo desse jeito, na base do trator, como disse o meu colega

2357Carlos Osório, provavelmente da forma como será votada essa moção também. Mas  
2358tudo bem, o que nós queremos é deixar registrado a nossa indignação, sabemos que a  
2359maioria do Governo Federal e Estadual, já está decidido o seu voto, que nada do que  
2360eu diga vai alterar a sua capacidade de agir com consciência, não tenho mais essa  
2361ilusão, nem essa esperança. Sei que os ambientalistas votarão comigo, acredito que  
2362tem pessoas que votarão conosco, e esses votos eu levo com muito carinho para casa.  
2363Nós acabamos de ganhar uma liminar, estamos felizes da vida também, acabamos de  
2364ganhar uma liminar impedindo novamente, cancelando o processo de licenciamento,  
2365uma vitória maravilhosa, que queríamos trazer isso para o CONAMA, para mostrar que  
2366infelizmente a COPEL já declarou no jornal, a COPEL é o empreendimento que  
2367pretende detonar com aquela área maravilhosa, porque tem muito dinheiro envolvido,  
2368não é uma questão de falta de energia, o Paraná não precisa, nós já demos a nossa  
2369parte quando nós doamos as Sete Quedas do Iguaçu para o Brasil. Então nós não  
2370precisamos sacrificar uma área de mega biodiversidade por causa da ganância, mas  
2371infelizmente é o que está acontecendo, a ganância contra a proteção ambiental. A  
2372COPEL falou em um jornal, já estou terminando, que já detêm 51 por cento do  
2373Consórcio Energico Cruzeiro do Sul, dono da concessão de construção, exploração da  
2374usina, e que a decisão do juiz não altera o planejamento de instalação, pois o consórcio  
2375já havia obtido a licença do Instituto Ambiental do Paraná, que por sinal deu, apesar da  
2376FUNAI ter dito que precisava de mais informações, o IAP açodadamente saiu correndo  
2377e deu a licença, porque havia muita pressão política, para dar, e a COPEL está dizendo  
2378que não vai cumprir a decisão liminar. Então, esses são os fatos e eu gostaria de  
2379começar a discussão. Obrigado.

2358

2359

2360**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Por favor, eu gostaria que  
2361colocassem a resolução na tela. Alguém contrário à proposta de resolução? Por favor,  
2362Presidente do IAP.

2361

2362

2363**O SR. VITOR HUGO (Presidente do IAP)** – Essa discussão é totalmente  
2364extemporânea, esse processo está judicializado há vários anos, com diversas decisões  
2365judiciais, inclusive com uma liminar há alguns dias atrás, como disse a Conselheira  
2366Zuleica, somente reafirmando aquilo que o IAP já está fazendo, exigindo a avaliação  
2367ambiental integrada, condicionante já estabelecida pelo IAP na licença de instalação  
2368para ser cumprida até a licença de operação. Todas as demais alegações que foram  
2369colocadas nesse processo, foram uma a uma sendo tecnicamente superadas e  
2370judicializadas resolvidas. Esse Conselho não tem mais o poder de alterar aquilo que o  
2371Poder Judiciário já definiu, e falando em nome do IAP, eu assumi o IAP há cerca de um  
2372ano e meio atrás, e uma das primeiras coisas, com as quais me deparei, foi exatamente  
2373este licenciamento que já estava ocorrendo. O IAP foi absolutamente técnico na análise  
2374desse processo, o licenciamento criou mais de 70 condicionantes, inclusive a  
2375diminuição da coluna de água em 7 metros, trazendo a área alagada para muito menos  
2376do original. O IAP exigiu estudos de todas as formas, exigiu estudos sociais, exigiu  
2377todos os estudos necessários, e um a um foram sendo superados. É claro que  
2378questões ideológicas nunca se superam, como por exemplo, essa questão das minas  
2379que foram aqui apresentadas. Tecnicamente está definido que a solução para oxidação  
2380das minas de carvão, que vem acontecendo lá desde a década de 20, a solução pra  
2381oxidação do contato com o ar, uma delas é o alagamento. Então a hidroelétrica vem a

2364 resolver o passivo das minas, e não criar novos passivos, mas é claro que às questões  
2365 ideológicas, elas sempre se colocam acima das questões técnicas e cegam os olhos  
2366 das pessoas, fazendo com que elas continuem lutando por aquilo que acreditam. Isto é  
2367 justo e democrático, é legítimo que cada um defenda as suas visões. Mas eu quero  
2368 aproveitar inclusive este momento, para fazer alguns questionamentos sobre o que eu  
2369 tenho visto no andamento dos trabalhos desta entidade, Conselho que deveria ser o  
2370 órgão máximo, a inteligência da área ambiental do nosso País. Esta resolução está  
2371 tramitando a mais de dois anos e meio, e por quê? Não foram por questões técnicas  
2372 que ela demorou tanto para tramitar. Na reunião passada o corpo técnico do IAP esteve  
2373 aqui, expondo as situações técnicas e não foi questionado por ninguém. Não, ela está  
2374 demorando porque as questões ideológicas, as discussões regimentais, a vontade de  
2375 um ou de outro, de fazer prevalecer a sua vontade pessoal, faz com que as reuniões  
2376 desse Conselho sejam muito pouco produtivas, se produza muito pouco, com um  
2377 conjunto de inteligência do País inteiro, com gasto fenomenal e nós chegamos aqui e  
2378 ficamos em discussões estéreis, e muita gente fica usando esta tribuna como divã, eu  
2379 acho que esse não é o canal, não é o local, nem tampouco é o local para que se venha  
2380 aqui explanar tudo que já deveria ser previamente explicado. Quem propõe moções,  
2381 quem defende teses, tem muito tempo antes disso, antes já da formação da pauta, mas  
2382 após a formação da pauta existem meios eletrônicos hoje, para contatar, passar  
2383 material e informações para todo mundo, isso não é feito. Quando começam as  
2384 reuniões todo mundo entra pela porta da frente, se pode distribuir materiais, mas não,  
2385 isso não se faz. E aí vem se discutir todas as questões aqui dessa tribuna. Perdoem-me  
2386 desabafo, até pelo imenso cansaço que eu tenho passado em todas as reuniões, já  
2387 um ano e meio acompanhando, esperando que isto venha à votação. Mas se nós  
2388 somos um elemento da democracia, nós precisamos começar efetivamente fazer com  
2389 que a democracia aconteça aqui, e democracia não é predomínio de uma linha  
2390 individual, democracia é predomínio das visões e dos interesses da maioria, embora  
2391 respeite, entenda e procure também acomodar os interesses das minorias. Mas alguém  
2392 em algum determinado momento tem que decidir, e quando não se consegue o  
2393 consenso, essa decisão, a democracia, acontece justamente pela maioria. Outro  
2394 elemento da democracia é justamente o cumprimento às normas, eu vejo muita gente  
2395 usando desta tribuna e por esse País fora, defendendo as questões ambientais,  
2396 falando da democracia e de questões sociais, e depois desrespeitando o regulamento,  
2397 depois usando essa tribuna como fosse o seu dono, se sentindo no direito de passar o  
2398 dia inteiro aqui falando e desrespeitando com isso o direito de outras pessoas. Então  
2399 faço este lamento e peço que esta moção seja também derrubada, inclusive, até porque  
2400 é uma tentativa indevida de injunção num processo meramente estadual. A área  
2401 indígena mais próxima do local da usina fica a 7 quilômetros em linha reta e a 10  
2402 quilômetros pelo rio. Não há, portanto, nenhuma necessidade, o IBAMA já se  
2403 posicionou claramente, por mais de uma vez, com relação a isso. É tipicamente,  
2404 legalmente, é um caso de licenciamento pelo órgão estadual, que é isento sim, e  
2405 também não tenho procuração para fazer defesa da COPEL, mas é uma das  
2406 pouquíssimas entidades públicas que são exemplo de gerenciamento e de ação social.  
2407 O Paraná tem vários programas sociais baseado no fato de termos uma empresa  
2408 pública sendo a gestora. A energia elétrica gerada pela COPEL não é fruto da ganância  
2409 de empresas multinacionais ou de grandes especuladores, a energia gerada pela  
2410 COPEL é patrimônio do povo do Paraná, gerenciado pelo povo do Paraná. E não posso  
2411 concordar, portanto, com afirmações de que o IAP estaria favorecendo de qualquer  
2412 forma a ganância desta, ou aquela pessoa, e quero dizer sim, que o IAP tem agido da

2365melhor forma possível, dentro da lei e das visões técnicas que são necessárias a todo  
2366órgão público, e que talvez, se fossem bem utilizadas aqui por todos os Conselheiros,  
2367nós poderíamos ser mais produtivos, até nas nossas discussões. Muito obrigado.

2366

2367

2368**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu queria só dar um  
2369esclarecimento. Eu estou garantindo a primeira fala, quem defende a moção, no caso  
2370Dr. Zuleica falou 10 minutos, estou garantindo o mesmo tempo para a primeira  
2371resposta, no caso o Dr. Hugo falou 8 minutos. E a partir de agora, as intervenções eu  
2372gostaria que não se estendessem para mais de 3 minutos, para a gente poder acelerar  
2373a nossa reunião. Estão esclarecidos? Por favor, Ministério de Minas e Energia, 3  
2374minutos. Conselheiro do Rio Grande do Sul logo a seguir.

2369

2370

2371**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Apenas lembrar, obviamente endossar e também me  
2372alinhar à fala do Paraná, do Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, lembrar que a  
2373moção, e o que está sendo votado é a moção, ela é absolutamente extemporânea, ela  
2374fala em cassação de licença prévia quando o empreendimento tem licença de  
2375instalação, ou seja, ela é, no seu conteúdo, absolutamente extemporâneo, toda matéria  
2376vencida, até porque o processo foi judicializado. Gostaria só de fazer uma última  
2377complementação, em relação ao que já foi muito bem colocado, sobre o processo de  
2378licenciamento, é que de fato a decisão do juiz mantém a questão da avaliação  
2379ambiental integral. Então eu gostaria de comunicar ao Plenário que a Empresa de  
2380Pesquisa Energica, a EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, já contratou  
2381esse estudo e para no prazo de 18 meses esse estudo estará sendo entregue a quem  
2382compete analisá-lo, no caso o Instituto Ambiental do Paraná. Uma última, talvez me  
2383colocando mais no sentido da contribuição, como técnica da área em relação ao que foi  
2384colocado tecnicamente muito procedente, quem dera nós pudéssemos alagar todas as  
2385minas abandonadas de carvão deste País. As águas ácidas são geradas por oxidação  
2386de um mineral chamado Piritita, que é um sulfeto de ferro que está contido nos nossos  
2387carvões. A inundação de uma mina abandonada de carvão, impede essa oxidação. Eu  
2388até acredito que estudos mais profundos possam ser realizados, mas há pesquisadores  
2389conceituados neste País que têm colocado com muita exatidão e com muita  
2390competência técnica essa tese, ou seja, nós temos que evitar a oxidação desses  
2391sulfetos para não gerar a água ácida. Portanto, procede o que o colega colocou  
2392anteriormente.

2372

2373

2374**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Por favor, Conselheiro do  
2375Rio Grande do Sul.

2375

2376

2377**O SR. FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES (Representante do Governo**  
2378**do estado do Rio Grande do Sul)** - Eu agradeço a gentileza, saúdo até a condição do  
2379trabalho do Dr. Volney, que está otimizando o andamento das questões no Plenário.  
2380Com relação a essa moção, eu faria três observações, eu tive a cautela de procurar no  
2381dicionário o termo moção, é mover-se, segundo o Aurélio, é abalo moral e é proposta  
2382que surge em meio de uma assembléia. Se os senhores lerem o final, o cabeçalho é  
2383moção, os senhores vêm que se trata de pedidos de recomendação. Para quem sabe o

2378que é o Instituto da Recomendação, que veio na Lei, tanto a 75 do Ministério Público  
2379Federal, como a que deu as normas gerais para os Ministérios Públicos dos Estados e  
2380compatibilizando evidente com o Regimento, vê que recomendação tem o caráter  
2381admoestatório, preventivo e tem o caráter de implicar responsabilidades. Então, há uma  
2382incompatibilidade verdadeiramente do instituto, mas quanto ao mérito eu faria duas  
2383observações. A primeira é pedir um Conselho a nível nacional de política, querer que o  
2384Estado renuncie o seu poder ou abra mão do seu poder licenciatório, isso é um  
2385equivoco gravíssimo, querer que o Paraná abra mão, querer que qualquer um dos  
2386estados abra mão do seu poder de licenciar, é permitir um vilipêndio à própria estrutura  
2387do Estado, desrespeito, como nós discutimos a pouco, com relação à atividade de  
2388atuação do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, eu tenho sempre a cautela de ler todos  
2389os considerandos, seja de leis, posição de discutir os projetos. Se os senhores lerem  
2390todos os considerandos, os senhores verão que eles são um ataque à dignidade,  
2391inclusive do Conselheiro, se os senhores lerem ali, nós estaríamos chancelando e  
2392reconhecendo como fundamento de decidir, que houve atos de improbidade, que houve  
2393violação da moralidade, que houve ilegalidade, que houve leviandade do processo  
2394licitatório. E como muito bem foi dito pela colega que antecedeu e foi colocado pelo  
2395colega do Paraná, nós também temos que ter uma compreensão de não perdermos  
2396tempo e desgaste. Se a questão está processualizada, se a questão está judicializada,  
2397nós sabemos dentro da harmonia do pacto federativo, do princípio de harmonia e  
2398independência dos poderes, e respeito a institutos, instituições e poderes da república,  
2399nós temos que exatamente aguardar a resolução. Por isso eu manifesto ao Presidente  
2400e ao Dr. Nilo, eu manifesto e peço, até porque nós temos aqui, e não é patrolar, mas  
2401nós temos representantes dos setores públicos, da nossa república, todos são gestores  
2402públicos em algum determinado momento da sua vida, tenho certeza que não agimos  
2403com leviandade. Por isso não podemos chancelar um libelo, um libelo verdadeiro, um  
2404libelo acusatório à dignidade, não só do colega do Paraná, mas como causa de pedido  
2405de algo que não tem sentido.

2379

2380

2381**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente) –** Conselheira Zuleica. Na  
2382fala da Conselheira Zuleica pretendo encerrar as inscrições, para logo em seguida  
2383encaminhar a votação.

2382

2383

2384**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC) -** Estranhamente nunca estive tão tranqüila, como  
2385estou hoje tão confortável. Porque primeiro a questão das minas é interessante, o  
2386Ministério de Minas e Energia que trabalha com mineração artesanal, inclusive  
2387incentivando o uso do mercúrio e tal, só está preocupado com a cedificação e ainda diz:  
2388“podemos fazer mais estudos”, quando que qualquer pessoa diria: “devemos fazer mais  
2389estudos”, isso aqui é um Conselho do Meio Ambiente. Não é podemos fazer mais  
2390estudos, devemos para garantir a qualidade da água das gerações presentes e futuras.  
2391Então eu já vejo no discurso de vocês e na estratégia o seguinte, a estratégia da  
2392ABEMA agora é dizer assim: tudo que vier dos estados, não é mais assunto de  
2393competência deste Conselho. É uma estratégia bastante..., diria até covarde, porque  
2394nós estamos pedindo aqui que o IBAMA entre no processo, porque tem terra indígena.  
2395Então, se o IAP se recusou a fazer isso, só nos restou esta instância, porque o IAP já  
2396foi solicitado via judicial e todas as outras, formais e informais, que reconheça a  
2397existência de terra indígena. Porque se o IAP fosse um cumpridor da lei, teria que ter

2385remetido isso ao IBAMA, obrigatoriamente, assim as pessoas honestas agem. Eu vejo  
2386desonestidade no processo, nós estamos inclusive com ações penais. Eu entendo  
2387também que as..., já perdemos, estamos levando os votos de qualidade para casa. Nós  
2388estamos levando votos de qualidade para nossa casa, votos de aprovação da moção  
2389são os mais preciosos, não me interessa a quantidade aqui, me interessa deixar  
2390registrado a nossa indignação. Obrigado.

2386

2387

2388**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheira,  
2389nós temos dois pedidos de inscrição que foram feitos durante a fala, IAP e MME. Nós  
2390informamos que encerraríamos as inscrições durante a sua fala. Por favor, Conselheiro.

2389

2390**O SR. VITOR HUGO (Presidente do IAP)** – Primeiramente eu gostaria que fosse  
2391interpretado do ponto de vista regimental, se a Conselheira Zuleica não faltou com o  
2392decoro, que deve ser um elemento fundamental de qualquer entidade cooperativa. Eu  
2393acho que é chegada à hora de caírem um pouco às máscaras aqui desta tribuna, é  
2394muito fácil cobrar a democracia dos outros, é muito fácil apontar o dedo para os outros  
2395e dizer como é que não se deve fazer às coisas, difícil é fazer às coisas acontecer,  
2396porque quem vem aqui e critica as usinas, hidrelétricas e que critica tudo, sai daqui e  
2397vai tomar banho quente. Se nós não formos um cenário de construção de alternativas,  
2398isso aqui é só um palco de enganações e de espaço para colocar para fora frustrações.  
2399Não vou responder à mesma altura, até porque a agressão é própria daqueles que não  
2400têm argumentos. O IAP tem todos os argumentos em todo esse processo, em toda a  
2401sua história, não só depois que eu passei a exercer a presidência, mas toda a história  
2402da entidade tem um conjunto de elementos que falam muito mais alto e um conjunto de  
2403técnicos absolutamente capacitados e gabaritados que falam muito mais alto, do que  
2404alguma alegação vã de pessoas que nós não sabemos bem qual a origem,  
2405especialmente nem a competência técnica que tem para discutir este ou aquele  
2406assunto. É até interessante como determinadas pessoas viram especialistas de tudo  
2407em determinados momentos, viram especialistas em microbiologia, em química, em  
2408todas as questões técnicas e se sentem no direito de criticar, ninguém presta nenhuma  
2409análise boa, somente as suas próprias visões é que devem prevalecer. Por mais esta  
2410razão eu peço aos senhores conselheiros que derrubem esta moção e façam com que  
2411esta casa seja um instrumento de ordem, de respeito às leis e de desenvolvimento  
2412sustentado, e não da prevalência das opiniões pessoais desta ou daquela pessoa.  
2413(Palmas!)

2391

2392

2393**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu só pediria o favor de  
2394realmente não entrarmos nessa ceara de acusações, porque nós não estamos julgando  
2395ninguém. A última intervenção, por favor.

2394

2395

2396**A SR<sup>a</sup>. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA)** - Eu  
2397pediria à Mesa que colocasse, constasse em ata o que foi dito pela Conselheira  
2398Zuleica, em relação, e acho que de uma forma extremamente, me desculpe  
2399Conselheira, leviana, imprópria sobre as ações do Ministério de Minas e Energia,  
2400quando ela diz que nós incentivamos, foram essas as palavras, eu gostaria que  
2401constasse desta forma, o uso de mercúrio nas atividades minerais. Nós temos, senhora



2397Conselheira, como mostrar, e a minha fala até este momento tem sido extremamente  
2398técnica, que nós não fazemos isso e ao contrário, pela primeira vez na história desse  
2399País, um Ministério apóia em termos de dar todas as condições de desenvolvimento  
2400sustentável, para pequenos produtores minerais, exatamente para que eles não façam  
2401mau uso do mercúrio, ou até que a gente consiga tecnologia suficientes para que não  
2402se use mais mercúrio. Não somos apologistas do uso do mercúrio. Acho de uma  
2403imensa irresponsabilidade que uma Conselheira de um Plenário que eu considero da  
2404mais alta relevância nesse País, acuse o Ministério de ter tal tipo de procedimento. Eu  
2405gostaria, por favor, que a Mesa constasse isso e constasse toda a nossa revolta em  
2406termos de tal procedimento.

2398

2399

2400**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Só para esclarecer, o que  
2401está sendo falado, está sendo registrado aqui pelo nosso pessoal de apoio. Gente,  
2402vamos deixar a Conselheira Zuleica falar 2 minutos. Por favor, Conselheira Zuleica. Eu  
2403estou querendo só o entendimento. Eu só queria que nós tentássemos um  
2404entendimento, nenhum tipo de acusação, porque não é esse o espaço do CONAMA,  
2405ele não foi feito para esse tipo de situação.

2401

2402

2403**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Eu fui citada, então tenho direito a palavra. Eu  
2404fui citada e fui igualmente ofendida, eu até deixei para lá na primeira parte da ofensa,  
2405quando ele falou que isso aqui não é divã, que nós precisamos de um psicanalista, eu  
2406também acho. Porque eu concordo, eu acho que todos nós precisamos de um bom  
2407psicanalista, até mesmo para..., e um bom filósofo para discutir questões moraes e  
2408éticas, sociologia também precisamos, precisamos melhorar o nível mesmo deste  
2409Conselho, concordo com o senhor. Nós aqui, das ONGs ambientalistas, nós  
2410trabalhamos, a nossa matéria prima é a indignação, não sei se vocês já ouviram falar  
2411nessa palavra, se o senhor já sentiu alguma vez indignação, mas acredito que sim. Eu  
2412tuo pela indignação, essa é minha origem, a minha origem é a luta pela vida, pelas  
2413gerações futuras e infelizmente parece que o meu maior inimigo é a ganância e a  
2414ignorância, principalmente ignorância, de onde nascem todos os outros defeitos. Essa é  
2415a minha defesa, nós somos ONGs eleitas, o senhor foi indicado, nós somos eleitos, e  
2416nós temos uma representação aqui. Eu represento as ONGs que estão lutando  
2417bravamente com muita dificuldade contra um poder, contra o Estado instituído, que não  
2418é de nenhuma forma transparente, baixa as portarias que quer, as resoluções que quer,  
2419em nível executivo, e vão assim agindo, para atender os interesses maiores, menores,  
2420não sabemos. Nossa luta é uma luta transparente, aberta, a moção ela é correta, não  
2421tem nenhum erro. Outra coisa que eu achei muito estranho também aqui, é que as  
2422pessoas vêm no microfone dizer: “isso aqui não é uma recomendação, isso aqui não é  
2423uma moção”, mas ninguém vem aqui pró-ativamente fazer a proposta de emenda.  
2424Antigamente era assim, com o secretário Carlos Langone, a Mesa colocava dessa  
2425forma, “o senhor tem uma proposta concreta? Não está bom o termo recomendação? O  
2426senhor veio aqui só desqualificar o documento ou o senhor veio pró-ativamente  
2427propor?” “Não, eu venho aqui desqualificar o documento”. Então, essa é a estratégia  
2428desses senhores, que é a estratégia para justificar depois o voto que já está decidido,  
2429obrigado. (Palmas!)

2404

2405

2406 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado. Eu queria  
2407 encaminhar agora...

2407

2408

2409 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Conselheiro Vitor,  
2410 deixa-me explicar, isso não tem fim, se ficar um bate boca de lá e de cá. Mas veja bem,  
2411 vamos tentar, eu quero fazer um apelo junto com Presidente da Mesa, à compreensão.  
2412 Nós estamos tentando fechar essa pauta para poder terminarmos a reunião ainda antes  
2413 do almoço. Eu quero dizer aqui claramente e me dirigir a Conselheira Zuleica, que  
2414 como colega e como diretor do CONAMA, por mais que a gente entenda que estamos  
2415 montados na razão, ou por mais que a gente entenda que os nossos propósitos aqui  
2416 são mais altos do que de qualquer outro, nenhum de nós estar aqui no lugar de julgar  
2417 ninguém, por honestidade, por desonestidade, pelo que quer que seja. Não estou  
2418 falando isso só para a minha colega Conselheira Zuleica, estou falando isso para todos  
2419 nós, por maior veemência, por maior emoção, por maior certeza e convicção que cada  
2420 um de nós tenhamos aqui, de que estamos defendendo o que é absolutamente justo,  
2421 nem assim nós estamos no lugar aqui de juiz, para fazer julgamentos de valor sobre  
2422 uma pessoa ou sobre outra. Acho que o debate já entrou nesse nível, não tem mais  
2423 como evoluir a partir daqui, no que interessa realmente a esse Plenário, que é votar a  
2424 moção. Eu entendo que no mérito o Plenário está esclarecido. Tanto nós, fizemos até  
2425 uma contagem de tempo, há certo equilíbrio entre o número de manifestações a favor  
2426 da moção, que a Conselheira Zuleica fez, e há uma quantidade de tempo também  
2427 equilibrado das manifestações contrárias à moção. O que a Mesa está propondo é que  
2428 a gente passe ao processo de votação e que na medida do possível o conselheiro  
2429 depois faça uma declaração de voto, porque são, nós vamos fazer votação nominal, se  
2430 for o caso, o senhor faz uma declaração de voto depois, assim como qualquer  
2431 conselheiro tem direito, pedimos que nem todos façam, porque senão não vamos sair  
2432 daqui hoje, mas eu peço também que haja, se possível, os dois são do Paraná, de  
2433 qualquer forma são cidadãos paranaenses. Como é um Estado hoje, que nós temos  
2434 como um exemplo, não só de desenvolvimento, mas também de capacidade instalada e  
2435 de massa crítica, peço que em algum momento no final da Plenária vocês se entendam,  
2436 para não voltar para o Paraná duas inimizadas desnecessárias, criadas aqui dentro  
2437 desse Conselho. Então é isso que eu sugiro. *(Palmas!)*

2410

2411

2412 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Nilo. Temos um  
2413 pedido de votação nominal. Vamos colocar na tela.

2413

2414

2415 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA)** - Gostaria de fazer um apelo  
2416 aos proponentes da votação nominal. Nós chegamos a um momento extremamente  
2417 tencionado nesse momento. Eu gostaria de fazer um apelo, se é possível fazer uma  
2418 reconsideração e fazermos por amostragem, é um apelo no sentido de voltarmos, ou  
2419 pelo menos (...) um pouco essa reunião e continuar, porque o CONAMA, nós  
2420 passamos, mas o CONAMA continua. Esse é meu apelo, não gostaria que isso fosse  
2421 colocado em votação, só um apelo nesse sentido. Se houver possibilidade, sim, se não,  
2422 vamos para votação nominal. Até no sentido de agilizar.

2416

2417

2418 **O SR. CARLOS OSÓRIO (BICUDA)** - A votação nominal serve para que os governos  
2419 se tornem mais presentes na reunião. (...) haverá quórum, ficarei muito feliz com isso e  
2420 não aceito a proposta.

2419

2420

2421 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Vamos passar para a  
2422 votação, regime de votação. Opção um é a favor da moção, posição 2, contrário à  
2423 moção. ABES: ausente. ADEMA/SP: abstenção. - INSTITUTO "O DIREITO POR UM  
2424 PLANETA VERDE": a favor. CENTRAIS SINDICAIS E CONFEDERAÇÕES DE  
2425 TRABALHADORES DA ÁREA URBANA: ausente. COMUNIDADE CIENTÍFICA:  
2426 ausente. COMUNIDADE INDÍGENA: a favor. CONTAG: ausente. CNCG: ausente. ICV:  
2427 ausente. OCA BRASIL: a favor.- GERC: a favor. IMARH: a favor. KANINDÉ: a favor.  
2428 NOVOS CURUPIRAS: a favor. AMDA: a favor. BICUDA: a favor. APROMAC: a favor.  
2429 CAETÉ: a favor. VIDAGUA: a favor. FBCN: contra. POPULAÇÕES TRADICIONAIS: a  
2430 favor. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA: contra.  
2431 CNI: contra. CNI: contra. CNI: contra. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO -  
2432 CNC: ausente. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO - CNC: contra.  
2433 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - CNT: contra. SETOR  
2434 FLORESTAL: ausente. ANAMMA NACIONAL: contra. CONFEDERAÇÃO NACIONAL  
2435 DE MUNICÍPIOS: ausente. FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS: ausente.  
2436 GOVERNOS MUNICIPAIS - REGIÃO CENTRO-OESTE: ausente. GOVERNOS  
2437 MUNICIPAIS - REGIÃO NORDESTE: ausente. GOVERNOS MUNICIPAIS - REGIÃO  
2438 NORTE: contra. GOVERNOS MUNICIPAIS - REGIÃO SUDESTE: contra. GOVERNOS  
2439 MUNICIPAIS - REGIÃO SUL: contra. GOVERNOS ESTADUAIS - DISTRITO FEDERAL:  
2440 ausente. ACRE: ausente. ALAGOAS: contra. AMAPÁ: contra. AMAZONAS: contra.  
2441 BAHIA: ausente. CEARÁ: ausente. ESPÍRITO SANTO: contra. GOIÁS: contra.  
2442 MARANHÃO: ausente. MATO GROSSO: contra. MATO GROSSO DO SUL: ausente.  
2443 MINAS GERAIS: contra. PARÁ: contra. PARAÍBA: contra. PARANÁ: contra.  
2444 PERNAMBUCO: ausente. PIAUÍ: ausente. RIO DE JANEIRO: contra. RIO GRANDE DO  
2445 NORTE: contra. RIO GRANDE DO SUL: contra. RONDÔNIA: contra. RORAIMA:  
2446 ausente. SANTA CATARINA: contra. SÃO PAULO: contra. SERGIPE: ausente.  
2447 TOCANTINS: ausente. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS: contra. CASA CIVIL DA  
2448 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: contra. COMANDO DA AERONÁUTICA: contra.  
2449 COMANDO DA MARINHA: ausente. COMANDO DO EXÉRCITO: contra. GABINETE  
2450 DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: contra.  
2451 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS  
2452 RENOVÁVEIS: ausente. MINISTÉRIO - AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
2453 ABASTECIMENTO: ausente. MINISTÉRIO - CIDADES: ausente. MINISTÉRIO -  
2454 CIÊNCIA E TECNOLOGIA: contra. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES: ausente.  
2455 MINISTÉRIO DA CULTURA: contra. MINISTÉRIO DA DEFESA: contra. MINISTÉRIO  
2456 DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: contra. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO  
2457 SOCIAL E COMBATE À FOME: ausente. MINISTÉRIO - DESENVOLVIMENTO,  
2458 INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR: contra. MINISTÉRIO - EDUCAÇÃO:  
2459 abstenção. MINISTÉRIO - ESPORTE: ausente. MINISTÉRIO - FAZENDA: ausente.  
2460 MINISTÉRIO - INTEGRAÇÃO NACIONAL: ausente. MINISTÉRIO - JUSTIÇA:  
2461 abstenção. MINISTÉRIO - MEIO AMBIENTE: abstenção. MINISTÉRIO - MINAS E  
2462 ENERGIA: contra. MINISTÉRIO - PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO:  
2463 contra. MINISTÉRIO - PREVIDÊNCIA SOCIAL: ausente. MINISTÉRIO - RELAÇÕES  
2464 EXTERIORES: ausente. MINISTÉRIO - SAÚDE: a favor. MINISTÉRIO - TRABALHO E

2422EMPREGO: ausente. MINISTÉRIO - TRANSPORTES: contra. MINISTÉRIO -  
2423TURISMO: ausente. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA  
2424DA REPÚBLICA: contra. SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA  
2425PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: ausente. SECRETARIA ESPECIAL DE  
2426AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: ausente. SECRETARIA  
2427ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA  
2428PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: ausente. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS  
2429PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: ausente. SECRETARIA  
2430ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: ausente.  
2431SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: contra. MEMBRO  
2432HONORÁRIO: ausente. 14 votos a favor, 42 contrários, 4 abstenções. O quórum 60. Foi  
2433rejeitada à moção. Declaração de voto. Declaração do Dr. Paulo Nogueira e do  
2434Conselheiro Vitor Hugo.

2423

2424

2425**O SR. PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA/SP)**– Eu acho que umas funções do  
2426CONAMA, umas principais funções é obter um bom entendimento. No Ano passado eu  
2427lembro que havia divergências importantes entre o Ministério do Meio Ambiente e o  
2428Ministério de Minas e Energia. Fizemos várias seções para superar esses  
2429entendimentos, que no fim foram superados. Eu me recuso a votar num clima de  
2430desentendimento pessoal. *(Palmas!)*

2426

2427

2428**O SR. VITOR HUGO (PRESIDENTE DO IAP)** – Só quero usar da palavra para dizer  
2429que entendo que eu deveria ter o direito de ter falado antes, mas em respeito à Mesa e  
2430pelo bom andamento dos trabalhos, abri mão utilizando-me deste espaço. Só queria  
2431dizer a Conselheira Zuleica, que há duas formas de utilizar a indignação, a minha,  
2432durante toda a minha vida, transformei em obras, em ações concretas e resultados, a  
2433outra forma é só apontar os erros dos outros, agredir e entender que tenha razão  
2434sempre.

2429

2430

2431**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Próximo ponto de pauta.  
2432Gente, por favor, nós vamos passar para o próximo ponto de Pauta.

2432

2433

2434**A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu fui citada, eu tenho direito a falar. Ele citou  
2435nominalmente. Olha, a boa condução da reunião diz que a pessoa que foi citada ela  
2436tem o direito de resposta. Ele estava aqui fazendo declaração de voto e utilizou esse  
2437tempo para transgredir o Regimento Interno. Então, eu gostaria de agradecer os votos,  
2438eu vou fazer a minha declaração de voto, gostaria de agradecer o voto daquelas  
2439pessoas que tiveram coragem de votar, não incluo as abstenções, naturalmente,  
2440porque elas não dizem nada de positivo ou negativo, mas eu gostaria de deixar claro  
2441para as ONGs ambientalistas, que apesar da opressão que sentem, da não paridade  
2442desse Conselho, e do corporativismo com que as votações são feitas e não com base  
2443na proteção, na defesa do meio ambiente, que esse Conselho, apesar de ter perdido o  
2444seu sentido, a sua razão de existir, talvez ainda um dia a gente consiga transformá-lo  
2445num Conselho justo, onde todos possam colocar dignamente suas colocações, eu falei  
2446várias vezes, o IAP não agiu com honestidade, não falei a pessoa, no entanto ele

2435personalizou a alegação, assim as pessoas vão agindo para desqualificar os  
2436documentos e não agem para melhorar e chegar num acordo. Eu aqui fiz a minha  
2437exposição corretamente, me baseie em fatos concretos, e nenhum dos que vieram aqui  
2438se colocar contrário, colocaram alguma proposta de redação, alguma sugestão de  
2439negociação, ninguém pediu um tempo, “o, vamos pedir um tempo para a Mesa de 10  
2440minutos”, não, foi assim tudo já ensaiado, ensinado. Então esse é o CONAMA. Nós  
2441queremos deixar registrado que nós estamos vendo o que o governo vem fazendo com  
2442o CONAMA. Obrigado.

2436

2437

2438**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Tem uma questão de  
2439ordem, por favor. A gente pede à colaboração.

2439

2440

2441**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Não há condição de se continuar conduzindo dessa  
2442forma. Ou se estabelece as regras e elas são seguidas, o colega pediu a palavra, você  
2443não deu a palavra, ele teve que fazer a manifestação dele usando um outro artifício, a  
2444manifestação de voto. E aí acontece o que a gente está vendo aqui novamente. Ou há  
2445uma coordenação efetiva, onde as regras são cumpridas, ou não há...

2442

2443

2444**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – A Mesa está tentando  
2445conduzir da melhor forma possível, mas precisamos da cooperação dos conselheiros.

2445

2446

2447**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A Mesa está privilegiando a palavra a um setor  
2448específico.

2448

2449

2450**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Não, de jeito nenhum, é  
2451só impressão. Passamos para o próximo ponto de pauta. Ponto 7.5, proposta de moção  
2452dirigida ao Conselho Nacional, que solicita a complementação e aprovação do Projeto  
2453de Lei PL 5974/05, que dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais. Essa  
2454proposta foi apresentada e tem uma nova versão da Conselheira Zuleica, por favor.

2451

2452

2453**A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Essa proposta, na verdade não é minha, não é  
2454da atual bancada, é uma proposta do Miguel Scarcello, que era então Conselheiro da  
2455região Norte, representando a ONG SOS Amazônia. A moção continua, depois de  
2456alterada, ou melhor, depois de atualizada, em função de que o Projeto de Lei avançou,  
2457ela continua, agora no momento essa versão não é extemporânea, ela é atualizada, e o  
2458texto prevê do Projeto de Lei, ela está propondo que a moção seja dirigida aos  
2459presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, solicitando a aprovação  
2460do Projeto de Lei 5974 de 2005, que está sob análise da Câmara dos Deputados. O  
2461texto prevê que as pessoas físicas poderão deduzir até 80% do valor das doações e  
246260% dos patrocínios dirigidos a projetos ambientais, previamente aprovados pelo poder  
2463público, até o limite de 6% do Imposto de Renda devido. No caso de pessoas jurídicas,  
2464está muito barulho aí.

2454

2455

2456 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Só um pouco, vou pedir  
2457 Plenária em silêncio. Continuando Conselheira.

2457 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – No caso de pessoas jurídicas poderão ser  
2458 deduzidas até 40% do valor das doações e 30% dos patrocínios, respeitado o limite de  
2459 4% do Imposto de Renda. O projeto também contempla incentivos para doações ao  
2460 Fundo Nacional do Meio Ambiente, abre a possibilidade de benefícios para outros  
2461 fundos públicos ambientais, desde que sejam habilitados pelo governo federal.  
2462 Ressalta-se que a proposta não implica em aumento de renúncia fiscal, adaptando-se  
2463 plenamente a legislação tributária em vigor, inclusive em relação aos limites de  
2464 deduções possíveis. Preocupa-se ainda em evitar fraudes, a sistemática de incentivos  
2465 fiscais criada, mediante a inserção de tipo penal específico na Lei de Crimes  
2466 Ambientais. A aprovação do projeto trará grandes benefícios para os fundos ambientais  
2467 públicos, para as organizações não governamentais que atuam na área, e acima de  
2468 tudo, para o meio ambiente e para a sociedade brasileira. Obrigada.

2458

2459

2460 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheira.  
2461 Por favor, Conselheiro Francisco, depois Conselheira Flávia.

2461

2462

2463 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Eu gostaria de  
2464 solicitar o apoio dos outros setores para essa solicitação, para essa moção, porque ela  
2465 é uma solicitação dirigida à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, na  
2466 realidade já tem o PL que está discutindo isso, é de uma importância muito grande para  
2467 o setor ambientalista, vai representar um implemento muito grande em várias atividades  
2468 de ONGs que trabalham diretamente com preservação, pesquisa, então, eu gostaria de  
2469 solicitar a aprovação dessa moção pela importância dela e em termos, porque na  
2470 realidade é um reforço que o Conselho Nacional do Meio Ambiente dá a esse projeto  
2471 que está no Congresso Nacional.

2464

2465

2466 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Conselheiro.  
2467 Por favor, Conselheira da ANAMA.

2467

2468

2469 **A SR<sup>a</sup>. FLÁVIA MOURÃO PARREIRA DO AMARAL (Secretária de Meio Ambiente  
2470 de Belo Horizonte/MG)** - Apenas uma solicitação de esclarecimento, quem dá notícia  
2471 de qual é a situação atual da tramitação desse Projeto de Lei.

2470

2471

2472 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Na verdade, o que eu tenho para esclarecer é  
2473 que o Instituto Socioambiental nos informou que a moção continua atualizada e que,  
2474 como diz aqui, está atualmente sobre a análise da Câmara dos Deputados.

2473

2474

2475 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – O que eu posso  
2476 completar apenas aqui, Conselheira Flávia, é que esse projeto está tramitando na  
2477 Câmara dos Deputados, está entre os projetos que o Ministério do Meio Ambiente tem

2476 dado prioridade na tramitação, mas ele, como outros, da Política Nacional de Resíduos  
2477 Sólidos e outros, está tramitando com uma certa lentidão, por isso que inclusive o  
2478 Ministério tem se colocado favorável à moção, como mais um esforço para agilizar a  
2479 tramitação na Câmara. Agora, o momento em que está realmente, qual Comissão, isso  
2480 não posso lhe informar agora.

2477

2478

2479 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Conselheiro Clarismino.

2480

2481

2482 **O SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (PRESIDENTE DA ANAMMA)** -

2483 Atendendo o apelo do meu colega de movimento estudantil, arquiteto Francisco  
2484 Iglesias, todos os setores, eu gostaria de fazer uma proposição, uma emenda aqui, ali  
2485 onde está assim, e outros fundos ambientais, que colocasse textualmente, e aos fundos  
2486 estaduais e municipais de meio ambiente, que acho que é interessante e não precisa,  
2487 desde que esteja, não existe uma averbação desses fundos pelo Governo Federal, não  
2488 existe, existe pelos próprios, que são regulados pelo controle externo, os tribunais de  
2489 contas dos estados, dos municípios, e pelos conselhos municipais ou estaduais de  
2490 meio ambiente que têm controle externo. Então era essa só uma tentativa de..., além do  
2491 Ministério Público também.

2483

2484

2485 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Alguém é contrário a essa  
2486 proposta da ANAMA. O Dr. Ronaldo tem algum esclarecimento sobre a tramitação.

2486

2487

2488 **O SR. RONALDO** – A situação de tramitação é que o projeto está no Plenário, já  
2489 passou pelas comissões, está no Plenário, já está recebendo as recomendações de  
2490 voto dos diferentes partidos e assim por diante.

2489

2490

2491 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado Dr. Ronaldo.  
2492 Conselheira Zuleica.

2492

2493

2494 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Eu acho que tinha que colocar outros fundos  
2495 federais também, porque a gente tem o Fundo de Direitos Difusos e eu desconheço  
2496 outros fundos que trabalham com meio ambiente. Então se nós colocarmos só o Fundo  
2497 Nacional de Meio Ambiente, Estaduais e Municipais. Só fundos meio ambiente.

2495

2496

2497 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Acho que a idéia é  
2498 justamente apoiar o sistema de financiamento, sistemas de meio ambiente.

2498

2499

2500 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Olha, uma sugestão,  
2501 uma tentativa de sugestão Conselheira Zuleica. Apenas para esclarecer, é o seguinte:  
2502 pode ser ao Fundo Nacional de Meio Ambiente, Fundos Estaduais e Municipais, ou a  
2503 fundos que sejam destinados a financiar projetos voltados, deixar em aberto no final?

2501

2502 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Olha, nós não sabemos o que está  
2503acontecendo, porque já passou por várias, Comissão de Justiça e etc., eu prefiro deixar  
2504o seguinte: fundos de meio ambiente em geral, ou fundos relacionados à questão da  
2505proteção ambiental, para a gente não excluir o Fundo Nacional de Direitos Difusos, que  
2506tem uma carteira de meio ambiente.

2503

2504

2505 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Então o Clarismino  
2506está retirando a emenda dele e mantendo o texto original. Porque é o que está na lei.  
2507Então pergunto se algum Conselheiro se manifesta contrário a essa moção? Não.  
2508Então podemos considerar à moção aprovada? (Palmas!) Aprovado, vamos para a  
2509próxima. Parabéns Conselheira Zuleica, pela aprovação da moção. Vamos ao próximo  
2510ponto. É o ponto 7.7, proposta de moção contrária à redução do Parque do Ibirapuera,  
2511proponente o Instituto Ambiental Vidágua. A vai fazer a defesa da proposta.

2506

2507

2508 **A SR<sup>a</sup>. IVY WIENS (VIDÁGUA)** – Em nome de um consenso com a ANAMMA, a gente  
2509solicita a retirada dessa moção para essa Plenária e reapresentação para a próxima.

2509

2510

2511 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – OK, o Instituto  
2512Ambiental Vidágua como é autor da proposta e ANAMMA tinha pedido vista, não é  
2513isso? Mas o autor pode, a qualquer tempo, retirar a proposta. Então, vai ser pautada  
2514para a 91ª Reunião, em setembro. Portanto, a proposta de moção contrária à redução  
2515do Parque do Ibirapuera fica para a pauta de setembro. Conselheiro Carlos Hugo.

2512

2513

2514 **O SR. CARLOS HUGO SUAREZ SAMPAIO (Ministério da Justiça)** - Eu só gostaria  
2515de ter maiores informações, inclusive, der repente até incluir no próprio corpo da  
2516proposta, porque é uma proposta tão vaga e a gente não tem nenhuma informação a  
2517respeito de quanto é do parque, em que estágio está e tudo assim. Mas trazer essas  
2518informações antes da reunião também.

2515

2516

2517 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Só um  
2518esclarecimento Conselheiro, bem oportuna sua observação. Nós recebemos alguns  
2519documentos, tanto das entidades que estão envolvidas com a proposta da moção, que  
2520são autoras da proposta da moção, Vidágua e outras entidades da capital, quanto  
2521também recebemos documentos secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente de  
2522São Paulo, que é o Eduardo Jorge, que também é Conselheiro aqui. Então nós vamos  
2523disponibilizar no site, até peço à equipe que registre isso, já de imediato, os  
2524documentos que nos chegaram a respeito dessa matéria. Não precisam nem aguardar  
2525os 15 dias regimentais anteriores à próxima Plenária, acho que já podemos  
2526disponibilizar isso em processo, correto? Então, vamos para a próxima moção. Item 7.8,  
2527proposta de moção que solicita a celeridade na tramitação e aprovação do PL 1991/07,  
2528que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O interessado é o próprio  
2529Ministério do Meio Ambiente. Eu pergunto quem, do Ministério do Meio Ambiente, pode  
2530fazer a defesa dessa proposta? Dr. Marcos Bandini se encontra aqui presente.



2518

2519

**2520O SR. MARCOS BANDINI (Gerente de Programas Ambientais Urbanos do MMA) -**

2521Boa tarde a todos, só então sobre essa matéria, fazer aqui um rápido relato, por conta  
2522do histórico da Constituição do PL 1991, que tem contribuição muito grande do  
2523CONAMA. Já há 10 anos o CONAMA vem acompanhando esse assunto e pôde  
2524contribuir, principalmente com duas comissões especiais, a última em 2005, com uma  
2525elaboração que foi aproveitada pelo executivo e encaminhada ao Congresso Nacional,  
2526em setembro de 2007. Então, no momento, no Congresso Nacional nós temos,  
2527aproveitando a pergunta sobre a moção anterior, a seguinte situação, já há um voto na  
2528Comissão Especial sobre o assunto, mas não sobre o PL 1991, mas sobre a política de  
2529resíduos, o intuito é agora de criar, já está em Plenário, portanto, de criar um Grupo de  
2530Trabalho, esse Grupo de Trabalho foi criado há poucos dias, há 10 dias, com a  
2531responsabilidade de fazer uma análise sobre o assunto, atualizar o Congresso sobre a  
2532matéria e levar a voto na primeira oportunidade. Então, no momento esse Grupo de  
2533Trabalho será coordenado, está sendo coordenado pelo Deputado Federal Arnaldo  
2534jardim, tem mais outros 12 deputados que fazem parte desse grupo e que deve  
2535promover, inclusive, audiências junto às 5 regiões brasileiras para novamente ouvir a  
2536sociedade. Em relação ao conteúdo do PL 1991, aqui eu só quero deixar claro que o  
2537intuito do Poder Executivo foi aproveitar o trabalho feito por esta Casa, pelo CONAMA,  
2538atualizando apenas em relação à aprovação de duas legislações muito importantes, a  
2539Lei 11445 que instituiu, em 2007, a Política de Saneamento e a Lei Federal 11107, que  
2540estabelece as formas de operação de consórcios de natureza pública. Então, o PL 1991  
2541está em tramitação, como disse em Plenário, apensado aos demais para voto, e por  
2542isso, a importância da celeridade e ao mesmo tempo do acompanhamento desta Casa,  
2543que é a mãe, vamos dizer assim, dos princípios que estão colocados no PL 1991. Muito  
2544obrigado.

2521

2522

**2523O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente) –** Obrigado, Dr. Bandini. A

2524Plenária está esclarecida? Alguém contrário à proposta de moção? A moção está  
2525aprovada. (Palmas!) Nós temos um último ponto de pauta, eu consulto que é a questão  
2526da proposta de moção que requer arquivamento do processo de licenciamento da UHE  
2527Tijuco Alto. Eu consulto a Plenária, fiquei de fazer uma consulta, tem pedido de votação  
2528nominal para essa proposta de moção, eu fiquei de trazer um pouco, fazer uma  
2529consulta sobre a continuidade ou não, dessa Plenária. Vocês acham que dá para  
2530continuar? Eu acho que nós só temos um problema, é uma votação nominal agora. A  
2531idéia é que façamos, eu queria fazer uma consulta ao Plenário. Justamente, fazemos o  
2532almoço agora e retornamos às 14h30min, só temos esse ponto de moção, mas é um  
2533pedido...

2524

2525

**2526A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC) –** Eu gostaria de lembrar que têm os informes,  
2527com todas as instituições, o IBAMA, que têm que estar aqui. Vocês têm que avisar a  
2528eles, que eles têm que estar aqui.

2527

**2528O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente) –** Nós interrompemos agora  
2529a reunião e retornamos às 14h30min. Bom almoço.

2529

2530

2531

*(Intervalo para o almoço)*

2532

2533

2534 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Boa tarde. Gostaria de  
2535 dar andamento à 90ª Reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente e passar  
2536 imediatamente para o item 7.9 da pauta, que trata da proposta de moção que requer  
2537 arquivamento definitivo do processo de licenciamento da UHE de Tijuco Alto, a ser  
2538 instalada no Vale do Ribeira, no Estado do Paraná. O interessado é a APROMAC,  
2539 Conselheira Zuleica Nycz e nós contamos aqui com a presença do Presidente do  
2540 IBAMA, Dr. Messias, que deverá também prestar esclarecimentos. Por favor, Drª.  
2541 Zuleica.

2535

2536

2537 **A SRª. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Olá. Essa proposta de moção veio do  
2538 movimento que está fazendo o enfrentamento do licenciamento, ou melhor, da intenção  
2539 de uma empresa de utilizar o Rio Ribeira para produzir energia para fins privados, que é  
2540 a Companhia Brasileira de Alumínio. Um dos últimos rios, talvez o último rio não  
2541 barrado do País, que tem uso múltiplo, é uma água que tem uso múltiplo e tem muitos  
2542 problemas nessa região. Isso já é um assunto antigo, acho que até o Dr. Paulo  
2543 Nogueira deve se lembrar, deve até ter, talvez, algum comentário. É uma luta antiga do  
2544 Estado de São Paulo e do Estado do Paraná, da população, da sociedade civil, das  
2545 comunidades atingidas contra esse barramento porque isso vai prejudicar a vida do rio,  
2546 vai prejudicar todas as atividades das comunidades que vivem, que sobrevivem dos  
2547 recursos que esse rio proporciona. Tem várias questões que não foram respondidas  
2548 nesse novo processo, isso já é a segunda vez, porque o Ministério Público Federal  
2549 entrou com uma ação na época e suspendeu o licenciamento da pretensão dessa usina  
2550 pretendida. Questões importantes que não foram respondidas: a questão da segurança  
2551 da barragem, porque é um novo projeto; a quantidade e a extensão de cavidades  
2552 subterrâneas afetadas; a proteção do aquífero Karst; a qualidade da água a ser  
2553 represada no futuro reservatório; a magnitude e os danos causados a população  
2554 afetadas pelos impactos indiretos, tais como, redução de áreas agriculturáveis,  
2555 alteração na população de peixes, aumento de concentração de poluentes no rio,  
2556 encharcamento de áreas pela elevação do lençol freático, etc. O impacto da construção  
2557 dessa barragem sobre a ecologia da região estuarina de Cananéia-Iguape, o destino  
2558 das centenas de famílias e agricultores familiares e comunidades quilombolas  
2559 diretamente afetadas pela formação do reservatório, além de outras. Têm várias falhas  
2560 e inconsistências nos estudos ambientais apresentados no EIA/RIMA, denúncias de  
2561 irregularidades no processo do licenciamento, dentre as quais a de que o lago da  
2562 barragem cobraria o passivo ambiental causado pela disposição irregular de escória de  
2563 chumbo. Então, aqui temos uma situação semelhante com Mauá. Mauá que a indústria,  
2564 os setores governamentais e privados querem resolver o problema ambiental através  
2565 do encobrimento do passivo, é a nova técnica. Aqui, no caso, o encobrimento de um  
2566 passivo de muitos anos que causou contaminação violenta de populações inteiras ali de  
2567 Adrianópolis, crianças, mulheres, grávidas e etc. por chumbo. Até hoje o Governo  
2568 Federal, tão preocupado em produzir energia para o País, esqueceu que deveria  
2569 também cuidar da saúde. Não existe nenhuma ação, até o momento que eu saiba, de  
2570 remediação dessa área antiqüíssima de contaminação química por chumbo, que  
2571 continua lá e poder público não tem o menor interesse em cuidar disso. Agora vem a

2538solução: vamos alagar. Uma boa solução, deve ser uma boa estratégia mesmo, sem  
2539que haja nenhum estudo. Totalmente inconseqüente. Não foram atendidos pedidos  
2540para realização de audiências públicas em Cananéia, Curitiba e São Paulo-SP,  
2541solicitadas a tempo, dentro do prazo. Considera-se também, as ONGs observaram, as  
2542ONGs, as populações, inclusive municípios, prefeitos e etc., observaram que a energia  
2543gerada desse pretense vai ser destinada exclusivamente para a produção da  
2544Companhia Brasileira de Alumínio, pertencente ao Grupo Votorantim em alumínio, São  
2545Paulo. Portanto, não é uma obra de interesse social. O parecer técnico do IBAMA não  
2546levou em consideração nenhum dos inúmeros planos alternativos de desenvolvimento  
2547que existem para a região do Vale do Ribeira. Há uma pressa que nos parece  
2548injustificável do licenciamento para a construção dessa usina porque não tem plano de  
2549bacia hidrográfica, não tem comitê de bacia hidrográfica, ambos previstos pela lei  
2550federal 9433/97 e pela lei estadual do Paraná, 12726/99. Existem inúmeras  
2551manifestações da sociedade civil contra esse empreendimento, moções de repúdio  
2552realizadas, votadas em diversos eventos de nível regional, estadual e nacional. A 1ª  
2553Conferência da Agenda 21 do Vale do Ribeira, realizada em Registro e no Paraná em  
25542006, deixou claro que o desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira não  
2555contempla a construção de usina hidroelétrica. Existe também contradição com  
2556programas do Governo Federal, as quais buscam a sustentabilidade regional, tal como  
2557o "Fome Zero", "Compra direta", "Comunidades tradicionais", são programas do  
2558Governo Federal que visam manter as famílias e agricultores familiares em suas terras.  
2559A melhoria de fluxos de financiamento para produção agrícola e a melhoria de serviços  
2560públicos, mas ao mesmo tempo, enquanto gasta esse dinheiro do contribuinte para  
2561fazer esses programas, oferecem a área para o setor privado. Considerando que Cerro  
2562Azul, no Paraná, uma das cidades afetadas, não existem áreas com as mesmas  
2563características físicas e agriculturáveis para remoção das famílias ribeirinhas que  
2564seriam afetadas, caso a barragem fosse construída. Que a notícia da pretensão de  
2565construção dessa usina, tal como está acontecendo no Complexo do Madeira, que  
2566aumentou em 600% o desmatamento só pelo anúncio da intenção de fazê-lo. No caso  
2567de Tijuco Alto vem causando um grande impacto socioeconômico no município de  
2568Cerro Azul, constituindo-se em passivo social da CBA. Considerando que o Brasil está  
2569envolvido na campanha do Plano Diretor Participativo, mais uma contradição,  
2570discutindo, reelaborando, revendo, analisando os Planos Diretores Municipais, onde lá  
2571não tem. Quer dizer, vão fazer o Plano Diretor, mas antes detonam com a área para  
2572depois fazer o Plano Diretor. Considerando que os municípios de Cerro Azul, Doutor  
2573Ulysses, nenhum desses municípios, nem Adrianópolis, realizaram ainda seus Planos  
2574Diretores. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 162 e 163, diz que as  
2575negociações sobre aproveitamento energético de recursos hídricos devem ser  
2576acompanhadas por Comissão Parlamentar nomeada pela Assembléia, não está  
2577acontecendo. E considerando que o Estado fomentará a implantação em seu território  
2578de usinas hidroelétricas de pequeno porte, para atendimento da demanda local,  
2579respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente. Isso não está acontecendo no  
2580caso da pretendida, usina hidroelétrica de Tijuco Alto. Por isso nós consideramos que é  
2581uma irresponsabilidade social, ambiental, técnico, político, administrativo, empresarial, o  
2582licenciamento dessa usina e solicitamos o arquivamento total e definitivo do  
2583empreendimento, da Usina Hidroelétrica de Tijuco Alto no Rio Ribeira-Iguape.

2539

2540

2541 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Esclarecimentos.  
2542 Ministério de Minas e Energia.  
2542  
2543  
2544 **A SRª. MARIA JOSÉ GAZZI SALUM (Ministério de Minas e Energia)** – Boa tarde. Em  
2545 relação a hidroelétrica de Tijuco Alto, nós teremos alguns comentários a fazer, porque  
2546 várias das colocações da moção elas, em alguns casos, não guardam alguns respaldos  
2547 técnicos ou mesmo, às vezes, não contêm as informações ou nós teríamos outras  
2548 informações que se contrapõem ou às vezes até complementam as colocadas por  
2549 quem impetrou a moção. Em primeiro lugar, a consideração de que a obra é de  
2550 interesse privado e classificar uma obra de interesse privado porque o uso seria para a  
2551 Companhia Brasileira de Alumínio, como uma obra, um empreendimento que não é de  
2552 interesse social, é, vamos dizer, uma avaliação que pode estar extremamente  
2553 equivocada quando essa avaliação não leva em consideração quais são, de fato, os  
2554 impactos, inclusive positivos sob o ponto de vista social, que um empreendimento  
2555 desses pode trazer: geração de emprego, renda, tributo e etc. Então, Eu acho que essa  
2556 afirmação é muito séria porque nós teríamos vários e vários empreendimentos no País  
2557 que, por serem de capital privado, não se constituiriam como de interesse social, isso,  
2558 em nosso ponto de vista não é necessariamente uma verdade. O acolhimento de uma  
2559 denúncia, e não há um estudo real, mas de uma denúncia de que o lago, ou a represa  
2560 encobriria o passivo ambiental causado pela disposição irregular de escória de chumbo  
2561 de uma antiga mineração local, nós também teríamos algumas considerações. Primeiro  
2562 não é escória de chumbo. Não foi feito, em nenhum tempo, mesmo mais remoto, a  
2563 metalurgia do chumbo na região, era a mineração do chumbo, então, o nome correto,  
2564 tecnicamente são rejeitos de chumbo e esses rejeitos da mineração de chumbo, na  
2565 verdade, a Companhia Brasileira de Alumínio dispôs esses rejeitos antigos em um  
2566 aterro licenciado. A afirmação de que não houve estudos independentes também não  
2567 procede. No caso, e aí foram estudos encomendados a duas Universidades Federais  
2568 que, sabidamente, são instituições de notório saber, todos nós, eu venho do sistema  
2569 universitário, a gente sabe da independência de pesquisadores das universidades e de  
2570 suas competências, no caso um estudo sobre a possibilidade de geração de águas  
2571 ácidas e conseqüente dissolução de metais pesados, que foi encomendada a UFSCar –  
2572 Universidade Federal de São Carlos, e a questão sobre o impacto na atividade  
2573 pesqueira que foi feito pela Universidade Federal do Paraná, mostrando não haver  
2574 correlação desta atividade com a vazão de água. Objetivamente a moção pede o  
2575 arquivamento definitivo de um processo que tem um parecer positivo do IBAMA em  
2576 relação a sua viabilidade ambiental. Então, nós estamos falando de algo que o IBAMA  
2577 avaliou como positivo, uma avaliação positiva em relação à viabilidade ambiental. A não  
2578 concessão da licença prévia teve como causa, primeiro a validação da ANA quanto ao  
2579 uso dos recursos hídricos, esse problema está resolvido e este ano, em março deste  
2580 ano existe o ofício da Superintendência de Outorgas da ANA, considerando válido e  
2581 ainda vigente a outorga de uso da água. Então, este deixa de ser uma pendência. A  
2582 afirmação de que não houve estudos independentes, desculpe, tem mais a segunda  
2583 questão que está relacionada, na verdade, à necessidade de realização de novas  
2584 audiências públicas, que foram requisitadas pela sociedade civil e Ministério Público  
2585 Federal. Também esta pendência foi resolvida, desde que uma análise da diretoria de  
2586 licenciamento do IBAMA considerou desnecessárias novas audiências. Esse  
2587 posicionamento do IBAMA se justifica pelos seguintes fatos: foram realizadas 5  
2588 audiências, entre as quais duas em municípios que não são diretamente atingidos pela

2545usina, um por sua posição sócio-política na região, que é o município de Registro e  
2546outro pela expressiva população quilombola, que é o município de Eldorado. Então,  
2547restou uma terceira pendência que na verdade é uma pendência que tem mais um  
2548caráter legal do que propriamente de mérito. O mérito já está dado, positivo em relação  
2549à viabilidade ambiental, que é a questão da presença de cavidades naturais  
2550subterrâneas. Nós temos um decreto, o Decreto 99556/90, que define cavidade natural  
2551subterrânea como todo e qualquer espaço subterrâneo, penetrável pelo homem, e  
2552inclusive considerando chamadas tocas, grutas, buracos e etc., e considera todos  
2553esses espaços como patrimônio cultural, independentemente dos seus atributos,  
2554quaisquer que sejam esses atributos. Este decreto é hoje pauta de uma agenda  
2555propositiva e, eu acredito que positiva, envolvendo os Ministérios de Minas e Energia, o  
2556Ministério do Meio Ambiente, há um interesse de Estado em resolver essa questão, o  
2557próprio IBAMA reconhece que este decreto pode ter sido bem utilizado no momento de  
2558proteger o patrimônio espeleológico, mas que não teria mais sentido. Então, arquivar  
2559hoje este processo de licenciamento tendo como vista a única pendência que é o  
2560decreto, não é pertinente, nós teríamos que arquivar, junto com ele, inúmeros  
2561processos de licenciamento no País que hoje, estão de fato paralisados pela questão  
2562do decreto que ainda é vigente. Só resumindo: o patrimônio espeleológico brasileiro  
2563contou com o auxílio da Companhia Brasileira de Alumínio para identificar inúmeras das  
2564cavidades subterrâneas que ocorrem na sua região de atuação. Obrigada.

2546

2547

2548**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Algum outro  
2549esclarecimento? IBAMA, Messias.

2549

2550

2551**O SR. ROBERTO MESSIAS FRANCO (IBAMA)** – Senhores Conselheiros e  
2552Conselheiras é apenas um esclarecimento do IBAMA em relação à nossa situação  
2553nesse processo de licenciamento. Já foram feitas as análises da documentação  
2554apresentada, com todas as modificações de projeto, etc. Inclusive eu ainda não era o  
2555presidente do IBAMA, quando o Dr. Basileu ainda era presidente, recebemos os  
2556representantes do ISA, com mais organizações não-governamentais que nos enviaram  
2557uma série de questões que são um pouco as questões que foram até lidas pela  
2558Conselheira alguns minutos atrás, que estão sendo todas devidamente avaliadas para  
2559fazer parte da nossa avaliação final. Como estamos nesse processo, finalizando, acho  
2560que não seria cabível um arquivamento definitivo, desde que estamos à luz de todos os  
2561instrumentos existentes, as informações, tendo todo o cuidado de, em cada detalhe dos  
2562pedidos de esclarecimento, ter a segurança necessária para que se possa ter uma  
2563definição final, que seria, no caso, a licença prévia, nesse projeto e nesse processo.  
2564Evidentemente que ele é polêmico, que tem vários anos de tramitação, de idas e vidas,  
2565de reconfecções, desde que a diretoria de licenciamento, dentro dos procedimentos  
2566necessários, fez as audiências públicas, ouviu, anotou, ouviu todos os dados favoráveis  
2567e contra. Estamos analisando com todo o cuidado, com toda acuidade possível,  
2568inclusive há as novas indagações, preocupações e tal, para que se possa chegar com  
2569segurança a um parecer final. Então, é essa fase que está, mas que, a equipe técnica,  
2570depois de visto tudo isso, depois de visitado, feitas exaustivas à área, das audiências  
2571públicas, da documentação apresentada e das alternativas, fez esse parecer técnico  
2572conclusivo pela viabilidade que, entretanto, à luz das várias pedidas, nós abrimos um  
2573prazo novo para que fossem colocadas todas as novas inquietações, todos os novos

2552problemas que teriam sido detectados, e que está, naturalmente, sob análise, como eu  
2553disse, o mais acurada possível. Então, estes são os esclarecimentos que eu queria dar  
2554a todos, e naturalmente com toda transparência. Entretanto, nós não achamos que seja  
2555adequado um arquivamento definitivo de um processo que, não é definitivo, por que já  
2556gastou tanto tempo e dentro dele está se agregando, cada vez mais, dados e mais  
2557dados para que dê a segurança de uma possibilidade ou não. Sabemos, não existe  
2558empreendimento nenhum, que tenha impacto ambiental zero, entretanto, vai se fazer  
2559correta a análise de custo benefício.

2553

2554

2555**A SRª. IVY KARINA WIENS (VIDÁGUA)** – Bom, o processo de licenciamento de Tijuco  
2556Alto iniciou em nível estadual e depois passou para o nível federal. Esse processo se  
2557arrasta há mais de 10 anos, e não é à toa. A minha fala vem no sentido de fazer um  
2558apelo a essa Plenária, aos Conselheiros para que se atenham aos detalhes, que todos  
2559os dados que eu vou apresentar para vocês agora, constam do estudo de impacto  
2560ambiental feito pela própria empresa solicitante do empreendimento. No relatório, no  
2561estudo de impacto ambiental consta que duas cavernas vão ser inundadas, digo isso ao  
2562IBAMA diretamente. Ao MAPA eu digo: que processos erosivos vão ser intensificados  
2563nessa bacia? Da área alagada pela barragem, 46% estão aptas à agricultura e 35%  
2564para pastagens. As alterações que vão haver em decorrência do empreendimento no  
2565microclima vão afetar as lavouras já existentes na região. Ao Ministério do Meio  
2566Ambiente, 53% da área a ser desmatada é de vegetação em estágio médio e  
2567avançado, e nós estamos falando da Mata Atlântica que tem uma lei própria. À  
2568Secretaria de Pesca eu digo que a diminuição dos peixes vai afetar diretamente todas  
2569as comunidades ribeirinhas que vivem naquela região. Ao Ministério das Cidades eu  
2570falo sobre as mais de mil famílias que vão ser afetadas pelo empreendimento, inclusive  
2571comunidades indígenas e quilombolas, 35 indícios de sítios arqueológicos na região.  
2572Das 6 audiências públicas realizadas no Vale do Ribeira, em todas foram feitas  
2573manifestações contrárias ao empreendimento, inclusive com manifestações do  
2574Ministério Público. Prefeitos e vereadores, isso eu digo a ANAMMA para que verifique  
2575isso com os prefeitos e vereadores daquela região, já se manifestaram contrários  
2576também ao empreendimento. Nós temos moções de câmaras falando sobre isso e  
2577declarações dos prefeitos também falando por conta dos problemas sociais que vão  
2578advir desse empreendimento. O rio é público, e ele vai estar sendo usado como uma  
2579propriedade privada. 123 empregos vão ser gerados com o funcionamento dessa usina,  
2580todos técnicos e que provavelmente não vão atender a população dessa região. Fora  
2581que todos esses impactos que eu listei para vocês vão afetar as comunidades que já  
2582têm atuação, já têm fonte econômica, justamente advindos desses recursos, desse  
2583patrimônio natural que vai ser destruído. Só para lembrar vocês que por decreto a  
2584energia produzida em Tijuco Alto não pode ser colocada no sistema, vai ser usada  
2585exclusivamente pela Companhia Brasileira de Alumínio. Então, a questão da utilidade  
2586social, os impactos sociais são muito maiores do que os benefícios que estão sendo  
2587previstos. Existe um movimento muito forte no Vale do Ribeira há mais de 10 anos.  
2588Então, eu faço um apelo, especialmente ao Ministério de Minas e Energia e ao IBAMA,  
2589para que saiam desse "check-list" burocrático e legal, e tenham uma análise mais  
2590sensível aos impactos que vão haver naquela região que é o maior remanescente de  
2591Mata Atlântica contínuo que nós temos, a todas as famílias, ao desenvolvimento  
2592econômico, social e ambiental.

2556

2557

2558 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado. Eu tenho agora  
2559 inscritos: Conselheira Zuleica, Conselheira Cristina, Conselheiro Rubens, Conselheiro  
2560 Roberto Messias, do IBAMA, Conselheiro Xico Blue e Conselheira Patrícia Boson. Na  
2561 fala da Conselheira Zuleica, eu vou encerrar as inscrições. Então, quem quiser se  
2562 inscrever ainda, por favor, se inscreva durante a fala da Conselheira Zuleica.

2563

2564

2565 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** – Tem uma parte aqui que eu deixei até de  
2566 propósito para ler no final da nossa moção, que diz o seguinte: o IBAMA, em 26 de  
2567 fevereiro de 2008, do Parecer Técnico 07/2008, avaliou os estudos ambientais da usina  
2568 hidroelétrica, avaliou os estudos do EIA/RIMA que a colega **Ivy** acabou de relatar, e  
2569 concluiu por sua viabilidade, portanto, é uma viabilidade bastante subjetiva, ao sabor do  
2570 humor naquele dia. Considerando que, a realização das audiências públicas em julho  
2571 de 2007 nos municípios do Vale do Ribeira, Cerro Azul, Ribeira, Adrianópolis, Eldorado  
2572 e Registro apontaram para a rejeição desse empreendimento por parte da comunidade  
2573 local e regional e que os questionamentos que houveram... porque nós queremos saber  
2574 para que serve audiência pública, estamos curiosos para saber qual é o objetivo da  
2575 audiência pública, porque fizeram algumas audiências, não fizeram todas que foram  
2576 pedidas, o que também é um critério estranho. E das que fizeram, receberam  
2577 questionamentos e pedidos de esclarecimentos, tanto por parte da sociedade civil,  
2578 como por parte do Ministério Público. O que nós não entendemos é para que foram  
2579 feitos esses questionamentos e pedidos de esclarecimento, porque que as pessoas se  
2580 deslocaram até lá com dificuldade, ficaram lá, correndo até risco de vida, porque muitas  
2581 vezes as empresas contratam pessoas, eu já estive em diversas dessas audiências e  
2582 tem muitas vezes pessoas mal encaradas, violentas, que estão lá para reprimir as  
2583 manifestações espontâneas da sociedade local, dos ambientalistas, às vezes nós  
2584 temos que sair escoltado pela polícia. Nesse caso, eles fizeram todo esse esforço de ir  
2585 para as audiências públicas e até agora não foram respondidos os questionamentos e  
2586 tampouco levados em consideração, porque o parecer técnico não levou em  
2587 consideração nada disso. Então, o que está se questionando aqui é que o processo de  
2588 licenciamento não é técnico, ele é mais um teatro, uma encenação, um rito de  
2589 encenação onde os mais fracos saem sempre perdendo, a indústria vai ficar com o rio  
2590 só para ela, isso deve ser de grande interesse mesmo, mas não social, porque, como  
2591 disse a Ivy, do VIDAGUA, maiores serão os ônus para a sociedade e os bônus ficarão  
2592 com a empresa, que lucra e não responde por mais nada além disso. Além do mais,  
2593 todos sabemos que além da grande degradação social que vai haver com o  
2594 deslocamento de famílias inteiras que vivem há dezenas de anos, algumas há mais de  
2595 cem anos. Vai acontecer o seguinte, o que já acontece em todos os lugares do Brasil:  
2596 muito pouco emprego acaba ficando na região, uma enorme degradação social,  
2597 gravidez infantil, prostituição, doenças venéreas. Isso também é uma parte, não sei se  
2598 o MME leva isso em conta. Acredito que não, porque isso também acontece, são as  
2599 conseqüências desses grandes empreendimentos, onde milhares de trabalhadores são  
2600 levados para a região, que não está preparada para recebê-los, em todos os sentidos.  
2601 Não há nem saneamento básico, não há estrutura social, intelectual, moral para receber  
2602 centenas, talvez milhares de trabalhadores que muitas vezes acabam ficando por lá,  
2603 causando graves problemas sociais. Então, eu pergunto se isso é de interesse social,  
2604 se vocês consideram isso e para que servem as audiências? Eu gostaria de perguntar  
2605 para o IBAMA, qual é a finalidade das audiências no processo do licenciamento?

2606

2607

2608 **O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigado. Bom, se  
2609 inscreveram, se tiver algum engano..., Conselheira Cristina, Conselheiro Rubens,  
2610 Conselheiro Roberto Messias, do IBAMA, Conselheiro Xico Blue e Conselheira Patrícia  
2611 Boson e Conselheiro Bertoldo da ABES. Mais uma inscrição, Maria José do MME.

2612

2613

2614 **A SR<sup>a</sup>. CRISTINA KISTEMANN CHIODI (AMDA)** – Eu queria chamar a atenção desse  
2615 Conselho para o fato de que o interesse social ou a utilidade pública são definidos em  
2616 razão da matéria. A Conselheira Ivy relatou que pelo menos 50% da área afetada pelo  
2617 reservatório ainda abriga remanescentes significativos de Mata Atlântica em estágio  
2618 médio e avançado de regeneração. E Lei da Mata Atlântica diz o que é de interesse  
2619 social e o que é de utilidade pública para fins de supressão de Mata Atlântica. Pela  
2620 definição legal, sem dúvida alguma, esse empreendimento não se enquadra como  
2621 utilidade pública ou utilidade social para fins de supressão da Mata Atlântica em estágio  
2622 avançado ou médio de regeneração. Então, eu queria entender como é que foi feito  
2623 esse “chequelist” de cumprimento da legislação ambiental. Queria que o IBAMA me  
2624 esclarecesse como fica a Lei da Mata Atlântica nesse caso, porque o empreendimento  
2625 não atende a alínea b do inciso VII, do artigo 3º da Lei da Mata Atlântica, que diz que  
2626 utilidade pública são as obras essenciais de infra-estrutura de interesse nacional,  
2627 destinados aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo  
2628 poder público federal ou dos estados. Eu queria saber com base em que lei foi dada  
2629 essa declaração de atividade pública ou se ela existe? Eu acho que ela não existe, pelo  
2630 menos pelo que eu procurei pesquisar sobre esse empreendimento, ela não existe.  
2631 Então, eu entendo que esse empreendimento, inclusive, não está de acordo com a  
2632 legislação federal. Obrigada.

2633

2634

2635 **O SR. RUBENS NUNES SAMPAIO (GERC)** – Nós todos que vivemos neste País  
2636 certamente a nós todos incomoda, e muito, a má fama que grassa no meio  
2637 internacional a respeito deste nosso querido Brasil. Quem viaja ou quem se informa a  
2638 respeito do conceito que goza o nosso País lá fora, sabe que não é dos melhores. E  
2639 não é dos melhores, infelizmente, com justas razões. Este País tem mais de 500 anos  
2640 de tradição, de privilegiamento do interesse privado sobre o interesse público. Os  
2641 portugueses, quando chegaram aqui, que encontraram dificuldade de defender nosso  
2642 território, criaram as capitanias hereditárias, criaram cesmarias e entregaram grandes  
2643 porções de terras aos amigos do rei. E os amigos do rei continuaram se sucedendo até  
2644 o século 21, porque o que se vê, ainda hoje, é o privilégio, é a entrega das fatias  
2645 maiores do patrimônio desse País, seja ele qualificado material ou imaterialmente aos  
2646 amigos do rei, às pessoas de grande influência no meio empresarial, no meio social e  
2647 etc.. Ora, a que propósito vem esta fala? O que me trouxe aqui foi uma consideração da  
2648 Conselheira, Senhora Representante do Ministério de Minas e Energia, que contestou o  
2649 argumento da autora dessa proposta de moção, de que o CONAMA estaria  
2650 coonestando, homologando uma licença a bem de interesse privado. Quando esse  
2651 órgão, o CONAMA, está aqui para defesa do patrimônio ambiental, que envolve,  
2652 essencialmente, interesse público e não interesse privado. O argumento dela, da  
2653 senhora representante do Ministério de Minas e Energia, é que se trata sim de interesse  
2654 público, porque é um empreendimento que vai gerar emprego e renda. A prevalecer



2655esse entendimento, nós teríamos que apagar a distinção entre interesse público e  
2656interesse privado, porque, evidentemente, toda empresa vai gerar emprego e renda.  
2657Então, não haveria mais razão para distinguir o interesse privado do interesse público.  
2658Além disso, interesse social, que no caso coincide com interesse público, é uma  
2659expressão já cunhada legalmente e quando a lei se apropria de algum termo ou de  
2660alguma expressão, ela passa a ter um significado próprio, já não é mais permitido  
2661empregar essa expressão ou esse termo para outra acepção, porque já tem um cunho  
2662próprio definido na legislação. Então, como esse aqui é um órgão normativo, lida com  
2663normas, lida com regras de direito, ela não pode ignorar o que a legislação diz a  
2664respeito de interesse social. A colega que me precedeu, representante da AMDA, já  
2665invocou a lei da Mata Atlântica, onde ficou claro que interesse social tem uma acepção  
2666própria que não pode ser confundida com aquela argüida pela senhora representante  
2667do Ministério de Minas e Energia. Não bastasse a lei de Mata Atlântica, já lá atrás uma  
2668resolução deste mesmo Conselho diz que interesse social, no inciso V, do artigo 1º,  
2669perdão, não é uma Resolução, é a Lei 4771/65 do Código Florestal, artigo 1º, inciso V,  
2670define como interesse social as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da  
2671vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle de fogo, controle da  
2672erosão, erradicação de invasoras, proteção de plantios com espécies nativas conforme  
2673Resolução do Conama. Letra b: atividade de manejo agroflorestal sustentável,  
2674praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar que não descaracterizem a  
2675cobertura vegetal e não prejudique a função ambiental da área e demais obras, planos,  
2676atividades do projeto definidos em resolução do CONAMA. Nada disso se inclui nesse  
2677projeto de construção dessa UHE, dessa usina hidroelétrica. Portanto, este Conselho,  
2678que trata de questão ambiental, que trata de interesse público, e esse argumento deve  
2679sensibilizar sobretudo os representantes do poder público que não estão aqui para  
2680coonestar interesses privados, muito menos quando eles colidem frontalmente com  
2681interesse público, como demonstrou a colega que me precedeu, representante das  
2682ONGs em nível nacional, quando demonstrou que esse empreendimento, como todo  
2683empreendimento dessa natureza, vai acarretar problemas para quem está na lavoura,  
2684para quem vive da pesca e tudo mais. Então, até por isso, porque vai projetar prejuízos  
2685sensíveis para a classe mais desfavorecida, em benefícios de quem? De um  
2686megaempresário. Não temos nada contra megaempresa, desde que ela desenvolva  
2687suas atividades sem prejudicar a coletividade. (Palmas!)

2688

2689

2690**O SR. VOLNEY ZANARDI (Ministério do Meio Ambiente)** – Obrigada. Eu só queria  
2691aqui registrar que eu tenho feito o controle do tempo. O tempo tem mais ou menos  
2692girado em torno de 3 a 5 minutos. Nós aqui fomos um pouquinho além desse tempo.  
2693Nós temos mais 4 inscritos. O Dr. Messias pediu para passar a palavra para o Diretor  
2694de Licenciamento do Instituto (nome não identificado – 40:50), por favor, 3 minutos.  
2695Depois, o Conselheiro Xico Blue.

2696

2697

2698**Ó SR. NÃO IDENTIFICADO (IBAMA)** – Boa tarde a todos. Só queria complementar as  
2699informações prestadas pelo Dr. Roberto Messias em relação à questão das cavernas,  
2700que ele estava comentando aqui, que há esse questionamento, isso foi encaminhado à  
2701Procuradoria-Geral do IBAMA para avaliação exatamente da legalidade ou não dessa  
2702questão de interferência com as cavernas existentes ali na região, porque em função do  
2703decreto existente, que gera interpretações variadas a respeito, então trata-se de

2704matéria legal, não há como a área técnica se pronunciar diretamente sobre esse  
2705aspecto. Então, está em consulta à área jurídica. Queria esclarecer também que na  
2706verdade acho inadmissível mesmo, que alguém diga, pelo menos na minha presença,  
2707eu sinto muito, dizer que o processo é de licenciamento é um teatro, não é. Quem  
2708acompanhou esse processo sabe das exigências que o IBAMA fez continuamente à  
2709empresa proponente do projeto, por meio de sua consultoria também, nós temos um  
2710problema seriíssimo ambiental nesse empreendimento que quase ninguém fala. Fala-se  
2711muito, e equivocadamente, sobre interferência na vida ribeirinhos, de quilombolas. Isso  
2712não foi constatado nem nos estudos ambientais, nem nas vistorias que nossos técnicos  
2713fizeram à região, é importante que se diga isso. Agora, há a questão do chumbo lá sim,  
2714depositado no fundo do rio, por ocorrência natural na região, e em função da existência  
2715de antigas mineradoras de chumbo ali na região, e a preocupação de que não  
2716houvesse a biodisponibilização desse chumbo, a jusante do empreendimento proposto,  
2717caso ela seja construído, porque isso não é uma decisão do IBAMA, o IBAMA é apenas  
2718o licenciador. Acho até que alguma moção, não é uma ingerência, mas talvez fosse  
2719para o Ministério de Minas e Energia, para a Casa Civil, porque o IBAMA está fazendo  
2720o processo de licenciamento e as questões que nos chegaram e que nós pudemos  
2721observar em campo foram tratadas. Trouxeram algumas contribuições técnicas, o  
2722esclarecimento a população e contribuição técnica. Sinto muito, se fosse por  
2723manifestação, nós faríamos um plebiscito regional, porque se a maioria estiver a favor,  
2724então está aprovado, ou se estiver contra, então está impedido o processo, e feliz ou  
2725infelizmente não é assim. Agora, a questão do chumbo, nós exigimos novos e novos  
2726modelos matemáticos que foram rodados para mostrar que não poderia ocorrer a  
2727chamada muitos dias continuados de frio, você pode ter uma inversão daquela camada  
2728inferior do reservatório e aí sim, como a tomada de água não é mais... o projeto antigo  
2729era por baixo, agora a tomada d'água é lá em cima, então, se houvesse essa inversão,  
2730essa quebra da (...) aí sim nós teríamos um problema sério. Isso foi esmiuçado  
2731profundamente, assim como vários outros aspectos, eu acho que (...) está no caminho  
2732certo quando é criticado por aqueles que são favoráveis ao empreendimento e os que  
2733são contrários porque de fato nós temos feito as exigências todas que a legislação  
2734prevê e caminhado dentro da boa técnica e dentro do marco legal, era isso.

2735

2736

2737**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Gostaria de pedir  
2738ao senhor que falou que ele se identificasse no microfone porque o nome... Walter não  
2739é? Se não me engano, as legislações de licenciamento, legislação de EIA/RIMA, elas  
2740dão condições do licenciador e dos estudos dizerem não a qualquer obra, eu não sei se  
2741eu estou errado. Então, veja bem, eu, sinceramente, nunca vi nenhum EAI, já peguei  
2742vários, dizer não a nenhuma obra, e está lá previsto. Eu não vi nenhum licenciamento  
2743normalmente também ser não vamos licenciar a obra por várias razões. Realmente me  
2744constrange a capacidade que às vezes a gente tem de justificar determinadas obras em  
2745certas situações. Eu fico preocupado, porque eu tenho certeza que como esse aí não  
2746disse não, ele pode ter levantado medidas mitigadoras, de reduzir impacto etc., etc.,  
2747etc., mas ele não teve a capacidade de dizer não, avaliando uma série de questões.  
2748Esse projeto é extremamente polêmico também, ele tem gerado muita discussão entre  
2749os ambientalistas, posicionamentos realmente contra esse projeto e aí a gente vai  
2750pegar determinados, vamos trabalhar com índices, aí a gente vai pegar determinados  
2751índices, coisas que ninguém gosta, nossa, por exemplo, o Ministério de Minas e  
2752Energia se nós falarmos em beleza paisagística, "o que é isso? Isso não é importante

2753 não”, estou dizendo uma coisa aleatória. Então, isso não é importante, o importante é...  
2754 novamente, emprego e renda. Então, esses parâmetros que são parâmetros, para mim,  
2755 que são importantes, deixam de ser importantes em função de interesses, vamos dizer,  
2756 objetivos econômicos e reforça a posição que eu coloco aqui. Questão ambiental é  
2757 marginal das decisões políticas, ela não é centro, só vai ser centro quando tiver  
2758 catástrofes extremamente graves acontecendo, como já está acontecendo, já foram  
2759 previstas pelo IPCC no caso de mudança climática, de outras enchentes que nós  
2760 estamos tendo aí no Brasil a fora por problemas de ocupação urbana graves que não  
2761 levaram em consideração os “eco-chatos” e que estão gerando isso. Então, nós  
2762 detemos conhecimento, gerados aí em 40, 50 anos de discussão ambiental e não  
2763 conseguimos. Por exemplo, a Mata Atlântica é o hot spot, mais ameaçado do planeta.  
2764 Então, o que acontece, o que adianta isso? O que adianta a Mata Atlântica?  
2765 Informações por exemplo como essa? O Brasil tem só 7% da Mata Atlântica original,  
2766 nós já destruímos 93%. O Estado de São Paulo, porque as duas estão entre o Estado  
2767 de São Paulo e o Paraná, o Estado de São Paulo tem em torno de 2% da Mata  
2768 Atlântica original, quer dizer, destruiu 98%. O Estado do Paraná está também entre 1%,  
2769 destruiu 99%. Então, pelo amor de Deus, onde nós vamos parar com isso, para quê  
2770 serve isso? Eu acho que essas questões são importantes, são importantes para o  
2771 IBAMA e acho que o IBAMA tem que ter coragem não de tentar justificar e atender  
2772 quesitos técnicos, às vezes ter coragem, em função, vamos dizer, os quesitos técnicos  
2773 para justificar a obra, e não os quesitos técnicos que exatamente não justificam a obra.  
2774 Esses quesitos que não justificam é para ser dito, não, essa obra não pode ser feita.  
2775 Sem nem levar em consideração que é uma obra particular.

2776

2777

2778 **SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNI)** - Eu retorno à tribuna  
2779 manifestando a minha esperança que o regimento interno realmente coloque a pauta do  
2780 CONAMA no nível que o CONAMA deve estar). Esse não é o local para discussões  
2781 dessas questões pontuais, as pessoas vêm aqui e listam um monte de coisas como se  
2782 verdade fosse e a gente, que é especialista em algum assunto, vê que alguma coisa  
2783 não é verdade, por exemplo, não é verdade que ela não está no sistema. Toda geração  
2784 de energia no país entra no sistema e você deixa de separar geração pública de  
2785 privada, ela passa ser pública em todo o País porque isso não é verdade. Não é  
2786 verdade que a água é privada, o uso de água e energia elétrica não é consultivo, a  
2787 água não desaparece no processo, ela simplesmente passa pelo processo, não é  
2788 verdade o negócio de microclima, não tem nenhum estudo científico nem de Itaipú  
2789 provando questões de microclima. Então, gostaria de chamar aqui o Ronaldo, peço  
2790 licença a Mesa para usar o meu tempo da CBA, terminando dizendo, o País que cobre  
2791 39% do PIB de imposto não é um País que privilegia privado, lamento. Segundo, a  
2792 gente é muito bem-visto lá fora em termos de energia, porque nós temos mais de 80%  
2793 de energia nossa de recurso renovável, portanto, não contribuído com o sistema  
2794 estufa. Nós estamos muito bem nessa esfera que estamos discutindo aqui lá fora. Por  
2795 favor, Ronaldo.

2796

2797 **SR. RONALDO** - Boa tarde a todos. Meu nome é Ronaldo, sou um dos autores  
2798 desse estudo de impacto ambiental. Está interligado no sistema através da linha,  
2799 alterações de microclimação relativas a borda do lago, entretanto, não causam espécie  
2800 afiora, a fauna e ser humano, isso como todo e qualquer lago do reservatório, apoio dos  
2801 prefeitos, o doutor Walter na qualidade de diretor do IBAMA, teve a oportunidade aqui

2802de receber 5 prefeitos da área diretamente afetada, vieram se manifestar aqui,  
2803primeiramente para marcar que fosse agendadas as reuniões às audiências públicas e  
2804assim foi feito. Então, essa questão do apoio dos prefeitos, da área diretamente afetada  
2805é visível e é favorável. Terceira coisa, não tem terras quilombolas dentro da área dessa  
2806represa, Tijuco Alto não afeta terras de quilombolas, não existe comunidade indígena, a  
2807primeira comunidade indígena que comparece naquela região dista mais de 500  
2808quilômetros de empreendimento que é situada na ilha do Cardoso, doutor Paulo há de  
2809lembrar disso, não é? É uma comunidade que veio do Paraguai e se instalou na Ilha do  
2810Cardoso. Tijuco Alto está há mais de 400 quilômetros da foz do rio. Audiências  
2811públicas, 60 a 70 ambientalistas, com seu direito de comparecer e questionar, foram às  
2812audiências e pelo que eu vivenciei e outras pessoas aqui vivenciaram, fomos nós,  
2813expondo o EIA/RIMA que ficamos sujeitos a riscos, inclusive de pessoas atirando  
2814objetos contra o diretor da CBA. Então era isso que eu queria dizer... Questão do  
2815chumbo, não vai haver acidificação da água do detentor, agora não é mais (...) doutor  
2816Paulo, foi feita experimentação científica pela federal de São Carlos, até mesmo antes  
2817de descer a EIA/RIMA. Qualidade da água alcalina e vai se manter alcalina pelo teor de  
2818calcário que essa água trás, agora é experimentação. Mata Atlântica, questão da  
2819utilidade pública, a gente vê, quando Tijuco Alto passa a compor o sistema elétrico  
2820nacional, fica aí restada e comprovada a questão de utilidade pública. Desculpa o  
2821atropelo, mas é o jeito que a gente tem para falar aqui.

2822

2823

2824**O SR. BERTOLDO SILVA COSTA (ABES)** - Senhores Conselheiros, Bertoldo (...). 3  
2825questões eu gostaria de colocar aqui. Um assunto é um assunto que está a nível do  
2826IBAMA, processo de licenciamento ambiental, sou uma pessoa que conheço bem o  
2827órgão IBAMA e tenho um profundo respeito pela qualidade técnica do trabalho dele e  
2828quero continuar tendo. Foi dito aqui que eles vão tomar decisão, então está em  
2829processo de licenciamento, todo estudo de impacto ambiental, todo licenciamento de  
2830impacto ambiental tem que passar por esse processo. Então, cabe a eles a decisão. Eu  
2831conheço, vou citar o nosso caso em Santa Catarina, que é onde eu moro, diversos  
2832empreendimentos que foram rejeitados e foram mudados do licenciamento ambiental.  
2833Esse é um ponto, outro ponto que eu gostaria de deixar claro, a competência do  
2834CONAMA, nós podemos, eu queria perguntar à Mesa, uma moção, nós podemos  
2835determinar o arquivamento de processo de licenciamento ao órgão executor? Eu  
2836gostaria de saber se nós temos essa competência, antes de começar a votar.

2837**O SR. NILO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** - Moção não determina nada nem  
2838estabelece nada, ela apenas pede, solicita. Se o verbo está numa forma impositiva,  
2839teria que ser acertado, mas a moção apenas manifesta uma vontade, disposição do  
2840CONAMA, do Conselho. Se for aprovada, do Conselho Nacional de meio ambiente,  
2841mas ela não determina. Está pedindo o arquivamento, apenas isso.

2842

2843

2844**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Bom, passamos  
2845essa parte de esclarecimentos. A Plenária está esclarecida? Questão de ordem? Por  
2846favor.

2847

2848

2849**A SRª. IVY KARINA WIENS (VIDÁGUA)** – Estou falando no microfone para ficar  
2850registrado nos anais da plenária. (...) nós pedimos vistas à moção por conta das

2851informações prestadas para nós fazermos uma análise disso. Regimentalmente pode  
2852ser feito isso.

2853

2854

2855**O SR. NILO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** - Só um esclarecimento. O pedido de vista  
2856ou retirada porque, vejam bem, as entidades são autoras da matéria. Como autor da  
2857matéria, pode ser pedida a retirada, não tem problema. Pedido de vista, qualquer  
2858Conselheiro tem direito de pedir vista a qualquer momento, em matéria que não esteja  
2859em regime de urgência ou que não foi pedido vista anteriormente.

2860

2861

2862**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Concedido o  
2863pedido de vista a Vidágua, alguém mais gostaria de pedir vistas a matéria? O pedido de  
2864vistas foi concedido, retorna na próxima...

2865

2866

2867**O SR. NILO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** - Para esclarecer, quem são autores dessa  
2868moção, a Apromac, mas as ONGs estão assinando aqui, a Apromac, Bicuda, Anda,  
2869Oca, ICV, Cedéia, Atla e Projeto Miraq, por exemplo, Vidaágua não é autora da moção,  
2870portanto, pode pedir vista sim, Vidágua já pediu vista. Quem mais está pedindo vista?  
2871Ministério de Minas e Energia, CNI, IMARH está pedindo vista? IMARH está pedindo  
2872vista? OK. Anotou todos aí que estão pedindo vista? Vamos repetir, IMARH, Vidágua,  
2873Ministério de Minas e Energia, CNI, FBCN, todo mundo quer vista e o doutor Paulo  
2874Nogueira Neto. Então, são esses que estão pedindo vista, nós pedimos que o parecer  
2875sobre a matéria seja enviado no prazo regimental de 30 dias prorrogável por mais 15,  
2876aqueles que não apresentarem o parecer no prazo regimental, no debate em plenário  
2877em setembro não necessariamente terá direito a se manifestar sobre o mérito da  
2878matéria, OK?

2879

2880

2881**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Eu quero dar um esclarecimento, a autora da  
2882matéria é a Apromac, os demais que assinam ali assinaram em apoio a Apromac,  
2883portanto, não são autores da matéria, tanto que as ONGs ambientalistas que também  
2884dão apoio não governamentais ambientalistas... as ONGs ambientalistas que assinam e  
2885as demais organizações ali em baixo, ONGs ambientalistas que assinam, por exemplo,  
2886não são Conselheiros. A Laura de Jesus é do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  
2887a Telma Monteiro é pesquisadora na área de energia, não são Conselheiros do  
2888CONAMA. Quem está realmente, quem protocolou o documento oficialmente e consta  
2889nos registros, nos arquivos da diretoria do CONAMA é a dona Zuleica Nycz da  
2890Apromac, os demais assinaram em apoio. Não dá para escrever dez entidades, cada  
2891uma em um lugar do país e escrever o mesmo texto.

2892

2893

2894**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Foi registrado  
2895aqui pela equipe quem fez o pedido de vistas. Nós passamos então ao ponto de  
2896informes. Esse primeiro informe, o 8.1 está prejudicado, nós não contamos com a  
2897presença do Governo de Goiás, não está presente. Então, nós passaríamos, o 8.2 já foi  
2898prestada a informação hoje de pela manhã pelo doutor Fernando Scarpa do Ministério  
2899do Meio Ambiente. Como último ponto, nós precisamos enfrentar o 8.3, que trata de um

2900 requerimento de informação, a Sema de São Paulo, o CONSEMA de São Paulo, o  
2901 Ministério Público Federal, IBAMA e MMA sobre projeto do complexo Taniguá Porto  
2902 Brasil, no município de Peruíbe, São Paulo. O pedido de informe foi endereçado a  
2903 Carlos Osório, entidades ambientalistas da Região Sudeste, Bicuda e outros. O  
2904 secretário adjunto de São Paulo está presente para apresentar os devidos  
2905 esclarecimentos que julgar necessários.

2906

2907

2908 **O SR. PEDRO UBIRATAN (Governo do estado de São Paulo)** – Esse requerimento  
2909 de informação eu passei para a diretoria de CONAMA uma informação técnica,  
2910 assinada pela diretora do departamento de avaliação de impacto ambiental da  
2911 Secretaria de Meio Ambiente que depois certamente vai ser transmitida aos  
2912 requisitantes, mas eu queria só explicar algumas coisas que eu acho importantes sobre  
2913 esse assunto. No Estado de São Paulo nós temos um procedimento de licenciamento  
2914 para obras de significativo impacto que passa pelo CONSEMA, Conselho Estadual de  
2915 meio ambiente, que inclusive delibera sobre a viabilidade ambiental dos  
2916 empreendimentos e esse, especificamente, ainda não se iniciou o processo de  
2917 licenciamento propriamente dito, porque nós temos uma resolução da secretaria em  
2918 que o empreendedor apresenta o seu Plano de Trabalho e esse Plano de Trabalho  
2919 depois vai se converter num termo de referência e depois isso vai virar um EIA/RIMA e  
2920 depois, quando é protocolizado o EIA/RIMA é que esse licenciamento efetivamente se  
2921 inicia. No caso em questão, o empreendedor apresentou um Plano de Trabalho, o  
2922 nosso Conselho de meio ambiente pediu para que fossem feitas audiências prévias,  
2923 antes da edição do termo de referência, a primeira foi marcada em março no município  
2924 de Peruíbe e na seqüência houve uma ação judicial do Ministério Público Federal  
2925 aforada na primeira vara federal de Santos em que o juiz concedeu uma liminar para  
2926 paralisar esse processo ao fundamento de que há terras e isso interferiria numa terra  
2927 indígena conhecida com terra indígena Piaçaguera e que haveria esse licenciamento  
2928 teria que ser feito pelo IBAMA. Ato contínuo a... esse procedimento foi suspenso e o  
2929 Estado de São Paulo oficiou e remeteu esse Plano de Trabalho para o IBAMA e para a  
2930 FUNAI. O IBAMA e a FUNAI receberam esse Plano de Trabalho no dia 28 de maio de  
2931 2008, agora recentemente, e estamos aguardando um pronunciamento tanto do IBAMA  
2932 quanto da FUNAI para saber do efetivo interesse desses dois órgãos em eventualmente  
2933 licenciar ou se há alguma objeção nessa questão. Só para esclarecer que sequer termo  
2934 de referência há até o momento. Acho que eram esses os esclarecimentos. Eu  
2935 entreguei isso por escrito para o doutor Nilo, depois pode franquear e se tiver qualquer  
2936 outra dúvida o senhor me comunique que eu esclareço. Essa informação vai ser  
2937 disponibilizada no site do CONAMA.

2938

2939

2940 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Obrigado  
2941 Conselheiro Pedro Ubiratian. Em relação ao Ministério do Meio Ambiente, Fernando vai  
2942 apresentar os esclarecimentos.

2943

2944

2945 **O SR. FERNANDO CAMINATTI (DCONAMA)** – Boa tarde. Nós entramos em contato  
2946 com a Secretaria de biodiversidade e florestas do MMA, através do núcleo de zona  
2947 costeira e marinha para que informasse a respeito da Constituição do mosaico de  
2948 Unidades de Conservação dessa área. O núcleo de zona costeira informou que isso foi

2949 uma demanda dos gestores da comunidade local e que veio ao MMA para ser  
2950 consagrada em portaria, como deve ser feito de acordo com o SNUC e foi o primeiro  
2951 mosaico de unidades de conservação criado no País. Posteriormente, entramos em  
2952 contato também com um dos gestores da APA de Cananéia, que informou que o  
2953 Conselho do mosaico ainda não está constituído, por isso não teríamos mais  
2954 informação a passar aqui à entidade autora da proposta, que perguntava a respeito do  
2955 cumprimento da portaria que criou o mosaico. Então, com relação à portaria, se o  
2956 mosaico não foi criado em portaria, os gestores das unidades de conservação federais,  
2957 estaduais, municipais estão aguardando a conclusão do GEF Mangue que é um projeto  
2958 de cooperação do Ministério que vai liberar recursos para fortalecer institucionalmente a  
2959 gestão compartilhada por esse mosaico e que ainda não há a criação, o Conselho  
2960 ainda não está criado, então, as entidades estão em diálogo, mas ainda não têm uma  
2961 instituição formada para a gestão do mosaico. Só isso.

2962

2963

2964 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Obrigado  
2965 Fernando. Tenho a informação que o Ministério Público Federal, o doutor Mario Gisi  
2966 nos informou que um representante do Ministério Público Federal estaria na reunião,  
2967 possivelmente. Não sei se nós não conseguimos identificar. Existe alguém do Ministério  
2968 Público Federal? Não. Então, tem mais algum esclarecimento em relação a essa  
2969 questão que gostaria de se pronunciar? Conselheira Zuleica, por favor.

2970

2971

2972 **A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Olha, a gente considera que a Secretaria de  
2973 Meio Ambiente de São Paulo esclareceu muito bem dizendo que encaminhou isso,  
2974 acho que admitiu que não era incompetência estadual e encaminhou para o IBAMA e  
2975 para FUNAI, não é exatamente isso, vai haver uma disputa de quem fica, vocês vão  
2976 consultar se... Está bem. De fato existe uma representação do Ministério Público  
2977 Federal porque essa área indígena já está sendo demarcada, está em fase de início de  
2978 demarcação, então, existindo de fato uma área indígena, tem todos os requisitos, zona  
2979 econômica exclusiva, parte da plataforma continental definida, como a que se estende  
2980 por 320 quilômetros a partir da Costa do País etc. e etc.. Enfim, o que nós queremos  
2981 saber é porque o Ministério Público Federal e o IBAMA não estão presentes, ou vão dar  
2982 ainda os esclarecimentos, porque senão jogaria para a próxima plenária.

2983

2984

2985 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - O que eu  
2986 entendi, assim, está sendo encaminhado ao IBAMA, foi encaminhado ao IBAMA, o  
2987 IBAMA... não sei se poderia, acho que seria interessante o IBAMA pronunciar sobre se  
2988 já recebeu, se está em análise esse processo, mas como diria, o que eu entendi é que  
2989 houve agora recentemente... Quando foi encaminhado? 28 de maio foi recebido pelo  
2990 IBAMA. Então, não sei se o IBAMA tem alguma informação adicional nesse momento  
2991 para agregar sobre a informação. Nesse momento o IBAMA não teria algum elemento  
2992 novo a adicionar sobre essa questão. O Ministério Público Federal nós consultamos, o  
2993 doutor Mário Gisi que ia nos encaminhar alguém, mas não está presente.

2994

2995

2996

2997A **SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Eu tenho uma proposta então, para  
2998cumprimento desse requerimento de informações, que a gente transfira para a próxima  
2999Plenária, porque acredito que a mudança de hoje de manhã para colocar para o final da  
3000reunião deve ter causado também algum transtorno e até lá o IBAMA terá condições de  
3001responder, não é?

3002

3003

3004**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Então, assim, no  
3005que está faltando a informação eu acho que o IBAMA e o Ministério Público Federal  
3006poderiam, na próxima reunião, complementar essa questão.

3007

3008

3009

3010**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Então fica concordado que vai para pauta da  
3011próxima reunião?

3012

3013

3014**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Sim, nós  
3015solicitaremos ao IBAMA, nós estamos com dois diretores de licenciamento presentes,  
3016vamos conversar com o doutor Mario Gisi para que se agreguem as informações  
3017complementares as já apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria  
3018de Meio Ambiente de São Paulo, pode ser isso? Esse esclarecimento tem a ver com  
3019essa temática?

3020

3021**O SR. CARLOS OSÓRIO (BICUDA)** - Eu compreendi perfeitamente a apresentação do  
3022Estado de São Paulo, mas eu acredito, eu pelo menos esperava, como nós vemos aqui  
3023regularmente, uma apresentação técnica formal, talvez com Power Point para mostrar  
3024que deve existir uma análise, nós estamos falando de uma área de preservação com  
3025mosaico de Unidade de Conservação e tanto é que o Estado de São Paulo tem um  
3026posicionamento que encaminhou esse processo para o IBAMA e a FUNAI, mas eles  
3027devem ter um ponto de vista, isso não foi aleatório (essa análise), eles devem ter algum  
3028respaldo técnico e eu acho que é isso que a gente necessita para daqui para frente nos  
3029pautarmos, ou eu estou enganado? Pode até não ter termo de referência, mas acho até  
3030um erro nós nos pautarmos pela mídia, apesar de ser uma informação de base, mas se  
3031nós pegarmos e virmos jornais e tudo mais, os grandes jornais, os grandes  
3032formadores de opiniões, nós a toda hora estamos pautados por uma grande empresa  
3033que está fazendo empreendimento principalmente nessa região e a questão é essa, eu  
3034acredito que vocês devem ter sim alguma coisa, naturalmente já deram entrada em  
3035algum documento de legalização, planta temática e tudo mais, e é justamente isso que  
3036nós estamos questionando aqui, esses grandes empreendimentos, com grandes  
3037impactos que naturalmente já deram entrada na Secretaria de São Paulo, salvo  
3038engano, acho que não estou enganado, mas não tenho certeza, e é isso que nós  
3039estamos questionando, são essas informações que nós queremos como Conselheiros e  
3040eu representando a região sudeste.

3041

3042

3043**A SR<sup>a</sup>. ZULEICA NYCZ (APROMAC)** - Eu queria solicitar que esse documento que o  
3044senhor Pedro Ubiratan representou fosse colocado no site, no processo. Eu queria  
3045perguntar o seguinte, diz no requerimento que o CONSEMA criou um Grupo de



3046Trabalho para estudar o Plano de Trabalho do projeto, para fins de subsidiar o processo  
3047de licenciamento ambiental. Eu tenho uma dúvida pessoal mesmo, técnica que é o  
3048seguinte, o empreendimento, quando ele é feito numa área que qualquer advogado  
3049analisaria diria que é do IBAMA, tem área indígena, enfim, tem uma série de requisitos  
3050ali para licenciamento em nível federal e o IBAMA não pode estar entregando a  
3051competência dele, assim tão facilmente, tem que ter algum critério, tem que ter algum  
3052embasamento, tem que ter alguma justificativa. Eu pergunto, a empresa decide para  
3053quem ela deve, é uma pergunta técnica, não é específica só para o Governo de São  
3054Paulo, até pode ser o IBAMA para responder, eu tenho um empreendimento que eu sei  
3055que vai afetar de tal maneira que deverá ser o licenciamento federal e eu protocolo no  
3056órgão estadual. O procedimento qual é, o órgão estadual começa o processo e uma vez  
3057instigado pela sociedade decide mandar para o IBAMA ou, existe alguma ordem nisso  
3058ou é tudo aleatório, cada um faz de qualquer jeito, existe um critério, alguma portaria,  
3059alguma regra para esse tipo de atuação, ou é o poder mesmo financeiro, poder  
3060econômico que decide onde que ele acha mais fácil obter o licenciamento, talvez  
3061também essa lógica, o que vocês fazem para evitar isso?

3062

3063

3064**A SR.<sup>a</sup> FLÁVIA MOURÃO PARREIRA DO AMALRAL (Representante da Secretaria**  
3065**do Meio Ambiente de Minas Gerais)** - Na realidade não é um esclarecimento do jeito  
3066que eu gostaria de dar, na realidade é que existe sempre essa dúvida, de quais são os  
3067limites de competência, e realmente por isso que nós estamos trabalhando para  
3068conseguir a regulamentação do artigo 23 para podemos, pelo menos um pouco dessas  
3069sobreposições, mas no caso de dúvida, manda o Conselho que se faça essa consulta.  
3070Sempre quando se percebe que o impacto vai além dos limites, o impacto é maior do  
3071que o limite territorial, hoje mais ou menos a referência é essa, faça essa consulta, ou  
3072se há, o órgão da instância superior... Em geral não há, o órgão mais próximo é que  
3073licencia, mas essa questão realmente precisa ser delimitada, para evitar tanto  
3074sobreposições, mas principalmente omissões.

3075

3076

3077**O PEDRO SR. UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Secretário Adjunto de Meio**  
3078**Ambiente de São Paulo)** - Só para esclarecer à Conselheira Zuleica que de fato, quer  
3079dizer, há uma regra geral, quando o empreendedor apresenta um Plano de Trabalho  
3080para o órgão estadual, no caso do Estado de São Paulo a gente submete isso a um  
3081colegiado, que é o CONSEMA e nesse caso específico o CONSEMA sugeriu que se  
3082fizessem várias audiências prévias, não é uma audiência pública. O único documento...  
3083Sequer existe termo de referência do Estado. Então, essas audiências prévias, vamos  
3084chamar assim para não confundir, seriam para colher subsídios da sociedade civil e de  
3085todos os segmentos organizados, eventualmente até do Ministério Público ou da  
3086FUNAI, ou de quem quer que seja, para que essas questões, após a recepção dessas  
3087informações fossem submetidas ao IBAMA, FUNAI. Como houve uma ação judicial,  
3088está em curso, nós resolvemos, nós já faríamos isso, mas isso acabou de uma certa  
3089forma precipitando essa decisão de submeter ao IBAMA, como há esse  
3090questionamento da competência, e esse questionamento justamente emergiu de uma  
3091demanda judicial, no caso, nós submetemos ao IBAMA a questão da competência e o  
3092que nós mandamos para eles foi o Plano de Trabalho dessa empresa, tanto para o  
3093IBAMA quanto para a FUNAI, já que o Ministério Público já conhece o trabalho. Então,  
3094a fase ainda é muito embrionária em termos dessas definições que se buscam aí. O

3095IBAMA certamente vai analisar isso e vai dar uma resposta, não só a nós, como creio  
3096eu ao CONAMA, essa é a nossa expectativa e a FUNAI também.

3097

3098

3099**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Obrigado  
3100Conselheiro. Por favor, representante do IBAMA poderia esclarecer algum  
3101esclarecimento adicional.

3102

3103

3104**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Nesses casos, quando há um questionamento judicial  
3105acho que é até um pouco delicado nós anteciparmos a decisão do Judiciário, do ponto  
3106de vista técnico, também pessoalmente, pelo que eu conheço ali da região e do projeto  
3107que é pouco, não há elementos para que se possa afirmar taxativamente que seja o  
3108licenciamento que deva ocorrer na esfera federal, acho que realmente é discutível. De  
3109toda maneira, o IBAMA nunca se colocou como órgão fiscalizador dentro do SISNAMA,  
3110cada um é responsável pelos seus atos, quem empreende deve saber onde está  
3111pisando, todo mundo conhece a legislação trabalhista, tributária, principalmente, e deve  
3112conhecer também a legislação ambiental e tomar suas decisões. O órgão que recebe  
3113um pedido de processo de licenciamento seja ele municipal, estadual ou federal, deve  
3114proceder obviamente em primeiro lugar a uma análise de competência para saber se  
3115aquilo é da sua esfera ou não. O que ocorre hoje, respondendo de maneira mais  
3116genérica como foi colocado também, acho que vivemos em um sistema de baixa  
3117responsabilização em que alguns entes da Federação, ao proceder o licenciamento  
3118ambiental com erros que são detectados pela sociedade, pelo Ministério Público tem  
3119como penalidade apenas que aquele processo passe para a esfera superior e mais  
3120nada. Eu acho que isso aí é que a regulamentação do artigo 23 realmente vem em boa  
3121hora para a gente evitar esse emaranhado de judicializações e também a  
3122responsabilização dos agentes porque o IBAMA também pode errar, mas se nós  
3123errarmos nós não temos para onde mandar, temos que refazer e seremos  
3124responsabilizados por eventuais erros. Então, essa regra deveria valer para todos no  
3125SISNAMA, imagino.

3126

3127

3128**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (Ministério do Meio Ambiente)** - Eu gostaria só de  
3129fazer algumas breves observações que acho que são importantes. Primeiro aspecto,  
3130quando nós entramos na discussão do licenciamento ambiental, nós temos que ter  
3131noção dos limites do licenciamento ambiental. Muitas vezes nós discutimos o  
3132licenciamento ambiental, a política setorial como um todo. Talvez nós tivéssemos, ao  
3133discutir mais a dimensão ambiental das políticas de uma forma geral, nós tivéssemos  
3134tendo muito mais efetividade no processo de licenciamento, deixando que o  
3135licenciamento tem que fazer, que é cuidar mais dos aspectos específicos dos projetos,  
3136nós ficamos, muitas vezes, no licenciamento com discussões que têm implicações  
3137muito maiores do que propriamente os impactos ambientais do projeto. Então, o  
3138licenciamento hoje tem sofrido o que eu tenho chamado de Hobbin Woodização, existe  
3139uma grande tensão de pegar compensações e de se fazer discussões que muitas  
3140vezes têm mais a ver com o desenvolvimento regional do que com o próprio  
3141licenciamento. Outra que o licenciamento, dentro das suas limitações, tem tomado  
3142decisões, conheço no mínimo uns 3 ou 4 casos de um determinado deferimento de  
3143hidrelétricas, eu me lembro o caso de Poeyras, Santa Izabel, o próprio Tijuco Alto teve

3144um deferimento num primeiro momento, eu conheço alguns casos, embora muitas  
3145vezes é muito difícil você trabalhando só no nível do projeto, tomar uma decisão sobre  
3146um deferimento porque muitas vezes a questão é de cumulatividade de energia desses  
3147próprios impactos que a gente não consegue avaliar num único projeto. Então, eu  
3148queria registrar também uma outra questão importantíssima, está aqui o doutor Pedro  
3149Ubiratan, nós estamos hoje numa fase final de avaliação na resolução de audiências  
3150públicas que tem enorme impacto em toda essa condição que nós fizemos aqui hoje,  
3151grande parte das moções, grande parte das intervenções, fez referências à questão das  
3152audiências, o porque das audiências, o papel das audiências e eu acho que nós não  
3153podemos deixar de aproveitar esse momento e de fazer uma profunda discussão sobre  
3154o significado dessa resolução, talvez uma das mais importantes no âmbito do  
3155procedimento do licenciamento, assim como a 237. E registrar também que o conceito  
3156que está na nossa Constituição, de competência comum para a preservação traz essa  
3157necessidade de cooperação. Então, quando nós falamos na questão de competências,  
3158o fato de ser uma competência do Município, do Estado, da União, não quer dizer que  
3159as outras esferas venham lavar as mãos. O que nós estamos procurando é que  
3160justamente haja uma intensa, independente de quem for a competência institucional  
3161política de emitir a licença, mas que exista uma intensa cooperação técnica entre as  
3162diferentes esferas porque quando nós pegamos a questão de portos, pegamos  
3163aspectos relacionados as próprias rodovias, existem questões que vão muito além da  
3164competência de uma ou outra esfera e que tenha haver com o pacto que tem que ser  
3165feito na implementação, não só na implementação do licenciamento, mas na  
3166implementação das próprias decisões desse Conselho. Quando nós olhamos, por  
3167exemplo, a resolução 302 que trata do entorno de reservatórios, ela exige um grande  
3168pacto entre as diferentes entidades, diferentes esferas de governo que estão ali para  
3169que seja viabilizada. Então, eu acho que é fundamental que nesse momento, a gente, a  
3170questão de licenciamento está muito em evidência, nós tenhamos em mente esses  
3171aspectos da especificidade do instrumento de licenciamento, como isso dialoga com a  
3172necessidade de coordenação das nossas políticas, questões específicas mais  
3173relacionadas à própria estratégia de cooperação que nós temos que ter e que é  
3174simplesmente definição de competências, é um grande engano achar que a questão da  
3175regulamentação do artigo 23 vai resolver todos os problemas, não vai, ela é um  
3176instrumento que deve facilitar a cooperação e a cooperação é o grande elemento desse  
3177processo e esse é o processo de diálogo para o qual o CONAMA é o grande espaço,  
3178essa visão de estratégia, essa visão de política que me parece que apesar de algumas  
3179situações que nós vivemos no dia de hoje aqui nessa plenária, que realmente achei que  
3180foi muito ruim para a própria imagem do CONAMA, acho que o CONAMA tem um  
3181grande papel de coordenador e articulador de todas essas questões e que realmente  
3182consigamos trabalhar uma política de governo, uma Política Nacional com a dimensão  
3183ambiental. Então, eu gostaria de agradecer a presença de todos que estão aqui,  
3184gostaria de desejar a todos um ótimo retorno para casa que é extremamente cansativo  
3185esses dois dias que passamos longe, ter essas atividades e reuniões paralelas que  
3186todos aqui têm e nos vemos na próxima reunião. Muito obrigado. Encerrada a 90ª  
3187reunião. *(Palmas!)*